

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

ESTADO DE EXCEÇÃO, IGREJA CATÓLICA E REPRESSÃO: O
assassinato do padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto

Diogo Arruda Carneiro da Cunha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Orientador: Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.

Recife

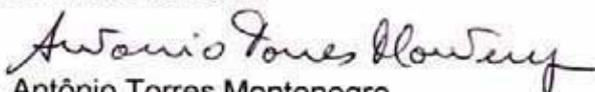
2007



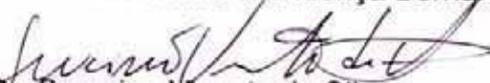
ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO DIOGO ARRUDA CARNEIRO DA CUNHA.

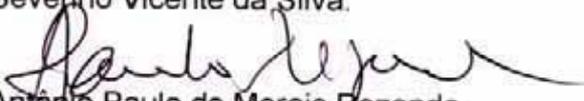
Às 14:00 h do dia 23 (vinte e três) de maio de 2007 (dois mil e sete), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Diogo Arruda Carneiro da Cunha** intitulada “**Estado de Exceção, Igreja Católica e Repressão: o assassinato do Padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto**”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Antônio Torres Montenegro (orientador), Denis Antônio Mendonça Bernardes e Severino Vicente da Silva. Assinam, também, a presente ata o Vice-Coordenador, Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende e a Secretária do Deptº de História, Rogéria Feitosa de Sá, para os devidos efeitos legais.

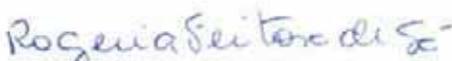
Recife, 23 de maio de 2007.


Prof. Dr.. Antônio Torres Montenegro.


Prof. Dr. Denis Antônio Mendonça Bernardes.


Prof. Dr. Severino Vicente da Silva.


Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende


Rogéria Feitosa de Sá.

Cunha, Diogo Arruda Carneiro da

Estado de exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do Padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto. – Recife: O Autor, 2007.
252 folhas : il., fig., fotos.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2007.

Inclui: bibliografia e anexos.

1. História política. 2. Regime militar -Pernambuco. 3. Igreja Católica. 4. Repressão. 5. Padre Henrique – Arquidiocese de Olinda e Recife. I. Título.

398
320.981

CDU (2. UFPE
ed.)BCFCH2007/48 CDD (22. ed.)

A verdade não é alguma coisa que existiria para ser encontrada e descoberta – mas alguma coisa que deve ser criada e que dá nome a um processo, mais ainda, a uma vontade de ultrapassar que não têm fim: introduzir verdade como processus in infinitum, determinação ativa e não como devir consciente de algo que seria “em si” firme e determinado. Nome próprio da “vontade”.

Friedrich Nietzsche, Fragmentos Póstumos, outono de 1887.

À minha família, pelo apoio e incentivo: Tânia, Dóris, Paulo, Bárbara, Mariana e Tom.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro (Orientador)

Prof. Dr. Severino Vicente da Silva (Examinador Interno)

Prof. Dr. Denis Antonio Mendonça Bernardes (Examinador Externo)

Prof. Dra. Socorro Abreu (Suplente Interno)

Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral (Suplente Externo)

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) pela bolsa de mestrado.

Ao orientador, Professor Dr. Antonio Torres Montenegro que me convidou para participar de seu grupo de pesquisas Núcleo de História e Documentação Oral, em janeiro de 2003, quando cursava a graduação em história na Universidade Católica de Pernambuco.

A Isaíras Pereira Padovan, irmã do padre Henrique, que colocou à disposição sua documentação pessoal, assim como fotografias da família, e se colocou à disposição para dar depoimentos. Toda essa documentação foi fundamental para a dissertação. À Tadeu Collares que também disponibilizou várias fotos do seu acervo pessoal.

A todos os entrevistados que demonstraram um grande interesse em me ajudar na pesquisa: Isaíras Pereira Padovan, Ronildo Maia Leite, Ivan Maurício, Jomard Muniz de Britto, Roberto Mota, Lauro de Oliveira, Nildo Nery dos Santos, Severino Vicente da Silva, Rocha, Padre Edwaldo Gomes, Padre José Augusto e Teresa Dueire.

Aos professores Denis Bernardes, por toda a sua contribuição para a minha formação de historiador, além das sugestões dadas para a dissertação ao longo de toda a pesquisa e na Banca de Qualificação. Severino Vicente, que também integrou a Banca de Qualificação, por suas valiosas contribuições. Gostaria de agradecer também a Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Michel Zaidan Filho, Luís Manuel Domingues do

Nascimento, Newton Darwin de Andrade Cabral, Regina Beatriz Guimarães Neto e Silvia Cortez.

A Emília Maria Mendonça de Moraes que, nas longas aulas de filosofia aos domingos me mostrou a importância e a necessidade de um “eterno retorno” ao pensamento dos primeiros filósofos gregos.

Aos amigos da Universidade Federal de Pernambuco que leram partes da dissertação, contribuindo com críticas e sugestões: Pablo Porfírio e Márcio Vilela, em primeiro lugar, que já faziam parte do grupo de pesquisas quando eu entrei em 2003. A Emília Vasconcelos e Taciana Santos.

À direção e aos funcionários de todos os arquivos pesquisados, em especial à Marcília Gama da Silva.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACO Ação Católica Operária AERP Assessoria Especial de Relações Públicas AESI Assessoria Especial de Segurança e Informações AFOP Autarquias, Fundações e Órgãos Públicos AI-5 Ato Institucional número 5 AOR Arquidiocese de Olinda e Recife ARENA Aliança Renovadora Nacional CCC Comando de Caça aos Comunistas CEBs Comunidades Eclesiais de Base CELAM Conselho Episcopal Latino Americano CENIMAR Centro de Informações da Marinha CIDPF Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal. CIE Centro de Informações do Exército CIEIX Centro de Informações do Exterior.

CISA Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica CJI Comissão Judiciária de Inquérito CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil CODI Centro de Operações de Defesa Interna. CONDI Conselho de Defesa Interna DEPA Departamento de Pesquisa e Assessoria DOI Departamento de Operações e Informações DOPS Departamento de Ordem Política e Social DPF Departamento de Polícia Federal DSI Divisão de Segurança e Informações ITER Instituto de Teologia do Recife JAC Juventude Agrária Católica JEC Juventude Estudantil Católica JIC Juventude Independente Católica JOC Juventude

Operária Católica JUC Juventude Universitária Católica MA Ministério da Aeronáutica
MC Ministérios Civis MDB Movimento Democrático Brasileiro ME Ministério do
Exército MI Ministério do Interior MJ Ministério da Justiça MM Ministério da Marinha
MRE Ministério das Relações Exteriores OITF Órgãos de Informações dos Territórios
Federais REB Revista Eclesiástica Brasileira (Revista Publicada pela Editora Vozes)
SEDOC Serviço de Documentação (Revista publicada pela Editora Vozes) SISSEGIN
Sistema de Segurança Interna SISNI Sistema Nacional de Informações SNI Serviço
Nacional de Informações SSP Secretaria de Segurança Pública UNICAP Universidade
Católica de Pernambuco ZDI Zona de Defesa Interna

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema		Página
Esquema 1	Estrutura do funcionamento dos órgãos de Informações durante o período do regime militar.	38
Esquema 2	Esquema do funcionamento do aparato repressivo durante o período do regime militar.	40
Esquema 3	Esquema da distribuição das instituições de segurança e informações no Brasil.	40

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

x Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco

x Arquivo da Cúria Metropolitana do Recife

x Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social

x Arquivo Nacional

x Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano

x Biblioteca Central da Universidade Católica de Pernambuco

x Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco

x Centro de Documentação Dom Hélder Câmara,

x Centro de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco

x Fundação Biblioteca Nacional

RESUMO

Em fins de maio de 1969 Antonio Henrique Pereira da Silva Neto, jovem padre responsável pela Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Olinda e Recife foi violentamente torturado e assassinado, tendo sido o seu corpo encontrado nos arredores da Cidade Universitária, no Recife. Apesar de fortes evidências da participação do

Aparato Repressivo vinculado ao regime militar em Pernambuco (notadamente os policiais civis da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco), o processo, que se prolongou por quase 20 anos, absolveu todos os suspeitos sob a alegação de falta de provas.

O objetivo dessa dissertação de mestrado é estudar alguns aspectos do regime militar brasileiro, privilegiando o Estado de Pernambuco, através da análise minuciosa desse crime. Tomar esse acontecimento específico como eixo central da pesquisa permitiu observar, por novos ângulos, aspectos capitais da nossa cultura política e especialmente do regime militar implantado no Brasil em 1964, como o relacionamento da Igreja Católica com o Estado, a atuação do aparato repressivo, a censura imposta aos jornais e a complexidade e heterogeneidade de instituições que tiveram um papel decisivo naqueles anos como a Igreja Católica e as Forças Armadas.

Palavras-chave: História política; Regime militar – Pernambuco; Igreja Católica; Repressão; Padre Henrique – Arquidiocese de Olinda e Recife.

ABSTRACT

At the end of 1969 Antonio Henrique Pereira da Silva Neto, young priest responsible for the Pastoral da Juventude of Olinda and Recife's Archdiocese, was violently tortured and killed, and had his body found in the Recife's Cidade Universitária surroundings. Despite strong evidences of the participation of the repressive apparatus linked to the military regime in Pernambuco (especially civil police of the Public Security Secretary of Pernambuco), the prosecution process, which lasted almost twenty years, absolved all suspects under allegations of lack of proofs.

The objective of this Master's dissertation is to study some aspects of the Brazilian military regime, focusing on the state of Pernambuco, through the detailed analysis of this crime. Taking this specific event as the central point of the research made possible the observation, through new angles, of capital aspects of our political culture and especially of the military regime implanted in Brazil is 1964. Some of these aspects are the relationship of the Catholic Church with the State, the role of the repressive apparatus, the censorship imposed to the newspapers and the complexity and heterogeneity of

institutions that had a decisive role in those years, such as the Catholic Church and the Armed Forces.

Key words: Political history; Military regime – Pernambuco; Catholic Church; Repression; Priest Henrique – Olinda and Recife's Archdiocese.

RÉSUMÉ

Fin mai 1969, Antonio Henrique Pereira da Silva Neto, jeune prêtre responsable de la Pastorale de la Jeunesse de l'Archidiocèse d'Olinda et Recife a été violemment torturé puis assassiné. Son corps a été trouvé aux alentours de la Cité Universitaire , à Recife. Malgré les fortes évidences de la participation de l'appareil répressif lié au régime militaire du Pernambouc (notamment des policiers civils du Secrétariat de Sécurité Publique du Pernambouc), le procès, qui a duré presque vingt ans, s'est terminé par l'acquiescement de tous les suspects, alléguant le manque de preuves.

Le but de cette dissertation de master est d'étudier certains aspects du régime militaire brésilien, en mettant l'accent sur l'état du Pernambouc, à travers une analyse minutieuse de ce crime. Prendre cet événement spécifique comme axe central de l'étude a permis d'observer, sous de nouveaux angles, des aspects fondamentaux de notre culture politique, tout spécialement du régime militaire implanté au Brésil en 1964, comme la relation entre l'église catholique et l'état, le rôle de l'appareil répressif, la censure imposée aux journaux et la complexité et l'hétérogénéité des institutions qui ont eu un rôle décisif à cette époque-là, comme l'église catholique et les forces armées.

Mots clés: Histoire politique ; Régime militaire – Pernambuco ; Église Catholique; Répression ; Prêtre Henrique – Archidiocèse d'Olinda et Recife.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS

LISTA DE ESQUEMAS

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

RESUMO

ABSTRACT

RÉSUMÉ

INTRODUÇÃO 15

Capítulo 1 ENTRE A DEMOCRACIA E O TOTALITARISMO: UMA ANÁLISE DO ESTADO DE SEGURANÇA NACIONAL 55

Capítulo 2 IGREJA CATÓLICA E POLÍTICA NO BRASIL (1940-1968) 80

Capítulo 3 O ASSASSINATO DO PADRE HENRIQUE (1969-1986) 113

Capítulo 4 OS RELATÓRIOS DAS INVESTIGAÇÕES: UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS ENTRE A POLÍCIA E A JUSTIÇA NO ESTADO DE SEGURANÇA NACIONAL 150

Capítulo 5 HISTÓRIA E IMAGEM: UMA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO VISUAL 171

CONSIDERAÇÕES FINAIS 195

BIBLIOGRAFIA 203

1.1. Fontes primárias 201

1.2. Memórias, autobiografias e biografias	240
1.3. Fontes teóricas e metodológicas	241
1.4. Obras Gerais	245
APÊNDICE: Relação dos Entrevistados	249
ANEXOS	252

INTRODUÇÃO

I

Na manhã do dia 27 de maio de 1969, por volta das seis horas da manhã, um vigilante de 62 anos encontrava, nos matagais dos arredores da Cidade Universitária, um corpo carregado de marcas e ferimentos de tortura. O vigilante chamava-se Sérgio Miranda da Silva; o corpo era do jovem padre da Arquidiocese de Olinda e Recife, Antonio Henrique Pereira da Silva Neto.

Quando o vigilante chegou ao local do crime, o corpo do padre Henrique, que vestia uma calça marrom e uma camiseta branca de botão se encontrava de braços em meio a altas folhas de capim. O terreno não era completamente plano, de modo que, o corpo, da cintura para cima, encontrava-se num espaço um pouco mais elevado. Seu braço direito encontrava-se rente ao corpo, enquanto o esquerdo se direcionava para frente segurando firmemente um tufo de capim. Seu rosto estava direcionado para o mesmo lado da mão que segurava as folhas secas.

Enlaçada no corpo do padre Henrique, encontrava-se uma corda de espessura mediana, não muito grossa. Dava várias voltas em seu pescoço e descia do ombro esquerdo para a cintura atravessando o seu tronco transversalmente. O seu rosto estava quase desfigurado de tantas pancadas. O lado esquerdo havia sido muito mais atingido do

que o direito, carregando arranhões e hematomas profundos do pescoço à sobrancelha. A região mais crítica, no entanto, era aquela situada entre o pescoço e a bochecha, mais ou menos na altura da sua boca que, por sua vez, apresentava um enorme inchaço. Outros sinais de hematomas eram perceptíveis no olho esquerdo e no nariz, sempre rodeados por cortes profundos.

O lado direito do seu rosto não estava tão castigado quanto o esquerdo, mas carregava duas marcas muito profundas no pescoço que não é possível identificar se haviam sido feitas pelas cordas ou eram cortes de faca. Três tiros foram disparados em sua cabeça a queima-roupa: dois no lado direito, pouco acima da orelha; o terceiro, foi disparado mais ou menos na mesma altura, sendo do lado esquerdo da cabeça. Dos três disparos, dois vararam o crânio de ponta a ponta.

A cena de terror revelada naquela manhã de maio ao vigilante estancava um movimento que começara algumas horas antes. Na noite do sai 26 de maio de 1969, após um dia normal de trabalho, o padre Henrique saía da sua última reunião na casa de um médico chamado Mário Bittencourt, no bairro do Parnamirim. Após ter recusado carona por duas vezes, a primeira oferecida por um grupo de jovens que haviam participado da reunião e a segunda por outro participante, Sr. Galdino Loreto, o jovem padre foi visto por Lavínia Loreto, filha do senhor que havia oferecido a segunda carona, entrando numa Rural verde e branca estacionada no Largo do Parnamirim. O padre não aparentava estar sendo coagido, o que sugere que talvez ele conhecesse alguns dos ocupantes do veículo.

Eis o que parece ter acontecido: após entrar na Rural e perceber que se tratava de um seqüestro, o padre Henrique deve ter sido amarrado para evitar qualquer tipo de reação. Chegando à Cidade Universitária, o padre foi provavelmente arrastado até o local onde iria morrer, pois além dos ferimentos de balas, dos cortes e dos hematomas, uma série de arranhões mais ou menos superficiais marcavam todo o seu corpo.

Um corpo assim dilacerado, calado pela tortura e pela dor, num momento singular da vida brasileira, interpela a nossa capacidade de fazer História.

II

A pesquisa desenvolvida em torno do assassinato do padre Henrique, teve início em julho de 2003, durante o curso de graduação,. O projeto, inicialmente, tinha como objetivo analisar a atuação da Igreja Católica durante o período do governo do presidente

Médici. Era o meu primeiro contato com a pesquisa, marcando o começo do longo e difícil aprendizado que faz parte do ofício do historiador. Nessa época, eu já olhava com desconfiança as ações da Igreja Católica, pois considerava que esta instituição visava apenas aos seus próprios interesses e a sua própria expansão. Então eu colocava, naquele período, questões superficiais que visavam a investigar o quanto a Igreja Católica havia se alinhado aos militares ou combatido-os e uma das minhas primeiras leituras para o desenvolvimento da pesquisa, o livro de Kenneth Serbin, que analisa encontros secretos entre bispos e militares contribuíram para o aumento do meu ceticismo com relação àquela instituição.

Entretanto, o acaso levou essa pesquisa a tomar novos rumos, navegar em outros mares. Isso ocorreu quando, lendo os jornais do ano de 1969, me deparei com a notícia do assassinato do padre Henrique. Dando prosseguimento à leitura dos jornais através dos meses que se seguiam a maio daquele ano fui percebendo que não se tratava de qualquer assassinato político. Muita forças estavam em jogo naquele caso. Em primeiro lugar, o Brasil estava vivendo sob um Estado de Exceção. Haviam se passado apenas cinco meses do decreto de um ato institucional que lançou o Brasil num dos períodos mais obscuros da sua história. A Igreja Católica, especialmente dom Hélder Câmara, à frente da Arquidiocese de Olinda e Recife adotava um postura crítica em relação ao regime militar, de modo que seu nome foi proibido de ser citado na imprensa pela censura. Além disso, o aparato repressivo estava no início do seu apogeu, paralelamente ao início do declínio do poder judiciário.

Todas essas questões me levaram à elaboração de um projeto de pesquisa que começou a ser desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco no primeiro semestre de 2005. O principal objetivo era analisar o assassinato do padre Henrique como um dos palcos privilegiados do embate entre a Igreja e o Estado após o golpe de 1964. Mais uma vez, o desenvolvimento do trabalho permitiu a abertura de novos horizontes. A análise da documentação sobre o assassinato do padre Henrique lança luzes não apenas sobre a relação entre a Igreja e o Estado, mas permite, além de escrever a história desse crime que teve uma enorme repercussão social, uma nova leitura de uma série de aspectos do regime militar brasileiro: uma nova possibilidade de narrar a atuação e a prática do aparato repressivo, da censura, do poder judiciário; analisar a complexidade de uma instituição como a Igreja Católica ou do próprio Estado com seus inúmeros conflitos internos. Enfim, mostrar um pouco das práticas dessas

instâncias em seu nível mais elementar.

É importante ressaltar que esta dissertação não é exatamente o que se poderia chamar de um trabalho de micro-história. É comum aprisionar-se determinados estudos ou determinados pensadores em nomenclaturas que dão a ilusão de facilitar a compreensão. Dessa forma, enquadram-se estudos em história social, cultural, política ou econômica ou, pensadores como “marxistas”, “*analistas*”, “estruturalistas” ou “pósmodernos”. Consideramos esses tipos de classificações prejudiciais. Esta dissertação, de fato, faz uma incursão numa escala micro-analítica ao analisar uma situação-limite como o assassinato de um sacerdote. E apesar de ter algumas características do tipo de história acima citado, como a pesquisa exaustiva de fontes ou a opção pelo estudo em uma escala reduzida, não a enquadraria no campo da micro-história. Como afirma Jacques Revel, variar a objetiva não significa apenas aumentar ou diminuir o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. Esta foi uma das intenções da mudança de escala nesta dissertação: a diminuição (sempre articulando-a com uma escala macro) permitiu uma outra forma de ver e analisar alguns aspectos do regime militar brasileiro. O filme de Michelangelo Antonioni *Blow up*, também citado por Revel, é um ótimo exemplo: no filme, um fotógrafo londrino registra em sua câmara fotográfica uma cena incompreensível e incoerente. Intrigado, ele amplia as imagens até que um detalhe invisível o coloca na pista de uma outra leitura do conjunto. A variação de escala lhe permitiu passar de uma história para outra.¹

III

Durante a pesquisa, foram utilizadas várias fontes. A primeira delas foi um conjunto de notícias publicadas nos jornais da época. Como a pesquisa não visava unicamente ao assassinato em si e o processo se prolongou por vários anos, a leitura e análise desta documentação não pôde se limitar ao ano de 1969 ou mesmo aos anos seguintes. Dessa forma, foram pesquisadas notícias que iam do início dos anos cinquenta até a segunda metade da década de 1980. Esse recorte temporal se fez necessário para, de um lado, analisar a atuação da Igreja Católica antes do assassinato do padre Henrique e antes mesmo do golpe de 1964 até o fechamento definitivo do processo em 1986. Os jornais pesquisados foram o Diário da Noite, Folha do Povo, Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio. Nos dois últimos, foram coletadas

todas as notícias, sem exceção, que fazem menção ao padre Henrique de 1969 a 1986.

O segundo conjunto de documentos analisados foram aqueles oriundos da Igreja Católica ou de grupos leigos católicos. Foram levantados e analisados todos os Boletins Arquidiocesanos entre os anos de 1969 e 1974. Era neste espaço que o grupo mais próximo a dom Hélder na Arquidiocese de Olinda e Recife podia se expressar. Com o nome censurado em qualquer meio de comunicação do país, dom Hélder usou

1

As fontes utilizadas nesses primeiros itens foram: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998; VAINFAS, Ronaldo. *Os Protagonistas Anônimos da História*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2002; GINZBURG, Carlo. *Sinais. Raízes de um Paradigma Indiciário* In *Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1989. GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa, Editora Difel, 1989. LEVI, Giovanni. *Micro-História* In BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo, Editora Unesp, 1992.

exaustivamente os Boletins Arquidiocesanos para expor suas posições sobre determinados assuntos, especialmente sobre o assassinato do padre Henrique. Utilizava esses boletins também para se defender dos constantes ataques que sofria na imprensa. Com relação aos documentos ligados à Igreja, também foram analisadas as revistas católicas Sedoc e Revista Eclesiástica Brasileira (REB), de 1969 e 1974 e a revista católica francesa *Documentation Catholique*, de 1970 e 1971². Na Sedoc, pouca coisa foi publicada sobre o assassinato do padre Henrique, salvo uma página muito parecida com a que foi publicada no Boletim Arquidiocesano. No entanto, no decorrer do processo não aparece mais nenhuma notícia ou matéria, o que indica que a revista não acompanhou ou fez qualquer referência ao desenrolar do processo. A REB, por sua vez, emitiu apenas uma pequena nota na sessão de “necrologia” sobre o assassinato do padre Henrique em Recife. Finalmente, a francesa *Documentation Catholique*, não fez qualquer menção ao crime no período citado.

Um terceiro conjunto de fontes foi constituído por discursos de deputados no arquivo da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Chama atenção a pouca quantidade de discursos sobre o caso. É importante mencionar que a ata do ano de 1969 não estava disponibilizada para o público, de modo que a pesquisa se deu entre os anos de 1970 e 1986.

Um quarto conjunto de documentos foi pesquisado no Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Entre os prontuários disponibilizados para a pesquisa havia muitos recortes de jornal, que eu já havia coletado no Arquivo Público. No entanto,

foi muito útil a leitura de relatórios da polícia sobre o enterro assim como os panfletos que foram apreendidos sobre o assassinato e fotografias. Os prontuários individuais de alguns personagens do período como policiais da Secretaria de Segurança Pública não estavam autorizados para a pesquisa.

O quinto conjunto de documentos importantes foi disponibilizado por Isaíras Pereira Padovan, irmã do padre Henrique. Seus documentos pessoais foram de grande importância para a pesquisa, uma vez que ela possuía fontes não encontrados nos arquivos do Estado. Fora isso, ela disponibilizou uma grande quantidade de fotografias. Outro arquivo pessoal utilizado para a pesquisa foi o do Sr. Tadeu Collaris, especialmente o de fotografias do enterro.

² As revistas relativas ao ano de 1969 não estavam disponíveis na biblioteca da Cúria Metropolitana do Recife.

Finalmente, foram utilizados os depoimentos orais. Fiz 12 entrevistas com pessoas que estiveram de certa forma ligadas ao crime, ou conheciam, ou conviveram com o padre Henrique naquele período. São elas: Isaíras Pereira Padovan, Ronildo Maia Leite, Ivan Maurício, Jomard Muniz de Brito, Roberto Mota, Lauro de Oliveira, Nildo Nery dos Santos, Teresa Dueire, Severino Vicente da Silva, Francisco Oliveira Rocha, Padre José Edwaldo Gomes e Padre José Augusto. Infelizmente, apesar de ter tentado durante 8 meses, não consegui entrevistar o advogado Boris Trindade que atuou como defensor de Rogério Matos do Nascimento, principal suspeito do crime, durante quatro anos. Outro nome importante, Jorge Tasso de Souza, que naquele período atuou na Comissão Judiciária de Inquérito, está em idade muito avançada e sem condições de dar um depoimento oral. Alguns nomes não foram encontrados como Nelson Souto de Araújo, que em 1975 atuou como promotor do caso e o próprio Rogério Matos do Nascimento, que não sabemos sequer se ele ainda está vivo.

Não posso deixar de mencionar aqui uma lacuna documental: o processo do crime. São doze volumes, mais de mil páginas guardadas no Arquivo da justiça do Estado de Pernambuco. Não obtive autorização para pesquisar o processo, nem com a permissão da família, pois é considerado “segredo de justiça”, mesmo passados quase quarenta anos.

Finalmente, faz-se necessário, ainda nesta introdução, discutir alguns estudos do período trabalhado na dissertação.

IV

Gostaria de iniciar essa discussão historiográfica fazendo algumas reflexões acerca da escrita e da reescrita da história, conforme a visão de José Carlos Reis³. Para este autor, a história é constantemente reescrita por duas razões principais: primeiro, em função do *objeto* do conhecimento histórico; segundo, em função do caráter transitório do próprio *conhecimento histórico* que muda, acompanhando as mudanças da história. A discussão desses dois pontos é indissociável das reflexões acerca da questão da temporalidade.

O primeiro motivo apontado por Reis, o objeto do conhecimento histórico, aponta para a impossibilidade de apreensão imediata dos homens e das sociedades

³ REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2003.

humanas, ou seja, para a necessidade de considerar a sucessão temporal. De onde surge, incontornável, a necessidade da reescrita da história. Reis aprofunda a discussão, apoiando-se em Koselleck⁴ para afirmar que conhecer um mundo histórico é responder ao seguinte questionamento: como, em cada presente, as dimensões temporais do passado e do futuro foram postas em relação? Para Koselleck (apud Reis), é a determinação, em um presente, da diferença entre passado e futuro, que torna possível a apreensão do tempo histórico. Quem realiza esta operação cognitiva é a história, que deixa visível e dizível a experiência temporal. Assim, a história é a reconstrução narrativa, conceitual e documental, em um presente, da assimetria entre passado e futuro, que reenviam-se um ao outro e são assimétricos, diferentes, caracterizando um tipo de relação que dá sentido à própria idéia de temporalização. O presente muda e, nesta mudança, o passado e o futuro são constantemente rearticulados, obrigando à reescrita da história. Se as sociedades evoluem em uma época determinada, ao historiador interessa conhecer a sua “idade interna”, ou seja, a relação que em seu presente, sempre mutante, cada sociedade estabelece com seu passado e o seu futuro⁵.

Ainda com relação ao tempo histórico, Reis afirma que as mudanças na história têm um impacto efetivo sobre o processo hermenêutico. Toda interpretação, que o autor define como “uma atribuição de sentido ao vivido”, se assenta sobre um presente, ou melhor, sobre um lugar social e sobre um tempo específico. Nesse sentido, cada geração, em seu presente específico, une passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular do processo histórico: o presente exige a reinterpretção do passado para

se representar, se localizar e projetar o seu futuro; assim como cada presente seleciona um passado que deseja e lhe interessa conhecer. A história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza. Um novo olhar sobre o passado e o futuro se elabora sob as pressões do presente vivido. A partir do presente, a visão do passado se altera e age sobre a visão e a produção do futuro⁶.

Tudo isso leva ao segundo motivo apontado por Reis para a reescrita da história: o próprio conhecimento histórico também é submetido a mudanças. Trata-se aqui de verificar que, ligados ao conhecimento histórico, estão, por um lado, razões teóricas e técnicas e, por outro, o surgimento de novos historiadores. Em outras palavras: novas

⁴ Apud José Carlos Reis.

⁵ REIS, José Carlos. Op. Cit. Pág. 8 e 9.

⁶ REIS, José Carlos. *Ibid.* pág. 9.

fontes, novas técnicas, novos conceitos e teorias, novos pontos de vista levam à reavaliação do passado e das suas interpretações estabelecidas. O passado é, então, repensado e ressignificado de forma renovada e fecunda. Por outro lado, para além das razões teóricas e técnicas, aparecem novos historiadores, formulando novas questões ou reformulando questões clássicas, oferecendo-lhes respostas que influenciarão a representação que cada sociedade tem dela própria e do seu passado. Novos historiadores, ligados a novos sujeitos históricos, reinterpretam a história segundo as suas necessidades e a sua forma particular de relacionar o passado e o futuro. O que permite a Reis concluir que a interpretação de um determinado historiador não abole as anteriores e não evitará outras que as sucederão, referenciando Koselleck, para quem o conhecimento histórico exige do historiador o exame crítico da historiografia anterior. De uma maneira mais geral, o conhecimento histórico é também e ao mesmo tempo história da historiografia.⁷

*

Como salientou Carlos Fico⁸, o interesse pelo período do regime militar brasileiro não é recente e existem muitas maneiras de se contar a sua história. Entre os vários temas que vêm sendo abordados nas produções históricas acadêmicas, é possível apontar para questões tão diversas quanto a resistência ao regime militar, a repressão e os aspectos

econômicos do período. No entanto, mesmo diante da diversidade temática, Fico sinaliza e analisa criticamente dois modelos usados de forma predominante para contar a história daquele período: a memorialística e a crônica política.

A memorialística, amplamente produzida inicialmente pela dificuldade de acesso aos documentos primários, se constitui (assim como as demais fontes documentais), segundo Fico, ao mesmo tempo como uma fonte e um objeto da história do regime militar, uma vez que não só descreve o período como também oferece uma interpretação parcial passível de uma análise histórica. Como se sabe, as memórias de ex-membros de grupos ou partidos de esquerda alcançaram tamanho sucesso editorial que alguns militares - assumindo a posição de porta-vozes mais ou menos autorizados do regime militar - chegaram a afirmar que a história estava sendo pela primeira vez escrita pelos

⁷ KOSELLECK, Reinhart apud REIS, José Carlos. *Ibid.* pág. 12.

⁸ FICO, Carlos. *Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda: os Pilares Básicos da Repressão* in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O Tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

vencidos⁹. Para Fico, a percepção de que a constituição da memória é um espaço de luta como outro qualquer levou alguns militares a publicar as suas próprias memórias, entre as quais é possível destacar os casos de José Maria de Toledo Camargo¹⁰, Jarbas Passarinho¹¹ e Hugo Abreu¹², este último com maior repercussão editorial. Dessa forma, a história do período poderia ser contada como um processo de luta pela constituição da memória “correta”, na qual as versões dos ex-combatentes da luta armada, exilados e perseguidos se confrontam com as versões dos militares e dos seus adeptos civis. Neste embate memorialístico, surgem temáticas específicas, como, por exemplo, o esforço de alguns militares para eximir os oficiais-generais da culpa pelas torturas praticadas no complexo sistema repressivo do regime, denominado “porão”, responsabilizando os escalões inferiores por esse tipo de desvio ou mesmo justificando a sua necessidade. Ernesto Geisel foi o um dos primeiros a admitir a necessidade da tortura como um “mal menor”¹³ em livro que acabaria se tornando um best-seller.

Além da produção memorialística, Fico se refere à crônica política como um segundo modelo hegemônico na abordagem histórica do regime militar brasileiro. Não é difícil compreender os problemas associados a essa forma de se “contar a história”, na medida em que o modelo procura constituir e explicar a “verdade do processo histórico” cotidianamente, ou seja, no momento mesmo em que as coisas acontecem. O exemplo

clássico citado por Fico é o das crônicas do jornalista Carlos Castello Branco, escritas entre 1962 e 1993, e posteriormente reunidas em livros. Essas crônicas jornalísticas anteciparam uma vertente historiográfica que encontraria na “grande política” um forte estímulo de investigação. Esse caminho, recheado de ingredientes picantes - as ciladas, as intrigas palacianas, os *faits divers* da luta política -, ganhava, no caso do regime militar, um estímulo a mais: o caráter secreto de várias atividades políticas do período, marcado pela espionagem, pela censura e pelo trabalho nebuloso da polícia política. É sabido que certos trabalhos da crônica política muitas vezes são lidos a partir da perspectiva de contribuir para o que Fico chama de “mitologia política”. Eu acrescentaria ainda que parte da crônica cotidiana contribui para compor uma outra vertente do próprio modelo memorialístico, ou seja, para a transformação da história do

⁹ D'ARAÚJO, Soares e Castro, 1994 apud FICO, Carlos. Op. Cit. Pág. 170.

¹⁰ CAMARGO, José Maria de Toledo. *A Espada Virgem: os Passos de um Soldado*. São Paulo, Ícone 1995.

¹¹ PASSARINHO, Jarbas. *Um Híbrido Fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

¹² ABREU, Hugo. *O Outro Lado do Poder*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.

¹³ D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.) *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

período em memória, da maneira como Pierre Nora¹⁴ emprega o termo: o “congelamento” da história. Entre os exemplos de Fico da “mitologia política” de regime militar, e que poderiam igualmente ser vistos como “congelamentos”, destaca-se a caracterização da figura do general Humberto de Alencar Castello Branco como “legalista”, de “caráter democrático”, ou ainda a constatação da “sagacidade” do general Golbery do Couto e Silva, em contraposição à “falta de inteligência” dos militares da chamada linha-dura.

Essas narrativas destacam aquilo que faz o gosto da história tradicional, como a suposta predestinação dos sujeitos-heróis; a teatralidade das magnas decisões políticas, vistas como espetáculo e, no caso do regime militar, com direito aos efeitos especiais das movimentações de tropas e dos rumores na Vila Militar; as maquinações de lideranças ardilosas, que conseguem sobrepujar inimigos com ações de inteligência (como foi o caso da demissão do general Sylvio Frota num feriado), enfim, narrativas que vêm um sentido na história e, em graus variados, romantizam o que eventualmente foi acaso ou contingente¹⁵.

Não são narrativas completamente falsas, mas abrem a possibilidade de constituir narrativas históricas pretensamente coerentes e lineares, afastadas da complexidade que envolve tanto os objetos quanto o próprio conhecimento histórico.

Nessa perspectiva, tanto o modelo da memorialística quanto o da crônica política estariam próximos do esgotamento: salvo ocorrência esporádica e surpreendente do depoimento de algum ator do regime militar ou da oposição armada ou civil, salvo também a publicação de alguma crônica ainda inédita do período, que o passar do tempo tornam cada vez mais improvável, parece difícil encontrar algo de novo ou relevante que ainda não tenha sido estudado e analisado. Entretanto, retomando as reflexões de José Carlos Reis, isso não anula a necessidade que os historiadores, no futuro, terão de analisar novamente e ressignificar essa produção. O desafio se concentra na descoberta de novas fontes, sobretudo dos documentos oficiais de caráter sigiloso.

O trabalho com esse tipo de documentação podia parecer, num primeiro momento, impossível, pois éramos levados a pensar que os responsáveis por tais tipos

¹⁴ NORA, Pierre. Memória e História. Revista Projeto História, número 10, Dezembro de 1993. Nesse artigo, Pierre Nora faz uma distinção entre história e memória, colocando os dois termos em posições quase antagônicas. Se por um lado, a história seria o lugar da crítica, da análise e da revisão, a memória seria justamente o “congelamento” da história, ou seja, seria quando um acontecimento é descrito de tal maneira que não se fazem mais revisões ou análises e aquele acontecimento é aceito como verdade incontestável. De modo que, por motivos óbvios, é extremamente prejudicial à “transformação” de um determinado acontecimento em memória. ¹⁵ FICO, Carlos. *Ibid.* pág. 172.

de material os teriam eliminado. Como se sabe hoje, não foi o que ocorreu: documentos da repressão (como os dos antigos Departamentos de Ordem Política e Social e das Secretarias estaduais de segurança) estão pouco a pouco vindo a público e permitindo uma nova abordagem do período. Fico dá exemplo de historiadores que, trabalhando com esse tipo de documento, escreveram ótimos trabalhos, entre os quais é possível destacar o caso do americano Kenneth Serbin ¹⁶ (que discutiremos adiante), pesquisando o acervo do general Antonio Carlos Murici e reconstituindo a atuação da “Comissão Bipartide” (reuniões sistemáticas entre militares e bispos realizadas durante o governo Médici). O próprio Fico ¹⁷, analisando os documentos sigilosos da extinta Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça, reconstituiu de forma muito precisa o *modus operandi* da comunidade de segurança e informação. Finalmente, ressaltou-se como outras fontes permitiram a Denise Assis ¹⁸ estudar a propaganda ideológica entre 1962 e 1964 e a Denise Rollemberg ¹⁹ descrever o treinamento guerrilheiro em Cuba.

*

Como o objeto da minha pesquisa é o assassinato do padre Antonio Henrique

Pereira da Silva Neto, ao reconstituir e problematizar esse acontecimento específico, estaremos automaticamente trabalhando com o período que genericamente se classifica como regime militar. Em face da considerável produção a respeito dos anos que vão de 1964 a 1985, muitos aspectos desse período precisam ser revistos, revisados, reanalisados, enfim, reescritos. Ora, grande parte da produção existente sobre o regime militar brasileiro aborda apenas alguns aspectos muito particulares da região Nordeste do Brasil e de Pernambuco em especial. Nesse sentido, a revisão da história do período militar se faz necessária não apenas pela importância do exercício da reescrita da história, mas, principalmente, pela necessidade de investigar, em meio a caminhos tantas vezes percorridos, novos atalhos e trilhas que podem proporcionar a renovação do olhar e da compreensão sobre o período.

¹⁶ SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra: Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura*. São Paulo, Cia. das Letras, 2001.

¹⁷ FICO Carlos. *Como eles Agiam. Os Subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2001.

¹⁸ ASSIS, Denise. *Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe: 1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad/ Faperj, 2001.

¹⁹ ROLLEMBERG, Denise. *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o Treinamento Guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

Esse esforço de ressignificação discutirá trabalhos que abordaram o período de 1964 a 1985 tanto numa perspectiva ampla, englobando todo o período do regime militar, quanto numa perspectiva restrita, tratando temas específicos (como, por exemplo, o aparato repressivo, a teologia da libertação ou o processo de abertura política). Evitamos restringir o estudo ao ano de 1969, quando o padre Henrique foi assassinado, pois os embates travados pela construção da “verdade” do crime não começaram nem cessaram nas semanas que marcaram o atentado. Até mesmo o processo aberto para investigar o caso, em 1969, só é encerrado em 1973, com a impronúncia do estudante Rogério Matos do Nascimento, apontado pela Comissão Judiciária de Inquérito como principal suspeito do assassinato. Esse processo é reaberto em 1979 e outra vez encerrado (“definitivamente”) em 1986. De modo que a nossa abordagem é a de um caso específico que perpassa praticamente todo o período do regime militar, exigindo uma análise historiográfica que parta do momento do golpe até o período da redemocratização. Mesmo que isso tenha acrescentado uma imensa carga de leitura e reflexão, ampliando certos riscos inerentes à ampliação da bibliografia, nosso

sentimento é só assim seria possível entender e situar as idas e vindas do processo e das significações dadas ao assassinato do padre Henrique pelos diversos grupos ligados a ele ao longo dos anos.

Analisamos ainda os trabalhos que versam sobre a relação da Igreja Católica com o regime militar brasileiro. Uma vez que o assassinato do padre Henrique está relacionado ao aparato repressivo do Estado, surgiu a consistente possibilidade de que tal circunstância possa ter gerado atritos entre as duas grandes instituições (Forças Armadas e Igreja Católica).

*

Maria Helena Moreira Alves, em seu livro *Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)*²⁰, faz um estudo do regime militar a partir do que ela chamou de “dialética Estado/Oposição”, entendendo o termo *dialética* como o processo dinâmico pelo qual o Estado foi sendo estruturado com relação aos movimentos de oposição. Para Alves, a conspiração levada a cabo pelos militares, em 1964, muito mais do que “afastar o perigo do comunismo e acabar com a corrupção” (como se constituiu a justificativa básica dos

²⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)*. São Paulo, EDUSC, 2005.

golpistas) tinha o objetivo de consolidar no Brasil um modelo de desenvolvimento capitalista extremamente excludente. Nesse sentido, a autora aponta para a diferença existente entre “desenvolvimento capitalista autônomo” e “desenvolvimento capitalista dependente”. O primeiro caso se refere aos países capazes de gerir o seu próprio desenvolvimento econômico, o que implica necessariamente a capacidade de criar novas tecnologias, expandir o setor de bens de capital e controlar o seu sistema financeiro e bancário²¹. O segundo caso engloba os países que funcionam na periferia do sistema, afastados dos pontos de concentração dos recursos para o autodesenvolvimento. Esses países não têm capacidade de desenvolver sua tecnologia, sua indústria e seu sistema financeiro, fundamentais para o crescimento autogerado. No entanto, um sistema capitalista dependente não implica necessariamente em estagnação econômica. Implica um desenvolvimento em que problemas sociais graves são mantidos sem solução (como as desigualdades regionais, as desigualdades de distribuição de renda, os altos níveis de desemprego e os níveis de vida abaixo da linha de pobreza para a maioria da população).

Essa situação de dependência só se viabiliza a partir de uma aliança entre o capital multinacional, o capital nacional associado-dependente e o capital do Estado, formando um relacionamento complexo que Alves chamou de um “tripé econômico”. Nesse relacionamento, o controle do processo permanece nas mãos de protagonistas e instituições internas e externas à nação, o que vai resultar, por sua vez, no desenvolvimento de classes clientelísticas.

Essas classes clientelísticas, juntamente com outros setores da sociedade, tiveram um papel fundamental na conspiração que levou os militares ao poder. Tais setores se serviram de instituições civis de fachada como o Instituto de Ação Democrática (IBAD), o Instituto de Pesquisas Sociais (IPES) e a Escola Superior de Guerra (ESG)²² para desenvolverem uma Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento que continha, em seu interior, os fundamentos de uma ideologia de Segurança Nacional.

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, formulada pelas instituições acima mencionadas num período de vinte e cinco anos, é segundo Alves, um corpo teórico que inclui elementos ideológicos e diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite

²¹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. Cit.* Pág. 22.

²² Para um estudo mais detalhado da atuação do IBAD, do IPES e da ESG ver DREIFUSS, René A. 1964: *a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Vozes, 2006.

o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos²³. Ela foi utilizada, em primeiro lugar, para justificar a imposição de um sistema de controle e dominação. Não pressupõe o apoio das massas para se legitimar e nem mesmo procura esse apoio, pois o Estado conquistará sua legitimidade através de um constante desenvolvimento capitalista e do seu desempenho na defesa da nação contra o “inimigo interno”²⁴. Segundo Alves, a ênfase na constante ameaça à nação por parte de “inimigos internos” ocultos e desconhecidos produzia, no seio da população, um clima de suspeita, medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas. Desse modo, a dissensão e os antagonismos de classe podiam ser controlados pelo terror. Trata-se por isso de uma ideologia de dominação de uma parcela da sociedade que serviu para justificar as mais violentas formas de opressão classista²⁵.

Em segundo lugar, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi utilizada como o modelo teórico para a estruturação do Estado de Segurança Nacional. Embora os militares tenham tentado se manter fiéis às formulações dos teóricos da ESG, o novo Estado foi sendo construído de forma dinâmica, de acordo com a atuação da oposição, como acima mencionado. Para Alves, esse Estado passou por três fases de institucionalização, cada uma delas buscando novas formas de se legitimar:

1. **Primeira Fase de Institucionalização:** Vai de 1964 a 1968. Engloba os quatro primeiros anos da ditadura militar, ou seja, os governos de Castelo Branco e Costa e Silva. Essa fase inicial é responsável pela instauração e consolidação das bases do novo Estado através dos cinco primeiros atos institucionais, da “Operação Limpeza”, dos Inquéritos Policiais-Militares, primeira manifestação de um setor das Forças Armadas que queria o aprofundamento da repressão e a montagem do aparato repressivo. A busca de legitimidade por parte dos governantes, nessa primeira fase, foi o fim da corrupção e a limpeza do sistema político brasileiro de políticos considerados subversivos.

²³ ALVES, Maria Helena Moreira. *Ibid.* Pág. 42.

²⁴ Ver primeiro capítulo da dissertação.

²⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. *Ibid.* Pág. 31 e 32.

1 **Segunda Fase de Institucionalização:** Vai de 1969 a 1974. Compreende o governo do General Emílio Garrastazu Médici, considerado o mais violento e repressivo dos governos militares. Esse período ficou marcado pelo crescimento econômico, pela atuação dos grupos armados de esquerda através da guerrilha urbana e rural²⁶ e pela consolidação do que Alves chamou de uma “cultura do medo”. Essa “cultura do medo” merece algumas considerações especiais por ser possível sua ligação com o assassinato do padre Henrique. Para Alves, a partir do momento em que a tortura foi institucionalizada pelo Estado, criou-se um clima de medo, uma vez que a participação política que não fosse alinhada ao governo militar implicava o risco real de ser torturado. De modo que a cultura do medo trazia consigo três componentes psicológicos: o *silêncio*, imposto à sociedade pela rigorosa censura de todos os veículos de informações, universidades, teatro, música, cinema, e literatura; o *isolamento*, decorrente desse silêncio, quando os setores marginalizados pela repressão foram isolados de outros segmentos que podiam lhe oferecer ajuda; finalmente, generalizou-se a crença de que todos os canais da oposição estavam fechados, sendo impossível enfrentar o Estado; *desesperança*, consequência dos anteriores. Silêncio, isolamento e desesperança eram, portanto, fortes elementos dissuasivos da “cultura do medo” que permitiu ao Estado impor-se com poderes quase

ilimitados²⁷. Os governantes buscaram se legitimar através do crescimento econômico, período em que o país cresceu numa média de 10% ao ano.

2 **Terceira Fase de Institucionalização:** Vai de 1974 a 1984. Compreende os governos do general Ernesto Geisel (1974-1978) e do general João Baptista Figueiredo (1979-1984). Esse período foi marcado, sobretudo, pelo processo de abertura política “lenta, gradual e segura”, levada a cabo pelo Presidente Geisel e seu ministro Chefe da Casa Civil Golbery do Couto e Silva, tido como a “eminência parda” do governo. Posteriormente, o Presidente Figueiredo deu prosseguimento à distensão. Alves descreve como se deu esse processo, as

²⁶ O estudo acerca do assassinato do padre Henrique passa ao largo da problemática da luta armada no Brasil. No entanto, para se ter um conhecimento sobre essas lutas, Denise Rollemberg indica três clássicos: o primeiro é o livro do Jacob Gorender *Combate nas Trevas*, de 1987, reeditado em 2003 pela editora Ática; o segundo é a tese de doutorado de Daniel Aarão Reis *A Revolução Faltou ao Encontro*, de 1990, publicado pela Brasiliense; e o de Marcelo Ridenti, *O Fantasma da Revolução Brasileira*, tese de doutorado em Sociologia, publicada pela Unesp, em 1993. ²⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. *Ibid.* Pág. 205.

negociações, as idas e vindas e os conflitos dentro do Estado entre aqueles que queriam a abertura e aqueles que eram contra.

Apesar de fazer um estudo completo do período que vai de 1964 a 1984, ao focar sua análise na construção do Estado a partir do que ela chamou de dialética Estado/oposição, Maria Helena Moreira Alves acaba considerando as ações de ambas as partes como conseqüências das ações da outra. No entanto, o processo das ações e tomadas de decisões é mais complexo. Podemos tomar como exemplo um caso bastante polêmico, como o da relação entre a luta armada e a decretação do AI-5. Na memória do período da ditadura, citada por Fico, enquanto os remanescentes da luta armada afirmam que optaram pelas armas porque depois do AI-5 não tinham mais meios para lutar no terreno legal, os militares afirmam que o ato institucional foi necessário por causa da radicalização dos grupos de oposição. Entretanto, ainda segundo Fico, documentos e análises recentes mostram que, da mesma forma que vários grupos de esquerda pregavam a luta armada muito antes do endurecimento do regime, dentro das Forças Armadas havia um setor que já exigia a continuação da “Operação Limpeza” e o fechamento do regime muito antes da radicalização da esquerda. A interpretação de Alves prefere se afastar de questões dessa ordem e não considera que nem todas as opções tomadas pelos detentores do poder ou pela oposição foram conseqüência de alguma ação da outra parte.

Thomas Skidmore²⁸ vê na Igreja o único centro de oposição institucional ao Regime Militar. Chama a atenção para o fato de alguns grupos ligados à Igreja terem aderido à luta armada contra o regime militar, principalmente após dezembro de 1968. Entre os grupos mencionados por Skidmore que foram “arrastados” para a oposição ao regime

estão a Ação Popular (AP), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC)²⁹. Destaca as três regiões que se tornaram pólos de oposição fortemente influenciados pela Igreja: a região Amazônica, onde se destacaram os bispos dom Pedro Casaldáliga e dom Estevão Cardoso; o Nordeste, com dom Hélder Câmara; e São Paulo, com dom Paulo Evaristo Arns. É fundamental incluir nessa lista do Skidmore a atuação de Dom Fragoso, bispo de Crateús, interior do Ceará. Skidmore propõe a divisão da Igreja brasileira em três alas³⁰:

²⁸ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.

²⁹ SKIDMORE, Thomas. *Op. Cit* Pág. 270.

³⁰ SKIDMORE, Thomas. *Ibid*. Pág. 271e 272.

a) A ala “progressista”, cuja figura mais destacada era Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife. Os bispos desse grupo pregavam contra a violência do governo e, com igual veemência, contra a injustiça social. Assumiam uma posição política mais radical com relação aos outros setores, vez que necessariamente tinham que atacar as políticas do governo que haviam contribuído para o aumento da desigualdade econômica.

b) Um segundo grupo de bispos formava a ala “conservadora”, destacando-se dom Geraldo de Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina. Para Skidmore, eles eram o contrapeso direitista à ação dos progressistas. Denunciavam a ameaça “subversiva” ao Brasil e apoiavam o Regime Militar.

c) O terceiro grupo pertencia à ala “moderada”, formada por bispos que procuravam evitar a tomada de qualquer posição pública sobre justiça sócio-econômica ou política. É que temiam pela sobrevivência da Igreja numa luta contra o governo, apesar da urgência de certas questões. Os “moderados” tendiam a unir-se aos “progressistas”, formando assim a maioria, sempre que o próprio clero era vítima de vexames e tortura.

O autor aponta 1969 como o ano que marca um ponto de ruptura, quando surgem os primeiros casos de torturas e prisões contra religiosos. Menciona brevemente o caso do padre Henrique, afirmando que, apesar dos matadores nunca terem sido identificados, “poucos duvidaram que eram elementos ligados às forças de segurança”. Para este autor, a Igreja “tornou-se [então] o mais conspícuo opositor do

estado autoritário brasileiro” e foi uma “espinha na garganta do Regime Militar”³¹.

O artigo de Antonio Montenegro, intitulado *Resistência Católica: Cotidiano de Padres Transnacionais no Nordeste do Brasil (1960-1970)* é fundamental para compreender a complexidade de uma instituição como a Igreja Católica. O objetivo do texto é mostrar como padres estrangeiros, que foram enviados ao Brasil com o intuito de combater o comunismo, foram, posteriormente, acusados e perseguidos como comunistas. Para tanto, Montenegro faz todo um estudo da conjuntura nacional

³¹ SKIDMORE, Thomas. *Ibid.* Pág. 273.

e internacional dos anos 1960, ou seja, da Guerra Fria, da política externa americana no combate ao comunismo na América Latina, da Revolução Cubana, assim como de alguns movimentos sociais no Nordeste do Brasil. Na análise dos relatos desses padres, fica evidenciado o conflito dentro da Igreja Católica iniciado em meados da década de 1950.

Esse conflito consistiu na adesão de um setor da Igreja a uma proposta mais voltada para o social. Ou seja, pela primeira vez na história do Brasil uma parte da Igreja deixou de ser a voz do *status quo*. Com o golpe de 1964 essa divisão ficou mais delineada e, depois do AI-5, o setor que se colocou contra a ditadura passou a ser majoritário.

Destacando o papel de oposição, Skidmore prefere, no entanto, enfatizar a instituição religiosa em bloco, minimizando as transformações ocorridas na Igreja nesse período, tanto no âmbito externo como no âmbito interno, e que alteraram seu programa de ação e as estratégias de aliança. Essas análises foram elaboradas detalhadamente por Scott Mainwaring³². Em seu livro “*Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*”, Mainwaring parte da análise do modelo da *neocristandade*, lançada por dom Sebastião Leme, passa pela observação do período *reformista* da década de 1950 e chega às relações da Igreja com o Regime Militar, observando o seu envolvimento no processo de abertura política.

O argumento-chave de Mainwaring é que, como qualquer outra instituição, a Igreja é influenciada pelas mudanças da sociedade. Mais especificamente, o autor argumenta que ideologias políticas da sociedade brasileira influenciaram a própria concepção de fé da Igreja. Os conflitos sociais - e a forma pela qual o Estado tentou resolvê-los ou suprimi-los - determinaram em grande escala essas ideologias e as concepções da política. A idéia geral é que a luta política pode exigir o

redimensionamento das identidades sociais e das ideologias. De modo geral, as práticas sociais e as identidades institucionais não se modificam apenas porque surgem novas idéias, mas porque o conflito social leva a uma nova compreensão da realidade³³. Essa abordagem permite a Mainwaring apontar os fatores que levaram a Igreja a optar por caminhos diferentes dos já percorridos anteriormente.

³² MAIWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 2004.

³³ MAIWARING, Scott. *Op. Cit.* Pág. 25.

O livro de Fico *Como Eles Agiam*³⁴ instaurou novas possibilidades para o estudo da ditadura militar no Brasil, uma vez que foi feito com uma documentação oriunda do meio militar, recentemente disponibilizada para o público³⁵. Pode ser o primeiro de uma série de trabalhos originais sobre o tema da repressão, uma vez que a abertura desses arquivos é agora um desafio para a nova geração de historiadores. Revisado em 2003³⁶, Fico analisa especificamente o *modus faciendi* da chamada “comunidade de informações”.

A “comunidade de informações” era o setor das Forças Armadas conhecido como “linha-dura” e integrava capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis que, liderados durante um período inicial pelo general Artur da Costa e Silva, exigiam novos mecanismos para dar prosseguimento à “operação limpeza”. Inicialmente formavam um grupo de pressão e, quando tomaram o poder a partir de 1967 se tornaram uma “comunidade” ou “sistema”. O projeto de distensão do governo Geisel pode ser pensado como o desmonte da comunidade de informações.

O que Fico chama de “pilares básicos da repressão” engloba a espionagem, a polícia política, a censura e a propaganda política do regime militar. A reconstituição da atuação desses setores permite uma compreensão muito mais refinada do período em questão.

O primeiro pilar analisado por Fico é a espionagem. De acordo com a lógica da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, o Brasil era um país propício à infiltração de idéias comunistas. Por essa razão, as Forças Armadas brasileiras tinham que se preocupar não com uma guerra total ou limitada, ou seja, não com algum ataque externo, mas com o que o manual da Escola Superior de Guerra chama de “guerra

revolucionária” ou “guerra interna”, tendo em vista que o inimigo estava dentro do país e podia ser qualquer cidadão brasileiro influenciado pelos comunistas. Assim, para a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, qualquer cidadão era suspeito até que se provasse o contrário e por isso precisava ser constantemente vigiado. Foi seguindo esse pensamento que o general Golbery do Couto e Silva criou, poucos meses depois do golpe, o Serviço

³⁴ FICO, Carlos. *Como Eles Agiam. Os Subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política*. Ed. Record, São Paulo, 2001. O trabalho foi elaborado a partir da análise do acervo da antiga Divisão de Segurança e Informação (DSI) do Ministério da Justiça disponível no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Intitulado, incompleto ³⁵ FICO, Carlos. *Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda: Os Pilares Básicos da Repressão* in FERREIRA, JORGE e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O Tempo da Ditadura. 4*. Rio de Janeiro, Ed. Brasiliense, 2003.

Nacional de Informações (SNI). Embora o general Golbery já se preocupasse com a coleta de informações desde a década de 1950, foi somente após o golpe que ele conseguiu implantar um sofisticado sistema de coleta de informações. “O Serviço”, como ficou conhecido posteriormente, era o órgão federal que mais recebia verba e o seu chefe tinha status de Ministro de Estado. Por conta da sua independência em relação ao Executivo e a sua atuação na repressão, anos mais tarde uma frase do seu fundador que dizia ter criado “um monstro” ficaria conhecida. Para Fico, no entanto, se Golbery tinha criado o “monstro”, Costa e Silva e Jayme Portella de Melo teriam sido os responsáveis pelo parto. Isso porque, foi somente após a vitória da linha dura que o SNI ganhou os poderes que passou a ter e conseguiu implantar um sistema de informações que tinha suas ramificações por todos os órgãos burocráticos e, conseqüentemente, alcançava toda a sociedade brasileira.

O Sistema Nacional de Informações (SISNI) foi criado em 1970 para englobar todos os órgãos de informações, inclusive o SNI. Cada ministério tinha seu próprio órgão, conhecido por Divisão de Segurança e Informações (DSI). O Diretor de uma DSI era subordinado diretamente tanto ao chefe do SNI quanto ao ministro da respectiva pasta. Isso trazia alguns problemas e constrangimentos. Por sua vez, cada autarquia, fundação ou órgão público tinha uma Assessoria Especial de Segurança e Informações (Aesi).

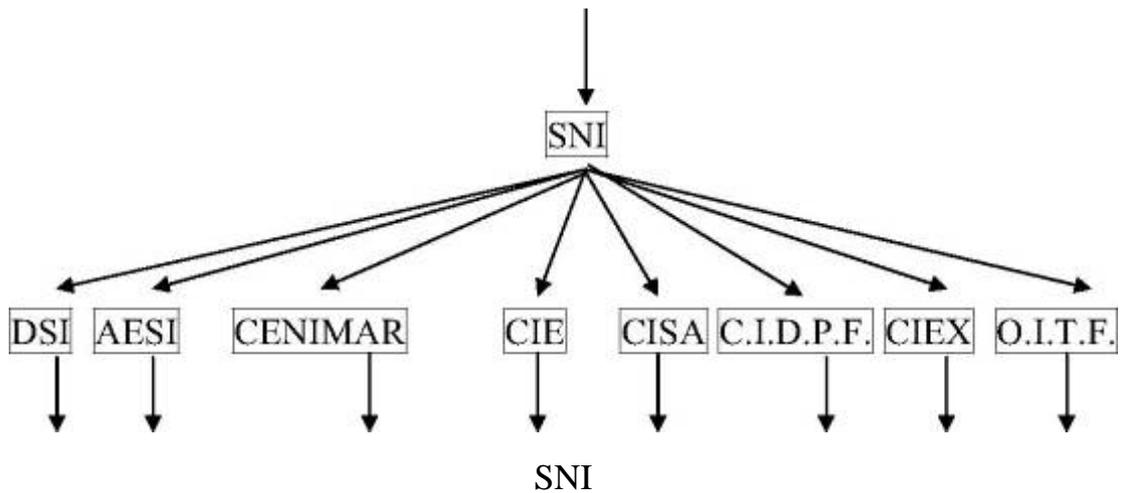
Os Ministérios Militares também possuíam, cada um, o seu próprio sistema de informações anterior ao golpe e independente do SNI, reformulados a partir de 1967 para o combate à “subversão”. O Ministério do Exército era responsável pelo Centro de Informações de Exército (CIE); o Ministério da Marinha era responsável pelo Centro de

Informações da Marinha (CENIMAR); e, finalmente, o Ministério da Aeronáutica era responsável pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). Os ministérios da Justiça, do Exterior e do Interior tinham cada um o seu próprio órgão de informações: o Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e os órgãos de informação dos territórios nacionais respectivamente.

A compreensão da atuação desse complexo mecanismo exige, por sua vez, uma compreensão da paranóia dos militares que integravam esses órgãos. Como o próprio nome diz, esses órgãos trabalhavam com informações e tudo o que pudesse interessar ao regime militar deveria ser devidamente classificado. As classificações variavam de acordo com a importância e o grau de veracidade da informação. No entanto, como observou Fico, o SISNI era basicamente um sistema leviano de inculpação de pessoas, orientado pela suspeição universalizada, já que partia da pressuposição de que todos poderiam ser culpados de subversão ou de corrupção³⁷. Para os funcionários da comunidade de informações, estava em curso uma conspiração do “Movimento Comunista Internacional” que ia conquistando as mentes das pessoas. Como mostrou Carlos Fico, era comum anotar-se na ficha de algum cidadão a ida a alguma reunião e, posteriormente, fazia-se outras anotações que muitas vezes não passavam de cogitações. Assim, o acusado era escolhido *a priori* e era inculcado *a posteriori*, aos poucos e de forma nebulosa. Fora isso, os inimigos do regime eram constantemente acusados de “desvios morais”: padres e bispos de romper o celibato, os políticos da oposição de serem homossexuais e professoras universitárias de esquerda de possuir amantes.³⁸

Apresentamos abaixo, um esquema das ramificações da espionagem do regime militar brasileiro.

SISNI



DSI

AESI

CENIMAR

CIE

CISA C.I.D.P.F. CIEX

O.I.T.F.

M.C. A./F./O.P. M. M. M.E. M.A. M.R.E. M. J.

x SISNI – Sistema Nacional de Informações.

x SNI – Serviço Nacional de Informações.

x DSI – Divisão de Segurança e Informações.

x AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informações.

x CENIMAR – Centro de Informações da Marinha.

x CIE – Centro de Informações do Exército.

³⁷ Fico, Carlos. *Op. Cit.* Pág. 179. ³⁸ Fico, Carlos. *Ibid.* Pág. 180.

M. I.

- x CISA – Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica.
- x C.I.D.P.F. – Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal.
- x CIEX – Centro de Informações do Exterior.
- x O.I.T.F. – Órgãos de Informações dos Territórios Federais.
- x M.C. – Ministérios Civis.
- x A./F./O.P. – Autarquias, Fundações e Órgãos Públicos.
- x M.M. – Ministério da Marinha.
- x M.E. – Ministério do Exército.
- x M.A. – Ministério da Aeronáutica.
- x M.R.E. – Ministério das Relações Exteriores.
- x M.J. – Ministério da Justiça.
- x M.I. – Ministério do Interior.

No que se refere à polícia política, ela teve o seu germe na Operação Bandeirantes (OBAN). Implementada em julho de 1969 pelo comando do II Exército, tinha como objetivo promover uma ação conjugada e permanente de combate às atividades dos grupos de esquerda ou da “guerrilha urbana”. Foi financiada por empresários que argumentavam que a Secretaria de Segurança Pública não tinha competência para combater a guerrilha que era bastante eficaz. Foi essa estrutura que inspirou a criação do sistema Codi-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações). O Conselho de Segurança Nacional, através do seu Secretário-Geral, encaminhou ao Presidente da República algumas diretrizes que estabeleciam o Sistema de Segurança Interno (Sissegin).

Carlos Fico afirma que a implantação do Sissegin foi meticulosamente planejada através de diretrizes uniformes. Assim ele explica o funcionamento da repressão:

Em cada comando militar dos exércitos deveriam ser criados um Conselho de Defesa Interna (Condi), um Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) e um Destacamento de Operações e Informações (DOI), todos sob a responsabilidade do comandante do exército respectivo³⁹, nesse caso denominado de comandante de “Zona de Defesa

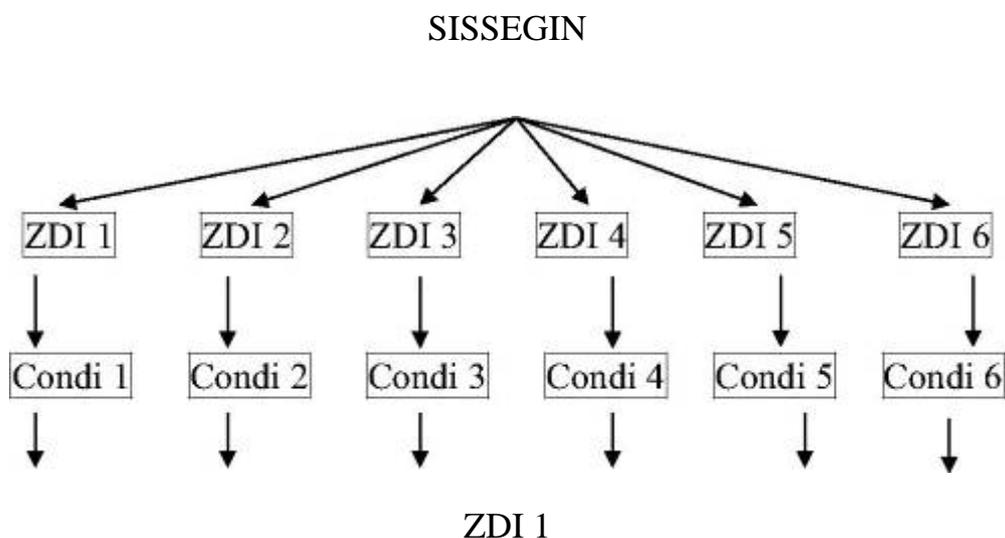
³⁹ As tropas terrestres estão divididas da seguinte maneira: I Exército tem sede no Rio de Janeiro e tem jurisdição sob as tropas de Minas Gerais e Espírito Santo; II Exército, com sede em São Paulo, inclui o Mato Grosso; III Exército, com sede em Porto Alegre, inclui o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná;

IV Exército, com sede em Recife, engloba todos os Estados do Nordeste. Além desses grandes comandos ocupados por quatro-estrelas, havia dois outros, sob as ordens de generais-de-divisão: o

Interna” (ZDI). O país ficou dividido em seis ZDIs. Podiam ser criadas ainda Áreas de Defesa Interna (ADIs) ou Subáreas de Defesa Interna (sadis), em regiões que merecessem cuidados especiais. Os Condis seriam órgãos de assessoramento do comandante da ZDI, e podiam ser integrados pelo governador, por comandantes militares e autoridades municipais. Na prática funcionaram pouco. Os Codis eram órgãos de planejamento, dirigidos pelo chefe do Estado-Maior do Exército respectivo. Controlavam a execução das medidas de repressão e buscavam articular todas as instâncias envolvidas. Os DOIs faziam o trabalho sujo: prisão, tortura e assassinato. Geralmente comandados por um tenente-coronel, essas unidades eram bastante flexíveis e adaptáveis. Seu coração eram as seções de busca e apreensão e as de interrogatório, que faziam as prisões e a tortura. O trabalho era contínuo, com dois expedientes. Os agentes de investigações não deveriam ser vistos pelos prisioneiros, cabendo as prisões somente aos responsáveis pelas buscas e apreensões. [...] O uso de codinome era obrigatório, sendo proibido aos agentes militares

o corte de cabelo típico dos soldados. Havia um constante rodízio de pessoal, inclusive em função dos riscos que as respectivas famílias corriam. Costumava ser problemático o relacionamento entre os oficiais das Forças Armadas e os integrantes das polícias civis e militares. Os primeiros acusavam os segundos de corruptos. Os policiais achavam os militares despreparados.⁴⁰

A estrutura da polícia política brasileira na época da ditadura militar pode ser esquematizada da seguinte maneira:



ZDI 2

ZDI 3

ZDI 4

ZDI 5

ZDI 6

Condi 1

Condi 2

Condi 3

Condi 4

Condi 5

Condi 6

Codi-Doi 1 Codi-Doi 2 Codi-Doi 3 Codi-Doi 4 Codi- Doi 5 Codi-Doi 6

Comando Militar da Amazônia, com sede em Manaus e o Comando Militar do Planalto, com sede em Brasília e jurisdição sobre o Distrito Federal e Goiás. (Nota do Autor).

⁴⁰ Fico, Carlos. *Ibid.* Pág. 185 e 186.

- x SISSEGIN – Sistema de Segurança Interna.
- x ZDI – Zona de Defesa Interna.
- x Condi – Conselho de Defesa Interna.
- x Codi – Centro de Operações de Defesa Interna.
- DOI – Destacamento de Operações de
- x Informações.

As Zonas de Defesa Interna estavam assim divididas ⁴¹ :



Alguns autores englobam essas instâncias como “porões da ditadura” como se significassem a mesma coisa. No entanto, Fico mostra que as atividades eram bem divididas e saber distingui-las é crucial para a compreensão da ditadura militar. Eventualmente os serviços de informações podiam atuar na repressão, mas isso não se

dava rotineiramente. À guisa de exemplo, é possível dizer que uma pessoa que trabalhava num órgão de informação instalava escutas telefônicas, recortava jornais e redigia avaliações, enquanto um funcionário do DOI submetia prisioneiros a choques elétricos e ao pau-de-arara. Por outro lado, claro está que essas ações não eram completamente independentes. Um setor existia para auxiliar o outro.

Outro exemplo da diferença de modos de ação é o da censura, que podia ser feita de duas maneiras: a primeira era a “censura prévia” e pressupunha o exame, pelos técnicos do Departamento de Polícia Federal, dos textos jornalísticos antes da sua proibição. Isso

⁴¹ Mapa retirado do livro *Como Eles Agiam* de Carlos Fico. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2001. Pág. 121.

poderia ser feito na própria redação do periódico, na sede do Departamento de Polícia Federal (DPF) da cidade onde estava a redação ou em Brasília. Eram poucos os veículos que estavam submetidos a esse tipo de censura. Fico cita os exemplos do *Tribuna de Imprensa*, *O Pasquim*, *A Notícia* (Manaus), *Opinião*, *Ele e Ela*, e *Pais e Filhos*. O segundo tipo de censura era a fiscalização sistemática e velada “no sentido de impedir a divulgação de notícias ou comentários contrários ao regime e às instituições”. Os dois procedimentos baseavam-se numa classificação de temas censurados que a ditadura chamava de “proibições determinadas”.⁴²

Finalmente a propaganda do regime era feita através da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) que, dirigida por Hernani d’Aguiar e Otávio Costa num primeiro momento, estimulou e patrocinou a produção de campanhas de forte cunho oficial, que enalteciam o país de maneira ufanista. Mostravam o “Brasil Grande” e um governo empreendedor. Por conta da imagem do governo em 1968, que não era das melhores, a AERP se concentrou em desviar a atenção do público para fatos notáveis. Como exemplo, Fico cita a promoção de eventos do tipo “Brasil Grande”: o milionésimo transportado pela CAN, o imigrante número 500.000 e assim por diante. Uma espécie de listas de preocupações cívicas buscava estabelecer uma cidadania decorativa, segundo a qual o cidadão apenas precisava ser lembrado dos motivos que tinha para enaltecer o governo. No entanto, esse tipo de propaganda não convencia.⁴³

Fico chama atenção para a idéia que os militares tinham de si próprios, ou seja, eles acreditavam que tinham a função de “poder moderador”, por se considerarem superiores aos civis em relação ao conhecimento do país. Segundo essa visão dos quartéis, era preciso “ensinar” o povo brasileiro a se proteger dos políticos civis que eram acusados de demagogos e corruptos. Esse amplo projeto pedagógico tinha o objetivo de

eliminar qualquer dissensão. Para Otávio Costa, uma série de quesitos definia o caráter nacional e, além da tradicional tópica da cordialidade, do otimismo, da hospitalidade, da grandeza do território, das riquezas naturais etc., ele destaca o que Fico chama de “grande senso de ridículo” dos brasileiros. Ou seja, Fico afirma que, para Otávio Costa, os brasileiros tinham uma visão crítica com relação a determinados tipos de propaganda, o que inviabilizava uma do tipo tradicional que enaltecesse a autoridade ou ostentasse os sinais típicos do poder. Daí a opção por uma propaganda diferenciada,

⁴² FICO, Carlos. *Ibid.* Pág. 190.

FICO, Carlos. *Ibid.* Pág. 195.

que falava em solidariedade, amor e participação em plena ditadura militar Não fariam uma propaganda típica dos regimes autoritários que já eram amplamente criticadas.⁴⁴

Michel Löwy⁴⁵, após uma breve revisão das teorias marxista e weberiana da religião, se detém na análise da transformação da Igreja na América Latina. Como foi mencionado pelos autores analisados anteriormente, grande setor da Igreja Católica passou por uma mudança expressiva, principalmente a partir da década de 1950, mudança marcada por um afastamento dos setores dominantes e por uma aproximação com a população mais pobre. Uma mudança tão radical só pode ser explicada porque houve transformação nas práticas sociais e nas identidades institucionais, a partir do estabelecimento de uma outra maneira de compreender a realidade. Ora, assim como Skidmore, Löwy divide a Igreja brasileira da década de 1950 em três blocos: os tradicionalistas, os modernizadores e os reformistas. Entretanto, Löwy associa a mudança de parte da Igreja brasileira à influência de uma emergente *esquerda católica*, originada principalmente no quadro da *economia humanista* do Padre Lebreton, do *socialismo personalista* de Emmanuel Mounier e das repercussões internacionais da Revolução Cubana⁴⁶.

As conseqüências da influência da *esquerda católica* são a radicalização de novas práticas sociais, culturais e políticas dos ativistas católicos: participação no movimento estudantil, muitas vezes em aliança com a esquerda secular, apoio às lutas sociais (eventualmente armadas) e compromisso com a educação popular. Löwy traça então a trajetória da relação da Igreja com o Regime Militar, desde a bênção ao regime através de uma nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) até os fortes atritos surgidos posteriormente (fazendo menção ao assassinato do Padre Henrique, no Recife).

O autor não analisa, entretanto, aspectos conservadores da Igreja que, como instituição, tinha (e tem) interesses e princípios a preservar e de que forma esse papel institucional acabou igualmente norteando as suas práticas.⁴⁷

A principal análise de Löwy recai sobre a “Teologia da Libertação”. Para o autor, essa vertente (que ele prefere, aliás, chamar de cristianismo da libertação) é um corpo de textos resultantes de uma *práxis* desenvolvida desde o início dos anos 1960 por alguns setores da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos

⁴⁴ FICO, Carlos. *Ibid.* Pág. 195 e 197.

⁴⁵ LÖWY, Michel. *A Guerra dos Deuses. Religião e Política na América Latina*. Ed. Vozes, Petrópolis, 2000.

⁴⁶ LÖWY, Michel. *Ibid.* Pág. 136.

⁴⁷ LÖWY, Michel. *Ibid.* Pág. 140.

laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã),
redes

pastorais com base popular, comunidades eclesiais de base, entre outros tipos de
organização popular. Os principais teóricos desse modelo de Igreja citados por
Löwy

são Gustavo Gutiérrez, Rubem Alves, Hugo Assmann, Carlos Mesters, Leonardo e
Clodovis Boff, Frei Betto, Jon Sobrino, Ignacio Ellacuría, Segundo Galilea,
Ronaldo

Muñoz, Pablo Richard, José Miguez Bonino, Juan Carlos Scanone, Ruben Dri,
Enrique

Dussel, Juan-Luis Segundo, Samuel Siva Gotay. É certo que entre o final da
década de 1950 e início da década de 1960, alguns padres, bispos e
leigos ligados à ação da Igreja Católica adotaram uma postura
diferenciada com relação aos pobres. Até então sempre aliada ao *status*
quo, nesse período, como foi mencionado acima, parte da comunidade
religiosa passou a ter uma relação de proximidade com as classes menos
favorecidas, num movimento bastante influenciado pelo Concílio
Vaticano II e que só passaria a ser desestimulado com a eleição do
conservador João Paulo II. As questões discutidas no trabalho de Löwy
incidem diretamente sobre os problemas que organizam a nossa própria
pesquisa. Isso porque, a partir da leitura da documentação, o padre
Henrique trabalhava “conscientizando” os jovens. O significado exato
dessa “conscientização” é analisado adiante. A inclusão do livro de

Löwy na discussão é necessária porque esse fenômeno dentro da Igreja Católica coincide com a época em que o padre Henrique é assassinado. Como veremos adiante, o seu trabalho de “conscientização” dos jovens não seguia a linha dos padres ligados à Teologia da Libertação. A distinção entre o trabalho desenvolvido pelo padre Henrique e o dos padres que inspiraram à Teologia da Libertação é necessária para que se evitem determinados equívocos. Por exemplo, poucos dias após o crime, é publicada uma notícia no Jornal do Commercio onde o padre Romano Zufferey afirma que o padre Henrique teria sido assassinado por causa da sua tentativa de libertar o povo através da pregação de um “evangelho autêntico”. Ainda segundo o padre Romano, o objetivo dos assassinos teria sido amedrontar os clérigos e leigos que tinham o mesmo objetivo do padre Henrique:

“Estou convencido de que a morte do padre Henrique Pereira foi conseqüência do seu trabalho de conscientização e de evangelização da juventude estudantil, na linha da Igreja em renovação”, disse, ontem, o assistente da Ação Católica Operária, padre Romano Zufferey.

“Morreu – prosseguiu – por ter anunciado um evangelho autêntico. Foi lançada uma campanha de difamação no meio do povo, numa tentativa de matar uma segunda vez o padre Henrique Pereira, mais perversa que a primeira, porque atingia a sua própria dignidade de homem e de sacerdote”. [...] “O povo, na sua sinceridade, - abduziu o padre Romano Zufferey – não se deixou enganar; entendeu que o padre Henrique Pereira tinha dado a maior prova de amor, dando a sua vida pelos irmãos. Se o seu assassinio teve por finalidade amedrontar o Clero e os leigos dedicados à missão de libertação do povo pelo Evangelho, não conseguirá o seu objetivo. Pelo contrário, o sacrifício de padre Henrique será para nós todos uma fonte de coragem no cumprimento de nossa missão até o fim das suas exigências. O sangue de Henrique nunca foi uma fonte de covardia. A morte dele entra na História do Nordeste e do mundo de hoje, não como um fracasso, mas com uma viva esperança de vitória assim como foi a morte do próprio Cristo”.⁴⁸

A discussão, mesmo que superficial, da Teologia da Libertação através do livro do Löwy, permite essa distinção fundamental entre a atuação do padre Henrique e a

atuação de outros padres que inspiraram essa corrente no interior da Igreja Católica. A análise mais atenta dos documentos e dos depoimentos indica que o trabalho do padre Henrique não poderia ser visto como diretamente ligado ao cristianismo da libertação, visto que o foco de sua ação pastoral não era explicitamente a favor da luta das classes menos favorecidas como mostraremos adiante.

Ainda no que diz respeito à relação da Igreja Católica com os militares, especialmente da Arquidiocese de Olinda e Recife, é necessário destacar ainda dois trabalhos: do historiador Richard Marin⁴⁹, e a tese de doutorado de Severino Vicente da Silva.⁵⁰ Marin descreve como poucos o assassinato, estabelecendo um relato analítico que vai do encontro do cadáver, na Cidade Universitária, passando pelo seu enterro, à forma como os jornais passaram a tratar o crime, contemplando diversas hipóteses sobre a motivação dos assassinos.

Já Severino Vicente da Silva faz um estudo sobre o progressismo na Arquidiocese de Olinda e Recife. A análise mostra que na medida em que a Igreja

⁴⁸ Jornal do Commercio. *Ação Operária acha que Morte foi uma Conseqüência*. 31/05/1969.

⁴⁹ MARIN, Richard. *Dom Hélder Câmara: Les puissants et les pauvres*. Paris: Les Éditions de L'Atelier, 1995.

⁵⁰

SILVA, Severino Vicente da. *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo na Arquidiocese de Olinda e Recife*. Tese de Doutorado, UFPE, 2003.

Católica é uma instituição extremamente hierárquica, muitas vezes as ações dos padres de uma determinada Arquidiocese estão associadas à atuação do seu bispo. Assim, fazendo um estudo da atuação dos bispos que precederam dom Hélder, Vicente da Silva revela que a Arquidiocese de Olinda e Recife era historicamente conservadora e conheceu apenas um curto período dito “progressista”, a partir de 1964, por conta da atuação do seu bispo dom Hélder Câmara. No entanto, após a sua aposentadoria, a Arquidiocese teria voltado a ser conservadora por conta da atuação de muitos padres formados ainda no período pré-1964.⁵¹

O livro do historiador Kenneth P. Serbin *Diálogos na Sombra*⁵² se propõe a estudar o papel da Comissão Bipartide, formada por bispos e militares, que realizaram encontros secretos, no período de três de novembro de 1970 a 26 de agosto de 1974. A literatura existente sobre esse período raramente faz menção a esses encontros, pois, durante muito tempo, eles foram mantidos no mais absoluto sigilo. Somente no início da década de noventa o General Antonio Carlos da Silva Muricy disponibilizou sua documentação

pessoal para a Fundação Getúlio Vargas, o que permitiu um estudo dessas reuniões. Duas questões se colocam de antemão:

- 1 Por que, nos anos mais repressivos do regime militar, os bispos fizeram política de bastidores com os generais?
- 2 Quais foram os resultados obtidos pela Comissão?

Serbin faz um histórico tanto do Exército brasileiro como da Igreja Católica a partir do fim da Segunda Guerra Mundial quando ambas as instituições passaram por um rápido processo de modernização e depois responde às questões acima: em primeiro lugar, por que, nos anos mais sangrentos do regime militar, os bispos estavam fazendo política de bastidores com os generais?

O primeiro general a assumir a presidência após o golpe de 1964 foi Castello Branco, um católico devoto e fiel. Apesar de já se viver em uma ditadura, ainda existia certa liberdade civil e de imprensa, assim como um limitado debate político onde alguns bispos podiam fazer reclamações diretamente ao presidente. É no momento em que Costa e Silva assume a presidência da República em 1967, que o grupo de pressão

⁵¹ A tese de Severino Vicente da Silva será explorada de forma mais detalhada ao longo da dissertação. ⁵² SERBIN, P. Kenneth. *Diálogos na Sombra. Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura*. Cia. Das Letras. São Paulo, 2001.

formado por militares que queriam o fechamento do regime começa a se transformar no que viria a ser a “comunidade de informação”. Vai haver, portanto, um aumento da repressão por parte do regime militar que vai vitimar, além de políticos e opositores ao regime, bispos, padres e leigos. Assim, é nesse período que a Igreja Católica começa a se afastar, de forma gradual e não monolítica, dos militares.⁵³

Entre os anos de 1968 e 1970, muitos religiosos começaram a denunciar o regime. Preocupados com os conflitos, alguns membros de ambas as instituições tentaram resolvê-los através do diálogo. O General Antônio Carlos da Silva Muricy e o bispo dom Eugênio Sales foram figuras muito importantes na tentativa de melhorar a relação entre as instituições. Muricy usava seu prestígio, sua ampla rede de contatos e trabalhava no âmbito nacional e internacional. Dom Eugênio trabalhava junto com Muricy dando apoio a suas ações, mas deixava claro que sabia da existência de atrocidades feitas pelos militares e buscava acabar com isso nos bastidores. Essa tentativa não surtiu muito efeito, conforme ficou demonstrado pelo episódio IbradesJoc⁵⁴, que tornou críticas as relações

entre as duas instituições e mostrou a necessidade de um diálogo mais amplo.

Apesar de ter havido outras tentativas de diálogo, a Bipartide era um fenômeno novo. Na tentativa de evitar um conflito sério entre a Igreja e as Forças Armadas, o professor Tarcísio Padilha contactou o general Muricy e o intelectual Cândido Mendes. Cada um levou seus representantes. O grupo dos bispos, liderado por dom Vicente Scherer, ficou conhecido como “Grupo Religioso” e o grupo dos militares foi designado como “Grupo da Situação”. Ao longo das reuniões a participação era variada, indo dos bispos mais progressistas aos mais conservadores. A Igreja mandava sempre os seus principais personagens. O exército, ao contrário, não mandava seus principais generais, o que mostra que os religiosos davam mais importância a Bipartide do que os militares.⁵⁵

Após os primeiro encontro, os dois lados ficaram otimistas com a possibilidade dos atritos serem resolvidos através do diálogo. O Grupo da Situação recomendou ao presidente Médici que fossem realizadas mais reuniões. Foram ao todo vinte e quatro encontros, os quais se diferenciavam em alguns pontos das antigas tentativas de diálogo,

⁵³ SERBIN, P. Kenneth. *Op. Cit.* Pág. 89.

⁵⁴ Grande ofensiva do regime militar contra os padres da Juventude Operária Católica (JOC) entre agosto e outubro de 1970. Padres foram torturados e o secretário-geral da CNBB dom Aluísio Lorscheider foi preso e mantido incomunicável. Foi um dos motivos que acabaram levando à instalação da Comissão Bipartide.

⁵⁵ SERBIN, P. Kenneth. *Op. Cit.* Pág. 205.

como, por exemplo, a duração, o fato de ser secreta, a novidade de incluir oficiais do serviço de informações, sua natureza geral sistemática, a intensidade do debate sobre os temas de vital interesse para a Igreja e o Exército.

No que concerne ao tema das reuniões, elas se concentravam na resolução de três tipos de problemas:

- 1 desentendimentos ideológicos que se desenvolveram entre a Igreja e o Estado desde 1964, nos encontros iniciais;
- 2 casos específicos de atrito entre a Igreja e o Estado, num segundo momento;
- 3 violação dos direitos humanos, num terceiro momento, onde os bispos passaram a usar a Bipartide como lugar de protesto.

Cada encontro da Bipartide tinha uma pauta predeterminada. Nas reuniões, existia troca de idéias e acusações entre as partes, porém, segundo Serbin, sem constrangimento algum. Todos tinham total liberdade para falar. Para o autor, os militares viam a Comissão Bipartide como um meio de controlar a hierarquia católica. Apesar do seu

principal protagonista, o general Muricy afirmar que era “pura”, a utilização da espionagem nos encontros mostra que os militares tentavam influenciar os bispos nos bastidores e fortalecer sua posição diante da Igreja.⁵⁶

A institucionalização do diálogo foi a última solução encontrada para evitar uma ruptura total. O relacionamento estava bastante desgastado e muitos representantes das duas instituições acreditavam que uma ruptura total seria bastante prejudicial para os dois lados. Resta saber se, depois de quatro anos de diálogos secretos, eles surtiram efeito. Qual foi o seu significado para a Igreja Católica e para o Exército?

A proposta de Cândido Mendes a princípio era a colaboração entre Igreja e Estado no desenvolvimento do país. Um plano otimista que fracassou por causa do aprofundamento da repressão, da oposição da linha-dura e da discordância sobre qual tipo de democracia era melhor para o Brasil. Com esse fracasso, os bispos e oficiais se voltaram para o objetivo mais pragmático de resolver conflitos específicos e manter a paz entre as instituições.

A Bipartide evitou incidentes que, segundo alguns personagens, poderiam ter se tornados explosivos. Um deles foi a disputa sobre as celebrações do Sesquicentenário da

⁵⁶ SERBIN, P. Kenneth. *Op. Cit.* Pág. 210-214.

Independência. Esse foi apenas um exemplo de como os conflitos eram canalizados para o diálogo. Efetivamente, houve a diminuição das tensões entre a Igreja e o Estado e a prevenção de uma ruptura mais profunda. Para Serbin, a Bipartide contribuiu para uma coexistência menos conflituosa entre a Igreja e o Estado num dos piores momentos do seu relacionamento.

É importante ressaltar que nem todos os participantes têm a mesma opinião a respeito dos resultados da Bipartide. O bispo dom Eugênio Sales que ficou conhecido por sua discrição, se tornou muito cético com relação à Comissão:

Houve eficácia, grande eficácia? Não. Houve alguma eficácia? Houve. Porque era um canal de comunicação. Eles reclamavam as coisas da Igreja, e a Igreja reclamava as coisas do governo, com muita liberdade, total. Sempre houve total liberdade de se falar. Total. Agora, o que é que isso resolveu para o problema do país? Não creio. Não dou importância à Bipartide como sendo uma grande contribuição para o país. Na creio isto, porque não tinha uma influência maior, não tinha [mais gerais] quatro estrelas. Era um outro nível. Fortaleceu um tipo de relacionamento que teve efeitos, alguns. Mas efeito decisivo, não⁵⁷

Os progressistas, dom Pedro Casaldáliga e padre Agostinho Pretto, eram ainda mais

críticos do que dom Eugênio. Segundo dom Pedro, “não deu em nada”.⁵⁸ Dom Paulo declarou que a Bipartide “teve grande importância, porque dos dois lados havia pessoas muito influentes [...] dos dois lados as pessoas eram ouvidas”.⁵⁹ Segundo dom Aloísio, “conseguimos evitar muitos acontecimentos desagradáveis”.⁶⁰ Por fim, o professor Padilha oferece uma avaliação que o autor do livro a eleva à categoria de uma verdade que estaria em contraposição às demais “versões” apresentadas pelos outros participantes:

Agora a verdade é o seguinte: as pessoas gostam de ver na vitrine os resultados. Mas esse grupo não podia apresentar resultados. É a tal história; foi talvez mais importante pelo que evitou do que pelo o que ele fez. O que se evita não se pode comprovar. Só pode resultar da convicção daqueles que participaram.⁶¹

E conclui: “evitamos a ruptura entre as duas instituições mais sólidas naquele momento no país”.⁶²

⁵⁷ SERBIN, Kenneth P. *Op. Cit.* Pág. 417. ⁵⁸

SERBIN, Kenneth P. *Ibid.* Pág. 416. ⁵⁹

SERBIN, Kenneth P. *Ibid.* Pág. 417. ⁶⁰

SERBIN, Kenneth P. *Ibid.* Pág. 417. ⁶¹

SERBIN, Kenneth P. *Ibid.* Pág. 417. ⁶²

SERBIN, Kenneth P. *Ibid.* Pág. 417.

O livro do Kenneth P. Serbin é um trabalho importante sobre as relações entre a Igreja e o Estado nos anos do governo do General Médici. Através do estudo da Comissão Bipartide, o autor faz um histórico das instituições, mostrando os caminhos que os atores em questão percorreram até tomarem a iniciativa do diálogo o que ajuda a compreender porque integrantes de instituições aparentemente opostas (apesar de heterogêneas) buscaram o diálogo secreto. Chama a atenção para certas idéias préconcebidas, mostrando que isso às vezes obscurece a compreensão de certos objetos de estudo. Por exemplo, na memória de grande parte da sociedade os anos do regime militar foram registrados como um período de trevas, de repressão supressão das liberdades. Como ressaltou Daniel Aarão Reis⁶³, se estabeleceu uma oposição dicotômica entre as *trevas* da ditadura e as *luzes* da democracia, como se parte majoritária da sociedade brasileira não tivesse apoiado o golpe de 1964. Portanto, assim como várias pessoas têm uma idéia bastante negativa do regime militar, o mesmo acontece, segundo Serbin, com as próprias Forças Armadas. Isso, segundo o autor, pode obscurecer a compreensão que temos dessa instituição como grupo social complexo e heterogêneo. O autor ainda trata de casos específicos, como o assassinato de quatro soldados em Barra Mansa, único caso em que o

exército puniu os militares responsáveis em 25 anos de regime e o assassinato do líder estudantil Alexandre Vannuchi Leme em 1973, o que, segundo ele, levou a esquerda que tinha sido esmagada, a se reerguer. É preciso mencionar, entretanto, que Serbin ainda está preso a uma visão de história extremamente cartesiana, considerando os documentos como ele próprio chama de “evidência documental”. Apesar de trazer uma boa contribuição para a compreensão do período, o autor trabalhou com uma documentação privilegiada que poderia ter sido analisada de forma mais detalhada.

O ensaio de Francisco Carlos Teixeira da Silva⁶⁴ sobre a abertura política no Brasil permite discutir essa questão controversa, que envolve vários atores e condicionantes. Nele, Teixeira faz um exercício de tentar analisar as diferentes falas que estavam em luta naquele período.

O autor afirma que uma reflexão no sentido de reviver as condições que permitiram a implantação das ditaduras, bem como a natureza e o alcance de sua obra

⁶³ REIS, DANIEL AARÃO. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2005.

⁶⁴ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política no Brasil, 1974-1985* in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*

4. *O Tempo da Ditadura. Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

política e econômica, visa, além do seu próprio entendimento, impedir a instrumentalização do esquecimento como arma política contra as democracias.

Assim, para o autor, a insistência numa memória da crise das ditaduras deverá,

- a) em primeiro lugar, construir o lugar da violência e do arbítrio na história recente dos povos latino-americanos – para além dos interesses imediatos dos políticos que articularam as chamadas aberturas, convencidos dos méritos (em alguns casos em proveito próprio) do esquecimento;
- b) em segundo lugar, dever-se-á assegurar a multiplicidade dos lugares de fala, dos diversos atores qualificados como enunciadores de uma memória dos chamados anos de chumbo;
- c) deve-se ter claro que boa parte do que nos próximos anos será denominado de história terá agora a delimitação de sua legitimidade como objeto histórico, o que nos exige, por fim, como historiadores
- d) um claro engajamento em direção à salvação de acervos, depoimentos, arquivos e lugares de memória – atingidos claramente como alvos a serem destruídos em nome da unidade nacional.⁶⁵

Já os atores e condicionantes mencionados acima a serem considerados na reconstrução do cenário da redemocratização no Brasil são:

- 1 a pressão externa e os condicionantes da economia mundial, na qual o Brasil já se inseria de forma determinante e definitiva;
- 2 os militares e seus condicionantes institucionais, compreendidos como a corporação e seus organismos e, por fim,
- 3 a oposição, representada pelo MDB e seus condicionantes inscritos na cultura política.

Para Teixeira, já estavam, desde o início dos anos 1970, escalados os atores principais do processo de abertura, bem como seus condicionantes políticos, econômicos e institucionais.

Em seu estudo, o autor analisa detalhadamente a atuação desses atores e condicionantes em jogo no processo de abertura. Faz a análise da atuação do presidente Jimmy Carter e os condicionantes externos, como a retirada das tropas do Vietnã e a queda de Saigon em 1975, que o levou a adotar a sua política a favor dos direitos humanos; analisa a luta pelo poder dentro das Forças Armadas por conta da decisão de Geisel de abrir o regime; finalmente faz uma análise do papel do MDB, que

⁶⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira, Pág. 245 e 246.

gradualmente vai ganhando uma grande importância nas relações de força do jogo político.

No entanto, como o autor salientou, o processo de abertura política foi bastante lento, tendo uma duração de pelo menos dez anos. Essa lentidão se deu por conta da maneira como se optou pela abertura do regime militar. Como se sabe, essa foi uma iniciativa que partiu de dentro das Forças Armadas, especificamente do Presidente Ernesto Geisel e seu Ministro Chefe da Casa Civil Golbery do Couto e Silva. Assim, esse projeto encontrou várias resistências, tanto por parte de setores das Forças Armadas, especialmente da “comunidade de informações” nessa época liderada pelo Ministro do Exército General Sylvio Frota como por parte da oposição, representada pelo MDB. De modo que, para levar esse projeto adiante, o presidente Geisel precisou atuar de forma bastante estratégica, pois precisava se colocar da melhor maneira nesse jogo de forças, ora dialogando e satisfazendo a comunidade de informações, ora dialogando e atendendo a oposição. Entre as ações mais significativas de Geisel nesse sentido, podemos citar, por um lado, o fechamento do congresso em 1977 depois que a Câmara dos Deputados rejeitou uma Emenda Constitucional relativa a mudanças eleitorais e, por outro, as demissões do General Ednardo D’Ávila Melo, em 1977 e do Ministro de Guerra Sylvio

Frota em 1978. Nesse período, houve muitos avanços e retrocessos, pois Geisel e Golbery queriam a todo custo ditar o ritmo da abertura. Talvez falte no ensaio do Francisco Carlos Teixeira o relato de alguns casos específicos que marcaram tanto os avanços, como os retrocessos do processo da abertura política no Brasil.

V

Analizamos aqui na introdução alguns autores que trabalharam com diferentes temáticas sobre o período do regime militar no Brasil e como a produção sobre esse período é enorme, procuramos selecionar os trabalhos que melhor dialogam com o objeto da nossa pesquisa. Essa decisão encara, de frente, o problema de certa heterogeneidade teórica na escolha dos livros, tanto no que se refere aos autores quanto aos temas. Trabalhos já considerados clássicos (caso dos livros de Thomas Skidmore e de Scott Mainwaring) convivem com trabalhos recentes, feitos a partir de uma documentação que só há pouco tem vindo a público, como é o caso do livro do Carlos Fico e o ensaio de Francisco Carlos Teixeira da Silva. Da mesma maneira, atravessam a nossa perspectiva diferentes temáticas relativas ao período militar e ao papel da Igreja, como o funcionamento do aparato repressivo, a relação da oposição com o Estado e a teologia da libertação.

Na sua configuração aberta e interpenetrante, essa bibliografia responde àquilo que pretendemos para o embasamento histórico da pesquisa. O assassinato do padre Antonio Henrique Pereira Neto não pode ser dissociado seja da atuação política da Igreja Católica, seja da atuação do aparato repressivo do regime militar. Por isso, a importância de analisar a relação da oposição com o Estado, de 1964 a 1984, a partir do estudo da Maria Helena Moreira Alves. O Estado resultante do golpe de 1964, embora tivesse um corpo teórico previamente preparado pela Escola Superior de Guerra, foi se estruturando gradualmente e de forma dinâmica em sua luta com a oposição. Thomas Skidmore, por sua vez, nos interessa por realizar um estudo panorâmico, que aborda desde a tomada do poder pelos militares até o fim do regime com a posse de Tancredo Neves. Ademais, Skidmore interconecta aspectos políticos, econômicos e sociais, mesmo se, em determinados momentos, privilegia um em detrimento do outro. Nesse sentido, a sua análise da participação da Igreja nesse período embora restrita nos parece pertinente para construir um pano de fundo mais genérico. Caberá ao nosso trabalho o desafio de

construir de maneira mais complexa as relações dos membros de uma instituição tão heterogênea como a Igreja Católica.

Scott Mainwaring, ao seu turno, privilegia a abordagem do relacionamento da Igreja Católica brasileira com a política - o que, segundo ele, se deu de uma forma bem particular. Como instituição integrada à dinâmica social, a Igreja Católica não poderia ser compreendida fora das suas relações com a sociedade. Mainwaring consegue apontar alguns fatores que levaram a Igreja brasileira a optar por determinadas políticas. Consideramos legítima, no quadro da nossa pesquisa, a associação dessa perspectiva com a abordagem de Michel Löwy, que, com a sua observação da teologia da libertação, nos permite situar de forma mais adequada o trabalho do padre Henrique no Recife – e isso no quadro mais consistente desse direcionamento renovador adotado por alguns padres. A isso vem se somar o trabalho de Richard Marin, que, ao examinar diretamente a Arquidiocese de Recife e Olinda, lança luz tanto sobre a atuação de dom Hélder Câmara à frente da Igreja local quanto sobre o próprio assassinato do padre Henrique. O trabalho de Marin deixa, entretanto, diversos pontos sem explicação que são desafios para a nossa própria pesquisa.

Nesse conjunto destaca-se também o americano Kenneth Serbin, com seu estudo sobre o papel da Comissão Bipartite e que, para nós, indica um outro ponto importante a ser analisado: se, uma vez que a brutalidade da morte do padre Henrique não impediu que, apenas um ano após o crime, vários religiosos da alta hierarquia da Igreja estivessem se reunindo secretamente com militares na tentativa de uma reconciliação, a sua morte afetou ou não o relacionamento institucional da Igreja com os militares para além das fronteiras do Estado. Outras indicações importantes para a nossa pesquisa surgem do trabalho de Carlos Fico sobre o funcionamento do aparato repressivo no Brasil e do ensaio de Francisco Carlos Teixeira da Silva sobre o processo de abertura política. Do trabalho de Fico, surge a possibilidade de focalizar o aparato repressivo de Pernambuco e, posteriormente, da participação decisiva desse mesmo aparato na construção do significado para o crime; com Teixeira, pretendemos mostrar como se deu o processo de abertura no Brasil, numa trajetória que, muito mais do que configurar uma “nova” república, aponta para uma continuidade – na qual, aliás, o caso do padre Henrique é exemplar, pois mesmo após 1979, com a anistia e com o processo de abertura em estágio bem avançado, não foi possível fazer uma investigação séria do assassinato. Condição que ilustra uma permanência das condições que geraram a forte influência do aparato

repressivo, mesmo após o fim do regime militar. Como afirmou Daniel Aarão Reis: “Para além dos marcos cronológicos, o fato é que da ditadura fez-se democracia, como um parto sem dor, sem grandiloquência ou heroísmo, sem revoluções ou morte d’homem. Cordialmente, macunaimicamente, brasileiroamente”.⁶⁶

VI

A dissertação está dividida em cinco capítulos. No primeiro, intitulado **ENTRE A DEMOCRACIA E O TOTALITARISMO: UMA ANÁLISE DO ESTADO DE SEGURANÇA NACIONAL** fazemos uma discussão de cunho mais geral sobre o regime militar brasileiro. Partimos do pressuposto de que, após o golpe de 1964, os novos dirigentes começaram a estruturar um Estado cujas diretrizes já haviam sido traçadas *a priori*. No entanto, existia um abismo enorme que separava a teoria da prática. Na teoria, os ideólogos de instituições como a Escola Superior de Guerra, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

⁶⁶ REIS, DANIEL AARÃO. *Op. Cit.* Pág. 11.

propunham um Estado forte, que pudesse combater implacavelmente o “inimigo interno”. Esse Estado buscava a sua legitimação na segurança e no desenvolvimento econômico. Durante a sua estruturação prática, entretanto, esse mesmo Estado permitiu a abertura de vácuos e margens de atuação. Sustentamos que isso aconteceu porque o golpe militar foi justificado como uma “revolução democrática” e continuou, ao longo da sua existência, apresentando características que poderíamos definir de democráticas. Isso por sua vez, levou, por um lado, à manutenção de alguns mecanismos democráticos e, por outro, a um crescente uso da violência. Conseqüentemente, o uso cada vez maior de mecanismos de controle e o recurso à força física criaram uma defasagem entre a linguagem de legitimação através da democracia e as práticas da opressão. Portanto, defendemos que o Estado de Segurança Nacional e Desenvolvimento trazia intrinsecamente tanto elementos constitutivos do totalitarismo, principalmente a utilização do medo e de terror, como também alguns elementos constitutivos da democracia, como eleições regulares, a existência de partidos políticos ou a rotatividade dos generais-presidentes. A análise do Estado de Segurança Nacional é feita a partir de um paralelo com os conceitos de totalitarismo e de democracia à luz de teóricos como Norberto Bobbio, Raymond Aron,

Marilena Chauí, Mario Stoppino e Maria Helena Moreira Alves. Vale frisar que não é o objetivo desse capítulo fazer uma análise total ou globalizante do regime militar, mas chamar atenção para algumas de suas especificidades com o intuito de oferecer uma compreensão mais refinada dos anos que vão de 1964 a 1985.

O segundo capítulo, intitulado **IGREJA CATÓLICA E POLÍTICA NO BRASIL (1940-1968)**, tem dois objetivos: em primeiro lugar traçar o percurso tanto da Igreja Católica a partir de 1940, como das mudanças políticas ocorridas no Brasil a partir do fim do Estado Novo. Foram anos em que a Igreja Católica começou a passar por numerosas transformações. Nacionalmente, o modelo da neocristandade estava em declínio e alguns padres já começavam a exercer um apostolado mais ligado aos pobres. Por outro lado, a Arquidiocese de Olinda e Recife, durante toda a década de 1950 foi liderada por um bispo extremamente conservador, dom Antonio de Almeida Moraes Junior. As mudanças na Igreja em Pernambuco se fizeram sentir a partir de 1960 com a vinda de dom Carlos Coelho e, posteriormente, com o apostolado de dom Hélder Câmara. Politicamente, o Brasil viveu um período extremamente conturbado nesses quase vinte anos de experiência democrática. Existiu uma polarização das forças políticas que culminou no golpe militar de 1964.

O segundo objetivo visa especificamente o padre Henrique em vida. Muito já se falou sobre o assassinato. Mas o que ele fazia? Que tipo de trabalho realizava? Aquele período de sucessivas crises políticas teriam deixado impressões nele? Durante os anos de sua formação, a Arquidiocese era presidida por um conservador, mas quando ele se ordenou padre, ela era dirigida por dom Hélder Câmara. Como o padre Henrique assimilou essa mudança? Como ele encarava o abismo das gerações e as outras profundas mudanças sentidas a partir da década de 1960, denominadas por Eric Hobsbawm como “revolução cultural”? Esses são alguns questionamentos que tentamos responder nesse capítulo.

No terceiro capítulo, **O ASSASSINATO DO PADRE HENRIQUE (1969-1986)**, fazemos uma redução da escala de observação e analisamos a documentação específica sobre o assassinato, descrevendo a atuação e os conflitos entre o aparato repressivo, a Justiça, a Igreja Católica, a censura e a própria família do sacerdote. O objetivo é, através da análise desses conflitos, analisar as práticas desses diferentes grupos o que permitirá, por sua vez, uma outra leitura de alguns aspectos importantes do regime militar brasileiro.

No quarto capítulo, **OS RELATÓRIOS DAS INVESTIGAÇÕES: UMA**

ANÁLISE DOS CONFLITOS ENTRE A POLÍCIA E A JUSTIÇA NO ESTADO DE SEGURANÇA NACIONAL enfatizamos um aspecto que chamou nossa atenção: a forma como o aparato repressivo, constituído, em Pernambuco, principalmente pela polícia civil e militar, travava embates constantes com a justiça. Um aspecto importante a observar é como, nos anos mais autoritários, existiu uma predominância absoluta da polícia sobre o judiciário, confirmando uma característica dos governos autoritários: a concentração de poder no Executivo e no aparato repressivo. Porém, é importante notar também que, à medida que vai havendo a abertura do regime militar, o Aparato Repressivo volta a perder espaço e predominância para a Justiça. Isso pode ser constatado na análise de três relatórios judiciais, no caso do assassinato do padre Henrique: o da Comissão Judiciária de Inquérito, redigida pelo Juiz Aluísio Xavier em julho de 1969, o do juiz Nildo Nery dos Santos, redigido em setembro de 1972 pronunciando o principal suspeito do assassinato e, finalmente, o relatório do desembargador Augusto Duque, de setembro de 1973, despronunciando o mesmo acusado.

Finalmente, no quinto e último capítulo intitulado **HISTÓRIA E IMAGEM: UMA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO VISUAL**, analisamos exclusivamente um tipo de documentação que consideramos uma fonte privilegiada de estudo das mais importantes: as fotografias. Por isso, dedicamos um capítulo à parte.

1

ENTRE A DEMOCRACIA E O TOTALITARISMO: UMA ANÁLISE DO ESTADO DE SEGURANÇA NACIONAL

Como, na ausência de uma vontade transcendente e justificadora da ordem do mundo, os sujeitos sociais podem compreender e tolerar a existência do poder político como um pólo separado da sociedade civil, separação ocorrida por obra da própria sociedade? Como a sociedade pode suportar o peso de ter que se definir não pela identidade consigo mesma, mas por divisões internas inseparáveis?

Marilena Chauí, *Cultura e Democracia*.

I

O golpe militar de março de 1964 implantou no Brasil um modelo de Estado forte

e autoritário. Esse modelo, ou melhor, essa nova forma de governo, era o resultado de uma teoria elaborada ao longo de 25 anos por uma conservadora elite política e econômica que, a partir de 1945, com o processo de redemocratização e de avanço e organização dos trabalhadores, sentiu seus privilégios seculares sendo ameaçados. Essa forma de governo trazia, intrinsecamente, uma série de problemas que levaria à sua desintegração a médio prazo.

O objetivo desse capítulo é fazer uma análise do modelo de Estado implantado no Brasil em 1964 privilegiando o estudo da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Os ideólogos do novo Estado brasileiro tentaram seguir a risca os preceitos da Doutrina que, teoricamente, defendia um Estado total que atuasse de uma forma enérgica contra o “inimigo interno”. Entretanto, a institucionalização desse Estado na prática permitiu a abertura de vácuos, uma vez que o golpe se justificava como uma “revolução redentora” em defesa dos “valores democráticos”. Essa breve análise, feita a partir de um paralelo com o conceito de democracia e o conceito de totalitarismo permitirá, portanto, compreender melhor a nossa cultura política, como também o funcionamento das engrenagens políticas em jogo no caso do assassinato do padre Henrique.

A democracia é uma das formas de governos mais antigas pensada e teorizada desde a antiguidade grega. Segundo o filósofo político Norberto Bobbio⁶⁷, na teoria contemporânea da democracia confluem três grandes tradições do pensamento político: a teoria clássica, a teoria medieval e a teoria moderna. O primeiro caso, que se confunde com a teoria aristotélica, é a das três formas de governo segundo a qual a democracia, como governo do povo se distingue da monarquia, como governo de um só, e da aristocracia, como governo de poucos. Na teoria medieval, apoiada na soberania popular, existe a contraposição de uma concepção ascendente, onde o poder supremo deriva do povo e se torna representativo e uma concepção descendente, onde o poder supremo deriva do Príncipe e se transmite por delegação do superior para o inferior. Finalmente, na teoria moderna, nascida com o Estado moderno e tendo em Maquiavel o seu representante mais ilustre, as formas históricas de governo são duas: a monarquia e a república, sendo a democracia uma forma antiga de república (a outra era a aristocracia) onde se origina o intercâmbio característico do período pré-revolucionário entre ideais democráticos e ideais republicanos e o governo genuinamente popular é chamado, em vez de democracia, de república.

O problema da democracia, como demonstra Bobbio, é tão antigo quanto o problema da própria política e foi sendo constantemente reformulado. Portanto, um debate contemporâneo em torno do conceito e do valor da democracia impele necessariamente para uma discussão, mesmo que superficial, das diferentes teorias democráticas desenvolvidas ao longo dos anos.

Com relação à teoria clássica da democracia, podemos destacar, ainda com base em Bobbio, os trabalhos de Platão, notadamente a *República*, *O Político* e *As Leis*, e de Aristóteles, em especial *A Política*. Na *República*, Platão descreve a democracia como uma das cinco formas de governo (aristocracia, timocracia, oligarquia, democracia e tirania) onde, para ele, só a aristocracia é boa. Já no *Político*, onde o filósofo grego faz uma bipartição das formas puras e das formas degeneradas de governo, a democracia é definida como o “governo da multidão” (303a) e é considerada a menos boa das formas boas de governo e a menos má das formas más de governo. Ou seja, Platão afirma que a democracia, sob todo o aspecto é fraca e não traz nenhum benefício nem muito dano se

⁶⁷ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política. De a a j*. Brasília, Ed. UNB, 2004. Pág. 319.

for comparado com as outras formas, pois o poder está subdividido em inúmeras frações. No entanto, se os governos forem desenfreados e contra lei, é na democracia onde melhor se vive. Finalmente, nas *Leis*, Platão fala de duas formas fundamentais de governo, sendo a primeira delas a monarquia, cujo modelo é o Estado Persa e a democracia, cujo modelo é a cidade de Atenas. Os dois modelos são alvo de críticas, mas por razões opostas: no caso do Estado persa, existe um excesso de autoridade; já no caso da democracia ateniense, existe um excesso de liberdade, ou ainda para usar as palavras do próprio Platão, uma “liberdade desenfreada”. (701b).

Ainda segundo Bobbio, da Democracia entendida em sentido amplo, Aristóteles, em *A Política*, distingue cinco formas:

- 1) ricos e pobres participam do governo em condições paritárias. A maioria é popular unicamente porque a classe popular é mais numerosa.
- 2) Os cargos públicos são distribuídos com base num censo muito baixo.
- 3) São admitidos aos cargos públicos todos os cidadãos entre os quais os que foram privados de direitos civis após processo judicial.
- 4) São admitidos aos cargos públicos todos os cidadãos sem exceção.
- 5) Quaisquer que sejam os direitos políticos, soberana é a massa e não a lei. Este último caso é o da dominação dos demagogos ou seja, a verdadeira forma corrupta de governo popular.⁶⁸

Salvo poucas exceções, a tripartição aristotélica foi acolhida em toda a tradição do pensamento ocidental, pelo menos até Hegel, e tornou-se um dos lugares comuns da tratadística política. Para assinalar algumas etapas desse longo percurso, Bobbio recorda Marsílio de Pádua (*Defensor pacis*, I, 8), São Tomas de Aquino (*Summa Theologica*, III, qu. 105, art. 1); Bodin (*De la republique*, II, 1), Hobbes (*Decive*, cap. VII, *Leviathan*, cap. XIX), Locke (*Segundo tratado sobre o Governo*, cap. X), Rousseau (*Contrato Social*, III, 4,5,6), Kant (*Metafísica dos costumes, Doutrina do direito*, 51), Hegel (*Linhas fundamentais de filosofia do direito*, 273). É válido mencionar que também houveram variações, das quais Bobbio destacou como as três principais a distinção entre formas de Estado e formas de governo elaborada por Jean Bodin; a supressão da distinção entre formas puras e formas corruptas, feita por Thomas Hobbes e, finalmente, a degradação introduzida por Rousseau, das três formas de governo nos três modos de exercício do poder executivo, ficando firme o princípio de que o poder legislativo, isto é, o poder que caracteriza a soberania pertencente ao povo, cuja reunião num corpo político através do contrato social Rousseau chama de república, não de democracia .

⁶⁸ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Op. Cit.* Pág. 320.

Em seu livro *A teoria das formas de governo* Bobbio afirma que no pensamento político medieval “nada há de genuinamente fundamental para o desenvolvimento das teorias das formas de governo”.⁶⁹ Vale, no entanto, fazer uma reflexão sobre Marsílio de Pádua e sua teoria da soberania popular em sua obra *Defensor pacis* que Bobbio afirma ser “uma das obras fundamentais do pensamento político medieval, certamente a mais rica de esquemas destinados a serem desenvolvidos pelo pensamento político moderno”.⁷⁰

Nessa obra, o autor afirma que o princípio do poder de fazer leis, em que se apóia o poder soberano, diz respeito unicamente ao povo, ou à sua parte mais poderosa, o qual atribui a outros não mais que o poder executivo, isto é, o poder de governar no âmbito das leis. Dessa forma, segundo o pensamento de Marsílio de Pádua temos, de um lado, o corpo dos cidadãos (legislador) como detentor exclusivo do poder efetivo de instituir ou eleger um governo, assim como o poder de fazer leis, corrigir e até depor o governante; por outro lado, o governante permanece em segundo plano, pois este governa segundo a autoridade que lhe foi concedida para tal fim pelo legislador e segundo a forma que este lhe indica. Portanto, dos dois poderes fundamentais no Estado – o legislativo e o executivo – o primeiro é o principal e pertence exclusivamente ao povo, enquanto o

segundo é um poder derivado que o povo delega a outros sob a forma de mandato revogável. Esta teoria é também, ainda segundo Bobbio, um dos pontos cardeais das teorias políticas dos escritores dos séculos XVII e XVIII, considerados os pais da democracia moderna. O filósofo político italiano lembra ainda que essa doutrina da soberania popular tal como foi elaborada por Pádua não deve, no entanto, ser confundida com a doutrina contratualista, pois, do mesmo modo que nem todo o contratualismo é democrático, assim nem todo o democratismo é contratualista.

Com relação às reflexões modernas a respeito do conceito de democracia, Bobbio assinala, primeiramente, o foco na contraposição feita entre a monarquia e a república, oriunda do pensamento grego apesar da preferência dada à teoria das três formas distintas de governo; num segundo momento, temos a identificação feita entre república e democracia apesar de elas terem, inicialmente, significados distintos.

Dessa forma, Bobbio faz um histórico de como o tema da bipartição entre reino e república foi teorizado ao longo da história apesar da supremacia da teoria aristotélica. É nas *Leis* de Platão que podemos observar no pensamento grego a contraposição entre

⁶⁹ BOBBIO, Norberto. *A Teoria das Formas de Governo*. Brasília, Ed. UNB, 1997. Pág. 77. ⁷⁰ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Ibid.* Pág. 321.

as duas formas opostas de democracia e monarquia. Em seguida, a história romana reforça no pensamento político mais do que o tema da tripartição, o tema da contraposição entre reino e república ou entre república e principado. Nos escritores medievais, por sua vez, a tripartição aristotélica e a bipartição correm de forma paralela tal como pode ser observado em São Tomás de Aquino.

Como um dos principais representantes do pensamento político moderno, Bobbio cita Maquiavel. Para o escritor florentino, “todos os Estados, todos os domínios que tiveram ou têm império sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados”. Nesse autor, república não se identifica com a democracia, uma vez que existem repúblicas democráticas e repúblicas aristocráticas. No entanto, malgrado essa diferença, inicialmente gritante e presente em vários pensadores políticos modernos entre democracia e república, esta última carrega um elemento fundamental que fez com que viessem, com o tempo, a sobrepor-se, como foi mencionado acima: a república carrega consigo um caráter peculiar de “governo livre”, de regime antiautoritário. Daí a sua conseqüente identificação com a democracia, entendida por sua vez como toda a forma de governo oposta a toda forma de despotismo.

Com relação à tradição moderna, é válido tecer algumas reflexões sobre Montesquieu e Jean-Jacques Rousseau. O primeiro descreve três formas de governo, a república, a monarquia e o despotismo onde a forma republicana compreende a república democrática e a república aristocrática, tratadas separadamente. O princípio próprio da república é o mesmo da democracia, a saber, a virtude. No entanto, Montesquieu faz uma distinção importante: a virtude é o princípio da república democrática e ela é necessária também no governo aristocrático, mas não de modo “absoluto”. Mas é com o *citoyen vertueux* Jean-Jacques Rousseau que o ideal republicano e democrático coincidem perfeitamente. No *Contrato Social*, sua obra clássica, ele constrói um Estado que é uma democracia que ele prefere chamá-lo de “república” onde confluem a doutrina clássica da soberania popular e o ideal na admiração pelas instituições de Genebra, da república, a doutrina contratualista do Estado fundado sobre o consenso e sobre a participação de todos na produção das leis e o ideal igualitário que acompanhou na história, a idéia republicana, levantando-se contra a desigualdade dos regimes monárquicos e despóticos.⁷¹

⁷¹ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Ibid.* Pág. 323.

Ao longo do século XIX, a discussão em torno da democracia foi se desenvolvendo através de um confronto com as doutrinas dominantes no tempo (liberalismo e socialismo) culminando na sua aproximação com a Teoria das Elites.

Norberto Bobbio cita como ponto de partida da concepção liberal do Estado o discurso de Benjamim Constant sobre *A liberdade dos antigos comparada com a dos modernos* onde ele faz a seguinte distinção: a liberdade dos modernos, que deve ser promovida e desenvolvida, é a liberdade individual em sua relação com o Estado, aquela liberdade de que são manifestações concretas as liberdades civis e a liberdade política enquanto a liberdade dos antigos, que a expansão das relações tornou inviável é a liberdade entendida como participação direta na formação das leis através do corpo político cuja máxima expressão está na assembleia dos cidadãos.

Ao longo dos anos foi se identificando o conceito de democracia (sem qualquer outra especificação), com a democracia direta. No entanto, com os escritores liberais, entre eles Constant, Tocqueville e John Stuart Mill, se desenvolveu a idéia de que a única forma de democracia compatível com o Estado liberal era a democracia representativa ou

parlamentar, onde o dever de fazer leis diz respeito, não a todo o povo reunido em assembléia, mas a um corpo restrito de representantes eleitos por àqueles cidadãos a quem são reconhecidos direitos políticos. Como afirma Bobbio,

nesta concepção liberal da democracia, a participação do poder político, que sempre foi considerada o elemento caracterizante do regime democrático, é resolvida através de uma das muitas liberdades individuais que o cidadão reivindicou e conquistou contra o Estado absoluto. A participação é também redefinida como manifestação daquela liberdade particular que indo além do direito de exprimir a própria opinião, de reunir-se ou de associar-se para influir na política do país, compreende ainda o direito de eleger representantes para o Parlamento e de ser eleito.⁷²

Bobbio afirma ainda que a democracia nos regimes representativos pode se desenvolver em duas direções: por um lado, no alargamento gradual do direito do voto, que inicialmente era restrito a uma exígua parte dos cidadãos com base em critérios fundados sobre o censo, a cultura e o sexo e que depois se foi estendendo, dentro de uma evolução constante, gradual e geral, para todos os cidadãos de ambos os sexos que atingiram certo limite de idade; por outro lado, na multiplicação dos órgãos representativos que num primeiro tempo se limitaram a uma das duas assembléias

⁷² BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Ibid.* Pág. 324.

legislativas, e depois se estenderam, aos poucos, à outra assembléia, aos órgãos do poder local, ou, na passagem da monarquia para a república, ao chefe de Estado.⁷³

Por sua vez, a relação da democracia com o socialismo traz algumas semelhanças, por mais paradoxal que pareça, com a relação acima descrita da democracia com o liberalismo. Em ambos os casos, o ideal democrático representa um elemento integrante e necessário, mas não constitutivo. Norberto Bobbio explica da seguinte forma: o ideal democrático é integrante do socialismo porque uma das metas que se propuseram os teóricos do socialismo foi o reforço da base popular do Estado. É necessário, porque sem esse esforço não seria jamais alcançada aquela profunda transformação da sociedade que os socialistas das diversas correntes sempre tiveram como perspectiva. Por outro lado, o ideal democrático não é constitutivo do socialismo, porque a essência do socialismo sempre foi a idéia da revolução das relações econômicas e não apenas das relações políticas.

O que muda na doutrina socialista a respeito da doutrina liberal é o modo de

entender o processo de democratização do Estado. Bobbio utiliza como exemplo a teoria marxista-engelsiana: nela, o sufrágio universal, que para o liberalismo em seu desenvolvimento histórico é o ponto de chegada do processo de democratização do Estado, constitui apenas o ponto de partida. Além do sufrágio universal, o aprofundamento do processo de democratização de parte das doutrinas socialistas acontece de dois modos: através da crítica da democracia apenas representativa e da conseqüente retomada de alguns temas da democracia direta e através da solicitação de que a participação popular e também o controle do poder a partir de baixo se estenda dos órgãos de decisão política aos de decisão econômica, de alguns centros do aparelho estatal até a empresa, da sociedade política até a sociedade civil.

Finalmente, para concluir a longa trajetória do pensamento democrático resta tecer algumas reflexões a respeito da sua relação com o elitismo. Tanto o liberalismo como o socialismo fizeram críticas a determinado modelo de democracia. Por um lado, os liberais fizeram críticas à democracia direta; por outro lado, os socialistas fizeram suas críticas à democracia representativa. O que caracteriza essas críticas é que elas foram marcadas por pressupostos ideológicos ligados a determinados valores. No final do século XIX, contra a democracia entendida em seu sentido tradicional de soberania popular, se formulou uma crítica que se dizia “não ideológica, científica e fundada na

⁷³ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Ibid.* Pág. 324.

observação dos fatos”. Entre os teóricos que formularam essa crítica, Bobbio destaca Ludwig Gumplowicz, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto.

Para esses autores, a soberania popular jamais correspondeu ou poderá corresponder a uma realidade de fato, porque em qualquer regime político é sempre uma minoria de pessoas que Mosca chama de “classe política” que detém o poder efetivo. Portanto, não existiria, para esses teóricos, outra forma de governo que não a oligárquica. Bobbio chama atenção para o fato de que essa observação não implica que todos os regimes sejam iguais, mas que se existe diferença, ela não pode depender de um critério extrínseco como o do número de governantes, mas dos vários modos com que uma classe política se forma, se reproduz, se renova, organiza e exerce o poder. Bobbio cita os exemplos utilizados por Mosca: com relação ao modo como se formam as classes, existem as que transmitem o poder hereditariamente e as que se alimentam das classes inferiores; com relação ao modo como exercem o poder, existem aquelas que exercem

sem controle e aquelas que são controladas a partir de baixo; neste sentido, contrapôs, no primeiro caso, democracia e aristocracia; no segundo, democracia e autocracia, identificando pelo menos dois tipos de regimes que, embora tenham uma classe política dominante, podem dizer-se democráticos. Nesta linha, Bobbio afirma que a teoria das elites recupera muito do que de realístico e não do que meramente ideológico contém a doutrina tradicional da democracia e tem, por conseqüência, não tanto a negação de existência de regimes democráticos mas mais uma redefinição que terminou por tornar-se preponderante na ciência política.

Marilena Chauí também tece algumas reflexões importantes a respeito da democracia. Em seu livro *Cultura e democracia*⁷⁴, ela faz uma análise em três etapas: uma sociológica, uma filosófica e uma histórica. Para os limites que me proponho nesse capítulo gostaria de fazer alguns comentários a respeito da sua análise filosófica uma vez que sua análise histórica se limita à relação entre socialismo e democracia, o que já foi discutido.

Chauí inicia fazendo uma distinção fundamental entre o pensamento político antigo e o pensamento político moderno. Na antiguidade clássica, a discussão que predominava era a da boa-sociedade e do governo justo e virtuoso. Já o pensamento político moderno, notadamente Maquiavel, Hobbes, Espinosa e Montesquieu, passou a discutir as instituições e práticas necessárias ao funcionamento dos diferentes regimes

⁷⁴ CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas*. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

políticos. Isso não implica de forma alguma, como salienta Chauí, que o deslocamento operado consiste em passar de uma visão normativa a uma visão realista, ou em passar de uma questão acerca da arte de governar para outra relativa apenas ao sucesso das técnicas eficazes de dominação. O deslocamento que se opera concerne à questão da natureza do poder. O que Chauí quer dizer quando fala da “natureza do poder” é que qualquer sociedade traz consigo uma divisão fundamental, sendo formada por dois desejos opostos, como já havia mencionado Maquiavel: por aqueles que desejam comandar e oprimir e pelos outros que não desejam nem ser comandados nem oprimidos. Por sua vez, Espinosa afirma que o indivíduo carrega dentro de si essa divisão: para esse filósofo, todos os homens são movidos por dois desejos antagônicos, isto é, que todos desejam governar e ninguém deseja ser governado. Nesse sentido o poder político é um pólo imaginário, público, que unifica essa divisão. Dessa forma, a tirania se estabelece quando o poder

perde o seu lugar público e se identifica com àquele que governa. É nesse contexto, segundo Chauí, que a tese democrática pode ser compreendida: não é porque na democracia todos podem ocupar periodicamente o poder, nem porque todos governam, nem porque todos estão representados, nem porque todos são súditos, governantes e cidadãos por direito, mas justamente porque na democracia ninguém pode identificar-se com o próprio poder. Somente nesse contexto se esclarece o significado simbólico das eleições: nelas, o que está implicado não é apenas o fato da disputa e do conflito, mas sim que, por um lapso de tempo, o poder permanece vazio, ocupado, assim, por toda a sociedade.⁷⁵

Ao longo de alguns milhares de anos, essa forma de governo passou por enormes variações, tanto práticas quanto teóricas. É evidente que o modelo de democracia ateniense tem muito pouco a ver com os modelos democráticos mais recentes. Até se pensarmos num mesmo período, no momento em que escrevo, por exemplo, existem inúmeros modelos de democracia que variam de um país para o outro. Entretanto, eles sempre carregarão entre si algumas características fundamentais. Entre elas, Norberto Bobbio cita:

1) o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou segundo grau; 2) junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado; 3) todos os cidadãos que tenham atingindo a maioria, sem distinção de

⁷⁵ CHAUI, Marilena. *Op. Cit.* Pág. 157.

raça, de religião, de censo e de sexo devem ser eleitores; 4) todos os eleitores devem ter votos iguais; 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional; 6) devem ser livres também no sentido em que devem ser postos em condição de ter reais alternativas; 7) tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não definidos de uma vez para sempre; 8) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições; 9) o órgão de governo deve gozar de confiança do Parlamento ou do chefe do poder executivo, por sua vez, eleito pelo povo.⁷⁶

Já para Raymond Aron, os regimes democráticos carregam quatro aspectos principais:

1 On doit considérer le système politique en tant que système social particulier, depuis l'élection jusqu'aux décisions prises par le gouvernement, en passant par la structure des partis, le

funcionamento das assembleias e o choio dos ministros.

2 On met en relation le système politique avec ce que l'on pourrait appeler l'infrastructure sociale. L'exercice du pouvoir ou la prise des décisions dépendent des groupes sociaux, de leurs intérêts, de leurs rivalités, de leurs ambitions, de leur accord possible et de leur compétition permanente.

3 Il convient d'analyser l'administration ou la bureaucratie, celle-ci étant à la fois l'agent d'exécution des décisions prises par les gouvernants, le conseiller technique des gouvernants et une instance indispensable au fonctionnement des activités privées.

4 Il faut enfin étudier ce que j'appellerai, faute d'un meilleur terme, l'environnement historique du système politique. En effet, chaque système politique est influencé, si non déterminé, par un conglomerat de traditions, de valeurs, de manières de penser et d'agir, caractéristique de chaque pays.⁷⁷

É válido ressaltar que um regime para ser considerado democrático não precisa possuir todas as características acima mencionadas. E é provável, como afirmou Bobbio, que nenhum jamais possuiu. Também não é possível estabelecer quantas destas características são necessárias para que um regime possa ser considerado democrático. Pode afirmar-se somente que um regime que não observa nenhuma delas não o é.

⁷⁶ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Ibid.* Pág. 327.
⁷⁷

ARON, Raymond. *Démocratie et totalitarisme*. Paris, Éditions Gallimard, 1965. Pág. 110. [1. Nós devemos considerar o sistema político enquanto sistema social particular, desde as eleições até as decisões tomadas pelo governo, passando pela estrutura dos partidos, o funcionamento das assembleias e a escolha dos ministros. 2. Metemos em relação um sistema político com aquilo que poderíamos chamar a infraestrutura social. O exercício do poder ou a tomada de decisões dependem de grupos sociais, de seus interesses, de suas rivalidades, de suas ambições, de seus acordos possíveis e de suas competições permanentes. 3. É conveniente analisar a administração ou a burocracia, esta última sendo por sua vez o agente de execuções de decisões tomadas pelos governantes, o conselho técnico dos governantes e uma instância indispensável ao funcionamento das atividades privadas. 4. É preciso enfim estudar o que eu chamarei, por falta de um termo melhor, o meio histórico do sistema político. De fato, cada sistema político é influenciado, se não determinado, por um conglomerado de tradições, de valores, de maneiras de pensar e de agir, característico de cada país.]

III

Enquanto a democracia é uma forma de governo que visa à participação da maioria na condução política de uma sociedade, temos no outro extremo, uma forma de governo extremamente autoritária, apoiada na total submissão das massas a um único líder: o regime totalitário. Enquanto alguns autores afirmam que existem raízes dessa nova forma de autoritarismo em regimes passados⁷⁸, outros defendem que o totalitarismo foi um fenômeno inédito criado no século XX pela Alemanha Hitlerista e pela União Soviética stalinista. Traçarei resumidamente as suas características.

Mário Stopinno⁷⁹ identifica a origem do termo totalitarismo na Itália por volta de meados da década de 1920 e significava as características do Estado fascista em

contraposição ao Estado liberal. Após a Segunda Guerra Mundial, essa expressão passou a ser usada para designar todas as ditaduras monopartidárias, tanto as fascistas quanto as comunistas. Stopinno faz uma exposição a respeito do totalitarismo tomando por base duas obras clássicas sobre o tema: a de Hannah Arendt, que analisou esse fenômeno em seu livro *As Origens do Totalitarismo* escrito em 1951 e a obra de Carl J. Friedrich e Zbgniew K. Brzezinski que, cinco anos depois, escreveram *Totalitarian dictatorship and autocracy*.

Para Arendt, o totalitarismo é uma forma de domínio completamente nova, pois não se limita a destruir e isolar o homem da vida pública através da destruição de suas capacidades políticas como faziam as antigas tiranias, mas a destruir os próprios grupos e instituições cortando assim os meios que os homens tinham de se relacionar e tornando-os, conseqüentemente, estranhos ao mundo. Assim, o totalitarismo tem como meta a transformação da própria natureza humana através de dois componentes fundamentais: a ideologia e o terror.

⁷⁸ Franz Neumann, em seu livro *Lo Stato democratico e lo Stato autoritário*, publicado em 1975, afirma que tanto o regime espartano quanto o regime do Império Romano dos tempos de Diocleciano foram “ditaduras totalitárias”. Para Karl A. Wittfogel, o despotismo oriental, segundo o seu livro *Il dispotismo orientale* de 1957, seria o antepassado dos regime totalitaristas, especialmente o comunista. Outro autor que também identificou características totalitárias no despotismo oriental foi Barrington Moore, em seu livro *Potere politico e teoria sociale*, de 1958. Entre as características particulares do fenômeno totalitarista moderno está a associação da penetração total, que envolve toda a sociedade num movimento incessante de transformação da ordem social, e, de outro lado, a intensificação até um grau máximo, sem precedentes na história, desta penetração-mobilização da sociedade. ⁷⁹ STOPINNO, Mario. *Totalitarismo* in BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Ibid.* Pág. 1247 – 1259.

Com relação ao primeiro componente, a ideologia totalitária, Arendt afirma que ela pretende explicar, de forma total, o curso da história. Ela independe, portanto, de toda a experiência ou verificação factual e constrói um mundo fictício e logicamente coerente. Na medida em que o contato com o mundo é perdido, o próprio conteúdo da ideologia totalitária se apaga o que acaba por gerar um movimento arbitrário e permanente. O segundo componente, o terror totalitário, por sua vez, serve para colocar em prática o mundo fictício da ideologia e confirmá-la, tanto em seu conteúdo, quanto, e, sobretudo, em sua lógica deformada. Isso acaba por atingir, na verdade, não apenas os inimigos reais (o que acontece na fase de instauração do regime), mas também e especialmente os inimigos “objetivos”, cuja identidade é definida pela orientação político-sociológica do governo mais do que pelo desejo desses inimigos em derrubá-lo. E na fase mais extrema atinge também vítimas escolhidas inteiramente ao acaso.

É importante esclarecer de que forma isso se estrutura na prática, onde o plano organizativo também é composto por dois componentes: o partido e a polícia secreta. É no primeiro componente que a ação da ideologia e do terror se manifesta. O partido tem uma formação elitista que conserva uma crença fanática na ideologia, propagando-a incessantemente e adequando todos os tipos de grupos e instituições sociais a ela e, finalmente, politizando as áreas mais remotas da política. O segundo componente, a polícia secreta, transforma toda a sociedade num sistema de espionagem total onde cada pessoa pode ser um agente da polícia e onde todos se sentem sob constante vigilância.

Hannah Arendt ainda menciona um último componente do regime totalitário: a personalização do poder. Ora, essa forma de governo não tem uma estrutura monolítica. O que existe, ao contrário, é um emaranhado organizativo confuso onde se sobrepõem as funções da administração estatal, do partido e da polícia secreta. Isso faz parte do próprio movimento e imprevisibilidade do regime totalitário que tem origem justamente na vontade absoluta do ditador. A vontade do chefe é a lei do partido e toda organização partidária não tem outro escopo senão o de realizá-la. O chefe é o depositário da ideologia: apenas ele pode interpretá-la ou corrigi-la. Até a polícia secreta, cujo prestígio cresceu extraordinariamente em relação ao que gozava nos velhos regimes autoritários, tem um poder real menor, pelo fato de estar inteiramente sujeita à vontade do chefe, o único a quem compete decidir quem será o próximo inimigo potencial ou “objetivo”. Segundo esta interpretação, a personalização do poder é, portanto, um aspecto crucial dos regimes totalitários. Entretanto, Arendt não faz dela explicitamente um terceiro pilar da noção de totalitarismo⁸⁰. A segundo teoria clássica, a de Carl J. Friedrich e de Zbigniew K. Brzezinski, define

o totalitarismo com base nos traços característicos que podem ser encontrados na organização dos regimes totalitários. Segundo esta colocação, o regime totalitário é resultante da união dos seis pontos seguintes:

- 1) uma ideologia oficial que diz respeito a todos os aspectos da atividade e da existência do homem e que todos os membros da sociedade devem abraçar, e que critica, de modo radical, o estado atual das coisas e que dirige a luta pela sua transformação; 2) um partido único de massa dirigido tipicamente por um ditador, estruturado de uma forma hierárquica, com uma posição de superioridade ou de mistura com a organização burocrática do Estado, composto por pequena percentagem da população, onde uma parte nutre apaixonada e inabalável fé na ideologia e está disposta a qualquer atividade para propagá-la e atuá-la; 3) um sistema de terrorismo policial, que apóia e ao mesmo tempo controla o partido, faz frutificar a ciência moderna e especialmente a psicologia

científica e é dirigido de uma forma própria, não apenas contra os inimigos plausíveis do regime, mas ainda contra as classes da população arbitrariamente escolhidas; 4) Um monopólio tendencialmente absoluto, nas mãos do partido e baseado na tecnologia moderna, da direção de todos os meios de comunicação de massa, como a imprensa, o rádio e o cinema; 5) Um monopólio tendencialmente absoluto, nas mãos do partido e baseado na tecnologia moderna, de todos os instrumentos da luta armada; 6) Um controle e uma direção central de toda a economia através da coordenação burocrática das unidades produtivas antes independentes.⁸¹

A combinação habilidosa de propaganda e terror, tornada possível graças ao uso da tecnologia moderna e da moderna organização de massa, confere aos regimes totalitários uma força de penetração e de mobilização da sociedade qualitativamente nova em relação a qualquer regime autoritário ou despótico do passado e torna-os por isso um fenômeno político historicamente único.

Existem diferenças e semelhanças importantes entre a interpretação de Arendt e a de Friedrich-Brzezinski. Entre as diferenças, Stopinno destaca primeiramente o modo de abordagem do tema: enquanto Arendt procura determinar o fim essencial do totalitarismo que é exatamente a transformação da natureza humana a partir da transformação do homem em animais apolíticos, Friedrich e Brzezinski não reconhecem nenhum fim essencial no totalitarismo e se limitam a descrever um conjunto de traços característicos dos regimes totalitários. Em segundo lugar, não existe na interpretação de Friedrich-Brzezinski a ênfase dada por Arendt na personalização do poder totalitário.

⁸⁰ STOPINNO, Mario. *Op. Cit.* Pág. 1248. ⁸¹
STOPINNO, Mario. *Ibid.* Pág. 1249.

Finalmente, enquanto para Arendt são totalitárias apenas a Alemanha hitlerista e a Rússia stalinista, para Friedrich e Brzezinski são totalitários, além do regime nazista e soviético, o regime fascista italiano, o regime comunista chinês e os regimes comunistas do Leste Europeu.

Entre as semelhanças, Stopinno destaca duas fundamentais. Em primeiro lugar o fato de ambos os autores considerarem o totalitarismo uma nova forma de dominação política, pois ele é capaz de conseguir um alto grau de penetração e mobilização da sociedade sem precedentes. Em segundo lugar, ambas as interpretações concordam que existem três aspectos centrais no regime totalitário: uma ideologia oficial, um terror policial e um partido único de massa.

Outro aspecto que não pode ser ignorado ao se analisar os regimes totalitaristas são as diferenças entre àquele de cunho comunista e àquele de cunho fascista. Para

Stopinno, existem diferenças de ideologia e de base social. Analisemos inicialmente as diferenças ideológicas.

Com relação à ideologia comunista, Stopinno afirma que ela é um conjunto de princípios, coerente e elaborado, que descreve e orienta para uma transformação total da estrutura econômico-social da sociedade. Ela é humanística, racionalista e universalista: seu ponto de partida é o homem e sua razão; é por isso que ela assume a forma de um credo universal que abrange todo o gênero humano. Ela pressupõe a bondade e a perfectibilidade do homem e tem em mira a instauração de uma situação social de plena igualdade e liberdade: neste quadro a “ditadura do proletariado” e a violência são simples instrumentos, necessários, mas temporários, para alcançar o objetivo final. Enfim, ela é revolucionária: apresenta-se como a herdeira dos ideais do iluminismo e da Revolução Francesa, aos quais pretende dar um efetivo conteúdo econômico e social com uma revolução profunda da estrutura da sociedade.⁸²

Já a ideologia fascista, ainda tomando por base Stopinno, é um conjunto de idéias ou de mitos, bem menos coerente e elaborado, que não prevê nem orienta para uma transformação total da estrutura econômico-social da comunidade. Ela é organicista, irracionalista e anti-universalista: seu ponto de partida é a raça, concebida como uma entidade absolutamente superior ao homem individual. Ela toma por isso a forma de um credo racista que trata com desprezo, como uma fábula, a idéia ética da unidade do gênero humano. Ela pressupõe a corrupção do homem e tem como objetivo

⁸² STOPINNO, Mario. *Ibid.* Pág. 1252.

a instauração do domínio absoluto de uma raça acima de todas as outras: a ditadura, o *führerprinzip* e a violência são princípios de governos permanente, indispensáveis para manter sujeitas e para liquidar as raças inferiores. Finalmente, ela é reacionária: ela é a herdeira das tendências mais extremas do pensamento contra-revolucionário do século XIX, em seus componentes irracionalistas, racistas e radicalmente antidemocráticos; e em certos aspectos como os mitos teutônicos, o juramento pessoal perante o chefe, a ênfase dada à honra, o sangue e a terra, voltam-se para um passado remoto.⁸³

O segundo componente de diferenciação apontado por Stopinno é a base social, que por sua vez diz respeito a três aspectos: ao ambiente econômico-social, à base de sustentação de massa e de recrutamento do novo regime e os comportamentos recíprocos do novo regime e da velha classe dirigente.

Com relação ao comunismo, ele se instala habitualmente numa sociedade onde o processo de industrialização e de modernização se está iniciando ou se encontra no primeiro estágio e assume a tarefa de uma industrialização e de uma modernização forçada e rápida. Com relação à sua base de sustentação de massa e fonte privilegiada de recrutamento da elite, ela é constituída pela classe operária e pelo proletariado urbano. Finalmente, o comunismo debela e liquida completamente a velha classe dirigente, seja econômica, seja burocrática ou militar, procurando fazer dela antes de tudo, uma aliada, para depois convertê-la num instrumento da própria política.

O fascismo, por sua vez, se instala numa sociedade onde o processo de industrialização e de modernização já está avançado. Mais do que a industrialização e a modernização, seu objetivo é a mobilização e a obediência de uma sociedade já industrializada e modernizada aos próprios fins. Finalmente, a base de sustentação de massa do fascismo e sua fonte privilegiada do recrutamento da elite são constituídas pela classe pequeno-burguesa: empregados, camponeses, pequenos comerciantes, militares e intelectuais frustrados, que se sentem esmagados entre a grande burguesia e as organizações do proletariado.

Pode em alguns casos haver exceções. Por exemplo, a ideologia comunista nem sempre foi coerente e a ideologia nazista que, embora não exija uma transformação total da estrutura econômico-social da comunidade, impõe, entretanto, uma transformação radical da ordem político-social: ela pretendia revolucionar a carta da Alemanha e da Europa, eliminando os judeus e instaurando o domínio absoluto da raça superior sobre

⁸³ STOPINNO, Mario. *Ibid.* Pág. 1252.

as inferiores Entretanto, feitas algumas correções, o resultado não muda muito. Em seu conjunto, as diferenças de base social e de ideologia permanecem reais e profundas. Portanto, o totalitarismo fascista e o totalitarismo comunista são dois fenômenos diametralmente opostos.

Para concluir essas reflexões a respeito das características dos regimes totalitários, gostaria de resumir alguns pontos essenciais que poderão permitir a seguir um paralelo com o Estado de Segurança Nacional implantado no Brasil em 1964. O fenômeno totalitarista pode ser descrito baseado em três elementos: na sua natureza específica, nos seus elementos constitutivos e nas condições que o tornaram possível no século XX.

Com relação à sua natureza específica, podemos destacar a penetração e a

mobilização total do corpo social com a destruição de toda a linha estável de distinção entre o aparelho político e a sociedade. É importante sublinhar a ligação entre o grau extremo da penetração e o grau extremo da mobilização, uma vez que a ação totalitária penetra a sociedade até em suas células mais secretas, exatamente na medida em que a envolve inteiramente num movimento político permanente.

Já os elementos constitutivos do totalitarismo são quatro: a ideologia, o partido único, o ditador e o terror. O primeiro deles, a ideologia, dá uma explicação indiscutível do curso histórico, uma crítica radical da situação existente e uma orientação para a sua transformação também radical. Dirigindo sua ação para um objetivo substantivo em vez de dirigi-la para instituições ou para formas jurídicas, justifica-se num movimento contínuo para aquele fim e para a destruição ou a instrumentalização de qualquer instituição e do próprio ornamento jurídico. O partido único, animado pela ideologia, contrapõe-se e se sobrepõe à organização do Estado, derrubando sua autoridade e o comportamento regular e previsível; politiciza também os mais diferentes grupos e as mais diversas atividades sociais, minando-lhes a lealdade e os critérios de comportamento para subordiná-los aos princípios e aos imperativos ideológicos. O ditador exerce um poder absoluto sobre a organização do regime e sobre a ideologia de cuja interpretação e aplicação ele é dono exclusivo, garantindo e intensificando ao máximo a imprevisibilidade e o movimento da ação totalitária, através de sua vontade arbitrária, de suas táticas móveis para manter o seu poder pessoal e do impacto dos traços característicos de sua personalidade. Finalmente, o terror totalitário inibe toda a oposição e as críticas as mais inofensivas e gera coercitivamente a adesão e a sustentação ativa das massas ao regime e à pessoa do líder.

O terceiro elemento são as condições que o tornaram possível no século XX. Nesse sentido, Stopinno destaca a formação da sociedade industrial de massa, a persistência de uma arena mundial dividida e o desenvolvimento da tecnologia moderna. De um lado, o impacto da industrialização nas grandes sociedades modernas, no quadro de uma arena mundial insegura e ameaçadora, permite e favorece a combinação de penetração e de mobilização total do corpo social. De outro lado, o impacto do desenvolvimento tecnológico no que toca aos instrumentos de violência, os meios de comunicação e as técnicas organizacionais de vigilância e de controle permitem um grau enorme de penetração-mobilização monopólica da sociedade sem precedentes na história.

IV

No Brasil, a elite política que articulou o golpe militar de 1964 tinha como objetivo implantar uma determinada forma de governo baseada numa doutrina criada nos Estados Unidos e adaptada no Brasil a partir de 1945. Essa doutrina, tal como foi absorvida no Brasil, trazia consigo, paradoxalmente, tanto elementos democráticos quanto elementos totalitários. Uma análise desse corpo teórico permite uma compreensão mais refinada do modelo de Estado implantado no Brasil após 1964.

Ao pensarmos na articulação golpista devemos levar em consideração pelo menos dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, o papel de uma pequena elite política e econômica, formada por empresários, políticos, tecnocratas, etc.; em segundo lugar, o papel dos próprios militares. Com relação ao primeiro aspecto, o papel da elite política e econômica, ela teve um papel crucial no processo golpista através de financiamentos, da formação de grupos de pressão que visavam atingir vários grupos sociais e na tentativa de desestabilizar os governos democraticamente eleitos da década de 1950. No entanto, autores consagrados como Maria Helena Moreira Alves e René Dreifuss, sobretudo este último, ao montar o organograma da atuação dessa elite no processo deram muito pouca ênfase ao papel dos militares. A história do Brasil demonstrou que em quase todos os momentos de crise institucional, as Forças Armadas apresentaram-se como atores políticos atuantes. Foi assim em 1889, com a proclamação da República, em 1930, com a derrubada da República oligárquica, permitiu a instauração do Estado Novo e destituiu Getúlio Vargas em 1945. Por outro lado, também foram os militares que garantiram o regime democrático que vigorou entre 1945 e 1964, abortando algumas tentativas de golpe ao longo da década de 1950. No entanto, 1964 marca uma ruptura. Até essa data, as intervenções militares haviam sido passageiras; os militares entravam em ação, “restituía a ordem”, e voltavam para a caserna. Em 1964, eles entram em ação, “restituíram a ordem” e ocuparam a frente da cena política durante 21 anos. Com relação aos militares, é importante ressaltar que eles sempre se colocaram “acima” da política considerando seus interesses como “interesses nacionais” em contraposição aos interesses dos políticos civis, sempre considerados, por eles, como interesses particulares e partidários.

Essa elite política e econômica junto com alguns setores das Forças Armadas começaram a elaborar na Escola Superior de Guerra e em instituições civis de fachada

como o IPES e o IBAD um corpo teórico que continha três tópicos principais: uma teoria da guerra, o papel do Brasil na geopolítica mundial e um modelo econômico. Era constituído ainda de elementos ideológicos e diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permitia o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornecia elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos⁸⁴. Esse corpo teórico ficou conhecido como a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Uma análise dos tópicos da Doutrina é fundamental para entender a natureza do novo Estado uma vez que ele foi estruturado com base nessa Doutrina. Essa análise será feita a partir das reflexões de Maria Helena Moreira Alves que, por sua vez, se utilizou de dois trabalhos decisivos sobre essa problemática: o livro do General Golbery do Couto e Silva intitulado *Política Nacional, o Poder Executivo e a Geopolítica do Brasil*⁸⁵ e o Manual Básico da Escola Superior de Guerra.⁸⁶ Não se pode esquecer, no entanto, que apesar das diretrizes do novo Estado terem sido fixadas com antecedência os movimentos de oposição gerados na sociedade civil tiveram um forte impacto na sua consolidação.

O primeiro tópico da Doutrina é uma teoria da guerra. Segundo os preceitos da ESG, existem três tipos de guerra: a guerra total, a guerra clássica ou limitada e a guerra revolucionária ou psicológica. A guerra total não se limita mais ao território dos países beligerantes ou setores da economia e da população. Ela tem que ser entendida na lógica

⁸⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. São Paulo, Edusc, 2005. Pág. 42.

⁸⁵ SILVA, Golbery do Couto e. *Política Nacional, o Poder Executivo e a Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

⁸⁶ Manual Básico da Escola Superior de Guerra, publicado pelo Estado-Maior das Forças Armadas.

da guerra fria e do imenso poder das armas de destruição em massa. O exemplo desse tipo de guerra seria o enfrentamento entre os Estados Unidos e a União Soviética. O segundo tipo de guerra, a clássica ou limitada, é politicamente declarada. Ela é basicamente concebida como uma guerra de agressão externa, combatida entre Estados e na qual um país declara guerra a outro em reação a um ataque externo. Ela é uma guerra de ataque e defesa, de uma população unida contra um inimigo externo definido. Finalmente, temos como o terceiro tipo de guerra, àquela denominada “insurrecional”, “revolucionária” ou “psicológica”. Essa teoria requer uma análise mais detalhada. Segundo a lógica dos ideólogos do regime, tal como pode ser observado no livro de Alves, esse tipo de guerra

não envolve necessariamente o emprego da força armada. Abrange toda iniciativa de oposição organizada com força suficiente para desafiar as políticas do Estado e está diretamente vinculada à infiltração comunista e a iniciativas indiretas por parte do “comunismo internacional” controlado pela União Soviética. Nesse sentido, não se trabalha mais com a noção “fronteiras territoriais” e sim com a de “fronteiras ideológicas”. Assim, a guerra revolucionária assume formas psicológicas e indiretas, de maneira a evitar o confronto armado, tentando conquistar “as mentes do povo” e lentamente disseminar as sementes da rebelião até encontrar-se em posição de incitar a população contra as autoridades constituídas.

O segundo ponto da Doutrina é exatamente o papel do Brasil na geopolítica internacional. Nesse ponto, Alves toma por base o trabalho do General Golbery do Couto e Silva citado acima. Segundo o General, num clima de guerra total e permanente é impossível haver neutralidade. A escolha por quais dos lados cada país deve optar (Leste ou Oeste) é em grande parte determinado por sua posição geográfica. A América Latina, portanto, segundo Golbery, está inevitavelmente comprometido com os Estados Unidos permanecendo assim sob sua esfera de influência e controle.

Ainda segundo o General, o continente latino-americano tem uma importância fundamental no quadro das alianças ocidentais, especialmente para os Estados Unidos. Golbery cita as razões que o torna imprescindível para os países ocidentais industrializados entre elas a necessidade do seu apoio nas Nações Unidas, o abastecimento de materiais estratégicos, o controle e proteção do tráfego marítimo e de rotas oceânicas para a África, a segurança coletiva e a disponibilidade de recursos demográficos para operações militares fora de controle. O Brasil, por sua vez, é o país que goza de certa superioridade devido à sua posição geográfica (controle do Atlântico Sul), de seus vastos recursos naturais – especialmente minerais estratégicos – e de sua grande população. Embora aceite a necessidade de subordinação aos Estados Unidos, Golbery reivindica a posição de barganha de um aliado privilegiado⁸⁷.

Finalmente, a Doutrina de Segurança Nacional traz ainda um modelo econômico de desenvolvimento. O primeiro ponto ressaltado por Alves, é o seguinte: segundo o Manual Básico da ESG, não pode haver segurança sem um alto grau de desenvolvimento econômico. A segurança de um país impõe o desenvolvimento de recursos produtivos, a industrialização e uma efetiva utilização dos recursos naturais, uma extensa rede de transportes e comunicações para integrar o território, assim como o treinamento de força

de trabalho especializada. Desse modo, estão entre os fatores mais importantes para a segurança de um país sua capacidade de acumulação e absorção de capital, a qualidade de sua força de trabalho, o desenvolvimento científico e tecnológico e a eficácia de seus setores industriais. O desenvolvimento industrial é portanto requisito indispensável da política econômica nacional.

O General Golbery, por sua vez, raciocina em termos de defesa global do continente e do país, no contexto da estratégia de defesa ocidental. Dentro dessa lógica, o desenvolvimento econômico e infra-estrutural do Brasil é essencial para compensar a extrema vulnerabilidade de seus amplos espaços vazios. Golbery denomina as extensões de terras inaproveitadas e despovoadas de “vias de penetração” que devem ser eficazmente “tamponadas”. A política econômica que defende, assim, não se destina a obter o apoio da população, mas a integrar o território nacional. A primeira fase se dedicaria ao aperfeiçoamento infra-estrutural como a inclusão de redes de comunicações, rodovias e ferrovias que cortassem a região; o desenvolvimento do potencial de navegação de seus rios e garantia de segurança de seus portos oceânicos. Numa segunda fase, seria necessário a ocupação do interior da região central, o que inclui os Estados de Mato Grosso e Goiás, o vale do rio São Francisco, assim como os vales dos grandes tributários do Amazonas, especialmente o Araguaia e o Tocantins. A terceira fase passaria dessa região para a conquista da região amazônica.

Com relação ao modelo econômico, os militares defendem o modo de produção capitalista, mas não àquele do *laissez-faire*. Segundo eles, Karl Marx, baseando-se nesse modelo de capitalismo não previu que o Estado teria o poder de regular a economia acabando assim com as desvantagens do capitalismo. Segundo Alves, eles sustentam a necessidade de um Estado forte, capaz de aplicar uma série de incentivos e penalidades

⁸⁷ SILVA, Golbery do Couto apud ALVES, Maria Helena Moreira. *Ibid.* Pág. 56.

fiscais para regular o modelo de desenvolvimento econômico numa economia quase toda centralmente planejada. O capitalismo moderno, na ótica da ESG, deve buscar um modelo baseado em forte interferência do Estado no planejamento econômico mundial, na produção direta e no investimento infra-estrutural, com eventual apropriação direta dos recursos naturais por este mesmo Estado. Portanto, o modelo aproxima-se mais do capitalismo de Estado que da variante do *laissez-faire*. O “capitalismo liberal” é uma insensatez que leva diretamente aos problemas estudados por Marx; o potencial regulador do Estado permite superar tais contradições e realizar o poder de

desenvolvimento da capacidade industrial de um país.⁸⁸

É interessante perceber que as práticas do regime militar a partir de 1964 foram coerentes com esta análise. A participação do Estado no planejamento e regulamentação da economia atingiu níveis inéditos de centralização a partir daquele ano. Também aumentou consideravelmente o envolvimento do Estado na produção direta e na exploração de recursos minerais através de empresas estatais. Alves resume o modelo econômico da Doutrina de Segurança Nacional nos três pontos seguintes:

1 Trata-se de um modelo de desenvolvimento capitalista baseado numa aliança entre capitais de Estado, multinacionais e locais. O manual da ESG considera a contribuição das corporações multinacionais positiva para o desenvolvimento econômico de um país, apesar de poder gerar considerável oposição interna.

2 A segurança, como elemento do conceito de “desenvolvimento com segurança”, implica a necessidade de controlar o meio político e social, de modo a garantir um clima atraente para o investimento multinacional. A paz social também é necessária para a obtenção de taxas máximas de acumulação de capital, permitindo que o rápido crescimento econômico forje uma “arrancada” desenvolvimentista. Finalmente, o elemento de “segurança” do modelo impõe a ocupação das planícies centrais dos Estados que margeiam os rios Araguaia, São Francisco e Amazonas, para garantir a defesa das fronteiras e “tamponar” vias de penetração que podem ser vulneráveis à agressão comunista.

3 O desenvolvimento econômico não está voltado para as necessidades fundamentais, e a política de desenvolvimento não se preocupa muito com o estabelecimento de prioridades para a rápida melhoria dos padrões de vida para a maioria da população. Os programas de educação, segundo a ESG, devem ocupar-se sobretudo com o treinamento de técnicos que participarão do processo de crescimento econômico e industrialização. Outros programas voltados para necessidades básicas, como habitação de baixo custo, saúde pública e educação primária, são considerados menos prioritários. Em última instância, o modelo econômico destina-se a aumentar o potencial do Brasil como potência mundial. Para tais metas primordiais e revelantíssimas,⁸⁹ segundo enfatiza o manual da ESG, pode ser necessário o sacrifício de sucessivas gerações.

⁸⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. *Ibid.* Pág. 59.
⁸⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Ibid.* Pág. 60.

É necessário fazer algumas observações sobre o primeiro e o terceiro ponto da Doutrina de Segurança Nacional que atendiam a uma lógica que trouxeram graves desdobramentos durante o período da ditadura. Com relação ao terceiro item do primeiro ponto, a guerra “revolucionária”, segundo o Manual da ESG, ela não é declarada e é promovida secretamente por forças externas do “comunismo internacional”. Portanto, ela recruta seus combatentes entre a população do país a ser “atacado”. Segundo essa lógica, toda a população torna-se suspeita, constituída de “inimigos internos” potenciais que devem ser cuidadosamente controlados, perseguidos e eliminados.

Temos então, os seguintes desdobramentos: em primeiro lugar, tornam-se indispensáveis ao país o planejamento da segurança nacional e em especial um eficiente sistema de coleta de informações sobre as atividades de todos os setores políticos da

sociedade civil. Isso porque, como já foi mencionado, “as forças do comunismo internacional” recruta seus combatentes no próprio país para debilitar a capacidade de reação do governo. Isso é justamente o que o Manual da ESG chama de “estratégia de ação indireta do comunismo”. De modo que, os governos dos países de Terceiro Mundo devem se preocupar com a guerra revolucionária, a forma de guerra mais eficaz para a União Soviética levar adiante seu “projeto imperialista”.

A segurança interna passa a ser dessa forma a maior prioridade para os chefes de Estado num país subdesenvolvido. Essa prioridade dota o Estado de uma justificativa para o controle e a repressão da população. Além disso, o caráter oculto da ameaça torna praticamente impossível estabelecer limites para as ações repressivas do Estado e dos poderes militares. O próprio Estado de Segurança Nacional determina em última instância quem é o “inimigo interno” do país. Desse modo, a responsabilidade pelo controle das atividades subversivas ou revolucionárias dota as forças militares de poderes praticamente ilimitados sobre a população.

É evidente que semelhante doutrina põe em risco a defesa dos direitos humanos. Quando é impossível determinar com exatidão quem deve ser tido como inimigo do Estado e que atividades serão consideradas permissíveis ou intoleráveis, não há garantias para a lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão e associação. Mesmo que sejam mantidos na constituição, tais direitos só existem, na prática, segundo o arbítrio do aparato repressivo. Todos os cidadãos são suspeitos e considerados culpados até que provem o contrário. Tal inversão é raiz e causa dos graves abusos de poder que se verificam no Brasil.

Outro ponto fundamental com relação à teoria do “inimigo interno” é que ela induz o governo ao desenvolvimento de dois tipos de estruturas defensivas. Primeiro, o Estado deve criar um aparato repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário, coagir a população. Depois, ele montará uma formidável rede de informações políticas para detectar os “inimigos”, aqueles setores da oposição que possam estar infiltrados pela “ação comunista indireta”. Tudo isso implica ainda a centralização do poder de Estado no Executivo federal, que poderá então operar o vasto aparato de segurança interna. Segue-se também que os setores mais intimamente vinculados à coordenação das forças repressivas e de informação vêm a ser os detentores de fato do poder no interior do Estado de Segurança Nacional.

Com relação ao terceiro ponto, que trata da economia, é interessante perceber que

a defesa militar, mais que as necessidades materiais básicas da população, é considerada o principal objetivo do desenvolvimento econômico. O desenvolvimento de vastas extensões do interior brasileiro e da região amazônica é buscado principalmente para “tamponar” possíveis vias de penetração, e não para elevar os níveis de vida das populações dessas áreas. Isto se aplica em especial aos programas de desenvolvimento das regiões das planícies centrais ao longo das margens dos rios Araguaia e Amazonas. Como é sabido, encontram-se precisamente nas regiões central e amazônica as maiores riquezas minerais do Brasil, um dos trunfos estratégicos do General Golbery. O principal objetivo do modelo econômico é reforçar o potencial produtivo do país para aumentar seu poder de barganha na arena geopolítica global. As vantagens que daí pudessem decorrer para a população são secundárias para as considerações de ordem geopolítica que determinam a fixação de prioridades.

V

É importante salientar que a Doutrina de Segurança Nacional ia além de um corpo teórico com diretrizes governamentais. Existia, contida na Doutrina, uma ideologia da segurança nacional. Ou seja, existia uma forma de pensamento que se tornou um instrumento utilizado pela elite política e econômica, associada ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente.⁹⁰

⁹⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. *Ibid.* pág. 27.

Portanto, a Doutrina de Segurança Nacional tinha um caráter totalitário, que não permitia “vácuos”. Consequentemente, o regime militar brasileiro apresentava alguns elementos típicos de regimes totalitaristas como uma constante vigilância (necessária para detectar e neutralizar o “inimigo interno”), uma atuação eficaz de uma polícia política e o uso da propaganda. Por outro lado, a estruturação do novo Estado na prática permitiu a formação de vácuos inaceitáveis na teoria. Assim, o Estado não conseguiu eliminar em nenhum momento a dissensão permitindo que ela tivesse uma determinada margem de atuação. O meu argumento é que isso foi possibilitado pelo discurso dos militares, que deram uma fachada democrática para o regime possibilitando a abertura dos “vácuos” acima mencionados. Dessa forma, do mesmo modo como existiam elementos totalitários,

o regime também possuía elementos democráticos como um congresso nacional em funcionamento, a existência de partidos políticos (mesmo o partido de oposição sendo vigiado, ele existia), a existência de eleições para deputados e senadores e uma rotatividade dos generais presidentes, o que não ocorreu em nenhuma outra ditadura na América Latina.

Maria Helena Moreira Alves nos dá quatro contradições que fizeram com que o regime militar brasileiro estivesse fadado ao fracasso:

A primeira é a tendência a perder o controle do crescimento burocrático, em especial do aparato repressivo, que pôde constituir sua própria base de poder, independente do Executivo. Em segundo lugar, o Estado de Segurança Nacional é incapaz de eliminar completamente a oposição; cada campanha repressiva contra determinado setor da oposição leva ao embate setores até então não envolvidos, que protestam contra o uso da força. Em terceiro lugar, a tentativa de eliminar a oposição pela força ignora as injustiças reais que estão na raiz do conflito; a dissensão não é, assim, eliminada, mas simplesmente transferida de um para outro setor da sociedade civil. Por esta razão, finalmente, o Estado de Segurança Nacional é intrinsecamente instável, tendendo a um crescente isolamento. A longo prazo, o Estado tende a tornar-se território exclusivo de uma pequena elite que mantém a sociedade civil (e até mesmo seus próprios integrantes) sob controle, mediante o recurso cada vez mais freqüente à força física.⁹¹

Eu acrescentaria que alguns acontecimentos isolados também contribuíram como elementos de tensão durante o período do regime militar, na medida em que o Estado não conseguia controlar e censurar seus impactos. Como exemplo, eu citaria, guardando

⁹¹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Ibid.* Pág. 33

as devidas proporções, os assassinatos políticos como o de Manoel Fiel Filho, de Vladimir Herzog e do padre Antonio Henrique Pereira Neto.⁹²

Gostaria de ressaltar que não estou, de forma nenhuma, homogeneizando essas mortes e os seus impactos. Elas ocorreram em períodos distintos e entre pessoas distintas, e, portanto, é evidente que não podemos comparar, por exemplo, o assassinato do padre Henrique, ocorrido no Recife, em 1969, com o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, ocorrida em São Paulo, em 1976. Entretanto, defendo que seus impactos, em maior ou menor escala, se configuraram como graves elementos de tensão que de forma ou de outra acabaram por ser prejudiciais para o regime militar brasileiro.

2

IGREJA CATÓLICA E POLÍTICA EM PERNAMBUCO (1940-1968)

Os candidatos que adotam princípios ideológicos e atos inteiramente contrários à doutrina da Igreja, como os comunistas, não podem ser sufragados nas urnas pelos eleitores católicos.

Dom Antonio de Almeida Morais Junior, 25 de setembro de 1958.

Conosco, sem nós, ou contra nós, os olhos do povo se abrirão. Ai do cristianismo se, amanhã, quando os olhos se abrirem, ficar a impressão de que a Igreja foi conivente com os poderosos na exploração dos humildes.

Dom Hélder Câmara, 13 de setembro de 1966.

I

Antonio Henrique Pereira da Silva Neto nasceu no dia 28 de outubro de 1940 na cidade do Recife. Nesse momento, o Brasil vivia sob a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas enquanto Pernambuco era governado pelo Interventor Agamenon Magalhães. A Igreja Católica vivia o apogeu do modelo da neocristandade, inaugurado através da famosa Carta Pastoral de dom Sebastião Leme em 1916 e que iria entrar em crise a partir dos anos 1950. Resumidamente, esse modelo de Igreja defendido por dom Leme visava uma maior penetração da Igreja Católica na sociedade. Isso porque, segundo Mainwarring, a Igreja, no Brasil, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX vinha passando por um processo de decadência que culminou na sua separação oficial do Estado em 1891. Entre os sinais de decadência assinalados por Mainwarring, estava o número muito reduzido de padres, que muitas vezes eram casados e não usavam seus trajes eclesiásticos, e a pouca influência que vinha exercendo na sociedade. Nesse intervalo de 25 anos que separa a ruptura com o Estado até o lançamento da Carta de dom Leme, a maior parte da Igreja Católica se preocupou em se reestruturar internamente ao invés de expor qualquer tipo de ressentimento. Isso foi muito positivo para ela, pois, ao

optar por ceder ao invés de lutar contra a separação legal entre a Igreja e o Estado, os líderes da Igreja evitaram o anticlericalismo rancoroso. Ao contrário do México e da Espanha onde o anticlericalismo gerou duradouras hostilidades e tornaram difícil a adaptação institucional, a Igreja brasileira possui uma história de um século de desenvolvimento institucional de adaptação aos novos desafios e às mudanças sociais.⁹³

A partir de meados da década de 1920 até a metade da década de 1950 a Igreja Católica atuou de acordo com esse modelo onde permaneceu muito próxima à elite e politicamente conservadora, se opondo à secularização e às outras religiões, e pregava a hierarquia e a ordem. Insistiu num catolicismo mais vigoroso e que se intrometesse nas principais instituições e nos governos. Assim, conseguia o que percebia como sendo os interesses indispensáveis da Igreja, como a influência católica sobre o sistema educacional, o anticomunismo e o antiprotestantismo. Severino Vicente da Silva, analisando uma carta escrita por dom Leme a Carlos de Laet afirma que,

Não aparece (na carta), ou em outros documentos lavrados por dom Sebastião Leme, a preocupação com o social, com o mundo operário, com o povo. Ao solicitar que os católicos se envolvessem na política e, pelas palavras e escritos, tornassem a sociedade brasileira mais católica, Dom Leme propôs uma ação que deveria ser realizada pelas elites.⁹⁴

Para Mainwarring, foi através da neocrisandade que a Igreja revitalizou sua presença dentro da sociedade.

A Arquidiocese de Olinda e Recife, por sua vez, quando Antonio Henrique Pereira Neto nasceu, estava sob o comando do arcebispo Dom Miguel Valverde que exerceu seu apostolado por um longo período (1922-1951) em profunda consonância com o *status quo* e deixando marcas que transcenderam a sua atuação. Essas marcas deixadas por dom Miguel Valverde foram de um profundo conservadorismo caracterizado pela defesa que ele fazia das três sociedades que o homem tem que necessariamente pertencer, a saber, a Igreja, a Família e o Estado devendo o cristão obediência seja aos hierarcas, aos pais ou aos governantes.⁹⁵ Além disso, dom Miguel Valverde adotou um ferrenho discurso anticomunista, onde, nesse caso, ele estava alinhado com dom Sebastião Leme e com Roma.⁹⁶

Existem poucas informações a respeito da infância e da juventude de Antonio Henrique que podem ser extraídas de depoimentos da família e amigos e algumas outras do livro de Marinalva Angélica da Silva. Segundo essa autora, Antonio Henrique era o

⁹³ MAIWARRING, Scott. *Ibid.* Pág. 26.

⁹⁴ SILVA, Severino Vicente. *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife (1950-1990)*. Tese de Doutorado. UFPE, 2003. Pág. 105.

⁹⁵ SILVA, Severino Vicente. *Op. Cit.* Pág. 119.

⁹⁶ Para mais detalhes do apostolado de dom Miguel Valverde ver SILVA, Severino Vicente. *Op. Cit.* Págs. 108 a 130.

filho mais velho de uma família de doze filhos. Seus pais, José Henrique Pereira da Silva e Dona Isaíras Pereira da Silva, eram de classe média e residiam numa casa no bairro da Torre, mais precisamente na Rua Conselheiro Teodoro. Aos oito anos se matriculou no catecismo, na matriz da Torre e iniciou seus estudos na escola Martins Júnior, no mesmo bairro. Ao terminar o primeiro grau, Antonio Henrique foi estudar no Colégio Salesiano e passou a trabalhar no Citibank. Apesar das aulas de catecismo que ele havia tomado desde cedo a vontade de se dedicar ao sacerdócio não foi algo que sempre o acompanhou e sim uma decisão que ele tomou num determinado momento da sua vida. Segundo sua irmã, Isaíras Pereira Padovan,

ele sempre se interessou por religião. Mas assim, de uma certa forma contra, não é? Porque ele tava analisando a história como Martinho Lutero tinha se comportado e por que. Ele tava sempre questionando isso. Então ele quando tava com 16 anos, ele começou, ele foi fazer o curso colegial na época e depois disso ele começou a trabalhar também no banco Citibank. E um belo dia ele chegou em casa e deu essa notícia que ele ia... Primeiro ele resolveu fazer primeira comunhão que ele também só foi fazer depois de grande uma vez que ele não tinha certeza disso e depois que fez primeira comunhão ele deu a notícia a minha mãe que ele queria ser padre. Aí minha mãe ficou muito surpresa porque ele que era uma pessoa que não aceitava muito bem religião naquela época mas depois querendo ser padre. Aí ela perguntou: “por quê?”. Ele disse que tinha realmente chegado à conclusão que valia a pena ser religioso.⁹⁷

Assim sendo, aos 16 anos ele entrou no Seminário da Imaculada Conceição, na Várzea, na Avenida Afonso Olindense onde estudou durante quatro anos. Aos 20 anos, em 1960, ele conseguiu uma bolsa para estudar nos Estados Unidos, tendo viajado em fins de agosto de 1961. Nessa ocasião, Antonio Henrique teve alguns problemas pois precisava de uma carta de recomendação. Segundo Marinalva Angélica da Silva, essa carta, escrita por um vigário, que a autora não especifica quem é, colocou alguns obstáculos a sua ida aos Estados Unidos pelo fato de o seu pai ser maçom. Henrique conseguiu viajar, mas precisou voltar após alguns meses, em janeiro de 1962, por conta dessa mesma carta. O reitor do seminário da Várzea nessa época era o padre Marcelo Carvalheira, que o deixou continuar seus estudos.

O período de formação de Henrique compreende os anos que vão de 1956, ano de

sua entrada no Seminário da Várzea até 1965 quando ele é ordenado padre por dom Hélder Câmara. Nesse período, a Arquidiocese de Olinda e Recife foi governada por três arcebispos: dom Antonio de Almeida Morais Júnior (1951-1960), dom Carlos

⁹⁷ Depoimento concedido ao autor no dia 28 de outubro de 2003, as 9 horas da manhã, na Universidade Federal de Pernambuco.

Gouveia Coelho (1960-1964) e dom Hélder Câmara (1964-1985), este último ainda no início do seu apostolado. Por outro lado, o Brasil e, mais especificamente, a região Nordeste e o Estado de Pernambuco passavam por um período bastante conturbado politicamente. Faz-se necessário, aqui, uma breve análise tanto do quadro político do Estado brasileiro, como das transformações por que passava a Igreja Católica a partir da década de 1950.

II

Em fins de 1944 e início de 1945 os mais variados segmentos sociais como os estudantes organizados, liberais, comunistas, banqueiros, grupos civis e militares começaram a criticar duramente o governo de Getúlio Vargas. Com a aproximação da derrota alemã na Segunda Guerra Mundial, o contexto político mundial que se esboçava era bem diferente daquele de 1930, ano em que Vargas chegou ao poder. Existia uma verdadeira defesa da democracia em contraposição às duras críticas aos governos autoritários e nacionalistas.

Havia, entretanto, um setor da população que apoiava a permanência de Getúlio Vargas no poder: os trabalhadores. Ao contrário do que os liberais argumentavam, ao afirmarem que o apoio popular a Getúlio Vargas era a conjunção de uma sofisticada propaganda e de uma ignorância política do povo, o apoio dos trabalhadores ao ditador tinha outro motivo. Entre os anos 1931 e 1934, havia sido criada toda uma legislação trabalhista definindo limitação da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho infantil e feminino, horas extras, férias, repouso semanal renumerado, pensões e aposentadorias, criação da justiça de trabalho, etc.⁹⁸ Portanto, grande setor da população, constituído por trabalhadores antes marginalizados, haviam alcançado pela primeira vez uma cidadania social. Daí o apoio a Getúlio Vargas. Foi desse apoio que surgiu o movimento queremista, movimento de trabalhadores que defendia a permanência de Vargas no poder.

É nesse período também que se dá o surgimento de partidos políticos de alcance

nacional onde se alojaram as diferentes forças políticas. Jorge Ferreira destaca os quatro mais importantes. O primeiro deles, a União Democrática Nacional (UDN) foi formado por diferentes grupos que não tinham sequer afinidades ideológicas, mas os mesmos

⁹⁸ FERREIRA, Jorge. *A democracia no Brasil (1945-1964)*. São Paulo, Ed. Atual, 2006. Pág. 15.

anseios políticos: o fim do Estado Novo e a eleição do brigadeiro Eduardo Gomes a presidência. Citando Maria Victoria Benevides, a UDN carregava alguns componentes básicos como o antigetulismo, o anticomunismo, o moralismo, o elitismo e o antiestatismo. Receavam o avanço do movimento sindical e desejavam limitar a ação dos trabalhadores na política. Eram a favor do liberalismo político embora tenham defendido abertamente intervenções militares ao longo dos anos 1950.⁹⁹

Outros dois partidos importantes surgidos naquele período foram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD). Durante muito tempo se afirmou que o PTB havia sido criado de forma abrupta por Getúlio Vargas para impedir o aumento da influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre os trabalhadores. Segundo Ferreira, existem pesquisas que desmentem essa tese, entre as quais ele cita o trabalho de Ângela Castro Gomes.¹⁰⁰ Ainda no período do Estado Novo, partidários de Getúlio Vargas afirmavam que ele tinha uma grande influência entre os trabalhadores e sugeriam a criação de algum órgão que pudesse aglutinar a classe trabalhadora. No entanto, somente quando a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes se popularizou foi que Vargas pensou na criação de um partido político que pudesse herdar seu prestígio. Por iniciativa dos interventores, que tinham grande poder em suas regiões, foi criado o Partido Social Democrático (PSD). Era o grande partido da situação naquele momento, mas tinha um caráter bastante conservador o que excluiu a participação dos sindicalistas. Estes e a maior parte dos assalariados beneficiados pelas leis sociais da década de 1930, por sua vez, se agruparam no PTB, partido inspirado no trabalhismo britânico.

Finalmente, não se pode deixar de mencionar o Partido Comunista Brasileiro, que, mesmo na ilegalidade a partir de 1946 passou a exercer forte influência na política brasileira. O PCB foi fundado em 1922 e praticamente desapareceu após a repressão sofrida em 1935. Com a inserção do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados e o processo de redemocratização em andamento alguns militantes fizeram uma reunião na Bahia em agosto de 1943 e indicaram Luís Carlos Prestes, preso desde 1936,

como secretário-geral. Essa data ficou conhecida como a refundação do partido.

Quando Luís Carlos Prestes saiu da prisão em 1945, ele passou a apoiar Getúlio Vargas argumentando que era preciso unir forças contra o inimigo maior que era o nazi

⁹⁹ BENEVIDES, Maria Victoria. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. In FERREIRA, Jorge. *Op. Cit.* Pág. 16.

¹⁰⁰ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1988.

fascismo. O movimento queremista, por sua vez, crescia rapidamente, assim como as exigências dos membros do movimento que passaram a exigir uma Assembléia Constituinte ainda sob o governo de Vargas, o que garantiria os direitos sociais adquiridos. Para Ferreira, essa mudança teve um grande significado. Os trabalhadores passaram a querer garantir seus direitos não mais através de um indivíduo, mas através de instituições.¹⁰¹

Assim, o cenário político brasileiro em 1945 estava delineado da seguinte forma: o PSD havia lançado para a presidência da República o General Eurico Gaspar Dutra, com o apoio de Vargas, que imaginava que com dois candidatos dentro das Forças Armadas, estas poderiam rachar e assim facilitar a sua possível permanência no poder. A UDN, como já foi mencionado, havia lançado a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Finalmente, o PCB lançou como candidato Yedo Fiúza. Vargas, por sua vez, é deposto por um golpe militar em 29 de outubro. A gota d'água para a sua deposição foi a nomeação do seu irmão para o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal, atitude considerada inaceitável na época.

Segundo os meios de comunicação, a vitória do brigadeiro Eduardo Gomes estava garantida. Não havia chances para o candidato do PSD Eurico Gaspar Dutra que, segundo os jornais vinha fazendo uma campanha extremamente apagada. Segundo Ferreira, só uma reviravolta de última hora poderia tirar a vitória do candidato da UDN. Essa reviravolta se deu quando, num pronunciamento, o candidato à presidência chamou os eleitores de Vargas de “malta”. Um dos líderes queremistas, Hugo Borghi, ao ouvir o pronunciamento, foi procurar o significado da palavra malta, que entre outros sinônimos queria dizer *marmiteiro*. No dia seguinte, o líder queremista acionou mais de 150 rádios dizendo que o brigadeiro Eduardo Gomes era o candidato da elite e dos exploradores e que ele desprezava os trabalhadores chamando-os de *marmiteiros*. Isso teve um profundo impacto em sua candidatura conquistando a antipatia das classes de baixa renda. Nas

eleições do dia 2 de dezembro, Eurico Gaspar Dutra venceu com 55,39% dos votos, contra 35,74% de Eduardo Gomes e 9,7% de Yedo Fiúza.¹⁰²

Ao assumir a presidência da República, o general Eurico Gaspar Dutra promulgou uma Assembléia Nacional Constituinte que manteve alguns dispositivos implantados em 1930, como por exemplo, a centralização política e a legislação corporativista. Seu governo foi bastante conservador, formado pelo PSD e com o apoio

¹⁰¹ FERREIRA, Jorge. *Ibid.* Pág. 20.
¹⁰² FERREIRA, Jorge. *Ibid.* Pág. 22.

da UDN. Entre os aspectos que ficaram marcados no governo Dutra estava o alinhamento do país aos Estados Unidos, que chegou ao extremo com o rompimento das relações com a União Soviética e o impedimento do PCB, colocado na ilegalidade, o que, por sua vez, promoveu uma mudança na orientação do partido, que, de ultramoderado, passou a adotar um discurso ultraesquerdista caindo no isolamento.

No entanto, o aspecto mais importante a ser ressaltado em seu governo foi o desastre da política econômica adotada por ele. Adotou-se a prática do Estado liberal que desprezou e fechou órgãos públicos que controlavam a economia de forma integrada. Nos dois primeiros anos do seu governo o liberalismo norteou a economia que conseguiu acumular um pequeno superávit e recuar a inflação. No entanto, como as importações haviam sido liberadas, as reservas em moedas estrangeiras foram rapidamente consumidas. Em 1949, a tragédia na economia estava clara para todo mundo e o governo anunciou um rombo no orçamento e o retorno da inflação. Dessa forma, o governo Dutra voltou ao modelo do Estado interventor.¹⁰³

Em 3 de outubro se realizaram novas eleições no Brasil. Getúlio Vargas já vinha articulando o seu retorno e saiu candidato pelo PTB. A UDN lançou novamente o brigadeiro Eduardo Gomes, enquanto o PSD, mesmo com grande parte do partido apoiando Getúlio Vargas, lançou o candidato Cristiano Machado. Vargas saiu vencedor com 48,7% dos votos. Eduardo Gomes ficou com 29,7% dos votos enquanto Cristiano Machado obteve 21,5%. Essa foi a primeira vez que os udenistas tentaram intervir no processo democrático impedindo a posse de Vargas sob a alegação de que o candidato do PTB não havia obtido 50% mais um dos votos. No entanto, a Constituição não exigia a medida e o Tribunal Superior Eleitoral recusou o pedido da UDN. Além disso, os chefes militares já haviam reconhecido a vitória de Vargas.

O segundo mandato de Vargas, que foi de 1950 a 1954, foi marcado basicamente

por duas crises: uma econômica e outra política. A primeira delas se iniciou, sobretudo, a partir de 1952 e foi resultado de uma conjunção de fatores como a herança do desastre econômico do governo de Eurico Gaspar Dutra, medidas tomadas pelo governo de Dwight D. Eisenhower como a suspensão dos acordos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos¹⁰⁴ e finalmente, o prejuízo com a venda do café brasileiro resultado de uma bem sucedida campanha nos Estados Unidos para que as pessoas

¹⁰³ FERREIRA, Jorge. *Ibid.* Pág. 26.

¹⁰⁴ Comissão que visava um vasto investimento em infra-estrutura no Brasil por parte do governo norte-americano.

tomassem menos café visando o preço do produto no mercado internacional. A crise política por sua vez foi surgindo a partir da segunda metade do seu governo. Nesse período, existiu um novo e eficaz avanço da classe trabalhadora na luta por seus direitos políticos. É necessário salientar que nesse período a esquerda e os setores ditos progressistas da sociedade acreditavam que o melhor caminho para uma sociedade mais justa se encontrava no nacionalismo e na democracia. Ou seja, a criação de indústria nacionais, controladas pelo Estado e cada vez mais direitos sociais para os trabalhadores era o lema de setores progressistas que nessa época, como afirma Ferreira, identificavam nacionalismo, esquerda e democracia quase como uma coisa só.¹⁰⁵

Em resposta as greves deflagradas por vários sindicatos de trabalhadores, Vargas percebeu que poderia perder sua maior base de apoio e nomeou João Goulart, presidente do PTB, para o Ministério do Trabalho. O novo ministro inaugurou uma nova forma de se relacionar com os sindicatos: ao invés de repressão, o diálogo. Dessa forma, a classe trabalhadora foi ficando cada vez mais consciente de que tinha direito de ter direitos e da necessidade de lutar por eles. Os liberais da UDN, por sua vez, reagiam ao avanço dos trabalhadores com críticas cada vez mais radicais a Getúlio Vargas e, na prática, com uma extrema intransigência ao diálogo e a acordos. Insistiam na intervenção do processo político e para isso recorriam cada vez mais às Forças Armadas.

Quando o governo de Vargas se deparou de um lado com os ferozes ataques da UDN e novamente com um grande número de greves por parte dos trabalhadores, o seu ministro do trabalho resolveu tomar uma medida que custaria o seu cargo. Com a autorização do presidente, Jango duplicou o salário mínimo e em troca combinou a sua demissão, o que gerou novos ataques da oposição e da imprensa. Essa última atitude

colocou grande parte da oficialidade das Forças Armadas contra Getúlio, num manifesto que ficou conhecido como “Manifesto dos coronéis”. A crise política se tornou insustentável quando o chefe de Segurança de Getúlio Vargas, Gregório Fortunato, sem o consentimento do seu patrão, ordenou um atentado contra o conhecido jornalista de oposição Carlos Lacerda. O jornalista sobreviveu, mas o tiro atingiu fatalmente um de seus guarda-costas, o major da Aeronáutica Rubens Vaz.

Depois desse atentado os oficiais das Forças Armadas defendiam o golpe sem rodeios. Em sua última reunião ministerial no dia 24 de agosto, os ministros militares pediram a renúncia do presidente. Entre a renúncia seguida pela desmoralização política

¹⁰⁵ FERREIRA, Jorge. *Ibid.* Pág. 30.

e o golpe militar, o presidente optou por dar fim a própria vida. A população, ao saber da notícia, foi à rua e promoveu várias e violentas manifestações contra os opositoristas de Vargas. Para Ferreira, os golpistas não esperavam o suicídio do presidente e conseqüentemente jamais poderiam ter calculado as manifestações de rua que se seguiram depois. Isso os paralisou e os fizeram recuar. Tinham perdido completamente a autoridade e a legitimidade política para justificar qualquer intervenção.¹⁰⁶

Café Filho, vice-presidente da República, assumiu o lugar deixado por Vargas e permaneceu no cargo até as eleições que se realizariam em 3 de outubro de 1955. Ele compôs um ministério conservador e antigetulista formado por membros da UDN, entre eles o General Juarez Távora e o brigadeiro Eduardo Gomes, colocando os udenistas novamente no poder. Para as eleições seguintes saíram como candidatos Juscelino Kubitschek depois de uma profunda disputa no interior do PDS e com o apoio do PTB, que colocou João Goulart como vice-presidente. A UDN, depois de duas derrotas consecutivas optou pelo general Juarez Távora. Saíram ainda como candidatos Ademar de Barros pelo PSP e Plínio Salgado pelo PRP.

É importante lembrar que os udenistas continuaram apoiando a intervenção militar, pois haviam previsto que a aliança entre o PSD e o PTB iria ganhar as eleições. Pessoas influentes como Carlos Lacerda defendiam abertamente a intervenção militar e a idéia golpista já havia conquistado vários oficiais das Forças Armadas. Por outro lado, outros setores da sociedade lutavam ativamente em favor da legalidade como os estudantes, intelectuais, comerciários e até mesmo capitalistas que, com o clima político tenso, defendiam a legalidade tendo em vista os seus negócios. Apesar da tensão política,

as eleições foram realizadas e Juscelino venceu com 36% dos votos, contra 30% de Juarez Távora, 26% de Ademar de Barros e 8% de Plínio Salgado.¹⁰⁷

Logo após a vitória de Juscelino, a parte da UDN e de determinado setor das Forças Armadas fizeram outra tentativa de golpe. Nesse período as Forças Armadas ainda estavam bastante divididas: existia um núcleo, denominado por José Murilo de Carvalho de “nacionalistas de direita” entre os quais estavam Gaspar Dutra e Góis Monteiro, que, embora simpáticos ao nacionalismo defendiam a luta contra o comunismo. Um segundo núcleo era os “cosmopolitas de direita”, entre os quais Juarez Távora e Eduardo Gomes, anticomunistas, antitrabalhistas e contra as políticas

¹⁰⁶ FERREIRA, Jorge. *Ibid.* Pág. 43. ¹⁰⁷

FERREIRA, Jorge. *Ibid.* Pág. 47.

nacionalistas defendiam a abertura ao capital estrangeiro e do alinhamento

incondicional aos Estados Unidos. Finalmente, havia um terceiro núcleo denominado de “nacionalistas de esquerda”, onde se destacava o general Euclides Zenóbio da Costa, que haviam aderido às teses que se referiam à soberania nacional, defendidas pelos trabalhistas e recusavam a ideologia do anticomunismo.¹⁰⁸ A divisão das Forças Armadas estava personificada em sua cúpula, com os generais Eduardo Gomes e Juarez Távora apoiando o golpe militar e o Ministro do Exército Henrique Teixeira Lott a favor da legalidade. Depois de uma série de acontecimentos que levaria ao golpe sob a liderança do presidente da Câmara Carlos Luz e de alguns generais, o general Lott articulou um bem sucedido “contragolpe” garantindo a posse de Juscelino.¹⁰⁹

O Brasil de Juscelino Kubitschek passou por várias mudanças, principalmente no plano econômico. A linha adotada por ele era conhecida como nacional desenvolvimentismo que se afastava um pouco dos projetos trabalhistas atraindo para o Brasil fábricas e capitais estrangeiros internacionalizando a economia brasileira. A sua prioridade era sem dúvida o crescimento do país, o que foi atingido em detrimento da inflação e do endividamento externo. Isso de fato levou o Brasil a um crescimento, mas a inflação e o endividamento foram um dos motivos da crise no fim do seu governo.

As esquerdas, por sua vez, passaram a se unir em torno de objetivos comuns. O próprio presidente, apesar de ter João Goulart como seu vice, foi se afastando gradualmente do projeto trabalhista. O PTB, por sua vez, passou a se aproximar de

¹⁰⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Vargas e os militares* apud FERREIRA, Jorge. *Ibid.* Pág. 48. ¹⁰⁹ O “contragolpe” do general Lott se deu da seguinte maneira. Preocupado com o clima de instabilidade política e pressentindo a intervenção militar, ele resolveu agir. O seu primeiro passo foi procurar o ministro Galloti, que era responsável pelas eleições. Depois de ouvir dele que as eleições haviam ocorrido em de forma legal,

conversou com os ministros da Marinha e da Aeronáutica. Estes, no entanto, se colocaram contra a posse de Juscelino. Nesse clima de instabilidade houve um incidente em que um coronel chamado Jurandir Mamede quebrou a disciplina e a hierarquia durante o enterro de um general discursando a favor do golpe. Impedido pelo presidente Carlos Luz de punir o seu subordinado, Lott pediu a exoneração do cargo de ministro da Guerra, o que abriria o caminho para o golpe. No entanto, vários generais começaram a se articular para evitar a intervenção militar que estava a caminho. As tropas do Exército de alguns Estados alinharam-se a favor da legalidade. Lott também convocou civis como o vice-presidente do Senado e o líder da maioria na Câmara. Ao perceber que estava perdendo o controle da situação, Carlos Luz embarcou no cruzador Tamandaré, sob o comando do Almirante Sílvio Heck, ao lado do coronel Mamede, do ministro da Justiça Prado Kelly e de Carlos Lacerda. O objetivo era seguir para Santos e, em território paulista, estabelecer o governo. De acordo com as ordens de Lott, o comandante da artilharia da Costa deveria impedir que o cruzador saísse da baía de Guanabara. Para Lott, a chegada do navio em São Paulo representaria o início da guerra civil. Sílvio Heck, no entanto, avançou mesmo sob a mira dos canhões, mas os outros navios da esquadra não o acompanhou. Os golpistas tinham como objetivo instalar o governo de Carlos Luz em São Paulo, ganhar o apoio do governador Jânio Quadros que contava com as polícias militar e civil do Estado. No entanto, o governador, o presidente do Tribunal de Justiça, o presidente da Assembléia Legislativa se colocaram a favor da legalidade. Além disso, tropas de Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná já estavam a caminho da capital paulista além de colunas legalistas que já haviam ocupado a via Anchieta e Santos. Não havia mais esperanças para os golpistas. Do navio, Carlos Luz mandou cessar qualquer tentativa de resistência.

outros grupos de esquerda como o próprio PCB, os intelectuais, estudantes. Essa união das esquerdas nesse período se formava em volta do que ficou conhecido como reformas de base: ou seja, mudanças nas estruturas políticas, econômicas e sociais do país.

No final do governo de Juscelino Kubitschek houve novamente uma crise econômica seguida de uma crise política. A opção de Juscelino de fazer o país crescer em detrimento do aprofundamento da dívida externa, do aumento da inflação e da concentração de renda havia chegado ao limite. De modo que ele recorreu ao FMI e conseqüentemente à suas imposições, o que ia de encontro ao programa trabalhista e levou a um rompimento com a esquerda. Não podemos esquecer que nesse período a esquerda era bastante nacionalista e a submissão ao FMI era considerado uma humilhação. Nesse momento, Juscelino usou sua habilidade política para se salvar da crise. Jorge Ferreira, com base em Thomas Skidmore, explica da seguinte forma: em junho 1959, o presidente impressiona os nacionalistas rompendo com o FMI. Nesse momento, a sucessão presidencial já estava sendo discutida e não valia a pena seguir com um programa de estabilização tão rígido. Rompendo com o FMI e com o plano de estabilização, ele apresentava o problema da inflação para a opinião pública como sendo o resultado da má vontade do governo norte-americano. Dessa forma, Juscelino preservava a sua imagem, pois tinha em vista voltar ao poder depois de quatro anos quando a economia estivesse estabilizada e deixava o problema para o seu sucessor. A medida teve um impacto bastante positivo, sendo apoiado entusiasticamente pelas esquerdas e pelos nacionalistas.¹¹⁰

Para as eleições de 1960, saíram candidatos o Marechal Henrique Teixeira Lott,

apoiado pela esquerda e pelos nacionalistas e Jânio Quadros, governador de São Paulo, candidato apoiado pela direita. É interessante perceber que apesar de Lott ser o candidato das esquerdas, ele tinha um discurso fortemente anticomunista, contra a legalização do PCB e do reatamento das relações com os países socialistas. Por outro lado, Jânio Quadros, o candidato da direita, soube explorar o outro lado da moeda da política econômica desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e falava da corrupção e da inflação. Além disso, tinha um discurso menos radical do que o de Lott em alguns aspectos, sendo a favor, por exemplo, do reatamento das relações com os países socialistas. O resultado das eleições deram uma ampla vitória para Jânio Quadros, que

¹¹⁰ SKIDMORE, Thomas apud FERREIRA, Jorge. *Ibid.* Pág. 66 e 67.

ficou com 48% dos totais dos votos. Lott angariou 28%. Ademar de Barros, que novamente havia saído candidato, ficou com 23%. Para vice, foi eleito novamente João Goulart.

Jânio Quadros fez um curto mandato marcado por medidas que causaram o seu isolamento político. Já nos primeiros dias do seu governo, o presidente anunciou numa cadeia de rádio o caos econômico que o seu antecessor havia deixado para ele. Só para citar como exemplo, o país tinha dívidas para pagar a curto prazo num valor superior a 2 bilhões de dólares e o déficit, que em 1955 era de 28,2 bilhões de cruzeiros chegava a 193, 6 bilhões de cruzeiros.¹¹¹ Dessa forma, foram tomadas medidas econômicas que atingiram, sobretudo, a classe média e a classe trabalhadora afastando-as do presidente juntamente com a esquerda. Outra medida tomada por Jânio Quadros, que dessa vez afastou-o dos conservadores foi o reatamento das relações com os países socialistas e uma profunda devassa feita em vários órgãos públicos. Nessas devassas, foram encontrados nomes de vários deputados e senadores envolvidos em corrupção, prática bastante generalizada na época e que fizeram todo tipo de pressão para que Jânio Quadros interrompesse a operação. Depois de seis meses, o presidente da República se encontrava completamente isolado, renunciando ao cargo no dia 25 de agosto de 1961.

Após a renúncia de Jânio Quadros, os ministros militares – o da Guerra (Odílio Denys), da Marinha (Sílvio Heck) e da Aeronáutica (Grun Moss) – e alguns setores civis fizeram mais uma tentativa de golpe. Dessa vez, no entanto, os setores golpistas não estavam dispostos a deixar o vice-presidente João Goulart, que visitava a China comunista, assumir a presidência da República. Foi então que o governador do Rio

Grande do Sul Leonel Brizola montou uma ampla campanha de resistência ao golpe, conhecida como “Campanha da Legalidade”. Liderada por Leonel Brizola, a campanha foi tomando grandes proporções com a adesão de milhares de civis, instituições, governadores e setores das Forças Armadas (o III Exército inteiro, liderado pelo general Machado Lopes e que havia recebido ordens para bombardear o palácio do Governador aderiu à Campanha da Legalidade). Com o crescimento e a repercussão da campanha, os ministros militares desistiram do golpe e ainda encontraram uma saída “honrosa” para crise ao implantar um regime parlamentarista no Brasil, o que limitaria os poderes de João Goulart. Este último, por sua vez, aceitou a medida argumentando que dessa

¹¹¹ FERREIRA, Jorge. *Ibid.* Pág. 71.

forma evitaria uma guerra civil e reunificaria as Forças Armadas, o que deixou o governador Brizola, líder da campanha, inconformado.

João Goulart assume a presidência da República, no dia 7 de setembro de 1961, sob um regime parlamentarista e herdando uma grave crise política, militar e econômica. O primeiro passo que deu foi tentar obter um mínimo de apoio político, principalmente do PSD. Os conservadores continuavam intransigentes para negociar qualquer acordo e foi nesse período que foram criadas organizações como o Instituto de Pesquisas Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) em torno dos quais setores políticos, empresariais e militares se articulavam com o intuito de conspirar contra o governo, tal como já foi mencionado na introdução. Apesar, das crises e do cenário pouco favorável, Jango conseguiu tomar algumas medidas nacionalistas.¹¹²

Depois de trabalhar pela antecipação do plebiscito sobre a continuidade do regime parlamentarista, João Goulart conseguiu antecipá-la para o dia 6 de janeiro de 1963. Com uma esmagadora maioria, a sociedade brasileira optou pelo retorno ao regime presidencialista. Suas duas primeiras medidas, no entanto, foi tentar conciliar medidas de estabilização com propostas reformistas e formar uma base de apoio com o centro e a esquerda. O seu governo, porém, foi marcado por medidas e crises que foram lhe isolando gradualmente da direita e colocando-o, nas vésperas do golpe, ao lado da esquerda.

A primeira medida do seu governo foi o Plano Trienal que visava, por um lado, combater a inflação sem afetar o desenvolvimento e, por outro, implementar reformas. Segundo Ferreira, o plano constituía uma inovação mas tanto as esquerdas como a direita

atacaram o plano. Pela esquerda, existia a crítica de que o plano era reacionário, antipopular e antinacionalista. Na direita, o plano cortava os créditos dos empresários, também gerando fortes críticas. Uma segunda medida do governo de Goulart foi a proposta de aprovar uma emenda que alterava um artigo da Constituição que entravava a reforma agrária (exigia o pagamento prévio, em dinheiro, em caso de desapropriação de terras). O projeto de Goulart alterava profundamente a estrutura agrária do país o que foi considerado inaceitável por parte dos grupos conservadores.¹¹³

Percebendo o seu isolamento, Goulart foi buscar o apoio dos grupos de esquerda, inclusive dos mais radicais. Em 13 de março de 1964, ocorreu o famoso

¹¹² FERREIRA, Jorge. *Ibid.* Pág. 97. ¹¹³

FERREIRA, Jorge. *Ibid.* Pág. 109.

comício na Central do Brasil que reuniu entre 200 e 250 mil pessoas. Em seu discurso, o presidente defendeu as reformas de base e criticou duramente a setores da elite brasileira. No dia 19 desse mês ocorreu a Marcha da Família, com Deus, pela Propriedade o que mostrava muito bem como, nesse momento, o país estava dividido. Um evento da classe média que reuniu em torno de 500 mil pessoas para protestar contra o governo.

Finalmente, ocorreu uma última crise que não recebeu a devida atenção da historiografia sobre o período. Para Jorge Ferreira, ela foi decisiva no processo que levou ao golpe de Estado de março de 1964. Em fins de março, os marinheiros e fuzileiros organizaram um ato público para comemorar o segundo aniversário da sua associação. A realização do ato foi proibida pelo ministro da Marinha Sílvio Mota e imediatamente os fuzileiros e marinheiros se rebelaram exigindo o reconhecimento da associação, assim como melhores condições de vida e melhor alimentação nos navios. O ministro mandou então tropas para por fim à rebelião, mas estas acabaram aderindo. Finalmente, Goulart enviou ordens para que os rebelados não fossem atacados. Sentindo-se desprestigiado, o ministro da Marinha renunciou ao cargo. Poucos dias depois, o presidente compareceu a uma festa de subalternos das Forças Armadas ainda sob o impacto do levante dos marinheiros. Segundo Ferreira, esses dois acontecimentos atingiram profundamente a integridade profissional das Forças Armadas. Todo um conjunto de idéias, crenças, valores e códigos comportamentais encontrava-se subvertido. A disciplina e a hierarquia, fundamentos básicos dos militares haviam se esfacelado. Para a oficialidade, tudo não passava de subversão dos valores e códigos longamente estabelecidos e compartilhados. Esse acontecimento foi tão grave que vários setores das Forças Armadas que até então

havia sido a favor da legalidade, passaram a aderir à minoria golpista, pois se convenceram que o presidente incentivava a indisciplina, instigando os subalternos contra os seus superiores.¹¹⁴ Como afirma Ferreira,

A meu ver, a revolta dos marinheiros fez com que os militares legalistas cedessem aos argumentos dos conspiradores, atitude essa agravada pela ida de Goulart ao Automóvel Clube, ao lado de sargentos, marinheiros e fuzileiros navais. Tratou-se, sob o ponto de vista da oficialidade, de uma questão de sobrevivência da própria instituição.¹¹⁵

¹¹⁴ FERREIRA, Jorge. *Ibid.* Pág.116. ¹¹⁵ FERREIRA, Jorge. *Ibid.* Pág.119.

No dia 31 de março, as tropas do General Olímpio Mourão Filho saíram de Minas Gerais para a Guanabara para depor o presidente eleito. No meio do caminho, as tropas que haviam sido enviadas por Goulart para interceptar Mourão aderiram aos revoltos assim como outros setores das Forças Armadas, políticos e empresários que hesitavam em dar início a sublevação. Goulart optou por não conchamar nenhum tipo de resistência, pois repudiava a idéia de uma guerra civil. Ele seguiu para Brasília e depois para o Rio Grande do Sul. A presidência foi ocupada por Ranieri Mazzilli com o apoio do presidente do Supremo Tribunal Federal Álvaro Ribeiro da Costa.

Apesar de a presidência haver sido ocupada por Ranieri Mazzilli, o poder *de facto* estava nas mãos do “Alto Comando da Revolução” formado pelo General Arthur da Costa e Silva, o Almirante Augusto Rademaker e o Brigadeiro Correia de Mello. Eles justificavam a intervenção afirmando que iriam “eliminar o comunismo e a corrupção”. Antes mesmo da posse do primeiro presidente militar foi lançado o primeiro de uma série de atos institucionais. Ele limitava os poderes do Congresso Nacional, transferindo grande parte do poder do Legislativo para o Executivo.

O primeiro presidente eleito pelo Congresso após o golpe militar foi o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco com 361 votos de um total de 388 formado por deputados e senadores. O novo governo, no primeiro ano do seu mandato, tratou de criar as condições para a institucionalização do novo Estado. Para isso, foi necessário “limpar” a sociedade brasileira dos “inimigos internos”, ou seja, eliminar o máximo possível a oposição; criar um serviço de informações, fundamental para o novo modelo de Estado, conforme foi discutido no primeiro capítulo; e, finalmente, preparar o terreno para a nova política econômica.

No que concerne à limpeza da sociedade, o que existiu foi uma mobilização geral da repressão que ficou conhecida como “Operação Limpeza”. A partir do que ficou conhecido como os Inquéritos Policiais-Militares, as forças da repressão começaram a expurgar vários setores da sociedade. Os Inquéritos funcionavam em todos os níveis do governo, todos os ministérios, órgãos governamentais, empresas estatais, universidades federais ou qualquer instituição vinculada ao governo. Eram grupos de investigações que eram liderados por coronéis que as coordenavam. Muitos setores da sociedade foram atingidos como políticos, militares que tinham se colocado a favor da legalidade, movimentos sociais como dos estudantes, professores, etc. Segundo Maria Helena Moreira Alves é impossível avaliar a quantidade de pessoas que sofreram investigações e foram punidas, pois os grupos atuavam em todas as esferas do Estado.

Muitas vezes, bastava uma simples acusação infundada para que uma verdadeira devassa fosse feita na vida de uma pessoa. É importante ressaltar que nesse período o Judiciário ainda não estava enfraquecido pelas medidas que se seguiram e que muitas vezes juizes revogavam a condenação dos coronéis. Isso pode ser considerado como um dos primeiros atritos que existiram entre a justiça e o aparato repressivo, pois os Inquéritos Policial-Militares eram as sementes do enorme aparato repressivo que iria se formar gradualmente nos anos seguintes.

A segunda medida importante para a consolidação do novo Estado foi a criação de um Serviço Nacional de Informações. Isso, como foi visto no primeiro capítulo, era fundamental num Estado que, segundo os teóricos da ESG, poderia sofrer infiltração comunista. O “Serviço”, como era chamado, foi criado pelo General Golbery do Couto e Silva e tornou-se um órgão bastante poderoso, chegando ao ponto de fazer frente ao poder Executivo. Na teoria, ele era subordinado apenas ao presidente da República e seus chefes de *status* de Ministro de Estado. Recebia uma verba extraordinária e dois dos seus chefes se tornaram presidentes.¹¹⁶

Finalmente, restava a Castelo Branco criar as bases econômicas do novo Estado. Isso foi feito colocando Octavio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos à frente da política econômica. O principal objetivo da nova equipe era conter a inflação e preparar o terreno para a entrada de investimentos estrangeiros no Brasil. Para isso eles tomaram uma série de medidas para perseguir seus objetivos, sendo as duas principais as que mais prejudicariam os trabalhadores: a Lei da Greve, que restringia drasticamente o direito dos trabalhadores de fazerem greves e uma severa política de arrocho salarial. Dessa forma,

no final do primeiro ano depois do golpe, estava instaurado o Estado de Segurança Nacional e criadas as bases para as mais amplas medidas de controle que se fariam necessárias nos anos seguintes.¹¹⁷

O ano de 1965 se iniciou com a continuação da política de controle salarial, pois, apesar da inflação ter diminuído consideravelmente, o país estava em profunda recessão. Além do mais, o Estado prosseguiu no processo de controle dos sindicatos visando deixar o terreno “limpo” para os investimentos estrangeiros.

No campo político, após o governo ter conseguido implementar as bases do novo Estado, houve um breve período de liberalização. Entretanto, havia setores que se

¹¹⁶ O General Emílio Garrastazu Médici e o General João Baptista Figueiredo.

¹¹⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo, Edusc, 2005. Pág. 96.

confrontavam no seu interior. O grupo conhecido como linha-dura, pressionava o presidente para que os Inquéritos Policial-Militares tivessem prosseguimento, assim como queriam limitar o poder do judiciário e suspender as eleições que ocorreriam no dia 3 de outubro de 1965. Havia também um grupo mais moderado, liderado pelo próprio presidente, a favor das eleições. É importante salientar que após o golpe militar, as eleições passaram a ter um caráter de plebiscito. Ou seja, era nas urnas, na escolha dos candidatos que os militares calculavam o grau de satisfação ou insatisfação da sociedade brasileira.

Apesar da pressão da linha-dura, as eleições ocorreram normalmente. Dos onze Estados que iriam ganhar novos governadores,¹¹⁸ a oposição venceu nos quatro mais importantes.¹¹⁹ Isso levou a uma crise no governo e o presidente da República, sentindo-se pressionado, fechou novamente o regime decretando o Ato Institucional no.

2. O ato tinha três objetivos principais. O primeiro deles era o controle do Congresso por parte do Executivo; o segundo, limitava drasticamente o poder do judiciário; e terceiro, restringia amplamente a representação política, inclusive com o fim de todos os partidos e a permissão da criação de apenas dois. Para Alves,

O Ato Institucional no. 2 habilitava o Estado a manobrar de diversas maneiras. Em primeiro lugar, capacitava o Aparato Repressivo a concluir a operação de “limpeza” interrompida pela política de normalização intentada por Castelo Branco em 1965. Em segundo, a extinção dos partidos políticos e as rígidas exigências para a constituição de novas formações obrigaram a oposição a concentrar todas as suas energias na

reconstrução das estruturas representativas. Finalmente, a crescente repressão, associada a novas formas de controle eleitoral, originou no seio da oposição um debate sobre a eficácia, em tais circunstâncias, de sua própria organização no âmbito das instituições legais.¹²⁰

É dessa forma, portanto, que se encerra o ano de 1965. Após uma breve liberalização, o Estado de Segurança Nacional se viu forçado a fechar novamente devido a um “avanço” da oposição. Não seria a última vez que o Estado iria variar na adoção de medidas de liberalização e de repressão.

¹¹⁸ Os Estados eram Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás. Nesses Estados, o governador tinha um mandato de 5 anos. Nos 11 demais Estados, o mandato era de quatro anos e suas eleições coincidiam com as eleições para o Congresso.

¹¹⁹ Guanabara, com Francisco Negrão de Lima da coalizão PTB-PSD que venceu o candidato da UDN Flexa Ribeiro; Minas Gerais, com Israel Pinheiro do PSD que venceu o candidato da UDN Roberto Resende; Santa Catarina, com Ivo Silveira que também venceu o candidato da UDN; finalmente, em Mato Grosso, onde venceu o candidato do PSD.

¹²⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. *Op.Cit.* Pág. 114.

A região Nordeste do Brasil e o Estado de Pernambuco passaram, a partir da metade dos anos 1950, por um processo de agitação política e social onde confluíram uma série de acontecimentos que os colocaram, por um breve período de tempo, no centro das atenções internacionais. Podemos destacar os acontecimentos ocorridos no campo e na cidade, no próprio processo eleitoral em vigência naquele momento.

No primeiro caso, os camponeses começaram a se organizar para formar sindicatos onde eles poderiam reivindicar exigências das mais elementares que eram totalmente ignoradas pela maioria dos donos de engenho. Até a metade do século XX, os trabalhadores do campo não haviam recebido direitos garantidos aos trabalhadores e ficavam na mão dos seus patrões que faziam com eles o que bem entendessem. Com a ajuda de um deputado estadual chamado Francisco Julião, eles formaram as Ligas Camponesas, que tiveram importantes atuações nesse período, sendo a mais notável a desapropriação de um engenho em Vitória de Santo Antão, chamado Engenho Galiléia. Para Antonio Montenegro,¹²¹ as Ligas Camponesas começaram a entrar em declínio quando os sindicatos rurais passaram a ser disputados tanto pela Igreja Católica, que atuava nessa área numa tentativa de impedir a infiltração comunista, e pelo próprio Partido Comunista Brasileiro. Joseph Page,¹²² por sua vez, acrescenta a isso algumas atitudes políticas desastrosas tomadas por Julião e alguns outros líderes das Ligas Camponesas.

Com relação às mudanças que ocorriam no próprio processo político, o Estado de Pernambuco apresentava algumas particularidades. Desde 1945 alguns candidatos de esquerda, alguns deles filiados ao Partido Comunista Brasileiro, passaram a ter uma ampla votação nas eleições. Destaque para Pelópidas Silveira, eleito prefeito em 1955 e 1963 e para Miguel Arraes, eleito prefeito em 1959 e governador do Estado em 1962. Apesar de ter sido um período bastante conturbado politicamente, Miguel Arraes conseguiu operar uma série de mudanças econômicas, sociais e culturais no Estado. Com o golpe militar, esses dois políticos foram cassados e Paulo Guerra, vicegovernador de Arraes e um dos conspiradores civis, assumiu o governo, enquanto Augusto Lucena assumiu a Prefeitura do Recife. Seguiu-se ao golpe militar de 1964 uma série de prisões e torturas de pessoas tidas como subversivas pelos militares. O

121

MONTENEGRO, Antonio. *Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução* In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.) *O Brasil republicano 3. O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. ¹²² PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve. O Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1972.

grau de violência atingiu um patamar tão elevado que, devido a algumas denúncias, o presidente Castelo Branco enviou para Recife o General Ernesto Geisel que na época era o Ministro-Chefe da Casa Civil. Apesar de ninguém ter sido punido por “falta de provas”, as torturas diminuíram consideravelmente.

Como já foi mencionado, a Igreja Católica passou por importantes mudanças a partir de meados da década de 1940, quando o modelo da neocrisandade, instaurado pelo bispo dom Sebastião Leme começou a entrar em declínio. Após 1945, as conquistas que a Igreja Católica havia conseguido ao longo de três décadas começaram a desmoronar. Em primeiro lugar, a sociedade passava por um rápido e irreversível processo de modernização. De modo que a luta da Igreja Católica contra a secularização nesse período era uma luta que não só estava fadada ao fracasso, mas desgastava a própria Igreja. Em segundo lugar, era evidente nesse período o crescimento de outras religiões como o protestantismo e o espiritismo, além das religiões afro-brasileiras praticadas por católicos declarados. Ou seja, outra conquista da neocrisandade, o monopólio religioso, ia por água abaixo. Isso deixava claro algo que era sabido há muito tempo. A Igreja, ao dedicar-se a

um alinhamento com a elite, não atingia as classes populares, foco de maior crescimento das outras religiões. Os bispos e padres católicos, diante desse quadro, limitavam-se a desqualificar as outras religiões. Em terceiro lugar, com a queda de Vargas, a aliança entre a Igreja Católica e o Estado, fundamental para o modelo da neocristandade, se tornou incerta. Ou seja, tudo o que a Igreja havia reivindicado foi conseguido através da proximidade com o governo de Getúlio Vargas. Já os governos democráticos da década de 1950 concederam alguns privilégios à Igreja, em troca do seu apoio, mas nada comparável ao que havia sido conquistado no período anterior.

Outro aspecto ressaltado por Mainwaring foi o fortalecimento dos movimentos populares.¹²³ Apesar desses movimentos existirem há algum tempo, foi somente após 1945 que eles passaram a ter uma maior atuação e uma presença mais marcante na sociedade brasileira. Para o brasilianista, isso fez com que alguns líderes repensassem a missão da Igreja. Dessa forma por volta de 1955 a Igreja estava dividida em três

¹²³ MAINWARING, Scott. *Ibid.* Pág. 55.

facções. Aqueles que ainda defendiam o modelo da neocristandade eram os tradicionalistas. Eles acreditavam que a Igreja deveria seguir no combate à secularização e insistindo numa maior presença da Igreja na sociedade. Eles deveriam organizar campanhas contra a secularização e aos partidos político progressistas sempre usando o Estado para garantir o máximo de privilégios possíveis. Os modernizadores conservadores acreditavam que a Igreja precisava mudar. Também se preocupavam com a secularização, com a expansão do protestantismo, com o comunismo, mas acreditavam que a Igreja deveria se abrir mais para o mundo. Se, por um lado, eles rejeitassem uma mudança radical e eram bastante hierárquicos em suas práticas, por outro lado, estavam um pouco mais preocupados com a justiça social do que os líderes da neocristandade e eram a favor do desenvolvimento de organizações leigas e outros meios para atingir o povo. A terceira facção eram os reformistas. Tinham posições sociais mais progressistas que os modernizadores conservadores, mas compartilhavam com estes a necessidade de um trabalho pastoral mais intenso e uma educação religiosa eficaz.¹²⁴

Apesar de várias mudanças terem se iniciado nas bases a partir de meados da década de 1940, foi na segunda metade da década de 1950 que a Igreja Católica como um todo reconheceu a necessidade de se modernizar e de se adaptar a um mundo em rápida

transformação. Em 1958 morre o papa conservador Pio XII e seu sucessor João XXIII promove importantes reformas. Suas encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) desenvolveram uma nova concepção da Igreja, segundo Mainwaring, mais em sintonia com o mundo moderno e comprometida em promover a justiça social.

Em 1952 é criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), projetado levado a cabo pelo então Monsenhor Hélder Câmara. Segundo Vicente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil iniciava uma nova etapa na vida da Igreja Católica no Brasil e de suas relações com o Estado e com a sociedade. No entanto, os bispos queriam mudanças na sociedade, mas não mudanças profundas, estruturais. Pregavam mais um aprimoramento da situação existente.¹²⁵

Vicente cita ainda a realização de dois encontros de bispos sobre o Nordeste promovidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil sendo o primeiro deles realizado em Campina Grande, Paraíba, em 1956 e o segundo em Natal, Rio Grande do

¹²⁴ MAINWARING, Scott. *Ibid.* Pág. 56 e 57. ¹²⁵ SILVA, Severino Vicente da. *Ibid.* Pág. 132.

Norte, em 1959. Naquele momento, existia uma preocupação dos bispos com relação à questão agrária. No entanto, a preocupação dos bispos nessa questão era mais com a influência do Partido Comunista no campo fundando sindicatos do que com o próprio nível de vida dos camponeses. A luta da Igreja no campo, portanto, tinha por função neutralizar a influência comunista.¹²⁶

Em 1962 ocorreu o Concílio Vaticano II, considerado por muitos teólogos e historiadores um dos mais importantes eventos na história do catolicismo. Entre as mudanças enfatizadas pelo Concílio, que desenvolveu a Igreja como povo de Deus estava a missão social da Igreja, uma maior importância para o laicato dentro da Igreja, maiores responsabilidades, co-responsabilidades entre o papa e os bispos, ou entre padre e leigos dentro da Igreja, valorização do diálogo ecumênico, modificação da liturgia de modo a torná-la mais acessível além de outras modificações. O que Mainwaring acha importante ressaltar é que antes mesmo do Vaticano II e do papado de João XXIII, muitos teólogos, bispos e movimentos haviam trabalhado pela mudança na Igreja. Nesse sentido as encíclicas apostólicas progressistas e o Vaticano II não criaram algo novo, mas incorporaram e legitimaram tendências que já existiam e, dentro de uma instituição hierárquica como a Igreja Católica, a legitimação de cima é muito importante. Embora o Vaticano possa chegar a nunca criar novos programas ou novas teologias radicais, suas

posições influenciam o processo que acaba por determinar quais concepções da missão da Igreja se tornarão hegemônicas, ajudando, portanto, a determinar as práticas pastorais no mundo inteiro. Foi isso que ocorreu no caso do Concílio: a mudança iniciou-se a partir da base, mas tomou impulso somente quando foi legitimada pela cúpula.¹²⁷

A arquidiocese de Olinda e Recife por sua vez, após a morte de dom Miguel Valverde, passou a ser dirigida, entre 1951 e 1960, pelo bispo dom Antonio de Almeida Morais Júnior. Segundo Vicente, dom Antonio era natural de Montes Claros, Minas Gerais e nasceu em 1904. Ordenado em 1927, passou a dar aulas de eloquência sacra, apologética e filosofia. Publicava constantemente na Revista Eclesiástica Brasileira e na Ordem, revista do Centro dom Vital, onde combatia as inovações modernas e defendia os ensinamentos da Igreja na luta contra o protestantismo e o espiritismo. Sua própria Carta Pastoral já indicava um apostolado conservador.¹²⁸

¹²⁶ SILVA, Severino Vicente da. *Ibid.* Pág. 133. ¹²⁷
MAINWARING, Scott. *Ibid.* Pág. 63. ¹²⁸ SILVA,
Severino Vicente da. *Ibid.* Pág. 131.

Outro acontecimento importante do apostolado de dom Antonio foi o seu envolvimento nas eleições de 1955 e 1958. Nos dois momentos, o arcebispo de Olinda e Recife se colocou radicalmente contra os candidatos que eram apoiados pelos comunistas, tendo, no entanto, fracassado nas duas tentativas. No Jornal do Commercio do dia 25 de setembro de 1958, dom Antonio conclama os católicos a não votarem nos candidatos da esquerda e a execrar Luís Carlos Prestes, que iria fazer um comício na cidade.

A ausência em que vamos permanecer, fora da grata convivência de nossos amados arquidiocesanos, inicia-se precisamente dentro de um dos mais graves períodos da vida política e social de Pernambuco. Para os católicos em particular, essa gravidade – tanto mais importante e absorvente, quanto imperioso é pensarmos que um dever cívico, patriótico, cristão e, por tudo isto, indeclinável, nos impõe a nós todos a participação nas eleições do dia 3 de outubro vindouro.

A despeito de uma posição de silêncio ou indiferença política ser muito mais cômoda para quem carrega sobre os ombros responsabilidades, como as nossas, de tão profundas repercussões na vida espiritual e temporal da sociedade, máxime em face de situação à semelhança da que politicamente atravessa o Estado, impomo-nos ao sacrifício e apreensões de cumprir, por mais uma vez, sem subterfúgios, a nossa obrigação de Arcebispo Metropolitano, através de pronunciamentos de advertências e orientação ao povo, particularmente aos católicos, quanto ao direito do voto que devem exercer no mês próximo [...] Os candidatos que adotam princípios ideológicos e atos inteiramente contrários à doutrina da Igreja, como os comunistas, não podem ser

sufragados nas urnas pelos eleitores católicos. Nem mesmo aqueles que, de família ou tradição católica, se tornam meros instrumentos dos vermelhos, e não se pejam de subir aos palanques de comícios orientados pelas mãos ainda tintas de sangue de líderes comunistas. Pois a mancha do crime é como aquela que maculava as mãos de Pilatos. A água com que o pobre procônsul romano lavou as mãos não pôde purificá-la. E depois de vinte séculos, aquelas mãos têm a mesma mancha e causa a mesma repugnância. É realmente triste a constatação de que brasileiros apaixonados pela política esquecem tudo, até a própria dignidade!¹²⁹

Na mesma notícia, com relação a visita do líder Luís Carlos Prestes ao Recife, dom Antonio de Almeida Morais júnior escreve:

Dizem os líderes que Prestes virá brevemente fazer comício no Recife. Que tristeza para o povo tão altivo de Guararapes e Tabocas! Para o povo que, um dia, soube morrer, derramando o seu sangue para sagrar a imortalidade da sua fé!

E que fareis – ó povo de tão nobres tradições patrióticas e cristãs! – quando vem, hoje, à nossa capital um chefe comunista, cujas mãos impiedosas e carrascas lhe fazem recordar os últimos gemidos das vítimas que tombaram assassinadas na revolta comunista que liderou em 1935! E ele vem para ordenar que se vote no candidato que o acolhe, que deliberadamente se deixa fotografar com os agentes locais do comunismo e que em companhia dos mesmos, vai à praça pública realizar comícios

¹²⁹ JORNAL DO COMMERCIO. *Proclamação do arcebispo dom Antonio ao eleitorado de Pernambuco*. Arquivo do DOPS 282-D.

para uma demonstração em comum de união política. Onde se encontra, então, a nobreza inconfundível dos pernambucanos!? Do lado desse candidato que recebe ao líder Carlos Prestes, embora sabendo, mesmo, que recebe ao mais terrível inimigo da classe capitalista? Ou do lado de Prestes, que, há anos, prega o aniquilamento e a destruição do industrial e do capitalista? Católicos: pensai bem e vede em que desgraças se vai precipitando a nobreza de vossa condição cristã! Não adiantam declarações escritas sobre os atos que desmentem ou comprometem as afirmações nelas contidas. E Prestes virá, não com o dinheiro dos pobres, mas com o das classes abastadas a quem ele se aliou. Evidentemente, é preciso chorar! Chorar de revolta, quando não se pode chorar de pena! Desse dinheiro, de que com tanto esforço se consegue algumas migalhas para enxugar lágrimas de infelizes e desgraçados, arranjam-se milhões para a propaganda comunista, para custear a vinda de um líder da ideologia subversiva e destruidora que está infelicitando o mundo. Católicos – é preciso chorar de revolta, quando não se tem o direito de chorar por compaixão...¹³⁰

Através dessa nota no jornal, o bispo dom Antonio de Almeida expões todo o seu conservadorismo, onde se nota um feroz anticomunismo e um apelo à tradição católica e guerreira do povo pernambucano. Nessa análise da atuação de dom Antônio é possível perceber que a Arquidiocese de Olinda e Recife, até o final do seu apostolado, não estava em sintonia com as mudanças que vinham ocorrendo em alguns setores da Igreja Católica no sentido de uma maior abertura ao mundo. Pelo contrário, como afirmou Vicente, o apostolado do bispo dom Antonio de Almeida Morais Júnior fechava, por um tempo

muito breve, um longo percurso de conservadorismo trilhado pela arquidiocese de Olinda e Recife.¹³¹

Foi a partir de 1960, com o início do apostolado de Dom Carlos Coelho que a Arquidiocese de Olinda e Recife daria início a um período de transição para, com o apostolado de dom Hélder Câmara, se tornar uma das Igrejas mais progressistas do mundo. Dom Carlos Coelho governou a Arquidiocese de Olinda e Recife entre 1960 e 1964, momento que coincidiu com as primeiras sessões do Concílio Vaticano II. Em seu apostolado, existiam vários problemas com relação ao campo. Dom Carlos Coelho fez duras críticas à situação de miséria dos camponeses e participou da criação de sindicatos cristãos no campo, também com o objetivo de diminuir a influência das Ligas Camponesas e do Partido Comunista. O arcebispo morreu em 1964 durante uma operação sendo sucedido por dom Hélder Câmara.

Ao chegar ao Recife, dom Hélder foi recebido por diversas autoridades entre elas o comandante do IV Exército Justino de Alves Bastos. Em seu discurso de posse,

¹³⁰ JORNAL DO COMMERCIO. *Proclamação do arcebispo dom Antonio ao eleitorado de Pernambuco*. Arquivo do DOPS 282-D.

¹³¹ Para mais informação a respeito do apostolado de dom Antonio de Almeida Morais Júnior ver Silva, Severino Vicente da. *Ibid.* Págs. 130-139.

segundo Nelson Piletti e Walter Praxedes, ele se colocou acima da direita e da esquerda. Embora ele houvesse reconhecido a necessidade de uma intervenção em nome da “segurança interna” ele pedia para que as pessoas presas injustamente fossem imediatamente soltas enquanto as outras recebessem um tratamento digno. Durante os dois primeiros anos do seu apostolado em Recife, 1964 e 1965, dom Hélder conseguiu manter uma relação pacífica com o poder estabelecido chegando a elogiar bastante o General Antonio Carlos Muricy.¹³²

Podemos perceber, após essa breve exposição da trajetória da política e da Igreja Católica a partir da década de 1940, que houveram mudanças rápidas e profundas tanto no cenário político brasileiro como na Igreja Católica. No primeiro caso, em aproximadamente vinte anos, o país conheceu a democracia, conheceu o avanço dos trabalhadores no processo político assim como uma constante atuação de uma direita liberal que não hesitou em defender golpes militares durante a década de 1950 após sucessivas derrotas nas urnas e após sentirem seus privilégios ameaçados. O Nordeste brasileiro também passou por quase uma década de efervescência com a atuação das

Ligas Camponesas no campo, a vitória de candidatos que combatiam o *status quo*, a criação de Instituições que visavam o desenvolvimento da região como a Sudene, etc. Com relação à Igreja Católica, como foi visto, também passou por mudanças importantes. Com o declínio do modelo da neocristandade ela passou ter uma atuação mais social, não mais procurando um alinhamento incondicional com a elite, mas procurando se aproximar mais das pessoas de baixa renda.

Apesar de Antônio Henrique Pereira Neto haver sido formado nesses anos de profundas mudanças, ele não parece ter herdado qualquer influência dos apóstolos conservadores da Arquidiocese de Olinda e Recife. Quando ele se tornou padre, em fins de 1965, a sua atuação ao lado da juventude, estava em sintonia com a atuação de dom Hélder Câmara e com as diretrizes do Concílio Vaticano II. Francisco Oliveira Rocha, que estudou com o padre Henrique no Seminário de Olinda e atuou durante muitos anos na paróquia de Jardim São Paulo fala sobre a sua formação e a do padre Henrique em seu depoimento:

A nossa formação foi muito aberta à realidade do mundo, quer na perspectiva científica, quer na perspectiva sociológica no sentido humanista, no sentido de preocupação com o outro, de fraternidade humana [...] Foi uma formação que olhava

¹³² PILETTI, Nelson e PRAXEDES, Walter. *Dom Hélder Câmara. Entre o poder e a profecia*. São Paulo, Ed. Ática, 1997. Pág. 306.

o homem todo, não era só se preparando para mandar o homem rezar não, tinha uma visão do homem completo, como Jesus Cristo tinha. Por que quem tá com fome não têm condição de rezar. Então era numa visão imanência e transcendência, não era só no sentido espiritual não. E Henrique foi envolvido também, claro. Foi envolvido por essa formação vendo o homem de um modo geral.¹³³

Nesse trecho do depoimento de Francisco Oliveira Rocha podemos perceber que a sua formação, assim como a do padre Henrique, apontava uma relação entre os religiosos e o mundo secular. Ou seja, era a opção pelas diretrizes do Vaticano II em detrimento do modelo de igreja tradicional, tridentina, oriunda do Concílio de Trento, no século XVI. Isso é perceptível quando ele fala “a nossa formação foi muito aberta à realidade do mundo” “no sentido de preocupação com o outro”. Ou seja, uma maior abertura da Igreja aos problemas sociais e não uma formação tradicional onde se considerava a Igreja como “acima” e separada do mundo. Outro aspecto importante de ressaltar é a fala: “quem tá com fome não têm condição de rezar” o que parece indicar que o fim último da atuação social da Igreja não seria simplesmente alimentar aqueles que não têm condições de

comprar a sua própria comida, mas alimentá-los para que, assim, eles tenham condições de rezar, condições contribuir para o crescimento da Igreja Católica, que, como toda instituição, visa sempre se expandir.

IV

Padre Henrique foi ordenado padre por dom Hélder no final de 1965 na matriz da Torre. Em termos políticos, os anos de atuação pastoral do padre Henrique (início de 1966 ao fim de maio de 1969) foram marcados pelo gradual fechamento do regime e, com relação à Arquidiocese de Olinda e Recife, pelo também gradual afastamento e aumento de atritos entre dom Hélder e os militares.

Depois do impacto das eleições de 1965, quando o Estado de Segurança Nacional foi abalado pela vitória da oposição em alguns Estados importantes e a conseqüente decretação do AI-2, os militares voltaram para a ofensiva. Eles deram continuidade ao modelo econômico e trabalharam numa nova Constituição para legitimar o novo modelo de Estado.

Com relação ao aprofundamento do modelo econômico, foi criado o Fundo de Garantias por Tempo de Serviço (FGTS). Esse novo mecanismo visava atrair

¹³³ Depoimento concedido ao autor no dia 2 de dezembro de 2006 no Centro de Educação Cristã.

investimentos estrangeiros em detrimento da estabilidade que os trabalhadores tinham no emprego até então. Antes de 1966, os trabalhadores não podiam ser demitidos sem justa causa, tinha uma indenização que equivalia a um mês de salário por cada ano de trabalho na empresa e o trabalhador com mais de dez anos de serviço só poderia ser demitido se o empregador comprovasse uma falta grave na justiça. Esse sistema não era atraente para as multinacionais, pois estas queriam ter a liberdade de determinar níveis salariais e transferir capitais para investimentos onde o custo de mão-de-obra fossem mais baixos. No modelo brasileiro anterior a 1966, o fechamento de uma fábrica, por exemplo, tinha um custo altíssimo, pois o pagamento de indenizações limitava o livre fluxo de capitais e sua lucratividade potencial. Portanto, para as empresas multinacionais, o sistema de estabilidade de emprego representava sério sacrifício do capital.¹³⁴

O FGTS substituíu as normas de estabilidade no emprego. O novo programa reduzia grandemente os custos das demissões dos trabalhadores. O modo de pagamento

das indenizações havia mudado completamente. O dinheiro agora saía do salário dos próprios trabalhadores. A cada mês, 8% do salário iam para uma conta em seu nome, e, quando ele fosse demitido, esta seria a sua indenização. Ou seja, foi um mecanismo criado para eliminar a segurança no emprego, acumular capital atraindo, assim, investimentos estrangeiros.

Com relação ao plano político, os militares prepararam uma nova Constituição que consistiu em grande parte na legalização de medidas excepcionais tomadas nos primeiros anos da ditadura. O que chamou a atenção foram os mecanismos criados para as eleições dos Estados. Agora, os governadores eram eleitos pelas Assembleias Legislativas e o prefeito, nomeado pelos governadores. Como o Executivo tinha o total controle sobre os deputados podendo cassá-los quando bem entendessem, os governadores eleitos eram sempre governistas. Outra medida que daria ao Executivo ainda mais segurança, foi o ato complementar no. 19 do Ato Institucional no. 3, que obrigava os parlamentares a votarem nos candidatos do seu partido.

Os anos de 1967 e 1968 ficaram marcados por um breve período de manifestações contrárias ao regime militar e pelo seu fechamento através do Ato Institucional no. 5. O General Artur da Costa e Silva assume a presidência em 15 de março de 1967 e, apesar de um discurso liberalizador e a promessa de diálogo com a

¹³⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Ibid.* Pág. 119.

oposição e com a sociedade civil, o que se via na prática era um constante aumento da violência. Assim sendo, diferentes grupos se organizaram e passaram a fazer uma oposição que foi ganhando grandes dimensões e abalando os alicerces do regime. Alves destaca três grupos principais nesse período: o movimento estudantil, o movimento sindical e a Frente Ampla.

O Movimento Estudantil, apesar da UNE estar na ilegalidade, passou a organizar rápidos comícios contra o governo militar que ficaram conhecidos como “comícios relâmpagos”, evitando assim entrar em confronto direto com a polícia. O movimento foi crescendo e ganhando a adesão da classe média. Em março de 1968, durante uma reunião clandestina no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro, a polícia invadiu o local atirando. Um dos tiros atingiu um dos estudantes, o que gerou uma revolta. Os estudantes saíram em passeata nas ruas, numa enorme manifestação contra os militares. Outro setor que passou a se organizar foi os trabalhadores. Abriam novos

sindicatos, passando a fazer exigências e uma greve que chamou bastante atenção numa cidade mineira chamada Contagem. Finalmente, um terceiro grupo passou a se organizar contra

o regime. Era a Frente Ampla, criada por ex-governadores que haviam apoiado e participado abertamente do golpe militar mas que agora discordavam da política dos militares. O primeiro deles era Carlos Lacerda, ex-governador da Guanabara; o outro era Magalhães Pinto, ex-governador de Minas Gerais. A Frente conseguiu aderência de importantes grupos conservadores que haviam apoiado inicialmente os militares, mas, o apoio de Juscelino Kubitschek e João Goulart deixavam os militares especialmente preocupados. Todas essas manifestações tinham reflexo no Congresso Nacional quando congressistas se alternavam na tribuna para fazer duras críticas ao governo. Em um dos discursos, o deputado Márcio Moreira Alves fez um duro discurso que os militares afirmavam terem sido ofendidos em sua honra e dignidade e pediram a sua cassação. Os deputados, em sua maioria, inclusive os da Arena, votaram contra a cassação do colega.

Após a absolvição do deputado Márcio Moreira Alves, foi decretado o Ato Institucional no. 5, que fechava o Congresso Nacional por tempo indeterminado e dava poderes extraordinário ao Executivo. Isso representou o fechamento total do regime militar e a predominância da “comunidade de informações” ou do aparato repressivo que vinha lutando por isso. Entrava-se num período de grande violência, tanto por parte do governo como por parte da oposição que acarretou um período de medo e desânimo.

Quando foi ordenado padre em 1965 por dom Hélder Câmara na matriz da Torre, o padre Henrique logo assumiu a Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Olinda e Recife. Ele desenvolveu um trabalho junto aos jovens promovendo encontros e reuniões onde eram discutidos os mais diversos temas. Uma das prioridades do padre Henrique nessas reuniões era trabalhar juntamente com pais e filhos, tentando uma aproximação de gerações que, na década de 1960, estavam especialmente em conflito.

Essa década de 1960 foi um período de inúmeras transformações na área cultural, atingindo particularmente a juventude daquela época. Essas transformações requerem uma discussão mais aprofundada, pois o padre Henrique trabalhou exclusivamente com os jovens num período em que eles passavam por profundas mudanças e que atingiram instituições como a Igreja Católica.

Segundo Eric Hobsbawm,¹³⁵ a melhor forma de se entender essas mudanças, que ele afirmou ter sido uma revolução cultural, é através da estrutura de relações entre os

sexos e gerações. Ao longo dos anos, a vasta maioria da humanidade partilhava algumas características em comum como a existência de casamento formal, a superioridade dos maridos em relação às esposas e dos pais em relação aos filhos e famílias consistindo em várias pessoas. No que concerne à mudança da estrutura de relações entre os sexos, dois sinais de mudança se fizeram sentir em várias partes do globo. O primeiro deles, foi o número de divórcios que aumentou significativamente. O segundo, foi o aumento do número de pessoas que viviam só. Dessa forma, se rompia o sentido de comunidade em que a maioria das pessoas viveram ao longo dos séculos e até mesmo a família nuclear mais recentemente.

Hobsbawm afirma que essa crise da família estava ligada a mudanças nos padrões públicos que governavam a conduta sexual, a parceria e a procriação. Ou seja, passou a existir uma grande liberalização tanto para os heterossexuais como para os homossexuais. Na Itália, o divórcio se tornou legal em 1970. A venda de anticoncepcionais e a informação sobre o controle de natalidade foram legalizadas em 1971 e 1975, respectivamente e o aborto em 1978. Essas leis tornavam atos até então proibidos mais fáceis, mas o que houve foi muito mais um reconhecimento do que a criação de um novo clima de relaxamento sexual.¹³⁶

¹³⁵ HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1995. Pág. 315.

¹³⁶ HOBSBAWM, Eric. *Op. Cit.* Pág. 316 e 317.

Dentre essas mudanças, existiu um setor da cultura que foi especialmente atingido pelas mudanças: a cultura jovem. O aumento de uma forte cultura juvenil indicava uma profunda mudança na relação entre as gerações. A juventude tornava-se um agente social independente. Existiam três novidades com relação à nova cultura juvenil. Em primeiro lugar, a juventude passou a ser vista não mais como um estágio preparatório para a vida adulta, mas como o estágio final do desenvolvimento humano. Em segundo lugar, essa cultura tornou-se dominante nos países desenvolvidos, por três motivos: representava uma massa concentrada de poder de compra, porque cada nova geração de adultos trazia as marcas de uma juventude autoconsciente e porque a rapidez da mudança tecnológica dava aos jovens uma vantagem em relação aos mais velhos. Finalmente, a terceira novidade da cultura juvenil era o que Hobsbawm chama do seu “internacionalismo”. O *jeans* e o *rock* passaram a ser as marcas da nova juventude e a maioria das letras de música sequer eram

traduzidas o que apontava a hegemonia cultural americana.¹³⁷

O que é importante ressaltar é que essa juventude descobriu símbolos materiais e culturais de identidade. Em primeiro lugar, por causa do poder do mercado, mas, sobretudo, por causa do enorme abismo histórico que separava as gerações. Os jovens viviam em sociedades que haviam passado recentemente seja por revoluções, por conquistas e ocupações ou por libertação colonial. Portanto, a maioria dos filhos não tinha idéia dos tormentos pelos quais os seus pais tinham passado. Outro fator que contribuiu para o alargamento do abismo foi o período desse século que Hobsbawm chamou de Era do Ouro, uma época de pleno emprego em vários países. Dessa forma, os pais não entendiam como os filhos não consideravam seus empregos como um porto seguro, abandonando-os todas as vezes que queriam fazer uma viagem, pois sabiam que quando voltassem, arrumariam novos empregos. Esse era um quadro bem diferente dos anos 1930, marcados pela catástrofe econômica do *crash* da Bolsa de Nova York.

Outros dois fatores decorrentes da revolução cultural que não podemos ignorar era que ela era informal e antinômica. Ou seja, por um lado, existiu um rompimento nos modos de ser entre as classes mais eruditas e as classes mais populares. Hobsbawm cita como exemplo um estilo musical feito e escutado maciçamente por negros de uma classe mais baixa (*Rythim and Blues*) que passou a ser escutado por jovens das classes abastadas, assim como o sotaque típico que marcava os jovens da

¹³⁷ HOBBSAWM, Eric. *Ibid.* Pág. 320-1.

aristocracia inglesa foi sendo abandonado em detrimento de um linguajar mais aproximado da classe operária. Por outro lado, a nova cultura juvenil era antinômica. Da mesma forma que eles visavam seus desejos individuais, eles queriam realizá-los em grupos. Como mostrou Hobsbawm, isso ficou muito bem exemplificado nos slogans dos dias de maio de 1968 como “É proibido proibir” ou “Tomo meus desejos por realidade pois acredito na realidade dos meus desejos”. Ou seja, existiu uma liberação social e uma liberação pessoal que andavam juntas. O sexo e o uso de drogas foram as maneiras mais usadas para romper com o Estado, os pais, os vizinhos, as leis ou as convenções. Reconhecia-se que naquele momento, o mundo era formado por seres humanos em busca de desejos individuais, sobretudo àqueles proibidos e malvistas.¹³⁸

Hobsbawm define a revolução cultural como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade. O sentido de comunidade havia sido destruído. Esse novo individualismo

afetou especificamente a família tradicional e a Igreja Católica. Hobsbawm assinala a queda no comparecimento as missas. Como ele afirma,

Em suma, para melhor ou para pior, a autoridade moral e material da Igreja sobre os fiéis desapareceu no buraco negro que se abriu entre suas regras de vida e moralidade e a realidade do comportamento de fins do século XX. As igrejas ocidentais que tinham um domínio menos compulsório sobre seus membros, incluindo mesmo algumas das mais antigas seitas protestantes, declinaram ainda mais rapidamente.¹³⁹

Portanto, o padre Henrique, a partir de 1965, passou a trabalhar para uma instituição que estava sendo profundamente afetada pela revolução cultural dos anos 60 e com um trabalho direcionado para um grupo que passava por profundas transformações naquele período: a juventude. Como se davam as reuniões? O que era discutido? Quem participava delas?

Segundo o padre José Edwaldo Gomes,

[O que era discutido nas reuniões] Sempre a libertação do homem. O homem não foi feito para ser escravo. Dom Hélder sempre dizia: “Deus não quer ninguém escravizando e ninguém sendo escravizado, nem oprimidos, nem opressores, que somos todos filhos de Deus”. Então todo tipo de religiosidade que deixavam-se apáticos a realidades terrenas ou que deixavam você alienado, como ele dizia, isso a gente evitava. Então nós combatemos muito essa religiosidade alienante que Marx

¹³⁸ HOBSBAWM, Eric. *Ibid.* Pág. 323-8. ¹³⁹ HOBSBAWM, Eric. *Ibid.* Pág. 331.

chamava de ópio do povo. Quando ele diz que religião era o ópio do povo, era uma determinada religião era o ópio do povo como até hoje tem.¹⁴⁰

O padre Henrique tinha uma grande inserção na juventude. O jornalista Ivan Maurício Monteiro dos Santos, na época estudante do curso Torres, relembra o momento em que conheceu o sacerdote:

Eu conheci o Pe. Henrique nos momentos finais da vida dele que era uma coisa que eu não esperava. A primeira imagem que eu tenho dele é que eu tava numa parada de ônibus em Boa Viagem e de repente ele chega com um grupo de amigos meus, não conhecia ele. E a gente estava esperando o ônibus pra vir pra cidade e tava um cara com um bonezinho, naquela época quem usava era Wilson Simonal, meio quadriculado. O cara falou: “é um padre”. Eu disse: “não é possível que seja um padre”. E falando a linguagem nossa da época. Inacreditável isso. Um padre, sem batina, final de 68, 69, final de 68. E foi o primeiro choque, que era o choque da linguagem, falava um pouco de palavrão e uma maneira de tratar bem coloquial mesmo. Era um cara muito culto

mesmo, falava muitas línguas, depois eu vim a saber.¹⁴¹

E fala sobre a impressão deixada com a forma como o padre Henrique celebrava a missa:

Ele costumava celebrar a missa na hora do almoço e também foi outra coisa que chocou. Isso gerava uma empatia muito grande, ele tinha uma inserção na juventude de classe média. Tinha uma empatia muito grande porque as pessoas achavam ele uma figura adorável uma figura encantadora, cara culto, inteligente sem frescura e conquistou, né, todo mundo.¹⁴²

Com relação às reuniões, vários assuntos eram discutidos: música, drogas, política e problemas da juventude em geral. É interessante perceber que após o seu assassinato, a polícia tentava construir um padre completamente a-político como uma forma de dissociar o crime com a política, o que foi contestado várias vezes por dom Hélder. Como afirmava o arcebispo, conforme iremos ver no terceiro capítulo, o fato de o padre Henrique não fazer parte de uma organização política, de não estar associado a nenhum grupo específico não significava que o trabalho não fosse político ou que não incomodasse vários setores. Como afirma Ivan Maurício,

¹⁴⁰ Depoimento do padre José Edwaldo Gomes concedido no dia 22 de fevereiro de 2007 em sua casa, as 18 horas.

¹⁴¹ Depoimento concedido ao autor no dia 1 de novembro de 2003 no Hotel Quatro Rodas, em Olinda.

¹⁴² Depoimento concedido ao autor no dia 1 de novembro de 2003 no Hotel Quatro Rodas, em Olinda.

É, naquele momento porque ele mexia com muita gente, conversava com muita gente e os caras não sabiam qual era a dele, né, porque naquela época a visão era que o dom Hélder era comunista e que os assessores deviam ser também. Mas eles estavam acostumados a tratar com comunista clássico, organizados num partido, tinha reunião, comitê central, essas coisas todinha, né? Padre Henrique não era nada disso. Ele era um cara progressista, até mais revolucionário que os comunistas, mas pela forma política, estética, pela maneira de falar [...] Ele não era ideológico, não pregava política, não falava de ideologia. Ele falava assim, dos Beatles, Rolling Stones, drogas... As coisas que a juventude queria ouvir. Agora ele tinha consciência. Ele sabia que dom Hélder estava sendo muito perseguido por causa das posições sociais dele (de dom Hélder).¹⁴³

Como se vê, através dos depoimentos, não existia no padre Henrique uma atuação política entendida como participação em partidos, reuniões clandestinas, grupos radicais ou ainda discussões direcionadas sobre o golpe, a repressão ou resistência. Sua irmã Isaíras Pereira Padovan, ao contrário do jornalista Ivan Maurício, não achava que as

reuniões que seu irmão promovia incomodassem setores da repressão o que reforça que o padre Henrique teria sido assassinado tendo em vista atingir o arcebispo dom Hélder:

Olha, o trabalho que ele fazia com os jovens muitas vezes eu participava porque eu já era da faculdade, eu tinha uma certa compreensão das coisas e às vezes o pessoal ia lá pra casa também. Mas o trabalho dele era aproximar os filhos dos pais. Então era um trabalho muito pacífico, não tinha nada de agressivo. Esse trabalho realmente não merecia nada que tivesse essa, uma disforra dessa forma.¹⁴⁴

Com relação a Arquidiocese de Olinda e Recife e de vários outros setores da Igreja Católica, a partir de 1966 começa-se a observar um afastamento que tornaria a Igreja uma das principais opositoras do regime militar brasileiro. Existiu, sobretudo entre os anos de 1969 e 1974, um verdadeiro abismo que separou a Igreja do Estado e que tentou ser contornado por ambos os lados. Com relação a dom Hélder especificamente, os atritos começaram a ocorrer a partir de 1966. Newton Cabral, em sua tese de doutorado, pontua esses conflitos. O primeiro deles se deu em julho desse ano quando alguns bispos nordestinos assinaram um manifesto à nação condenando a situação dos trabalhadores no Nordeste e conclamando que eles se organizassem para defenderem seus direitos. Esse manifesto estava baseado num relatório feito pela Ação Católica Operária (ACO) e pela Juventude Agrária Católica (JAC). Por causa do manifesto, duas circulares atacando dom Hélder foram redigidas pelo General Itiberê

¹⁴³ Depoimento concedido ao autor no dia 1 de novembro de 2003 no Hotel Quatro Rodas, em Olinda.

¹⁴⁴

Depoimento concedido ao autor no dia 28 de outubro de 2003 na Universidade Federal de Pernambuco. Gouveia do Amaral, da X Região Militar sediada em Fortaleza, e distribuída a bispos e padres do Nordeste. Segundo Cabral, a circular acusava o arcebispo de Olinda e Recife de ser o responsável pela decadência moral da sociedade. O conhecido sociólogo Gilberto Freyre se intrometeu no conflito comparando dom Hélder a Goebbels. O problema foi resolvido quando o presidente Castelo Branco transferiu os gerais responsáveis pela circular.¹⁴⁵

O segundo incidente ocorreu em setembro de 1967, quando dom Hélder recebeu o título de cidadão pernambucano. Durante o seu discurso na Assembléia Legislativa na presença de usineiros, dom Hélder afirmou que o processo de abolição precisava ser concluído, pois existia, ao longo da zona canavieira, a prática do trabalho escravo. Novamente houveram publicações contra dom Hélder na imprensa.¹⁴⁶

Um terceiro incidente ocorreu em 1968 quando o padre belga Joseph Comblin

escreveu um documento para ser apresentado na Conferência de Medellín. O documento caiu nas mãos do então vereador Wandenkolk Wanderley, que orquestrava uma campanha contra dom Hélder Câmara e considerou o documento subversivo. Houve uma tentativa de expulsar o padre belga do Brasil, o que não ocorreu imediatamente. Em 1972, quando ele voltava de uma viagem, ele teve a entrada no Brasil proibida.¹⁴⁷

Os ataques a dom Hélder foram se tornando mais frequentes e perigosos. No início de 1969, ele teve os muros da Igreja das Fronteiras, onde ele morava, pichado e metralhado. Pouco tempo depois, no dia 27 de maio desse mesmo ano, foi encontrado nos arredores da Cidade Universitária o corpo do jovem padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto, assassinado de forma brutal.

¹⁴⁵ CABRAL, Newton Darwin de Andrade. *Báculos no meio dos caminhos. Modelos eclesiais em conflito no Regional Nordeste II (1965-1990)*. Tese de Doutorado. Recife, UFPE, 2001. Pág. 60-1.

¹⁴⁶ CABRAL, Newton Darwin de Andrade. *Op. Cit.* Pág. 61-2.

¹⁴⁷ CABRAL, Newton Darwin de Andrade. *Ibid.* Pág. 63.

3

O ASSASSINATO DO PADRE HENRIQUE (1969-1986)

Meu Deus, eu tinha a impressão de que havia conseguido demonstrar isso! Conheço fulano. Segundo o que sei dele, dou-lhe uma realidade (para mim). Mas você também conhece fulano, e certamente aquele que vocês conhecem não é o mesmo que eu conheço, porque cada um de nós o conhece a seu modo e lhe dá, a seu modo, uma realidade. Ora, mesmo para si mesmo fulano tem tantas realidades quanto os seus conhecidos, porque comigo ele se conhece de um modo e, com vocês e com terceiros, de outro, e assim por diante, embora permaneça a ilusão – especialmente nele – de ser um só para todos.

I

Quando o padre Henrique é assassinado, em 1969, o regime militar estava entrando em seu terceiro ciclo de repressão. O primeiro deles, ocorrera logo após o golpe, com o objetivo de “limpar” o sistema político especialmente daquelas pessoas ligadas a João Goulart e à esquerda. O segundo ciclo se deu em fins de 1965 com a promulgação do AI-2 e a continuação da “operação limpeza”. Finalmente, a partir de fins de 1968 ocorreria um terceiro ciclo de repressão e que abrangeria muitos outros setores da sociedade civil. Parlamentares foram sumariamente cassados, inclusive àqueles da Arena que haviam votado com o MDB, aproximadamente 800 estudantes foram presos assim como vários trabalhadores e sindicatos foram fechados. Como afirma Alves, os setores da oposição que buscavam mudanças de forma não violenta foram enfraquecidos e entraram num período de desorganização e falta de perspectiva.¹⁴⁸

O Congresso Nacional permaneceu fechado por quase dez meses. Durante esse período foram promulgados 13 atos institucionais, 40 atos complementares e 20 decretos-lei com o objetivo de institucionalizar o controle das instituições da sociedade civil. Foram criadas medidas para controlar a Universidade, a imprensa e a participação

¹⁴⁸ ALVES. Maria Helena Moreira. *Ibid.* Pág. 171.

política em geral. Foram criadas também condições para o desenvolvimento deixando o país pronto para o que viria a ser o “milagre econômico”.

Antes da discussão dos documentos relativos aos jornais da época é preciso retomar uma questão já discutida na introdução: a censura. Ela atingiu os mais diversos setores da sociedade como os intelectuais, artistas, e, sobretudo, os meios de comunicação. Como afirmou Ronildo Maia Leite que na época trabalhava no Diário da Noite,

A gente era proibido falar de Médici, a gente era proibido de falar em padre Henrique, a gente era proibido de falar naquele estudante que foi empurrado da ponte, a gente era proibido de falar nas passeatas de estudantes jogando bola de gude na rua pra derrubar os cavalos porque não tinha arma [...] No caso do Padre Henrique, tudo que você ler no jornais é matéria censurada, inclusive as que eu fiz. Censuradas por ordem

de Vladimir Calheiros e comandada por Valdomiro Arruda que já morreu. No caso do Padre Henrique, você vai encontrar as versões que eram autorizadas publicar.¹⁴⁹

Ao analisar a documentação levantada pelos jornais da época, poderíamos fazer as seguintes indagações: “como se analisar uma documentação censurada pelo aparato repressivo? As notícias não estariam todas filtradas sendo incapaz de mostrar os conflitos sociais?”. Apesar de uma forte censura ilustrada pelo depoimento do jornalista Ronildo Maia Leite afirmando que todas as notícias eram censuradas, existia uma margem de espaço, por menor que fosse que permitia perceber o discurso da Igreja Católica, por exemplo, ou ainda um posicionamento do padre Romano Zufferey, dirigente da ACO ou da mãe do padre Henrique que passou a fazer acusações contundentes contra o aparato repressivo do regime militar. Isso justifica a utilização da documentação dos jornais como uma das fontes privilegiadas de análise.

II

A leitura dos jornais quase vinte anos após o assassinato do padre Henrique, possibilita descobrir como diversas notícias foram produzidas acerca deste trágico acontecimento. Neste capítulo, me proponho a fazer uma análise dessa documentação levantada em jornais de Pernambuco, especialmente Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio. Também a leitura e análise dos Boletins Arquidiocesanos e das entrevistas

¹⁴⁹ Depoimento concedido ao autor no dia 27 de setembro de 2003.

realizadas ao longo da pesquisa possibilitaram ampliar a compreensão da complexidade do enfrentamento entre o Estado e a Igreja Católica no período.

Entre o dia seguinte ao assassinato até a segunda metade da década de 1980 foram publicadas várias notícias sobre o caso. A leitura atenta desse material permitiu perceber a atuação dos vários grupos ligados ao sacerdote e ao seu assassinato. Através dos seus discursos, passaram a elaborar um significado para o assassinato, assim como a constituir diferentes “padres Henriques”. Vale reafirmar: o que considero pertinente na pesquisa que estou desenvolvendo, a partir desse material, é justamente a possibilidade de revelar as estratégias a partir das quais o padre Henrique foi constituído pelos diversos grupos, assim como foram estruturadas as significações dadas ao assassinato.

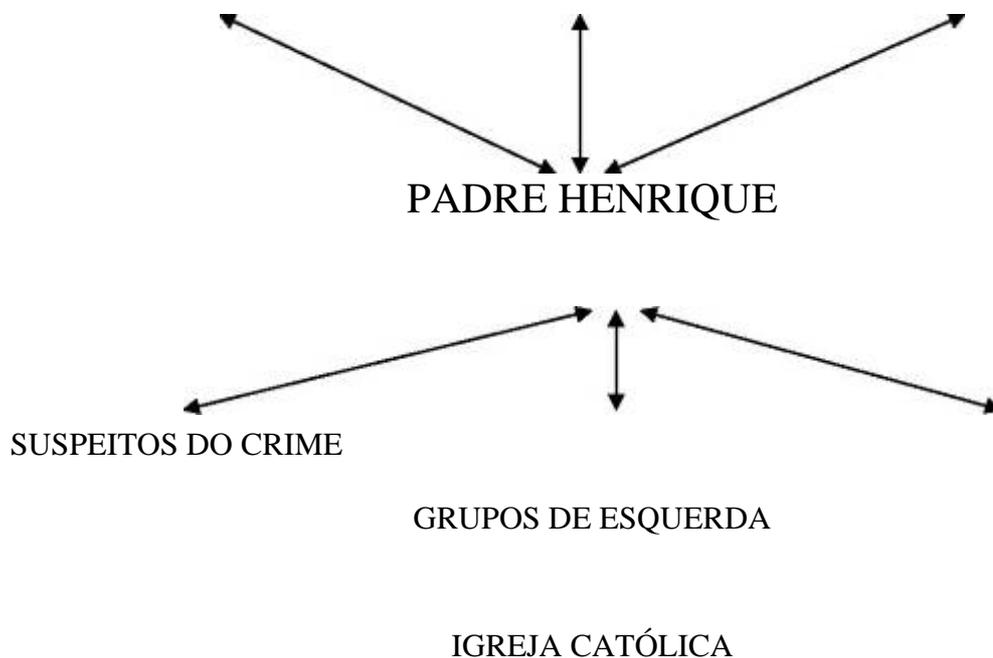
Na documentação encontrada foi feita uma classificação dos discursos dos grupos

mencionados acima ligados ao assassinato: alguns setores do Estado que engloba os membros das Forças Armadas, da polícia, do aparato repressivo, da justiça e de qualquer instância do governo; um determinado setor da Igreja Católica, principalmente aquele ligado à dom Hélder Câmara; a família, os amigos, os suspeitos do assassinato e as organizações de esquerda (o que engloba partidos, grupos católicos e indivíduos de esquerda de uma maneira geral). Essa classificação procurou privilegiar a especificidade dos diferentes discursos.

*

Transcrevi uma grande quantidade de documentos, especialmente dos jornais, com o cuidado de não tornar a leitura demasiado cansativa. Também não deixei de analisar cada notícia transcrita, análise essa que é feita nas diversas redes nas quais o padre Henrique, que é apenas um ponto de cruzamento, estaria inserido esquematicamente da seguinte forma:

ALGUNS SETORES DO ESTADO AMIGOS FAMÍLIA



A análise, por sua vez, foi feita a partir da seguinte ordem:

- 1 O discurso do Regime Militar;
- 2 O discurso da família do padre Henrique;
- 3 O discurso de alguns representantes da Igreja Católica;

- 4 O discurso dos suspeitos do crime;
- 5 O discurso das organizações de esquerda.

III

As notícias que trazem os discursos de alguns setores do Estado são as que mais tem espaço nos jornais. Antes de qualquer coisa é preciso dizer que esses setores não formavam um bloco monolítico. Como se verá existiram diversos embates entre a polícia e a justiça, assim como dentro da polícia e dentro da justiça. Isso será analisado detalhadamente no momento oportuno. É interessante perceber que tanto as significações dadas ao assassinato quanto a forma como o padre Henrique é retratado, sofreram variações no interior dessa rede discursiva. No entanto, essas mudanças não se deram ao acaso, mas resultaram dos embates que eram travados com os outros grupos durante o decurso do processo. Outro ponto importante a ressaltar é que a análise da significação foi feita juntamente com a da constituição do padre Henrique, visto que na maioria das vezes, elas estão associadas. Por exemplo, na medida em que se explica o crime como tendo sido cometido por usuários de drogas, se fala de um padre Henrique ingênuo por ter tentado ajudar os viciados. O mesmo se dá quando se explica o crime como tendo sido passional; aí, temos um padre Henrique “devasso” que não cumpria seus deveres de sacerdote. Finalmente, quando se insiste num crime apolítico, se constitui um terceiro padre Henrique completamente diferente dos dois anteriores.

As primeiras notícias apontam, de uma maneira muito sutil, um significado passional para o crime insinuando que o padre Henrique saía com mulheres casadas. Esses indícios são lançados principalmente em notícias que abordam outros problemas. Vejamos as seguintes notícias, publicada no Diário de Pernambuco, mesmo dia 31 de maio, quatro dias após o assassinato.

As autoridades policiais da Delegacia de Homicídios e do Departamento de Investigações e Segurança Social vão encetar diligências no bairro de Parnamirim, a partir de hoje, a fim de tentar localizar uma senhora, uma moça e um rapaz que teriam visto quando o padre Antonio Henrique entrou no veículo próximo ao abrigo de parada de ônibus.

A medida visa a descoberta de uma pista, após terem sido infrutíferos os esforços para localizar o autor ou autores da morte do sacerdote. Na tarde de ontem, agentes policiais estiveram percorrendo várias ruas de Parnamirim, devendo o trabalho continuar no dia de hoje até que novos fatos sejam revelados.

Isaíras Filho, irmã do padre informou não ter sido ela quem declarou que um dia antes da morte do sacerdote duas moças teriam procurado o padre para fazer confissões amorosas. Alega Isaíras que esse comentário surgiu nas conversas que escutou, na rua quando várias pessoas comentavam o crime em vários locais da cidade. Ela não crê que aquilo tenha acontecido uma vez que conhecia bem o seu irmão e ele tinha conduta

exemplar como sacerdote.

Da mesma opinião é a mãe do padre, que disse confiar no trabalho que a polícia vem realizando no sentido de descobrir “os verdadeiros criminosos e monstros que mataram o meu filho. Tendo confiança que a verdade ficará esclarecida, e todos nós ficaremos de consciência tranqüila quando eles forem presos. Volto a dizer que quero a verdade, e que a justiça seja feita”.¹⁵⁰

No mesmo dia, é publicada a seguinte notícia:

O delegado de Homicídios, Sr. Artur de Freitas, tem esperança que os exames procedidos no local do crime, pelo pessoal de Polícia Técnica tragam subsídios para orientar as diligências a respeito do assassinio de que foi vítima o padre Antonio Henrique.

A única pista, em concreto, que a polícia tem, é que os assassinos do sacerdote se utilizaram de uma Rural de cor verde, que foi vista no Parnamirim, com três ocupantes. Além dessa pista, que quase nada representa, segundo agentes da Delegacia de Homicídios, somente o remorso dos carrascos ou a delação poderá conduzir a polícia aos criminosos [...] Uma nova versão, a de vingança, está sendo examinada sob certo sigilo. Acredita-se que os requintes de perversidade com que o crime foi perpetrado, só poderiam encontrar justificativa no ódio e na vingança.¹⁵¹

As duas notícias tratam das investigações do crime. A primeira delas fala sobre a tentativa de se localizar as testemunhas que viram quando o padre Henrique entrou no Rural Willys da última vez em que foi visto com vida. Segundo a notícia, apesar dos agentes da polícia estarem atuando intensamente, esses trabalhos se mostraram infrutíferos. A segunda notícia fala sobre os exames feitos no local do crime e que, segundo o delegado de Homicídios Artur Freitas, poderiam ajudar a solucionar o caso. No entanto, percebe-se nessas notícias a atribuição de um significado passional. Na primeira, chamo atenção para o trecho que diz:

¹⁵⁰ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Diligências em Parnamirim para apurar quem teria visto o padre na Rural*. 31/05/1969. Primeiro Caderno, Pág. 8.

¹⁵¹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Perícia do local do crime é aguardada com ansiedade*. 31/05/1969. Primeiro Caderno, Pág. 8.

Isaíras Filho, irmã do padre informou não ter sido ela quem declarou que um dia antes da morte do sacerdote duas moças teriam procurado o padre para fazer confissões amorosas. Alega Isaíras que esse comentário surgiu nas conversas que escutou, na rua quando várias pessoas comentavam o crime em vários locais da cidade. Ela não crê que aquilo tenha acontecido uma vez que conhecia bem o seu irmão e ele tinha conduta exemplar como sacerdote.¹⁵²

Nesse trecho, a irmã do padre está desmentindo um boato que estaria circulando de que ela mesma teria dito que duas moças teriam procurado o seu irmão para fazer “confissões amorosas”. É importante frisar que essa informação aparece no meio de uma

notícia em que o foco central é a tentativa da polícia encontrar testemunhas para o crime. Essa informação é lançada no meio da notícia e somos imediatamente levados a associar “a confissão das duas moças” ao crime.

Já com relação à segunda notícia, onde o foco central é a perícia que vai ser realizada, dois trechos chamam particularmente atenção. O primeiro deles é a forma como os agentes da Delegacia de Homicídios desqualificam a única pista deixada pelos criminosos:

A única pista, em concreto, que a polícia tem, é que os assassinos do sacerdote se utilizaram de uma Rural de cor verde, que foi vista no Parnamirim, com três ocupantes. Além dessa pista, **que quase nada representa**, segundo agentes da Delegacia de Homicídios, somente o remorso dos carrascos ou a delação poderá conduzir a polícia aos criminosos.¹⁵³

Ou seja, para os agentes da Delegacia de Homicídios, o fato de algumas pessoas terem identificado o carro usado pelos seqüestradores, assim como o número de pessoas que haviam no carro, “não representa quase nada”. Eles ainda afirmam, já quatro dias após o assassinato, que os criminosos não serão encontrados, a não ser que eles mesmo se entreguem ou sejam delatados. A notícia se conclui da seguinte forma:

Uma nova versão, a de vingança, está sendo examinada sob certo sigilo. Acredita-se que os requintes de perversidade com que o crime foi perpetrado, só poderiam encontrar justificativa no ódio e na vingança.¹⁵⁴

Observa-se que nenhum investigador, policial, delegado ou qualquer membro da Secretaria de Segurança Pública quer se pronunciar para afirmar que o crime havia sido

¹⁵² DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Op. Cit.* Pág. 8. ¹⁵³

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Op. Cit.* Pág. 8. ¹⁵⁴

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Op. Cit.* Pág. 8.

passional. O termo “acredita-se” faz com que se lance a idéia do motivo passional, sem, no entanto, revelar quem estaria afirmando tal explicação. As notícias publicadas nas duas primeiras semanas seguem dando a mesma explicação para o assassinato. Elas apresentam alguns aspectos muito semelhantes umas das outras. Cito como exemplo, três delas publicadas no Diário de Pernambuco respectivamente nos dias primeiro, onze e doze de junho de 1969:

Dois rapazes, **cujos nomes não foram fornecidos, apresentaram-se**

espontaneamente ontem, na Secretaria de Segurança Pública, para transmitir informes considerados de maior importância acerca do trucidamento de que foi vítima o padre Antonio Henrique Pereira Neto.

Chegaram à Secretaria às 12 e 15, tendo sido ouvidos pelo investigador Henrique Pereira Filho (X-9), dentro do maior sigilo. Não foi permitida a aproximação dos jornalistas nem foi concedida autorização para fotografias.

Apenas uma informação transpirou: o crime não teve nenhuma implicação política, foi cometido por vingança [...]¹⁵⁵

Já no dia onze de junho, é publicada a seguinte notícia:

O tão aguardado depoimento de uma universitária cuja identidade ainda é desconhecida, sobre a chacina que abateu o padre Antonio Henrique não esclareceu coisa nenhuma.

Efetivamente ela compareceu, em companhia de seu advogado Antônio Vitor Cavalcanti para afirmar, apenas, ter sabido, através de um tirador de côco, que o sacerdote mantinha romance com uma mulher casada, também estudante de Direito.

O juiz Aluísio Xavier confirmou as declarações, esclarecendo todavia que a mulher apontada pelo tirador de côco nem era casada nem conhecia o padre.¹⁵⁶

Finalmente, no dia doze de junho,

A Comissão Judiciária de Inquérito, designada para desvendar o crime de que foi vítima o padre Antonio Henrique Pereira Neto, ocorrido na madrugada de 27 de maio último, ouviu à noite de ontem o depoimento de um homem de cor preta, usando óculos de grau e aparentando possuir 45 anos de idade, considerado “testemunha chave” para a elucidação do assassinio.

O depoimento foi prestado sob rigorosa vigilância dos agentes e investigadores da Secretaria de Segurança Pública, que afastaram do recinto, por determinação do general Mont’Alverne, da Secretaria, todos os jornalistas e fotógrafos que ali se encontravam desde as 15 horas.

O juiz Aluísio Xavier não quis adiantar qualquer informação sobre o depoimento, sabendo-se, entretanto, que o depoente era grande amigo do padre

¹⁵⁵ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/06/1969. Rapazes fornecem informações que podem elucidar trucidamento do padre.

¹⁵⁶ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11/06/1969. Depoimento da universitária não esclareceu quase nada.

Henrique e conhecia várias pessoas que tinham ligações com a vítima, dentre as quais uma mulher que seria amante do sacerdote.¹⁵⁷

Podemos perceber uma estratégia presente nas três notícias acima citadas que vai se repetir várias vezes: o depoimento de pessoas que não se identificam. Era uma maneira eficaz de a polícia explicar o crime como sendo passional sem precisar entrar em confronto com outros grupos. Sejam os “dois rapazes”, a “universitária” ou o “homem de

cor”, essas pessoas, que não podemos sequer saber se existiram, são mantidas em sigilo sob o argumento de que eles poderiam estar correndo perigo ao se colocarem a disposição para depor. Percebe-se também, a insistência em se afastar a hipótese do crime político. Na primeira das três notícias citadas acima, fala sobre o depoimento de dois rapazes que teriam dado importantes informações para elucidar o crime. Primeiramente, as testemunhas, que eram dois rapazes, teriam se apresentado *espontaneamente* à Secretaria de Segurança Pública. Apesar da importância do testemunho, a única informação que vazou para a imprensa foi a de que “o crime não teve nenhuma implicação política, foi cometido por vingança”.¹⁵⁸

Na segunda notícia, em que o foco é o depoimento da “universitária” percebe-se que a sua fala é completamente deslegitimada uma vez que ela afirmou que conhecia um tirador de coco que poderia apontar uma mulher casada que saía com o padre Henrique. No entanto, a mesma notícia afirma que a mulher apontada pelo tirador de coco, nem era casada nem conhecia o padre. É importante registrar que o advogado da “universitária” era um coronel da Polícia Militar chamado Severino Vitor Cavalcanti. Esse advogado foi a única pessoa que acusou abertamente nos jornais o padre Henrique de possuir amantes e afirmar que o crime tinha sido passional. Isso aconteceu cerca de duas semanas após ter sido veiculada a notícia acima citada. Nesse momento o coronel já era uma voz destoante uma vez que todas as acusações recaíam sobre Rogério Matos do Nascimento. A notícia que traz a declaração do advogado-coronel da PM é do dia 27 de junho:

O advogado e coronel reformado da Polícia Militar de Pernambuco, Sr. Severino Vitor Cavalcanti afirmou ontem que um crime com os requintes de barbaridade como o do padre Henrique só pode ter sido perpetrado por motivos passionais.

“O brasileiro só tem cometido atrocidades por causa de mulheres, ou então em defesa da honra. Não tenho conhecimento dos autos do inquérito, porém, pela

¹⁵⁷ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 12/06/1969. Homem de cor presta depoimento que pode oferecer uma pista valiosa.

¹⁵⁸ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/06/1969. *Op. Cit.*

experiência que consegui em minha carreira policial, tenho minhas dúvidas quanto à motivação do crime. Como em quase todos os homicídios, sempre existe uma saída no meio. O padre pode muito bem ter sido vítima de uma trama, ou, do contrário, de sua própria fraqueza”, disse o advogado [...] “No depoimento de uma jovem que cursa o terceiro ano de Direito na Faculdade Federal de Pernambuco, por mim conduzida à CJI, consta que ela conhecia uma loura amante do padre assassinado [...] Não tenho inimigos, nem tampouco a intenção de prejudicar a ninguém. Todavia, o fato de afirmar que não direi o nome da moça, não quer dizer que me furtarei a ser inquirido ou contestado por aqueles que duvidaram de minhas declarações, asseverou [...]

Prosseguindo, disse que com suas declarações não pretende ofender a família enlutada. Ressaltou que respeita a dor dos familiares do sacerdote, porém não se recusa a confirmar a verdade [...] “Dona Isaíras, como todas as mães que perdem umente querido, sofre muito. Às vezes as mães, por causa do seu amor maternal, se negam a aceitar certos fatos. Não quero com isso acusar ou remover cinzas, porém fui solicitado, e desejando colaborar com a sociedade, senti-me na obrigação de dizer o que me disseram. O depoimento da jovem universitária foi presenciado por um colega advogado, pelo jornalista José do Patrocínio e pelo comissário José Gomes de Barros”, finalizou.¹⁵⁹

O advogado-coronel afirma que está apenas cumprindo uma obrigação ao vir a público afirmar que o crime teria sido passional. Ou seja, mesmo respeitando a dor da família, como ele mesmo afirmou, ele está cumprindo a sua obrigação em nome da verdade. Dessa vez, ele insiste na existência de uma mulher “loura” que era casada e morava na Várzea. É importante ressaltar que dois anos depois, em setembro de 1971, esse advogado-coronel da Polícia Militar seria condenado a cinco meses de prisão por abuso de poder e lesão corporal.¹⁶⁰ Também o policial Henrique Pereira “X-9”, que atuou nas investigações do assassinato, vai ser denunciado dois anos depois, em maio de 1971, pelo funcionário público Gilvan Coelho, por tentativa de homicídio e espancamento.¹⁶¹ Finalmente, João da Bronca, policial que também participou das investigações, foi condenado em agosto de 1973 a seis anos de prisão por um outro assassinato.¹⁶²

Um último exemplo é a notícia que fala de uma testemunha identificada apenas como “um homem de cor”. Nessa notícia ainda se insiste no crime passional como mostra o seguinte trecho:

O juiz Aluísio Xavier não quis adiantar qualquer informação sobre o depoimento, sabendo-se, entretanto, que o depoente era grande amigo do padre Henrique e

¹⁵⁹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Advogado-coronel da PM crê no crime passional*. 27/06/1969. Primeiro Caderno, Pág. 8.

¹⁶⁰ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Coronel condenado por agressão requereu benefício do sursis*. 03/09/1971. Segundo Caderno, Pág. 12.

¹⁶¹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Denúncia contra X-9 apreciada pela justiça*. 15/05/1971. Segundo Caderno, Pág. 12.

¹⁶² DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *João da Bronca é condenado a seis anos de prisão*. 18/08/1973. Segundo Caderno, Pág. 12.

conhecia várias pessoas que tinham ligações com a vítima, dentre as quais uma mulher que seria amante do sacerdote.¹⁶³

De acordo com as informações dessa notícia a testemunha era um “grande” amigo do padre e conhecia várias pessoas que tinham ligações com a vítima. A testemunha teria

afirmado ainda que conhecia uma mulher que se dizia amante do padre. A tentativa de explicar o crime como tendo sido passional faz com que se veicule a informação que a testemunha, mesmo sendo um “grande” amigo do padre, teria ido à Secretaria de Segurança Pública dizer que ele tinha uma amante.

O significado de um crime passional é abandonado cerca de quinze dias após o assassinato. É preciso lembrar que a mudança nas explicações do assassinato não ocorreu ao acaso e de forma abrupta. Ela foi se dando gradualmente, principalmente depois da instalação de uma comissão para se investigar o assassinato. Intitulada Comissão Judiciária de Inquérito (CJI), ela foi instalada oficialmente no dia seis de junho de 1969, 10 dias após o crime e foi composta por um presidente (juiz Aluísio Xavier), um promotor (Rorinildo da Rocha Leão) e um escrivão (Décio Magalhães). Assim sendo, a mudança de significado é resultado dos embates que eram travados em diferentes níveis: entre a polícia e um setor da Igreja Católica, entre a polícia e a família do padre Henrique e entre a polícia e os suspeitos do assassinato; mas também entre a polícia e a justiça e no interior da própria polícia e da justiça. Uma vez que as ações da polícia e da justiça e até mesmo no interior da própria polícia eram totalmente desarticuladas, surgiam confrontos e constrangimentos. O exemplo é uma notícia publicada no Diário de Pernambuco no dia cinco de junho de 1969. Na notícia, intitulada *Carro apreendido ontem pode esclarecer crime do padre* se fala sobre a apreensão de uma Rural azul escura que estava estacionada numa rua do Espinheiro. Essa matéria mostra em primeiro lugar, a completa desarticulação mencionada acima onde os agentes entrevistados não sabiam explicar o motivo da apreensão do carro. Nem sequer o diretor do Departamento de Investigações, Bartolomeu Gibson tinha ficado sabendo da apreensão. A ordem tinha partido do diretor do Instituto de Polícia Técnica Armando Samico, o que mostra que a Departamento de Polícia Técnica atuava de uma forma e o Departamento de Investigações de outra. Finalmente, depois de ter ficado esclarecido quem era o dono da Rural e que ele não tinha qualquer ligação com o assassinato, o título da matéria ainda afirmava que essa apreensão poderia esclarecer o crime. Essa não foi a única notícia que mostrava a

¹⁶³ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Op. Cit.* Pág. 8.

desarticulação entres os órgãos responsáveis de se investigar o crime. Outra Rural seria apreendida sem que a Comissão Judiciária de Inquérito ficasse sabendo,¹⁶⁴ assim como a polícia prenderia o pintor Jorge Tavares sem o conhecimento dessa mesma Comissão.¹⁶⁵

Esses conflitos já estavam enunciados desde o começo dos trabalhos da CJI quando, apesar de outros documentos terem indicado o contrário, apenas cinco dias após a sua instalação no dia onze de junho, o juiz Aluísio Xavier negava haver desentendimento entre a polícia e a Comissão:

Afirmando que não existe qualquer clima de desunião entre os membros da Comissão Judiciária de Inquérito e os policiais, o juiz Aluísio de Melo Xavier afirmou ontem que as investigações devem ser procedidas de modo sincronizado, com o objetivo exclusivo de apurar o assassinio de que foi vítima o padre Henrique.

O magistrado adiantou que as investigações devem se realizar de modo normal, e não em termos de competição, pois o que importa é a prisão dos executores do sacerdote. Disse mais: “A Comissão não tem o propósito de evitar que policiais realizem investigações em torno do trucidamento do sacerdote. Sei que existe um interesse de auto-sentido de todos para o esclarecimento de crime tão monstruoso, que repercutiu em todo o mundo”¹⁶⁶.

Apesar dessa declaração do juiz Aluísio Xavier em que ele negava qualquer desentendimento, outras notícias mostram como essas duas instâncias frequentemente davam declarações diametralmente opostas para a imprensa. Por exemplo, ainda com relação à notícia acima, o juiz Aluísio Xavier prossegue:

Reafirmou acreditar que os chacinadores do padre Henrique não ficarão impunes, pois conta com a colaboração de toda a polícia pernambucana e do povo em geral, que anseia pelo desvendamento do crime.¹⁶⁷

A notícia acima, intitulada *Magistrado volta a afirmar que autores da morte do padre serão punidos* foi publicada, como foi mencionado, no dia onze de junho. No entanto, apenas três dias antes, tinha sido veiculada no mesmo jornal uma notícia intitulada *Policiais admitem que morte do padre não será esclarecida* que, em determinado trecho, afirmava, ao contrário da declaração do juiz Aluísio Xavier:

¹⁶⁴ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Apreensão de rural não é de conhecimento da Comissão*. 11/06/1969, pág.8.

¹⁶⁵ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Polícia prende pintor no curso das diligências sobre a morte do padre*. 17/06/1969, capa.

¹⁶⁶ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Magistrado volta a afirmar que autores da morte do padre serão punidos*. 11/06/2006, pág. 8.

¹⁶⁷ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Ibid.* Pág.8.

Treze dias após a morte do padre Antonio Henrique e, até agora, a polícia não sabe quem assassinou o sacerdote, nem dispõe de qualquer pista para elucidar o crime da Cidade Universitária.

Alguns agentes chegaram a admitir que o crime não terá solução, pois não encontraram fatos positivos para esclarecê-los¹⁶⁸.

Os trechos das notícias citadas acima mostram os conflitos entre a polícia e a justiça. Mas esses conflitos também eram travados em outras frentes. Por exemplo, o setor da Igreja Católica mais próximo a dom Hélder Câmara e que não tinha espaço nos jornais, se utilizava dos Boletins Arquidiocesanos, que também tinham uma considerável circulação entre os católicos, para colocarem as suas opiniões. Utilizavam o espaço ora para fazer determinadas denúncias quanto aos rumos do processo e na maioria das vezes respondendo e denunciando as notícias publicadas nos jornais locais e nacionais. Esses Boletins serão analisados de forma mais detida, mas um exemplo é um trecho do Boletim Arquidiocesano do dia 27 de junho de 1969:

O enviado especial de “O Estado de São Paulo” ao Recife (vide edição de 3/6/69, pág. 7), cometeu leviandades, fez insinuações tendenciosas, e deturpou, quanto foi possível, os acontecimentos. Insistiu na tecla de um crime passionnal. Faz afirmações gravíssimas, inclusive aludindo a “um líder católico conhecido e respeitado por sua seriedade”, o qual teria tirado conclusões contra o sacerdote vitimado. Fazemos votos de que não haja leviandades. Respeite-se a honra e o nome do morto, não criando explicações apressadas para um crime horrendo e esperando que se esclareça a verdade. E, se se trata de um líder responsável, apresente-se à arquidiocese para ajudá-la.

Contra tais leviandades surge o testemunho de numerosas famílias do nosso meio e da juventude a quem o Pe. Henrique consagrou sua vida, claro que com as virtudes e os defeitos e limitações comuns a todos os homens.¹⁶⁹

Assim, ocorria com muita freqüência, a utilização do Boletim Arquidiocesano como um espaço para esse determinado setor da Igreja Católica responder a determinadas notícias que eles não concordavam.

Finalmente, um outro embate era travado entre a polícia e a família do padre Henrique. Inicialmente repudiando as afirmações de que o assassinato teria sido passionnal, em seguida a família começa a afirmar que também não acreditava que o crime teria sido cometido por usuários de drogas. Já no dia cinco de junho, um dia antes da instalação da CJI, uma notícia do Diário de Pernambuco afirmava: “A genitora do

¹⁶⁸ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Policiais admitem que morte do padre não será esclarecida*. 08/06/1969, capa.

¹⁶⁹ BOLETIM ARQUIDIOCESANO, 27/06/1969, pág. 4 e 5.

padre Henrique, Sra. Isaíras Pereira, não crê que seu filho tenha sido vítima de elementos

viciados em entorpecentes”.¹⁷⁰

Portanto, a mudança de significado foi se dando em consequência desses conflitos e de forma gradual, com idas e vindas, entre os dias três e dezenove de junho quando a polícia prende um estudante de economia e o coloca como principal suspeito do assassinato. A partir daí, a polícia vai passar a insistir que o crime teria sido praticado por usuários de drogas ao mesmo tempo em que, de diversas formas, tentava afastar as suspeitas de que o crime teria sido político. É interessante perceber que alguns agentes da polícia, que há pouco tempo afirmavam que o crime era passional e que os assassinos não seriam descobertos, passam então a afastar totalmente a hipótese do crime passional afirmando que o padre Henrique era uma pessoa “muito honrada” assim como volta a afirmar que os assassinos seriam encontrados.¹⁷¹ O padre Henrique, por sua vez, passa a ser descrito como “adstrito aos deveres de sacerdote”, mas ingênuo, ao tentar recuperar viciados em drogas. É preciso lembrar que no final da década de 1960 e início da década de 1970 os usuários de drogas, taxados de toxicômanos, eram completamente marginalizados. Sob o regime militar, as notícias se referiam à maconha, por exemplo, como uma droga extremamente perigosa. A primeira notícia que mostra um funcionário da polícia afirmando que o crime teria sido praticado por usuários de drogas aparece no dia três de junho de 1969:

O delegado de Homicídios, Sr. Artur Rodrigues, admitiu, ontem, em conversa informal com a imprensa, que o padre Antonio Henrique Pereira Neto, assassinado na madrugada do dia 27 último, teria sido vítima de algum toxicômano ou de um grupo de viciados em psicotrópicos.

A opinião do delegado se fundamenta na possibilidade de o grupo da “bolinha”, sob o efeito o tóxico, ter eliminado o padre quando este, no seu trabalho de evangelização junto aos jovens, tentou aproximar-se dos viciados, com o intuito de encaminhá-los para o bem e recuperá-los.

Por outro lado, disse o Sr. Artur Rodrigues que não crê no crime político, uma vez que o sacerdote não possuía nenhuma ideologia ou facção, muito embora fosse um homem de vasto círculo de amizades, e com atuação na sociedade.

Informou o secretário da Segurança Pública que a “Polícia está atacando os mais variados setores para descobrir quem assassinou o padre Antonio Henrique”. Disse, a seguir, “que vamos descobrir” e para isto contamos com a colaboração de competentes policiais, que dia e noite buscam chegar aos autores do crime”.¹⁷²

¹⁷⁰ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Genitores do padre acreditam que crime tem origem política*. 05/06/1969, capa.

¹⁷¹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Agente crê que logo será descoberto o assassino*. 17/06/1969, pág. 8.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Delegado admite que toxicômanos teriam eliminado o padre Henrique*. 03/06/1969. Primeiro Caderno, Pág. 8.

Nota-se uma mudança importante: no momento em que se acusam usuários de drogas de terem cometido o assassinato, sejam os agentes policiais ou os membros da Secretaria de Segurança Pública se pronunciam abertamente, como mostra a notícia acima, com relação ao delegado de homicídios Artur Freitas. Na medida em que a polícia altera o significado do crime, automaticamente é alterada a forma como o padre Henrique era descrito. Isso é um aspecto muito importante, pois, na medida em que a polícia insistia no crime passional isso causava uma reação contrária muito forte tanto por parte da família do padre como por parte da Igreja Católica, pois desqualificava completamente o padre Henrique. No momento em que se afirma que foram os usuários de drogas que cometeram o assassinato, se consegue afastar o crime político ao mesmo tempo em que se preserva a “integridade moral” do padre Henrique. Ele é descrito como um sacerdote exemplar que teria cumprido um dever de ordem elevada ao tentar recuperar jovens viciados em drogas. A notícia abaixo nos fornece outro exemplo, dessa vez com a fala do Secretário de Segurança Pública, membro das Forças Armadas, o general Adeodato Mont’Alverne:

O secretário da Segurança Pública, general Adeodato Mont’Alverne, conversando informalmente na tarde de ontem com alguns jornalistas sobre o crime de que foi vítima o padre Antonio Henrique Pereira Neto, ocorrido no dia 27 de maio último, admitiu que o sacerdote foi vítima de um grupo de elementos de maus antecedentes morais, achando que dentre estes poderia existir viciados em psicotrópicos.

Esta foi a primeira vez que o titular da Segurança Pública opinou sobre a morte do padre Henrique Pereira Neto. Sobre a motivação política ou passional do crime, afirmou que não acreditava em nenhuma das duas hipóteses, pois na sua opinião a vítima não exercia qualquer trabalho de natureza política e, por sua vez as características como o sacerdote foi morto não induz a essas conclusões.

Acrescentou o general Mont’Alverne que se a vítima tivesse, porventura, algum inimigo que discordasse da sua atuação pastoral, não o mataria da maneira como o padre foi encontrado.

Em tais crimes, disse, a morte geralmente ocorre sem caracterização de violência e brutalização. Assim, o general Mont’Alverne não encontra motivação para o homicídio político.

Sobre os motivos passionais que teriam causado o trucidamento do padre, afirmou o secretário discordar dessa suposição, em face da honorabilidade do sacerdote, que tinha vida limpa e correta. Informou, por outro lado, acreditar que sejam descobertas as causas e os autores do crime. Lembrou a propósito, a descoberta do misterioso assalto ocorrido na Delegacia Regional do IPASE, no qual estiveram envolvidas várias pessoas, dentre elas algumas de grande influência na Paraíba.¹⁷³

¹⁷³ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Secretário de Segurança admite que viciados tenham eliminado o*

sacerdote. 13/06/1969. Primeiro Caderno, Pág. 8.

Nessa notícia, o Secretário de Segurança Pública afirma que acredita que teriam sido os drogados que teriam assassinado o padre Henrique. Ele afasta a hipótese do crime político afirmando que o trabalho do padre Henrique não era de natureza política. Essa é uma afirmação que vai ser usada exaustivamente pela polícia e que vai ser bastante combatida pela Igreja Católica afirmando que o seu trabalho junto aos jovens era um trabalho de conscientização política. Finalmente, o General Mont'Alverne afasta a hipótese do crime passional por afirmar que o padre tinha uma vida “limpa e correta”.

É acusando os drogados pelo assassinato que a polícia vai prender, já no dia vinte de junho, o estudante Rogério Matos do Nascimento. Juntamente com ele, foram presos sua namorada, Elisabete Ribeiro, o pintor Jorge Tavares¹⁷⁴ e o estudante Pedro Jorge Bezerra Leite. Só Rogério foi levado a julgamento, sendo libertado quatro anos depois, em 1973, pelo desembargador Augusto Duque sob a alegação de falta de provas.¹⁷⁵ O jornal, provavelmente de forma intencional, não deixa claro como a polícia teria chegado à Rogério Matos. Sabe-se apenas que era um ex-estudante de economia da Universidade Católica de Pernambuco e que já havia trabalhado como informante do Dops.

Finalmente, assinalamos a insistente tentativa, já nesse segundo momento, de se formar um padre Henrique apolítico, com o objetivo de se afastar a hipótese do crime político. Vale ressaltar também que, apesar de os jornais apontarem conflitos entre a polícia e a Comissão Judiciária de Inquérito, o relatório desta última (que será analisado detidamente no quarto capítulo) estava em total acordo com o que a polícia vinha dizendo nos jornais: um crime que não foi em nenhuma circunstância político ou passional e que foi cometido por usuários de drogas, entre eles Rogério Matos do Nascimento. A notícia abaixo traz declarações do vereador Wandenkolk Wanderley, que era muito ligado aos militares e à extrema direita. A notícia é do dia quatro de julho de 1969 e foi publicada no Diário de Pernambuco:

¹⁷⁴ O pintor Jorge Tavares foi assassinado em 1978 numa briga em um bar chamado “Bar da Índia” no bairro de Piedade. Apesar de D. Isaías alegar que o assassinato do pintor estava ligado ao caso do padre Henrique, não foi provada uma ligação entre os dois acontecimentos. ¹⁷⁵ Não interessa para a dissertação analisar a trajetória de Rogéria Matos do Nascimento, mas apenas seus discursos com relação ao crime. No entanto, é válido assinalar que durante o período que estava sendo investigado como autor do assassinato do padre Henrique foram abertos sucessivos processos contra ele: um de estupro de uma jovem chamada Zilda Maria Lima que já havia sido arquivado; outro por agressão ao advogado da família da vítima Fernando Tasso que foi esbofetado no rosto durante um dos interrogatórios e, finalmente, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional por desacatar juízes e promotores durante uma das audiências. Após ser solto em 1973, não deixaram de aparecer notícias de Rogério Matos se envolvendo em agressões e porte de armas e drogas e

até um outro assassinato.

O vereador Wandenkolk Vanderley, prefeito do Recife em exercício, afirmou ontem esperar que novas investigações se realizem, a fim de que fique completamente esclarecido o assassinato do padre Henrique e os responsáveis sejam apontados à Justiça.

Com a sua experiência de antigo policial, e em face das circunstâncias como ocorreu o crime, não acredita o senhor Wandenkolk na motivação política para o fato. “Padre Henrique não era político, nunca foi agitador nem desenvolvia atividades subversivas. Sua morte, portanto, não pode ter sido de autoria de gente interessada em política, como se deseja apregoar”, comentou o prefeito em exercício, manifestando sua esperança de que futuras sindicâncias possam esclarecer definitivamente o caso, para desespero dos “padres progressistas, tão interessados em promover agitação à base desse crime”.

Elogiou ainda o senhor Wandenkolk Wanderley os trabalhos realizados pela Comissão Judiciária de Inquérito presidida pelo juiz Aluísio Xavier, com assistência do promotor Rorinildo Leão, dizendo que esse órgão sindicante fez tudo o que podia fazer considerando as suas limitações e a pressão do prazo em que atuou, o feliz desempenho de sua atuação. “Conseguiu a CJI realizar um trabalho apreciável recolhendo indícios e levantando provas para a elucidação do crime”.¹⁷⁶

Analisando o discurso de Wandenkolk Wanderley percebemos como ele é alinhado ao discurso dos policiais como o elogio à Comissão Judiciária de Inquérito, a crítica aos padres progressistas e a insistência na apoliticidade do padre Henrique e do crime. Ele inicia a sua fala dizendo que gostaria que novas investigações fossem feitas “a fim de que fique completamente esclarecido o assassinato”. Ou seja, o assassinato estaria esclarecido, faltando apenas o fim das investigações. Mas na frente, Wandenkolk afirma que “não acredita na motivação política para o fato”, pois “o padre Henrique não era político, nunca foi agitador nem desenvolvia atividades subversivas. Sua morte, portanto, não pode ter sido de autoria de gente interessada em política, como se deseja apregoar”. Finalmente, elogia a Comissão Judiciária de Inquérito dizendo que ela fez tudo o que estava a seu alcance. E ele ressalta sua “experiência de antigo policial” falando, dessa forma, como alguém que entende do assunto e não como um leigo.

A análise de alguns discursos de pessoas ligadas ao Estado, mostra que a explicação para o crime, assim como a descrição do padre Henrique, passou por sucessivas mudanças. Ou seja, após o crime esses indivíduos ligados ao aparato repressivo do Estado não tinham uma idéia definida sobre o assassinato. Como foi dito acima, essa idéia foi se formando gradualmente a partir do embate que era travado com outros grupos, como a Igreja Católica ou a família do padre assassinado. Só para citar um exemplo, a Arquidiocese de Olinda e Recife respondeu prontamente à notícia acima

¹⁷⁶ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Padre não era sectário nem agitador e o crime não pode ter motivo político*. 04/07/1969. Primeiro Caderno, Pág. 8.

que trazia a fala do Wandenkolk Wanderley no Boletim Arquidiocesano do dia seis de junho:

Padre Antonio Henrique tem recebido referências póstumas elogiosas de pessoas que surpreendem... É fácil da atestado de boa conduta depois da morte. Mas acontece que estes elogios merecem uma explicação. Padre Henrique não tinha vinculações com partidos políticos. Mas realizava um trabalho de formação política da juventude, o que muito incomoda, nos tempos de hoje. Há uma intenção visível de desviar a atenção da versão política que transparece no decorrer do relatório já apresentado. Este trabalho de inquérito vai, decerto, continuar para que não fiquem pairando as sérias dúvidas que a este respeito foram levantadas. Reconhece-se que o padre morto não representava um perigo de natureza política. Mas, ao mesmo tempo, há ataques aos “padres progressistas” e ao Sr. Arcebispo. Haverá necessidade de outras mortes para se chegar à conclusão de que estas acusações são injustas e provocadoras das iras dos “radicais da direita”? E uma pergunta ainda: Quais são os “radicais da direita” e quais são as pessoas visadas por eles? O autor da declaração dá a entender que conhece bem o assunto. Diz não acreditar na existência do CCC. Não vale a pena insistir no problema da sigla. Mas existe uma série de fatos que denunciam a existência de “algo” dentro dos objetivos terroristas que vêm sendo postos em prática: depredações na Universidade Católica; pichamentos e atentados a bala aos prédios do arcebisado, no manguinho e na Rua do Giriquiti, e à residência do arcebispo, nas Fronteiras; o atentado ao estudante Cândido Pinto; os excessos de linguagem que aparecem, quase diariamente, na imprensa, em artigos, entrevistas, cartas e crônicas, e nas rodas de conversa, etc. Perguntamos também: outros atentados, verificados na cidade, são devidos a viciados ou devem ser incluídos neste programa de terrorismo?

Quanto o “desespero dos padres progressistas, tão interessados em promover agitação à base desse crime”, podemos afirmar que foi outra a atitude assumida, da parte da Arquidiocese. Tem havido muita paciência: houve proibição, nos primeiros dias, de noticiar o crime, e de publicação de convites para funerais, deturpação dos fatos e divulgações ofensivas à memória do padre, etc. a população pode testemunhar

o cuidado que houve de evitar explicações e excessos. O clima dos funerais e as missas de 7º e 30º dia confirmam estas disposições das autoridades eclesásticas que contaram com o apoio eloquente do nosso clero, religiosos, religiosas e do povo em geral¹⁷⁷.

Essa nota do Boletim Arquidiocesano rebate as acusações do vereador Wandenkolk afirmando que o padre Henrique não era ligado a partido político, mas fazia um trabalho de formação política da juventude. Afirma que os “padres progressistas”, ao contrário do que o vereador afirmou, têm atuado de forma muito paciente. Finalmente, a nota do Boletim insere o assassinato num conjunto de atentados provocados pela direita e questiona quem seria visado pela direita, pois, se o vereador afirmava com segurança que o padre Henrique não o era, supõe-se então, que ele deveria saber quais eram os alvos desses “radicais”.

¹⁷⁷ BOLETIM ARQUIDIOCESANO. *Quem matou o padre Henrique*. 06/06/1969.

Muitas vezes percebe-se, já imerso no conflito, que algumas decisões foram

tomadas de maneira equivocada, forçando uma mudança de estratégia. Foi isso provavelmente o que aconteceu com alguns setores do Estado: elaboraram significações que tiveram que ser alteradas de acordo com o ritmo das lutas. Dessa forma, podemos perceber duas etapas tanto nas significações dadas ao assassinato quanto na descrição do padre Antonio Henrique Pereira Neto: num primeiro momento um padre Henrique que possuía amantes, juntamente com um significado passional para o crime; e num segundo momento, numa insistência em afastar uma hipótese política para o crime ou mesmo qualquer relação com dom Hélder, um padre Henrique ingênuo e apolítico que teria tentado ajudar viciados em drogas e por isso havia sido assassinado.

IV

A significação dada pelos familiares do padre Henrique, também passou por mudanças. A voz mais ativa nessa rede era sem dúvida a da mãe do sacerdote, a D. Isaíras Pereira, que nos vinte anos seguintes ao assassinato, lutou pela descoberta e punição dos autores do assassinato. Essas pessoas, para ela, eram os agentes da Secretaria de Segurança Pública e ela acusou mais de uma vez e de forma direta o chefe do Departamento de Investigações Bartolomeu Gibson, assim como o policial Rivel Rocha. Após quase dez anos de luta sem conseguir prender os assassinos do seu filho, ela entrou na universidade em 1978 para estudar direito acreditando assim teria mais meios para punir os culpados.

É importante perceber que as acusações de D. Isaíras contra a polícia foram se tornando, gradualmente, mais incisivas. Inicialmente, a imprensa publicou que a família dizia não saber o motivo do assassinato:

Os pais de padre Henrique, Sr. José Henrique Pereira Neto e Sra. Isaíras Pereira da Silva, não tem nenhuma idéia sobre os motivos que provocaram o assassínio do sacerdote. Ambos informaram que ele não possuía inimigos, era um bom padre, um filho excelente e amigo de todos que o procuravam, principalmente estudantes, professores e pessoas outras que sempre iam à sua procura para a solução de seus problemas.

Dona Isaíras disse que pode invocar o testemunho das famílias conhecidas do sacerdote, para provar que ele nunca praticou nenhum mal a ninguém, para merecer o que fizeram com ele.

Ele era, por índole e vocação, um autêntico sacerdote. Vivía para o sacerdócio, pregando o Evangelho. Sua ocupação era ensinar Psicologia, que aplicava em testes no Juvenato Dom Vital, sede da Cúria Metropolitana. Ensinava também Educação Moral e Cívica no Ginásio Municipal e de manhã à noite.

Percebe-se já nessa notícia a forma como o padre Henrique é descrito pela sua família, como no seguinte trecho:

[...] Ambos informaram que ele não possuía inimigos, era um bom padre, um filho excelente e amigo de todos que o procuravam, principalmente estudantes, professores e pessoas outras que sempre iam à sua procura para a solução de seus problemas.

Dona Isaíras disse que pode invocar o testemunho das famílias conhecidas do sacerdote, para provar que ele nunca praticou nenhum mal a ninguém, para merecer o que fizeram com ele.

Ele era, por índole e vocação, um autêntico sacerdote. Vivia para o sacerdócio, pregando o Evangelho [...] ¹⁷⁹.

Ou seja, “não tinha inimigos”, “bom padre”, “filho excelente”, “amigo de todos” e “autêntico sacerdote”. Em resumo ele foi descrito pela família como um ser humano extraordinário que era bom para todos e não fazia mal a ninguém.

Um segundo ponto importante de mencionar é como, a significação dada ao crime pela família vai se estruturando de forma dinâmica na luta contra as explicações dadas pelo aparato repressivo. A partir do momento que surge o crime como tendo sido cometido por viciados em drogas, o discurso da família se limita apenas a refutar essa construção como na notícia abaixo, do dia dezoito de junho de 1969:

Os familiares do padre Antonio Henrique Pereira Neto voltaram a reafirmar ontem que não acreditam na hipótese de elementos viciados em psicotrópicos terem eliminado o sacerdote, justificando a informação no fato de o padre ter tido ligações com grupos de toxicômanos.

Informou a mãe da vítima, Sra. Isaíras Pereira, que se alguma vez o seu filho procurou algum viciado para ministrar conselhos ou ajudar a recuperá-lo, não era do seu conhecimento, pois o trabalho que ele desenvolvia exigia ética profissional.

Todavia, acrescentou que tinha absoluta certeza de que o padre Henrique, ao conversar com os jovens, procurava em seguida os pais dos mesmos, no sentido de aconselhá-los sobre os problemas que os afetavam. Isto servia para um trabalho que realizava em conjunto com os pais em reuniões nas quais procurava sempre aproximar os mais velhos dos mais moços.

Sobre as últimas prisões de elementos que estariam envolvidos na morte do seu filho, muitos deles viciados em psicotrópicos, disse aquela senhora que não os conhecia, mas acreditava que não teriam sido eles os autores do crime. Admitiu, contudo, que se a Comissão os prendeu, era porque havia alguma justificativa para isso. A mãe do sacerdote reafirma que se uma “gang” de viciados tivesse assassinado

¹⁷⁸ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Genitores do padre Henrique não têm qualquer idéia sobre os motivos do crime*. 30/05/1969. Primeiro Caderno, Pág. 8.

¹⁷⁹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Op. Cit.* 30/05/1969. Primeiro Caderno, Pág. 8.

o padre, teria de matar também os policiais que a prenderam e até mesmo os médicos e psiquiatras, pois os consultórios estão cheios de toxicômanos, disse.

Além da refutação de que o crime teria sido praticado por usuários de drogas, a notícia acima reforça a descrição de um mártir. No final da notícia, onde a família agradece as homenagens prestadas ao padre Henrique, ela afirma que ele “doou a vida como prova de amor”.

A explicação do assassinato com tendo uma origem política, praticado pelo aparato repressivo do Estado com o intuito de atingir dom Hélder Câmara se dá alguns meses depois. Essa significação fica clara em fins de setembro quando dona Isaíras é interrogada pelo juiz Francisco de Sá Sampaio durante as investigações:

A mãe do padre Antonio Henrique disse, ontem, ao juiz, com amargura, que a polícia não demonstrou, até agora, nenhum interesse em esclarecer o assassinio do seu filho. Dos contatos que teve com vários policiais, o único que demonstrou interesse honesto em descobrir os assassinos do sacerdote foi o investigador Raimundo Ferreira da Silva, segundo dona Isaíras Pereira.

Ela acredita, sem nenhuma dúvida, que a polícia pode ter determinado a eliminação do sacerdote, usando, para tal fim, elementos ligados aos maconheiros. O motivo para tal crime, disse, seria o fato do seu filho ser muito ligado a dom Hélder Câmara e a polícia “implicar” com o arcebispo.

Como mãe do sacerdote, ela nunca notou alguma atitude que pudesse comprometer a integridade moral do seu filho, nem observava qualquer tensão nele, com referência aos possíveis perigos advindos da sua obra evangelizadora. Somente depois de sua morte é que veio a saber que ele recebera uma carta e um telefonema, em nome do CCC, advertindo-o de que parasse com o seu trabalho, para não vir a se arrepender.

Dona Isaíras acusou o Sr. José Bartolomeu Gibson, diretor de investigações, de estar sendo conivente com o assassinio do seu filho, tentando acobertar os autores do crime. Disse haver chegado a essa conclusão diante das informações prestadas por diversas pessoas, entre as quais o próprio Rogério, de que aquela autoridade estava tentando uma maneira de incluir o jovem Adolfo, irmão do padre Henrique, no rol dos maconheiros. Para ela, essa atitude só se explica no fato de querer o senhor Gibson salvar algum amigo seu, implicado no crime, pondo Adolfo no lugar desta pessoa [...].¹⁸¹

Essa significação vai se delineando melhor e ganhando mais força com o passar dos anos, conforme mostraram várias notícias. As acusações vão se tornando cada vez mais direcionadas aos policiais da Secretaria de Segurança Pública.

¹⁸⁰ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Família não acredita que toxicômanos tenham assassinado o padre Henrique*. 18/06/1969, Pág. 8.

¹⁸¹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Dona Isaíras diz que Polícia não mostra interesse em descobrir matadores do padre*. 30/09/1969, Primeiro Caderno, Pág. 8.

É importante ressaltar que Ernesto Geisel, eleito em 1974, inicia uma política de liberalização do regime. Quando ele é eleito presidente, o aparato repressivo do Estado

estava no auge do seu poder, se colocando de forma paralela ao Estado. A oposição estava completamente aniquilada, o partido de oposição legal estava fragilizado e desarticulado e o crescimento econômico dos últimos quatro anos havia angariado um considerável apoio da classe média ao regime.

Nessa nova etapa, que Alves denominou como a terceira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional, o presidente achava que o Estado precisava encontrar novas maneiras de se legitimar. A economia estava preste a entrar num longo declínio e o novo presidente foi buscar essa legitimidade numa liberalização controlada. Para isso, Geisel e o seu grupo de colaboradores mais íntimos que eram o general Golbery do Couto e Silva, o general João Baptista Figueiredo e o seu assessor Heitor Ferreira tiveram vários problemas, pois precisavam enfrentar, de um lado, os setores do exército ligados à comunidade de informações que não queriam a abertura e, por outro, a oposição, que procurava acelerar a abertura.

Isso levou Geisel a enfrentar um complicado jogo de relações de força e o levou a tomar alternadamente medidas de repressão e medidas de liberalização. Por um lado, ele precisou fechar o congresso por mais de uma vez, cassar parlamentares e controlar o sistema eleitoral; por outro lado, ele revogou o AI-5, e demitiu generais da linha-dura mandando-os para a reserva, como foi o caso do general Ednardo D'Ávila Melo comandante do DOI-CODI de São Paulo e do Ministro do Exército general Sylvio Frota.

Portanto, os anos de 1974 a 1978 foram marcados por uma gradual abertura do regime, pela reestruturação da oposição (incluindo a adesão de novos canais de oposição legal com associações como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa) e por graves conflitos no interior do Estado. Ao fim do seu governo, Geisel deixou para o seu sucessor uma difícil situação: sem os mecanismos para controlar os conflitos do Estado com a revogação do AI-5, existia uma grave crise econômica e uma oposição bem organizada.

Com a abertura política, portanto, a família do padre Henrique passou a ter mais espaços nos jornais. As acusações contra a Secretaria de Segurança Pública aumentaram e os policiais civis, por sua vez, passaram a ter menos espaço passando a ocupar uma posição defensiva. Dessa forma, podemos perceber a partir de 1975 até 1986 notícias intituladas: “D. Isáias aponta novos implicados”¹⁸² ; “Mãe do padre Henrique culpa diretor do Dops”¹⁸³ ; “Pe. Henrique: mãe aponta 5 dos envolvidos”¹⁸⁴ ; “D. Isáias aponta os matadores do padre Henrique”¹⁸⁵ ; “Mãe do padre Henrique volta a acusar a polícia”¹⁸⁶ .

Como foi mencionado acima, o que é percebido na análise dos discursos da família do padre Henrique é que a explicação do assassinato não variou muito, mas foi ganhando força e radicalidade com o passar dos anos. Para a família, sobretudo D. Isaíras, mãe do sacerdote, desde o princípio o crime teria sido político e cometido com o objetivo de atingir o bispo dom Hélder Câmara.

V

A Igreja Católica em Pernambuco praticamente não utilizou o espaço dos jornais para se manifestar. Como salientou Carlos Fico, dom Hélder Câmara era uma das preocupações obsessivas da comunidade de informações e juntamente com ele, nenhum setor ou membro da Igreja ligada a dom Hélder teve espaço nos jornais para explicar o crime. Mas, por outro lado, esse mesmo setor ligado a dom Hélder, apesar de censurado, optou por uma postura mais discreta, se limitando a responder acusações ou a fazer críticas nos Boletins Arquidiocesanos.

Não se pode deixar de mencionar essa opção postura adotada pela Igreja Católica no caso do assassinato do padre Henrique. Essa moderação não foi monolítica, mas algo pensado e debatido em incansáveis reuniões onde havia, de um lado, padres que defendiam a limitação das suas atividades às missas e à sacristia e, por outro lado, padres que defendiam uma atuação mais enérgica e mais presente nas ruas. Existiam também, os moderados, entre os quais o arcebispo dom Hélder Câmara.

O professor Severino Vicente da Silva, na época do assassinato era aluno do ITER e relembra uma reunião que houve no Giriquiti. Esse prédio, segundo Severino Vicente da Silva era uma verdadeira central das atividades sociais e das atividades normais da Igreja. Essa reunião ocorreu no mesmo dia do crime, no final da tarde:

¹⁸² Diário de Pernambuco, 29/01/1975, capa.

¹⁸³ Diário de Pernambuco, 29/01/1975, Primeiro Caderno, Pág. 11.

¹⁸⁴ Diário de Pernambuco, 05/11/1975, capa.

¹⁸⁵ Diário de Pernambuco, 05/01/1975, Primeiro Caderno, Pág. 12.

¹⁸⁶ Diário de Pernambuco, 09/01/1979, Caderno A, Pág. 15.

A gente estava o tempo todo lá, né? Então no final da tarde, nesse mesmo dia da morte dele, então o que fazer? Havia uma consternação muito grande. Grupos de padres alguns diziam: “ta vendo, o que acontece?” eram diferentes grupos e as pessoas apareceram [...] Dom Hélder estava o dia todo rodando, e ele apareceu nessa reunião, a

partir das 3 horas, nessa reunião estava dom Hélder, dom Lamartine, bispo auxiliar, Reginaldo estava, estavam presentes todos os superiores religiosos, veio o superior franciscano, beneditino, toda a elite.¹⁸⁷

Com relação ao funcionamento da reunião, ele afirma:

Veja bem, os padres são organizados, tem aquelas coisas, mas eles são organizados. “Vamos parar para escutar” fala fulano, fala beltrano, então vamos aos informes, o que é que está acontecendo, e tem sempre muita gente que chega, e quem chega, veio de tarde e não veio pela manhã então se repete tudo novamente. Mas nesse momento todo mundo já sabia as circunstâncias que ele foi morto, torturado. Eu acho que desde o primeiro instante todas as pessoas tinham consciência de que ele não havia sido torturado ali, ele havia apanhado em outro canto, e foi levado ali para morrer. Há descrições da morte dele, de como ele sofreu para morrer, que segurou no capim... Essas coisas todas que foram ditas, e que eram ditas e reditas. Depois veio o depoimento de dom Penido, abade do Mosteiro de São Bento, que era médico, que acompanhou a autópsia, e fez o relato, de como ele sofreu, de como ele foi torturado, do que devíamos fazer. Então se discutiu o teor da nota que devia sair, alguns achavam que devia ser de violência, e dom Hélder acalmava, e uns padres de tradição americana, canadenses, estrangeiros, esses tinham, se sentiam como missionários. As discussões sobre os martírios, sobre as bem aventuranças que estavam se realizando, essas coisas todas, e ao mesmo tempo o que fazer, se discutia onde vai ser o funeral, onde ele vai ser enterrado, onde vai ser velado. Então essas decisões foram tomadas naquele local.¹⁸⁸

O padre José Edwaldo Gomes, hoje padre da Matriz de Casa Forte, em seu depoimento também rememora as reuniões que ocorrera após o crime e como ela expunham a forte divisão que existia na Igreja:

Eu me lembro que houveram muitas reuniões e a morte do Henrique chocou muito a gente. A luta devia continuar, afinal de contas sabíamos o que estávamos fazendo e porque fazíamos. Não fazíamos nada com a intenção de tornar o Brasil pior. Agora, como fazer? Como fazer sem nos expormos tanto? Como driblar essa opressão? Era mais nessa linha, da prudência, como deveríamos fazer, entendeu? De evitar excessos, não facilitar para os militares que não tinham condescendência nenhuma [...] Dom Hélder sempre participava dessas reuniões. Não só ele participava como ele estava pronto a participar. Dom Hélder foi muito disponível e era uma um força moderadora, é bom dizer isso. Dom Hélder era uma força moderadora. Havia padres que pressionavam muito mais. Esses padres jovens que vieram do exterior pra cá e vieram com esse espírito de trabalhar com os pobres e para os pobres, entendeu? Padres americanos, padres italianos, padres

¹⁸⁷ Depoimento de Severino Vicente da Silva concedido no dia 14 de novembro de 2006 às 15 horas na Universidade Federal de Pernambuco.

¹⁸⁸ Depoimento de Severino Vicente da Silva concedido no dia 14 de novembro de 2006 às 15 horas na Universidade Federal de Pernambuco.

franceses. Nós tínhamos aqui uma plêiade de padres jovens vindos de fora que vieram atraídos pelo bispo dom Hélder Câmara, entendeu? Esses padres vieram com a disposição de dar tudo, até a própria vida e havia quem dissesse, por

exemplo, “olha, pode me prender, pode fazer o que quiser, só não me bote para voltar para o meu país”, entendeu? E eles vieram para cá com um espírito diferente. Esses padres eram muito autênticos. Nós tivemos um clero, no bom sentido, revolucionário.¹⁸⁹

Essas reuniões sobre que postura a Igreja devia adotar atenuava seus conflitos internos. Como afirma ainda o padre Edwaldo,

Da mesma forma que entre os militares, eu não vou dizer a você que todos os militares tinham a mesma mentalidade e a mesma cultura. Não. Devia existir militares que realmente tinham outra visão. Eu mesmo conheci oficiais que pensavam diferente, agora eles não tinham coragem de se expor, porque eles sabiam que se o fizessem eles estavam lascados [...] Assim também era o clero. Eu não vou dizer que os padres todos estavam politizados e estavam preparados para isso. Havia alguns padres mais de sacristia como eles gostavam que fosse porque eles diziam que lugar de padre era na Igreja e na sacristia, se eles pudessem eles tinham reduzido a gente a isso. Então havia padres que se contentavam com suas celebrações, suas missas, com os trabalhos de Igreja, com as devoções populares. Dom Hélder foi um estímulo muito grande e dom Hélder teve um clero que foi muito presente a ele, mas veja você também que entre nós também haviam os conservadores. Tanto é verdade que houveram alguns bispos que se misturaram com os militares.¹⁹⁰

Dessa forma, existiu um conflito dentro da Igreja Católica sobre que postura ela deveria tomar com relação ao assassinato do padre Henrique. Isso foi discutido em diversas reuniões e nesse jogo de forças o que prevaleceu foi a posição moderada do arcebispo dom Hélder Câmara. Essa posição não é uma novidade na Igreja Católica onde, em conflitos passados, adotou diversas vezes uma posição conciliadora, diplomática. Poderíamos afirmar que o arcebispo de Olinda e Recife optou por uma atitude mais de “estadista” do que de uma pessoa comum que havia perdido de forma violenta um amigo. A respeito dessa “prudência” da Igreja Católica com relação ao assassinato, Severino Vicente da Silva afirma,

Ela [a Igreja Católica] desenvolveu uma técnica, uma diplomacia. E a diplomacia da Igreja não é a do confronto, ela não vai ao confronto. Ela não vai provocar uma crise, uma guerra civil, não estava interessada nisso. A Igreja quer a solução do problema. Então as notas que saem são notas duras, claras, corajosas, mas nenhuma provocativa. Quando nós víamos o documento, muitas vezes ficávamos frustrados, porque não diz o nome das pessoas, porque todo mundo sabia quem era, mas porque

¹⁸⁹ Depoimento do padre José Edwaldo Gomes concedido no dia 22 de fevereiro de 2007 em sua casa, as 18 horas.

¹⁹⁰ Depoimento do padre José Edwaldo Gomes concedido no dia 22 de fevereiro de 2007 em sua casa, as 18 horas.

o documento não podia sair o nome de fulano que fez isso, porque não havia nenhum

documento que ele pudesse asseverar, então ele não assevera, que era uma prudência [...] Então tinha essa situação, ele tinha esse controle, esse cuidado de não dizer aquilo que não era possível ser provado, mas nunca arredou o pé da verdade. Nunca parou de dizer “olhe, tá claro a quem interessa isso, quem eram as pessoas interessadas”.¹⁹¹

Durante a pesquisa de todos esses anos, portanto, a Igreja só veio à imprensa defender o padre uma vez, com uma notícia no Diário de Pernambuco e outra no Jornal do Commercio. A do Diário de Pernambuco foi publicada no dia seis de junho de 1969:

A respeito da atuação e atividades desempenhadas pelo padre Antonio Henrique Pereira Neto junto à Arquidiocese do Recife, fontes do Juvenato Dom Vital informaram que a missão principal do prelado era a de anunciar, junto aos secundaristas e universitários de Pernambuco o Evangelho, freqüentando reuniões e refletindo com os jovens sobre seus problemas, buscando, juntamente com eles, “para estas dificuldades, uma porta de saída e um caminho para soluções”.

Uma dessas dificuldades, ao que consta, era a tensão das relações dos jovens com o mundo dos adultos: pais, professores. Nesse sentido, as preocupações do padre Henrique era de fazer dessas tensões uma ocasião de verdadeiro crescimento, tanto para os adultos como para os jovens. “Muitos são, hoje, pais, filhos e filhas que nos poderiam dar seu testemunho de que as reuniões muito os ajudavam a melhor se compreenderem e mais se amarem”, disseram.

“Uma outra dificuldade era a inquietação pelo futuro. É este um problema sério: os moços tem a vida pela frente e todos se perguntam com angústias sobre o que lhes trará o dia de amanhã. Neste campo, uma das preocupações do sacerdote assassinado era despertar nos jovens a fé, a esperança e a caridade – atitudes que, no final das contas, imprimem em nós o gosto de viver e nos tornam capazes de avançar sem medo pela estrada da vida. Muitos são, hoje, os jovens que devem ao padre Henrique um novo vigor em sua vida de fé, de esperança e de caridade”.

Informa a mesma fonte que o que animava o sacerdote neste trabalho não eram interesses mesquinhos “como procuraram insinuar. Nem apenas motivos mais elevados, de ordem política. Era principalmente seu amor aos jovens, ao Cristo que ele procurava encontrar nos jovens, pelo Evangelho”.¹⁹²

Nessa notícia, a Igreja, através de “membros do Juvenato Dom Vital” se limita a descrever o trabalho que o padre Henrique desenvolvia a frente da Pastoral da Juventude junto aos jovens. Enaltecia esse trabalho, dizendo que ele fazia por amor e não por motivos político. As “fontes” do Juvenato Dom Vital não fazem acusações ou não procuram explicar os motivos do assassinato. No entanto, contribui para a descrição de um padre bastante empenhado em seu trabalho religioso. Esse significado se aproxima bastante daquele da família: um “padre Henrique-santo” àquele que “deu a

¹⁹¹ Depoimento de Severino Vicente da Silva concedido no dia 14 de novembro de 2006 às 15 horas na Universidade Federal de Pernambuco.

¹⁹² DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Igreja explica trabalho que padre Henrique executava*. 06/06/1969. Primeiro Caderno, Pág. 8.

vida pelo irmão”. A segunda vez que a Igreja vai à imprensa se dá alguns dias depois dessa primeira notícia, no dia vinte do mesmo mês:

O único comentário que o arcebispo de Olinda e Recife fez sobre o pedido de prisão preventiva para o estudante Rogério Matos do Nascimento, apontado como autor da morte do padre Antonio Henrique Pereira Neto, foi de que a Comissão Judiciária está agindo de boa-fé e que ainda dispõe dos 14 dias dentro do prazo que pediu para elucidar o crime.

Dom Hélder Câmara não quis comentar mais nada e passou o dia de ontem nos trabalhos de encerramento do encontro do Secretariado Nordeste II da CNBB.

A maioria dos padres que estão no velho seminário de Olinda não acreditam na versão de que foi a gang da bolinha que matou o padre Henrique, argumentando ser estranho que a violência dos viciados esteja voltada para líderes estudantis e religiosos. Os sacerdotes que se dizem crentes na boa-fé da Comissão Judiciária acham que deve ser vista com ceticismo a prisão do estudante Rogério Matos do Nascimento.¹⁹³

Já nessa notícia aparece uma declaração de dom Hélder Câmara, mas apenas elogiando o trabalho da Comissão Judiciária de Inquérito. Quem faz uma crítica ao trabalho dessa Comissão são “os padres do velho seminário de Olinda” que dizem não acreditar que o crime teria sido praticado por usuários de drogas. É importante lembrar que a Comissão Judiciária de Inquérito e a polícia, que a princípio eram para terem atuado conjuntamente, tiveram alguns atritos e atuaram de forma bem independente. Assim, muitas vezes a CJI era poupada, ao contrário da polícia. No entanto, como será analisado no quarto capítulo, o relatório final da CJI estava em total sintonia com o que a polícia vinha declarando durante as investigações, o que sugere um conflito que, no fim, foi vencido pela polícia.

O fato de quase não existir notícias que traziam declarações de pessoas ligadas à Igreja Católica ou a dom Hélder Câmara acerca do crime me chamou grande atenção. Como se sabe, nessa época dom Hélder já era visado pelo aparato repressivo tendo seu nome proibido de ser citado em jornais. No entanto, num caso como o do assassinato do padre Henrique, ele provavelmente teria tido espaço para falar de alguma maneira, mas o vazio deixado pela falta de suas declarações era surpreendente. Por esse motivo, fui procurar outras fontes documentais que pudessem me dar subsídios para analisar de que forma a Igreja Católica se colocou frente ao assassinato e como ela descrevia o trabalho desenvolvido pelo padre Henrique.

¹⁹³ JORNAL DO COMMERCIO. *Dom Hélder tem fé na Comissão*. 20/06/1969. Primeiro Caderno, Pág. 10.

Essa documentação foi encontrada nos Boletins Arquidiocesanos localizados na Cúria Metropolitana do Recife e no arquivo pessoal de Isaíras Pereira Padovan. Nesses boletins, em meio à programação de missas e homilias, o arcebispo de Olinda e Recife escrevia textos sobre o assassinato. Esses textos rebatiam determinadas acusações contra o padre Henrique, dom Hélder ou a própria Igreja, mencionavam o rumo que as investigações estavam seguindo, apontava as falhas evidentes existentes no processo, além de cobrar resultados. Assim, a Igreja Católica não se utilizou dos jornais, mas dos

Boletins Arquidiocesanos, onde ela tinha total espaço para escrever o que queria sem o risco de ser censurada. Transcrevo um dos textos escritos nesses boletins em fins de agosto de 1969, um pouco extenso, mas importante, pois aborda diversos pontos do caso:

Aos homens de boa vontade Comentários de dom Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife (Brasil), a propósito do trucidamento do Pe. Antonio Henrique Pereira Neto.

A 27 de maio p.p., nossa Cidade foi abalada pela notícia do bárbaro assassinato do Pe. Antonio Henrique Pereira Neto. A alguns pareceu estranho que a nota oficial da Arquidiocese denunciasse circunstâncias, que induziam a uma interpretação política do acontecimento. A Arquidiocese, tendo dito o que, em consciência, lhe pareceu necessário dizer, assumiu atitude de imperturbável discrição, enquanto se preparava e desenrolava o processo. Foi assim que:

- tomou conhecimento da proibição estranha de a Imprensa escrita ou falada, do Recife, noticiar o assassinato e convidar para o enterro e para a Missa. A Imprensa local só logrou falar quando já seria escandaloso demais silenciar, dada a repercussão mundial do crime de 27 de maio;
- observou o aparato militar excessivo e revoltante durante o enterro e por ocasião das Missas de sétimo e trigésimo dia;

- registrou com estranheza a notícia difundida pela Imprensa de que a Polícia Federal já no dia 30/05/1969 decidira não acompanhar o processo, por tudo indicar que não se tratava de caso político, mas de crime comum, possivelmente do caso passional (cfr. Jornal do Brasil e Diário da Noite – dia 30/05/1969);

- registrou, com satisfação, o pedido do Governador do Estado, para que o Tribunal de Justiça indicasse um Juiz e um Promotor para conduzirem o inquérito;

- registrou, com prazer, a designação, pelo Tribunal, do Dr. Aloísio de Melo Xavier e do Dr. Rorinildo da Rocha Leão, respectivamente, para Presidente e Promotor da Comissão Judiciária, incumbida de apurar “os fatos delituosos de que resultou o assassinato do Pe. Antonio Henrique Pereira Neto”;

- absteve-se de interferir, direta ou indiretamente, no processo, abrindo crédito total de confiança à Comissão Judiciária deixa aqui o testemunho de que o presidente e o Promotor corresponderam à confiança neles depositada e registra a competente e dedicada assistência dos Advogados Fernando Tasso de Souza e Jorge Tasso de Souza.

Chegou a hora de comentar pontos que parecem falhos e de denunciar fatos, sem cuja apuração estaremos longe de atingir o âmago dos acontecimentos.

A Comissão Judiciária repeliu como “totalmente destituído de fundamento” (Item VII, de seu relatório) o sentido do crime passional, que era a pista perseguida pelos meios policiais, no Inquérito que antecedeu o surgimento da aludida Comissão, como fora objeto de precipitado e parcial comunicado, feito através da Imprensa e do Rádio, como procedente da Polícia Federal.

Segund

o a Comissão Judiciária: “No curso das investigações revelou-se uma constante a conduta retilínea da vítima. Até a possibilidade de perversões foi objeto da perícia tanatoscópica, como se observa pela leitura da folha 182vs., tudo demonstrando normalidade”.

Declara, também, a Comissão que “o motivo político não se impõe nitidamente em face de ser a vítima apolítica, como foi salientado antes”. Afirma, ainda, que: “Tratando-se de um caso em que tudo indica tenha havido co-autoria, com prova indiciária e sem que o único indiciado haja confessado, precário se torna apontar, nesta altura das investigações, o real motivo do delito. Posteriores investigações policiais poderão facultar os meios necessários para a cabal elucidação da autoria e do motivo do homicídio. Há, no inquérito, depoimentos como o de Maria Helena Fagundes (fls. 291 a 293) que bem podem conduzir a uma solução definitiva do caso” (Item IX, do Relatório da CJI).

Infeliz mente, a

Comissão Judiciária não teve prorrogação de prazo, como era desejo de tantos, e foi objeto de comentários feitos pela imprensa, o que talvez tivesse tido importância decisiva.

No momento, estão em marcha diligências relativas ao único indiciado, Rogério Matos do Nascimento. Caso o juiz o pronuncie, terá Rogério que enfrentar o Júri.

Perdoe-nos a digna Comissão Judiciária se no seu próprio Relatório e em alguns fatos que passamos a lembrar, pensamos descobrir indícios claros de crime político.

As circunstâncias de o Pe. Antonio Henrique, pessoalmente, não ser político-partidário, não o exime de ter sido vítima de extremistas em vista de sua real atuação junto à juventude, num trabalho de conscientização que, por ser integral, não omitia o aspecto da formação política. Quem negará que um trabalho desta natureza é interpretado como perigo por muita gente? O crime poderia pretender amedrontar e fazer recuar os que se mostram decididos a exigir mudanças de estruturas, mudanças estas incômodas a privilegiados que não aceitam abrir mão de privilégios injustos e abusivos.

Diz a Comissão Judiciária no item IX de seu relatório: “Sempre houve a presunção de que o homicídio de que foi vítima o padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto tivera um motivo político, tanto que sempre foi associado ao atentado contra o estudante Cândido Pinto, ocorrido em abril deste ano”.

Estando em jogo vidas humanas, valho-me de um fato ocorrido na presença de dois homens responsáveis, cujos nomes não vacilarei em declinar perante Autoridades competentes: na manhã do dia cuja noite o estudante Cândido Pinto de Melo teve a medula seccionada por balas, encontraram-se os aludidos senhores, no escritório de um deles, com o investigador Luís Miranda.

Falando-se sobre estudantes, o Investigador comentou que a alma danada de toda a agitação estudantil era o aludido Cândido e acrescentou que já estava encarregado de caçá-lo. Tendo surgido o comentário de que cassação era medida privativa do Presidente da República, o Investigador esclareceu que se tratava de outra caça.

No dia seguinte, o atentado selvagem foi noticiado em pequena nota pela Imprensa. A propósito, houve entre as duas referidas pessoas troca de telefonemas, lembrando o diálogo da véspera.

Se o relato é fiel, como não convidar o Investigador Miranda a explicar a coincidência gravíssima entre o anúncio da “Caça”, feito à pessoas de todo responsáveis, e a “caça” trágica de que foi vítima o estudante Cândido?

É grave, a respeito deste crime, o depoimento da Srta. Rizoleta Cavalcanti Pereira de Souza.

Será que o conhecem as Autoridades competentes? E como explicar que um Inquérito, com o prazo máximo de trinta dias para remessa ao Juízo competente, esteja presentemente contando com mais de 120 dias de não-remessa?

Atente-se para o fato de que a Comissão Judicial de Inquérito teve no caso do Pe. Henrique o seu tempo delimitado em obediência ao que preceituam os dispositivos legais, muito embora, como salientou o Relatório final, estivesse na pista do esclarecimento definitivo. Será que somente os magistrados estão obrigados a cumprir a Lei?

É sabido que Cândido, no dia mesmo do atentado que foi vítima, recebeu, pelo telefone, a ameaça de que não chegaria íntegro em casa, pois “ao menos uma perna deixaria na rua”.

Como esquecer a coincidência de, poucas horas antes do que ocorreu a Cândido, - ter sido alvejado o Juvenato Dom Vital (local em que trabalhava o padre Antonio Henrique), havendo os assaltantes – segundo os depoimentos de 2 testemunhas citadas no Relatório da Comissão Judiciária (parte final do item V) disparado suas armas, aos gritos do CCC? Como esquecer que, segundo o mesmo Relatório no mesmo item, foi o CCC que ameaçou o Pe. Henrique pelo telefone?

Por que não se faz uma devassa em regra sobre este famigerado CCC? Como e quando foi organizado? Quem o financia e quem o dirige? Quem são seus sócios? Onde tem sua sede? Quais os objetivos e quais os feitos desta versão brasileira da Ku-Klux-Klan?

Houve interesse efetivo em apurar a passagem do CCC pela Universidade Rural; pela Universidade Católica; pelo Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia, e da antiga faculdade

de Filosofia, ambas da Universidade Federal de Pernambuco; pela residência do arcebispo (duas vezes alvejada e objeto de inscrições com ameaças), pelo Palácio do Manguinho (vizinho de um Quartel da Companhia QG IV Exército)? Quais os resultados do Inquérito sobre o alvejamento do Juvenato Dom Vital, onde funcionam a Cúria Arquidiocesana e os Secretariados Arquidiocesanos e Regional da Conferência dos Bispos.

Qual o motivo por que Rogério, preso logo após o crime, foi solto sem que o seu depoimento fosse tomado por termo, e porque não foi feita a perícia solicitada pelo agente policial que o prendeu?

Como explicar a circunstância grave de, em plena vigência da Comissão Judiciária, e sem o seu conhecimento, autoridades policiais terem ouvido o testemunho do enfermeiro Ives José da Siqueira Maia, sobre o crime de que foi vítima o Pe. Henrique e de nem sequer terem enviada à aludida Comissão a gravação obtida? O testemunho do enfermeiro ganha em ser aproximado do de Maria Helena Fagundes, a respeito da qual afirma a Comissão Judiciária, no item IX do seu relatório, ser um daqueles “que podem conduzir a uma solução definitiva do caso”?

Há paralelismo entre o depoimento da Srta. Rizoleta e a visita recebida pelo Pe. Henrique segundo relato da Snra. Mãe da vítima, registrado no item VI do Relatório da Comissão Judiciária?

Sobre Rogério pesa a acusação de ser um dos participantes do crime do qual resultou a morte do Pe. Antonio Henrique. Que se faça a ele a justiça necessária. Impõe-se, todavia, como medida da mais elementar justiça, que os seus co-autores, possíveis mandantes ou mandatários, não venham a ficar impunes.

A propósito cumpre registrar a informação publicada pela imprensa a respeito de incidentes provocados por Rogério na Casa de Detenção e que contém a seguinte observação quanto a sua segurança: “pessoas que acompanham o caso do Pe. Henrique estão a pensar que ele pode ser assassinado no interior da Detenção, o que liquidará de vez as esperanças de esclarecimento do crime”. (Cf. Diário de

Pernambuco – 28.8.1969 – 1ª. Página). Nem sabemos ao certo para quem apelar.

Confiamos em Deus e na Justiça. Não nos move a mais leve sombra de ódio contra ninguém. Nem pensamos em

vingar o sangue do Pe. Henrique que há de ser o primeiro a imitar o Mestre e a perdoar os próprios algozes. Interessa ir à raiz do crime, para tentar evitar que venham a ser atingidas outras vítimas da Ku-Klux-Klan nacional, versão política do Esquadrão da Morte.

Recife, 28 de agosto de 1969.

Divulgação do Secretariado Arquidiocesano de Olinda e Recife.¹⁹⁴

O Boletim Arquidiocesano acima está dividido em quatro itens. No primeiro deles, dom Hélder resume, em alguns tópicos, o que tinha acontecido desde o assassinato. Assim, ele relembra que desde o início das investigações a Igreja Católica apontava circunstâncias que induziam a uma interpretação política do crime. No entanto, optou pela discrição enquanto aguardava o desenrolar do processo. Isso mostra que não foi apenas a censura que impossibilitou que a Igreja tivesse um espaço maior nos jornais, mas foi uma opção debatida e refletida que veio da própria Igreja Católica. O primeiro item menciona ainda, o que causou profunda estranheza para esse setor da Igreja, o fato de a Polícia Federal, com apenas três dias, se afastar do caso por considerar que o crime teria sido comum, provavelmente de ordem passional. E, finalmente, menciona o aparato militar

montado por ocasião do enterro e das missas de sétimo e trigésimo dia. O enterro do padre Henrique reuniu entre dez e vinte mil pessoas e teve um cortejo que foi da Igreja do Espinheiro ao cemitério da Várzea. Um enorme aparato policial foi montado na ocasião na tentativa de impedir qualquer tipo de faixas ou manifestações. A caminhada chegou a ser interrompida pela polícia e somente liberada com a intervenção do padre Isnaldo Fonseca. Isso não foi noticiado em nenhum jornal, mas consta no Boletim Arquidiocesano do dia 27 de junho:

Deixando a Matriz do Espinheiro, o cortejo seguiu pela Conselheiro Portela, Avenida Rosa e Silva, Rua Amélia, Ponte da Torre e Rua Conde de Irajá: no cruzamento desta rua com a Visconde de Albuquerque, o cortejo foi interceptado por um numeroso pelotão da Polícia Militar. Houve um começo de pânico, mas logo se restabeleceu a calma. O Pe. Isnaldo Fonseca dirigiu-se ao comandante que o atendeu e explicou não se tratar de qualquer ação contra o enterro. Apenas não seria permitida a presença de algumas faixas que vinham sendo conduzidas, o que foi concretizado rapidamente pela Rádio Patrulha, que as tomaram, sem maiores conseqüências.¹⁹⁵

¹⁹⁴ BOLETIM ARQUIDIOCESANO, número 55, 28/08/1969. ¹⁹⁵ BOLETIM ARQUIDIOCESANO. *Op. Cit.* Pág. 2.

O aparato policial também se fez presente nas missas de sétimo dia onde, um dia antes, era publicado no Jornal do Commercio a seguinte notícia:

A Secretaria de Segurança Pública almeja que as missas a serem celebradas em intenção da alma do padre Antonio Henrique Pereira Neto, alcancem a sua alta finalidade religiosa, esperando que delas não se aproveitem elementos inescrupulosos para fins de passeata, propaganda político-ideológica ou qualquer ação perturbadora da ordem pública [...] Por isso mesmo, solicita às autoridades responsáveis por tão nobre ato e às famílias em geral, no sentido de que, também elas, desaprovem e proibam quaisquer dessas manifestações.¹⁹⁶

No dia seguinte após a missa, o Diário de Pernambuco publicava:

O policiamento ostensivo montado pela Secretaria de Segurança, no sentido de evitar manifestações de caráter político que prejudicassem o caráter essencialmente religioso das celebrações, começou a funcionar às 16 horas, mantendo-se até às 21 horas.¹⁹⁷

Esse mesmo policiamento foi observado nas missas de trigésimo dia.

No segundo item do Boletim, dom Hélder faz algumas considerações a respeito do andamento do processo. Ressalta que a Comissão havia afastado completamente qualquer indício de crime passional, que segundo dom Hélder, “era a pista perseguida

pelos meios policiais”. O arcebispo também chama atenção para a conclusão que a CJI havia chegado de que o crime não teria sido político porque a vítima não era política. A Igreja, que até então só havia elogiado a Comissão e o seu juiz Aluísio Xavier, diverge dela pela primeira vez. Como afirma dom Hélder no Boletim:

Perdoe-nos a digna Comissão Judiciária se no seu próprio Relatório e em alguns fatos que passamos a lembrar, pensamos descobrir indícios claros de crime político.

As circunstâncias de o Pe. Antonio Henrique, pessoalmente, não ser político-partidário, não o exime de ter sido vítima de extremistas em vista de sua real atuação junto à juventude, num trabalho de conscientização que, por ser integral, não omitia o aspecto da formação política. Quem negará que um trabalho desta natureza é interpretado como perigo por muita gente? O crime poderia pretender amedrontar e fazer recuar os que se mostram decididos a exigir mudanças de estruturas, mudanças estas incômodas a privilegiados que não aceitam abrir mão de privilégios injustos e abusivos.¹⁹⁸

¹⁹⁶ JORNAL DO COMMERCIO. *Segurança recomenda ordem após missas*. 03/06/1969. Pág. 12.

¹⁹⁷ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Missas por Pe. Henrique foram celebradas em todas as igrejas do Recife*. 04/06/1969. Pág. 3.

¹⁹⁸ BOLETIM ARQUIDIOCESANO. *Op. Cit.*

No terceiro item do Boletim, dom Hélder faz um pedido para que as autoridades responsáveis pela investigação do assassinato apurem alguns indícios que apontavam diretamente para um homicídio de ordem política. Dessa forma, o arcebispo faz uma associação entre o atentado sofrido pelo estudante Cândido Pinto um mês antes do assassinato do padre Henrique. Pede uma investigação sobre o Comando de Caça aos Comunistas que teria ameaçado o padre Henrique, pichado os muros de algumas faculdades e metralhado o Juvenato Dom Vital. Dom Hélder questionava quem financiava essa organização, quem participava dela e quais eram os seus objetivos.

Finalmente, no último item, dom Hélder questiona por que só Rogério Matos estava preso, uma vez que se sabia que o crime havia sido cometido por mais de uma pessoa. E conclui o Boletim acusando diretamente o CCC, pedindo para que o crime fosse bem investigado para que essa organização paramilitar de extrema direita, que ele chamava de Ku-Klux-Klan nacional, não viesse a cometer outros crimes.

Chamo novamente atenção para o trecho acima citado em que dom Hélder afirma que a intenção do crime era amedrontar as pessoas que estariam de alguma forma contestando o regime vigente. Isso remete mais uma vez à “cultura do medo” como foi

definido pela Maria Helena Moreira Alves e debatido na introdução da dissertação. Para o arcebispo de Olinda e Recife o crime, para ser político, não necessitava que a vítima fosse filiada a partido ou a grupos políticos. A simples intenção de amedrontar a participação política já o tornava político.

Esse número do Boletim Arquidiocesano mostra como o setor da Igreja Católica ligado a dom Hélder entendia e explicava o assassinato. Para ele, o crime tinha sido político, pois o padre Henrique mesmo não sendo ligado a grupos políticos e, como ele mesmo afirmou, “não representar nenhuma ameaça de natureza política”, tinha uma participação integral na vida e na formação de grande parte da juventude. Isso para ele incomodava setores do Estado autoritário que estava em vigência no Brasil. Um Estado em que, no momento em que se sentia minimamente ameaçado era capaz de eliminar seus adversários sem hesitar, através de instâncias inferiores como a polícia ou de grupos paramilitares como o Comando de Caça aos Comunistas.

Tomo aqui o discurso de Rogério Matos do Nascimento como exemplar da fala dos suspeitos do assassinato. Rogério foi preso no dia vinte de junho de 1969 pouco menos de um mês após o assassinato. Nesse período, a polícia afirmava que o crime tinha sido cometido por usuários de drogas. Como afirmei acima, não fica esclarecido de que forma a polícia teria chegado nele. No entanto, ele foi preso juntamente com algumas outras pessoas que após um processo de investigação foram liberadas. De modo que Rogério Matos foi condenado como único suspeito do crime. Mesmo sendo solto em 1973, sempre que o caso voltava à tona ele era interrogado e isso se estendeu até meados de 1986, quando ele já contava 43 anos de idade.

Desde o momento em que ele havia sido preso, ele afirmava que o homicídio havia sido político. Quando ele foi solto em 1973 e nos anos seguintes ele passou a acusar diretamente os policiais da Secretaria de Segurança Pública, especialmente o agente Henrique Pereira X-9.

No primeiro interrogatório Rogério afirmava que o crime era político, acusando o CCC (Comando de Caça aos Comunistas). Analisemos a notícia do dia 31 de julho de 1969:

(...) Quando o juiz lhe perguntou a que atribuía o crime, ele respondeu que só havia um

motivo para tal homicídio: política. Rogério negou ser viciado em psicotrópicos. Disse que tomara alguns, para facilitar os estudos, mas isso nunca chegou propriamente a ser um vício. Ultimamente, disse, não fuma maconha nem qualquer outro tipo de cigarros, pois não tem vício. Afirmou que não conhece a “área dos maconheiros”, e não acredita que o crime tenha sido praticado por viciados, “por uma questão de lógica”. Quando o juiz perguntou em que consistia essa “lógica”, não soube como explicar exatamente, apresentando, no entanto, uma verdadeira “defesa” dos viciados que, segundo ele, não têm motivos para odiar o padre Antonio Henrique, mas deveriam estimá-lo, pelos benefícios que praticou.

Disse Rogério que efetivamente esteve na casa da mãe do sacerdote assassinado, no dia do enterro, e se ofereceu para “pegar” os assassinos do seu filho. Recordou-se que naquela ocasião perguntou a dona Isaíras Pereira a quem atribuía a morte do filho, e ela lhe respondeu que o assassinio teria sido perpetrado por membros do C.C.C. (Comando de Caça aos Comunistas). Disse Rogério que até ali não sabiam o que significava essas iniciais, e foi a mãe do padre quem lhe explicou a sigla, dizendo tratar-se de uma organização capaz de eliminar o sacerdote(...).¹⁹⁹

Rogério atribui à “lógica” o fato de o crime não ter sido praticado por usuários de drogas, pois, se o padre Henrique queria ajudar os drogados, estes não tinham motivos para assassiná-lo. Posteriormente, para validar o seu discurso, ele narra uma conversa que ele teria tido com a mãe do padre Henrique dona Isaíras Pereira, onde ela teria lhe

¹⁹⁹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 31/07/1969. Rogério afirma que homicídio foi político. dito que o crime teria sido cometido por integrantes do CCC (Comando de Caça aos Comunistas)²⁰⁰ que ele dizia não conhecer.

Analisando o documento detidamente, percebemos o quanto a notícia invalida o discurso de Rogério: primeiro lugar, apesar de ele afirmar não ser viciados em drogas, ele admite já ter experimentado. Esse é um primeiro ponto importante. Não é viciado, mas já foi usuário. Em segundo lugar, afirma que o padre Henrique não poderia ter sido assassinado pelos viciados por uma questão de “lógica”; no entanto, disse que não sabia explicar direito qual era essa “lógica”. Finalmente, como diz a notícia, “faz um verdadeira defesa dos viciados”. Em suma: já tomou drogas, não sabe explicar porque não foram os drogados que mataram o padre Henrique e sai em defesa dos viciados. Apesar, de a notícia trazer a fala de Rogério Matos, percebe-se o quanto ela o desqualifica.

Mais tarde, após ser solto, Rogério Matos passaria a acusar diretamente os agentes do Dops pelo crime, como mostra a notícia seguinte.

O ex-estudante Rogério Matos do Nascimento prestou ontem, no escritório do advogado José David Gil Rodrigues, entrevista à diversos órgãos da imprensa nacional

afirmando que “os matadores do padre Antonio Henrique foram os investigadores Henrique Pereira (X-9) e Raimundo Ferreira.

Salientou que, embora não disponha de provas, faria as mesmas revelações se fosse chamado à juízo. Disse ainda que a sua acusação está baseada em intuição.

“X-9” encontrou-se comigo no Parque Amorim, quando aconteceu o crime. Depois, sozinho, disse-me que não adiantavam minhas afirmações porque ele tinha um álibi perfeito. Isto revela a sua personalidade”, afirmou Rogério Matos do Nascimento.

Para ele, a dispensa do advogado Boris Trindade aconteceu por que ficaria mais a vontade, realizando sua própria defesa, mas nada tem contra o criminalista.

Salientou que a morte do religioso constitui uma irreparável perda para a família Pereira Neto. Considera-se uma vítima de erro judiciário, mas remediável, uma vez que lhe foi restituída a liberdade. Salientou que recebeu tratamento humano na Penitenciária Barreto Campelo, mas considerou um castigo os 3 anos e 10 meses que passou em cela batida na Casa de Detenção do Recife. Para Rogério, tudo será diferente, pois tenciona de agora em diante, ficar em minha cidade, trabalhar e estudar.²⁰¹

Assim como a família do padre Henrique e como a Igreja Católica, o suspeito do assassinato do padre Henrique constrói um significado em que o crime teria sido político praticado por membros de um grupo radical de direita chamado Comando de

²⁰⁰ Grupo paramilitar de extrema direita responsável por atentados e assassinatos contra pessoas ligadas à oposição do regime militar.

²⁰¹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Ex-estudante acusa X-9*. 10/10/1973, Caderno I, Pág. 12.

Caça aos Comunistas. Num segundo momento, ele passa a acusar diretamente os policiais do Dops, especialmente o agente Henrique Pereira X-9.

Vale ainda uma última observação, que diz respeito ao acusado Rogério Matos do Nascimento, na medida em que isso pôde ser observado nos dois jornais. Trata-se, especificamente, da maneira como as notícias se referem àquele que foi elevado à categoria de suspeito principal:

- x No *Jornal do Commercio*, as notícias se referem a Rogério Matos com os seguintes qualificativos: “toxicômano”, “ex-estudante de economia”, “indiciado”, “suspeito”, “preso”, “estuprador”, “acusado” e “réu”.
- x Já no *Diário de Pernambuco*, as notícias se referem a Rogério Matos como: “suspeito”, “estudante”, “acusado”, “criminoso”, “maconheiro”, “indiciado”, “prisioneiro”, “viciado”, “toxicômano”, “suspeito-criminoso”, “fera domada” e “réu”.

Essa observação me fez lembrar de um trecho do livro do Edward Said *Orientalismo*, quando ele afirma:

Em vez de listar todas as figuras de linguagem associadas ao Oriente – sua estranheza, sua diferença, sua sensualidade exótica e assim por diante –, podemos generalizar sobre elas do mesmo modo como nos foram transmitidas pela Renascença. Todas elas são declarativas e auto-evidentes; o tempo do verbo que elas usam é o eterno intemporal; passam uma impressão de repetição e força; são sempre simétricas, e, contudo, diametralmente inferiores, a um equivalente europeu, que algumas vezes é especificado, outras não. Para todas essas funções, é com frequência suficiente usar a simples cópula é. Desse modo, Maomé é um impostor, na frase canonizada na *Bibliothèque de D’Herbelot* e de certo modo dramatizado por Dante. Nenhum embasamento é preciso; as provas necessárias para condenar Maomé estão contidas no é. A frase não se qualifica, nem parece ser preciso dizer que Maomé foi um impostor, nem considerar por um momento sequer que pode não ser necessário repetir a afirmação. Mas esta é repetida, ele é um impostor e cada vez que se diz isso ele fica um pouco mais impostor, e o autor da afirmação²⁰² adquire um pouco mais de autoridade por ter declarado isso.

O mesmo pode se dizer de Rogério Matos nos noticiários que falam sobre ele. Ele é um maconheiro, ele é um estuprador, ele é um viciado e assim por diante. Isso se configura numa estratégia muito eficiente para o aparato repressivo do Estado no seu trabalho de elaborar uma determinada realidade na qual o assassinato do padre Henrique pudesse se

²⁰² SAID, Edward. *Orientalismo*. Cia. Das Letras, São Paulo, 2001. pág. 81.
enquadrar sem gerar tensões adicionais: a que ele de fato teria sido assassinado por Rogério Matos e seus comparsas.

Dentro dos limites nos quais nos impusemos, falta analisar como grupos considerados de esquerda e/ou católicos reagiram ao assassinato. Assim como foi com a Igreja Católica, esses setores da esquerda não tinham nenhum espaço na imprensa. Consegui localizar apenas uma notícia no *Jornal do Commercio* que trazia uma declaração do líder da Ação Católica Operária, o padre Romano Zufferey, já citada no primeiro capítulo. A notícia é do dia 31 de maio de 1969:

“Estou convencido de que a morte do padre Henrique Pereira foi conseqüência do seu trabalho de conscientização e de evangelização da juventude estudantil, na linha da Igreja em renovação”, disse, ontem, o assistente da Ação Católica Operária, padre Romano Zufferey [...]“Morreu – prosseguiu – por ter anunciado um evangelho autêntico. Foi lançada uma campanha de difamação no meio do povo, numa tentativa de matar uma segunda vez o padre Henrique Pereira, mais perversa que a primeira, porque atingia a sua própria dignidade de homem e de sacerdote” [...] “O povo, na sua sinceridade, - abduziu o padre Romano Zufferey- não se deixou enganar; entendeu que o padre Henrique Pereira tinha dado a maior prova de amor, dando a sua vida pelos irmãos. Se o seu assassinato teve por finalidade amedrontar o Clero e os leigos dedicados à missão de libertação do povo pelo Evangelho, não conseguirá o seu

objetivo. Pelo contrário, o sacrifício de padre Henrique será para nós todos uma fonte de coragem no cumprimento de nossa missão até o fim de suas exigências. O sangue de Henrique nunca foi uma fonte de covardia. A morte dele entra na História do Nordeste e do mundo de hoje, não como um fracasso, mas com uma viva esperança de vitória assim como foi a morte do próprio Cristo”.²⁰³

Nesse pequeno trecho, percebe-se de que forma o padre Romano constrói um “padre Henrique-mártir” chegando a comparar a sua morte à de Cristo. Para o líder da ACO, o crime havia sido político, pois o padre Henrique pregava um evangelho de acordo com a linha da Igreja em renovação. Quando o padre Romano fala da “Igreja em renovação” não dá pra saber se ele referia aos preceitos da chamada Teologia da Libertação da maneira como foi teorizada por teólogos como Gustavo Gutierrez ou Leonardo Boff. No entanto, para ele, o motivo da morte do padre Henrique teria sido por conta da sua atuação, que era, para ele, política.

²⁰³ Jornal do Commercio, 31/05/1969. Ação Operária acha que morte foi uma consequência.

Como afirma Paul Veyne, “a história torna-se história daquilo que os homens chamaram as verdades e de suas lutas em torno dessas verdades”.²⁰⁴ O objetivo do presente capítulo foi analisar a atuação dos diferentes grupos ligados ao padre Henrique na tentativa de constituir um significado para o assassinato. Ou seja, mostrar a luta desses diversos grupos em torno da verdade. Essa atuação pode ser observada fazendo uma análise dos seus discursos. Nesse sentido é necessário frisar que o discurso é entendido aqui como uma prática, como possuindo uma materialidade. Não é apenas um indício que remete a algum acontecimento. Mas ele próprio é um acontecimento que remete a outro acontecimento. Assim, como materialidades que são, os discursos desses diversos grupos criam verdades que constantemente entram em choque. Foi o objetivo desse capítulo tentar mostrar como se deram esses conflitos.

No próximo capítulo, será analisado de forma mais detida como se deu o conflito no interior do próprio Estado para mostrar de que forma um Estado centralizado e autoritário, como foi o caso brasileiro após 1968 não conseguiu eliminar as dissensões e como isso gerou conflitos irresolúveis nas diversas instâncias como a polícia e a justiça.

OS RELATÓRIOS DAS INVESTIGAÇÕES: UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS ENTRE A POLÍCIA E A JUSTIÇA NO ESTADO DE SEGURANÇA NACIONAL

A direita não é responsável pelo crime!

Wandenkolk Wanderley, vereador da cidade do Recife.

A verdade é que os nomes dos criminosos são conhecidos. As autoridades não os colocam na cadeia porque sabem que os mandantes da morte do meu filho são gente da alta, que exercem influência muito grande.

Dona Isáiras, mãe do padre Henrique.

I

Esse capítulo se propõe a fazer uma discussão sobre os conflitos internos do Estado de Segurança Nacional que ao longo de toda a sua existência apresentou fissuras que, a longo prazo, contribuíram para a sua desestabilização. Trataremos de analisar especificamente os conflitos no interior do Estado, sobretudo entre a polícia e a justiça, que vieram à tona após o assassinato do padre Henrique.

Sérgio Bova define teoricamente a polícia da seguinte forma

é uma função do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva e visa a por em ação as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguarda e manutenção da ordem pública, em suas várias manifestações: da segurança das pessoas à segurança da propriedade, da tranquilidade dos agregados humanos à proteção de qualquer outro bem tutelado com disposições penais.²⁰⁵

Alberto Marradi, por sua vez, define o sistema judiciário como

um complexo de estruturas, de procedimentos e de funções mediante o qual o sistema político satisfaz uma das necessidades essenciais para a sua sobrevivência: a

²⁰⁵ BOVA, Sergio. *Polícia* in BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol. 2. De L a Z. Brasília, Editora da UNB, 2004. Pág. 944.

adjudicação das controvérsias pela aplicação concreta de normas reconhecidas pela

Essas duas instâncias são dois dos componentes de todos os Estados modernos. O que varia, de acordo com a forma de governo, é a sua função e a sua autoridade. Um regime democrático, por exemplo, é caracterizado pela coexistência pacífica da polícia e da justiça, sendo a primeira necessariamente subordinada à segunda. Já num regime autoritário, como, por exemplo, os tipos de ditadura implantadas na América Latina a partir dos anos 1960, ocorre uma inversão. O poder passa a ser centralizado no executivo e no aparato repressivo. Este último, por sua vez, é formado grande parte das vezes pela polícia e, nas ditaduras mais repressivas, passam a ter uma predominância em relação ao poder judiciário. Portanto, a ditadura subverte a lógica da correlação de forças das instâncias que compõem um Estado democrático. Como afirma Raymond Aron,

Peut-être conviendrait-il d'introduire ici des considérations sur ce que l'on appelle traditionnellement pouvoir judiciaire. L'indépendance de celui-ci a passé longtemps pour le symbole des institutions libérales. En fait, l'indépendance des tribunaux, dans l'administration de la justice, demeure une des caractéristiques majeures des régimes occidentaux, même quand les juges ont un statut comparable à celui des autres fonctionnaires. Si, dans ce cours, je n'accorde pas à la justice l'attention qu'elle mérite, c'est que je m'efforce avant tout de saisir les traits spécifiques des deux types de régime et qu'à cette fin la distinction de la fonction administrative et de la fonction politique répond aux besoins de l'analyse. Mais l'exercice constitutionnel de l'autorité politique, le respect des droits individuels supposent la soumission des pouvoirs aux règles juridiques et, par conséquent, des tribunaux capables d'en imposer le respect. En ce sens, la subordination de la police à la justice et de l'administration elle-même à des tribunaux (voir à des tribunaux administratifs) est effectivement nécessaire au maintien d'un régime authentiquement constitutionnel et libéral.²⁰⁷

²⁰⁶ MARRADI, Alberto. *Sistema Judiciário* in BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política. Vol. 2. De L a Z*. Brasília, Editora da UNB, 2004. Pág. 1157. ²⁰⁷ ARON, Raymond. *Démocratie et totalitarisme*. Paris, Éditions Gallimard, 1965. Pág.68 e 69. [Talvez seja necessário introduzir aqui algumas considerações sobre o que se chama tradicionalmente de poder judiciário. A sua independência foi durante muito tempo um símbolo das instituições liberais. De fato, a independência dos tribunais, na administração da justiça, permanece uma das maiores características dos regimes ocidentais, mesmo quando os juízes têm um *status* comparável a de outros funcionários. Se, nesse curso, eu não dedico à justiça a atenção que ela merece, é que eu me esforço antes de tudo a entender os contornos específicos de dois tipos de regime e que para esse objetivo a distinção da função administrativa e a função política respondem às necessidades da análise. Mas o exercício constitucional da autoridade política, o respeito dos direitos individuais supõem a submissão dos poderes às regras jurídicas e, conseqüentemente, aos tribunais capazes de impor respeito. Nesse sentido, a subordinação da polícia à justiça e da própria administração aos tribunais é efetivamente necessário para a manutenção de um regime autenticamente constitucional e liberal.]

No caso brasileiro, é necessário, antes de mais nada, rever brevemente alguns pontos básicos da Doutrina de Segurança Nacional já trabalhados detalhadamente no primeiro capítulo da dissertação. Segundo o general Golbery do Couto e Silva,²⁰⁸ o Brasil era um aliado “natural” dos norte-americanos no contexto da Guerra Fria. Se por um lado, ele aceitava a subordinação aos Estados Unidos, por outro, ele achava que o Brasil deveria ter um papel especial em suas relações com os norte-americanos devido a importância geopolítica do seu território. Ele também distinguia, como foi visto, três tipos de guerra: a guerra total, a guerra limitada e a guerra revolucionária. O exemplo do primeiro caso era àquela em que poderia envolver os Estados Unidos e a União Soviética caso elas entrassem em conflito. Um exemplo do segundo caso era a guerra que a França travava com a Argélia. Finalmente, a guerra revolucionária, o caso do Brasil, era totalmente vinculada à infiltração comunista e a iniciativas indiretas por parte do “comunismo internacional” controlado pela União Soviética. Ou seja, a guerra revolucionária não objetiva o confronto armado e sim a conquista das “mentes” da população para que elas se incitassem contra a ordem estabelecida. Disso decorre duas consequências: primeiro, a necessidade de um eficiente sistema de informações, uma vez que, qualquer cidadão é de antemão suspeito de subversão; segundo, a necessidade de um eficiente aparato repressivo capaz de coagir a população. Finalmente, ainda inclusa na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, existiam diversas “estratégias”: a política, a econômica, a psicossocial e a militar. A estratégia econômica ocupava-se, evidentemente, da economia tanto do seu setor privado como do seu setor público. Esta área era ainda subdividida em políticas específicas para os setores primário, secundário e terciário da economia. Essencialmente, essa estratégia visava compilar as informações básicas necessárias a uma política coerente de desenvolvimento econômico, integrada à política de Segurança Nacional. A estratégia psicossocial estava relacionada às instituições civis da sociedade: família, escolas e universidades, meios de comunicação de massa, sindicatos, Igreja, empresa privada etc. Era necessário evitar atritos e antagonismos entre essas áreas. A estratégia militar devia controlar a Marinha, o Exército, a Aeronáutica e todas as corporações paramilitares da vasta estrutura militar brasileira. Finalmente, assim como a estratégia psicossocial visava, como foi mencionado acima, a eliminação de atritos e antagonismos entre as instituições da sociedade civil, a estratégia política tinha o mesmo objetivo, mas com

²⁰⁸ Apud ALVES, Maria Helena Moreira. *Ibid.* pág. 54.

relação à esfera política: do próprio Executivo, Legislativo, Judiciário e partidos políticos. Como veremos, essa estratégia não foi suficientemente eficaz.

Uma das primeiras medidas tomadas pelos militares após a tomada de poder, como foi visto, foi fazer uma profunda “limpeza”, nos mais diversos órgãos da sociedade. Ou seja, políticos perderam os mandatos, houveram inúmeras prisões, militares que eram contrários ao golpe foram rebaixados. Foi nesse período que foram criados os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs), o germe do que viria a ser o aparato repressivo. Como foi visto no segundo capítulo, esses inquéritos eram coordenados por grupos de coronéis da linha-dura de uma forma totalmente infundada. Muitas vezes bastavam boatos sobre uma determinada pessoa para que sua vida fosse completamente devassada pelos inquéritos. Para piorar, eles eram abertos nas mais diversas instâncias do governo, desde altos postos da hierarquia até em pequenos órgãos municipais de modo que torna-se impossível ter uma idéia de quantos Inquéritos foram abertos.

Nesse período, logo após o golpe, o poder judiciário ainda tinha certa autonomia. Assim, muitas vezes os coronéis dos IPMs condenavam alguém que logo em seguida era liberada graças a habeas-corpus concedido pela justiça. Isso deixava os coronéis profundamente irritados, vendo na justiça um empecilho para a completa instalação do novo regime. Após a primeira fase de repressão do regime, nos meses que se seguiram após o golpe, veio um breve período de liberalização. Contra a vontade dos militares da linha-dura, o presidente Castelo Branco resolveu deixar as eleições de dezembro de 1965 se realizarem normalmente. Nessas eleições, alguns candidatos venceram em alguns importantes Estados brasileiros, o que levou a um novo fechamento do regime com a decretação do AI-2. Esse ato, promulgado no dia 25 de outubro de 1965, além de criar novas regras eleitorais, fortalecia enormemente o poder do Executivo em detrimento do enfraquecimento do judiciário, além de diminuir a representação política e extinguir os partidos existentes. Isso marcou o início do enfraquecimento do judiciário. Nesse período, fins de 1965 e início de 1966, ele estava perdendo espaço para o poder Executivo. Posteriormente, a partir de 1968, ele passou a perder espaço para o aparato repressivo.

O processo de investigação em torno do assassinato do padre Henrique pode nos fornecer uma forma particular de observar os conflitos que ocorriam no Estado brasileiro.

Um caso assim específico, nos fornece determinados pontos de vista também específicos que nos possibilitam observar algumas particularidades do regime militar brasileiro de diferentes formas. Essa análise será feita com base em três documentos específicos: o relatório da Comissão Judiciária de Inquérito, instalada poucos dias após o crime; o relatório do juiz Nildo Nery dos Santos, recomendando a pronúncia do estudante Rogério Matos do Nascimento, em 1972; e o relatório do Juiz Augusto Duque libertando o estudante Rogério Matos, em 1973, por falta de provas.

Alguns dias após o assassinato, devido a sua forte repercussão na sociedade, o governador de Pernambuco Nilo Coelho resolve instalar uma comissão a fim de investigar o crime. Ele iniciou seus trabalhos no dia seis de junho, nove dias após o crime. A Comissão Judiciária de Inquérito, como ficou conhecida, era composta pelo juiz Aluísio Xavier, pelo promotor Rorinildo da Rocha Leão, por um escrivão chamado Décio Magalhães, além de advogados, entre os quais se destacava Fernando Tasso de Souza.

No terceiro capítulo dessa dissertação foram analisados documentos de jornais que mostravam como os policiais da Secretaria de Segurança Pública, liderados por Bartolomeu Gibson, atuavam, na investigação do crime, de forma completamente desarticulada com os membros da Comissão. Ou seja, os policiais prendiam “suspeitos” sem o conhecimento da Comissão, carros eram apreendidos pelo departamento de polícia técnica sem o conhecimento da Secretaria de Segurança Pública, declarações diametralmente opostas eram dadas pela polícia e pela Comissão, etc.²⁰⁹ O que é interessante perceber é que, apesar de atuações e declarações tão diferentes, o relatório da Comissão, escrita pelo próprio Aluísio Xavier, no dia 3 de junho, estava totalmente alinhada com as declarações que a polícia vinha dando ao longo das investigações. Examinemos o documento.

III

O documento foi redigido pelo juiz Aluísio Xavier no dia 30 de junho de 1969 e publicado integralmente no Jornal do Commercio no dia 3 de julho do mesmo ano. Portanto, a Comissão teve 24 dias para investigar o assassinato. O relatório é composto de nove tópicos: instalação e trabalhos da comissão; o fato delituoso que deu causa à

²⁰⁹ Capítulo 3, págs. 14 e seguintes.

constituição da Comissão Judiciária; prova pericial; personalidade da vítima; ameaças à vítima; últimas horas da vida da vítima; autoria do crime; prova indiciária; e, finalmente, motivação do crime.

O primeiro item se refere à instalação da CJI, no dia 6 de junho, seu local de trabalho e seus integrantes. Curiosamente, os trabalhos da CJI foram deslocados da Secretaria de Segurança Pública, onde foi instalada inicialmente para o Quartel do Dérbi sem maiores explicações, apresentando como justificativa apenas “a fim de melhor atender às necessidades das investigações encetadas”. Em seu livro de memórias, Paulo Cavalcanti fazia alguns comentários a esse respeito:

O primeiro erro da comissão judiciária foi o de sediar seus trabalhos numa sala da Secretaria de Segurança Pública e, logo em seguida, no quartel da Polícia Militar do Estado, no Dérbi, duas organizações notoriamente comprometidas até a medula, tanto no crime do padre Henrique, como no anterior atentado ao estudante Cândido Pinto de Melo.

- Quem, por ventura, se aventuraria a acusar agentes de segurança, paisanos ou fardados, em suas repartições – cara a cara, possivelmente os próprios autores, diretos ou indiretos daqueles delitos? Não passou pela cabeça da comissão judiciária que a simples escolha para a localização dos trabalhos investigatórios inibiria, logo de partida, as testemunhas, muitas delas humildes funcionários da Secretaria de Segurança Pública, criando-lhes embaraços a um livre pronunciamento? Por que motivo não ficou a comissão judiciária em sua casa, o Palácio da Justiça, utilizando para intimidar testemunhas, ou realizar atos de diligências os próprios oficiais-dejustiça do fórum, sem interferência de órgãos e pessoas suspeitas de envolvimento no assassinato do padre?

A partir dessa lamentável opção, tudo o mais veio a ser maculado pelo pecado original da inadvertência ou ingenuidade da comissão designada pelo governador do Estado.²¹⁰

O segundo item, intitulado “O fato delituoso que deu causa à constituição da Comissão Judiciária” descreve em aproximadamente seis linhas a razão de ser da CJI. O terceiro item, bem mais longo e intitulado “Prova pericial”, descreve de forma cansativa e detalhada uma série de informações técnicas, como, por exemplo, os exames feitos na vítima, a causa exata e a hora da sua morte, a distância em que as balas foram disparadas, o modelo das armas, os mal-tratos sofridos pelo sacerdote, exames realizados no local do assassinato assim como na corda em que ele foi amarrado, etc.

O quarto item merece algumas considerações. Intitulado “Personalidade da vítima” e compreendendo mais ou menos uma página do relatório, o juiz Aluísio Xavier

²¹⁰ CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi. Memórias políticas. 2º volume*. Recife, Editora Guararapes LTDA, 1980. Pág. 297.

faz considerações das quais eu destaco três pontos em particular. O primeiro deles, é o elogio, que é feito ao padre Henrique. Segundo o relatório,

O padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto, embora moço, pois contava com apenas 28 anos de idade, era um sacerdote já ilustre, mercê da sua dedicação ao trabalho, da sua inteligência e dos seus conhecimentos. Sua atuação não se limitava ao ministério religioso. Lecionava em estabelecimento de ensino desta capital, dava expediente no Juvenato Dom Vital e prestava assistência a jovens, procurando proporcionar-lhes uma orientação genuinamente cristã, afastando-se dos perigos a que está exposta a juventude dos nossos tempos. É de ressaltar a grande penetração da vítima no meio juvenil, onde seu desaparecimento é profundamente lamentado.²¹¹

Ou seja, “um sacerdote ilustre, mercê da sua dedicação ao trabalho, da sua inteligência e dos seus conhecimentos”. O elogio à vítima foram exaustivamente proferidos, após a prisão de Rogério Matos, nos meios policiais. Ou seja, no momento em que se prendeu Rogério e se desviou o foco da atenção para os usuários de drogas e não mais para o crime passional, como vinha se fazendo até então, os elogios partiram de pessoas como o delegado José Bartolomeu Gibson e do vereador Wandenkolk Wanderley.²¹²

O segundo ponto do quarto item que eu gostaria de chamar atenção é com relação à atividade do padre Henrique. O padre Henrique possuía uma série de atividades, entre as quais a direção da Pastoral da Juventude. Dessa forma, ele realizava várias reuniões com jovens onde vários assuntos eram discutidos. Ele podia, ocasionalmente, dar assistência a pessoas com problemas ou usuários de drogas, mas estes não eram seu foco. Suas reuniões se davam, sobretudo, entre jovens de classe média. Os policiais da SSP, após tentarem explicar o crime como praticado por usuários de drogas, passaram a afirmar que a principal atividade do sacerdote era a recuperação de drogados. Assim como a polícia, o relatório da CJI também apontava como principal atividade do jovem padre o trabalho de recuperação de drogados:

²¹¹ Relatório da Comissão Judiciária de Inquérito publicado na íntegra no Jornal do Commercio, no dia 03/07/1969, no primeiro e segundo caderno, págs. 12 e 13 na notícia intitulada “Relatório aponta Rogério como provável matador”. ²¹² Numa notícia publicada no Jornal do Commercio, no dia 4 de julho de 1969, no primeiro caderno, pág. 10 e intitulada “Direita não é responsável pelo crime, diz Wandenkolk”, o vereador dizia: “**Suas atividades** [do padre Henrique] **eram nobres** [grifo do autor] – acentuou o sr. Wandenkolk – e ele não era fichado como comunista nem nunca foi preso como agitador. Tenho certeza – acrescentou o vereador

– de que este crime será desvendado, para acabar com as calúnias que os padres progressistas estão espalhando por aí”.

Atuava a vítima no sentido de recuperar jovens viciados em psicotrópicos e na maconha, como também se interessava pela recuperação de prostitutas, eis que manifestassem estas propósitos de recuperação.²¹³

Finalmente, o terceiro ponto importante do item 4 diz respeito à atividade política da vítima. Nesse sentido é utilizada uma estratégia muito eficaz por parte da CJI para “despolitizar” o padre Henrique, utilizando o discurso de uma pessoa muito próxima ao sacerdote assassinado, o diretor do Colégio Marista Orlando Cunha Lima. Segundo o relatório,

Não há notícia de que a vítima tivesse, propriamente, qualquer atividade política. O seu particular amigo, irmão Orlando Cunha Lima, digno diretor do Colégio Marista, asseverou textualmente que “se a vítima podia ter alguma política, seria esta a do bem comum, no sentido legítimo cristão, no qual há participação do homem na construção do mundo”, e que “a vítima jamais demonstrou qualquer coloração partidária”. Também o irmão Marista Eduardo Orlando Aguiar informou que a “vítima não tinha qualquer vinculação político-partidária, seja de direita ou de esquerda”.²¹⁴

A questão sobre uma suposta atividade política do padre Henrique foi um dos principais conflitos entre a Igreja Católica e a polícia. Para esta última, a forma mais eficaz de se tentar desviar uma origem política para o assassinato estava em argumentar que o sacerdote não desenvolvia uma atividade política e que, portanto, o crime não poderia ser político. Dom Hélder Câmara, por sua vez, no Boletim Arquidiocesano argumentava que uma atividade, para ser política, não precisava necessariamente ser vinculada a partidos ou grupos políticos. O simples trabalho de conscientização junto aos jovens já era político. O relatório da CJI seguiu a lógica dos discursos dos meios policiais afirmando que o padre Henrique não tinha atividades políticas por não ter vínculo político-partidário. No entanto, tanto a formação que recebeu, influenciada pelas diretrizes do Vaticano II como o trabalho que realizava tinha um caráter político no sentido de uma maior inserção social. É nessa direção que fala o irmão Orlando, sendo interpretado pela CJI como uma prova de que o padre Henrique era completamente despolitizado.

²¹³ Relatório da Comissão Judiciária de Inquérito publicado na íntegra no Jornal do Commercio, no dia 03/07/1069, no primeiro e segundo caderno, págs. 12 e 13 na notícia intitulada “Relatório aponta Rogério como provável matador”. ²¹⁴ Relatório da Comissão Judiciária de Inquérito publicado na íntegra no Jornal do Commercio, no dia 03/07/1069, no primeiro e segundo caderno, págs. 12 e 13 na notícia intitulada

“Relatório aponta Rogério como provável matador”.

O quinto item do relatório trata das ameaças que o padre Henrique teria recebido. É perceptível também aí, uma tentativa de ligar o assassinato aos usuários de drogas, visto que o item começa com uma declaração que o padre Henrique teria feito mencionando o perigo do seu trabalho com os usuários de drogas. Segundo o depoimento do irmão Eduardo Orlando Aguiar Amorim, as ameaças que o padre Henrique recebeu teriam sido feitas pelo CCC pelo fato de o sacerdote ter feito alguns comentários sobre o atentado ao estudante Cândido Pinto, adiantando o relatório que “convém ser ressaltado, desde logo, que a vítima não procedia de modo a ensejar essas ameaças”. Ou seja, não seria interessante para os meios policiais que o padre Henrique houvesse recebido qualquer tipo de ameaça por conta da sua atuação, pois isso comprovaria a origem política do crime. É nesse sentido que a CJI, através da frase citada acima, insiste mais uma vez em desvincular o crime da política.

O sexto item ocupa em torno de quatro páginas e trata de descrever de forma detalhada os últimos passos do padre Henrique, desde o momento em que ele saiu de casa, na manhã do dia 26 de maio até a localização do seu corpo na manhã do dia seguinte por um vigia chamado Sérgio Miranda da Silva. Nessa descrição são comentadas as reuniões que o padre Henrique teve, as visitas que recebeu, e a última vez que foi visto na noite do dia 26 pela jovem Lavínia Loreto entrando numa Rural verde e branca com dois homens e sem aparentar coação.

O item sete, de pouco menos de uma página, é bastante revelador. Intitulado “Autoria do crime”, ele refuta, de forma rápida e objetiva, as possibilidades políticas e passionais do crime, assegurando mais uma vez a participação dos usuários de drogas. Toda a argumentação usada pela repressão, poderia ser resumida nesse tópico. Refutando a idéia de crime político, a CJI afirma:

O motivo político não se impõe nitidamente em face de ser a vítima apolítica, como foi salientado antes. Verdade é que lhe foram feitas ameaças nos dois telefonemas. Também o irmão Eduardo Orlando Aguiar Amorim recebeu ameaças. O irmão Orlando Cunha Lima assevera que desconhece, por igual, qualquer posição política do mesmo irmão Eduardo. Por aí se vê que tais ameaças, ao que parece, estavam sendo feitas sem discriminação.²¹⁵

Com relação ao aspecto passional:

²¹⁵ Relatório da Comissão Judiciária de Inquérito publicado na íntegra no Jornal do Commercio, no dia 03/07/1069, no primeiro e segundo caderno, págs. 12 e 13 na notícia intitulada “Relatório aponta Rogério como provável matador”.

Também o aspecto da passionalidade se afigurou, como ainda se afigura, totalmente destituído de fundamento. No curso das investigações, revelou-se uma constante a conduta retilínea da vítima. Até a possibilidade de perversões foi objeto da perícia tanatoscópica, como se observa pela leitura da folha 182vs, tudo demonstrando normalidade.²¹⁶

Das afirmações citadas acima da CJI decorre que,

Diante disso e levando-se em conta a atividade da vítima junto a viciados em entorpecentes, e as lesões existentes no cadáver, tenderam as investigações para o campo dos toxicômanos.²¹⁷ Foi então que surgiu em cena a figura do ora custeado Rogério Matos do Nascimento.

O oitavo item do relatório, intitulado “Prova indiciária”, é composto de oito páginas nas quais o juiz Aluísio Xavier se propõe a expor as provas que levaram a prisão do suspeito Rogério Matos do Nascimento. No entanto, não se vê nessas páginas os motivos da prisão de Rogério Matos mas apenas um longo texto que trata unicamente de desqualificá-lo juntamente com seus advogados. É interessante perceber, ao se analisar esse documento, como é levada a cabo, num regime autoritário, a luta contra qualquer inimigo. Ou seja, não existe argumentação, mas apenas a sua desqualificação.

O relatório principia afirmando que o que levou a CJI à Rogério Matos teria sido o seu comportamento. Ou seja, era um viciado em drogas e que já havia sido internado por causa de problemas psicológicos. Em seguida, trata de desqualificar o seu advogado Boris Trindade. Segundo o relatório,

Referiu este que era ajudante número um do doutor Boris, o qual quando estava perdendo uma questão, recorria a ele, Rogério, que ajeitava tudo. Doutor Boris nunca perdeu uma questão – disse. Era ele, Rogério, encarregado de “missões impossíveis” esclarecendo que o “doutor Boris, quando notava, num caso qualquer, que as coisas estavam indo ao contrário do desejado encarregava ele, Rogério, de entrar nas casas das pessoas que estavam levando a melhor na questão para deixar documentos comprometedores”. Dizia Rogério que não tinha medo de cachorros, passava junto deles e não era mordido, pois não comia animal abatido, sendo ainda capaz de penetrar em lugares ocupados por muitas pessoas sem ser visto.²¹⁸

²¹⁶ Relatório da Comissão Judiciária de Inquérito publicado na íntegra no Jornal do Commercio, no dia 03/07/1069, no primeiro e segundo caderno, págs. 12 e 13 na notícia intitulada “Relatório aponta Rogério como provável matador”.²¹⁷ Relatório da Comissão Judiciária de Inquérito publicado na íntegra no Jornal do Commercio, no dia 03/07/1069, no primeiro e segundo caderno, págs. 12 e 13 na notícia intitulada “Relatório aponta Rogério como provável matador”.²¹⁸ Relatório da Comissão Judiciária de Inquérito

publicado na íntegra no Jornal do Commercio, no dia 03/07/1969, no primeiro e segundo caderno, págs. 12 e 13 na notícia intitulada “Relatório aponta Rogério como provável matador”.

O relatório prossegue pontuando algumas habilidades escusas de Rogério Matos. Um exemplo é um determinado trecho em que o relatório afirma que Rogério era capaz de fazer alunos passarem em cursos universitários trocando os cartões de inscrição ou da sua habilidade com armas de fogo:

Informou que não errava um tiro, que praticava tiro ao alvo. Tinha condições de penetrar em camadas que para outros eram impenetráveis e utilizar pessoas que, no dia do crime, estivessem detidas e tivessem desse modo oportunidade de escutar as conversas dos marginais e dos policiais, pois a idéia de Rogério era que a autoria do crime pertencia à polícia.²¹⁹

Mais na frente, o relatório prossegue em acusações e desqualificações que não tinham qualquer ligação com o crime. Como se observa nessas linhas:

As referências aos antecedentes de Rogério não lhe são favoráveis. Pessoas que com ele privaram informaram que ele não tinha religião, era materialista, apresentando mesmo insanidade mental [...] De uns três anos a esta parte, ter-se-ia formado no espírito de Rogério uma idéia fixa de matar, de forma que ele portava dois revólveres e conduzia abaixo do assento de um automóvel “Austin”, de sua propriedade, um rifle. Certa feita, o dono de uma oficina mecânica, que consertara o referido veículo, um homem de 60 ou 70 anos de idade, procurou receber a conta de Rogério, e, tendo este pretendido atirar no dono da oficina, não o fez porque foi obstado por terceiros. Era Rogério, naquela época, um jovem de força excepcional, instrutor de “jiu-jitsu” e de “box”.²²⁰

É possível se ver perfeitamente nesse relatório da CJI como funcionava o regime autoritário. Ou seja, existia uma inversão da lógica de funcionamento de um Estado de Direito. Nesse caso, para qualquer pessoa ser considerada culpada, é preciso que se prove algo contra ela. No Estado de Exceção, a pessoa é culpada *a priori*, precisando, posteriormente, provar a sua inocência. Isso pôde ser verificado com relação à Rogério Matos, tanto que esse item termina da seguinte forma: “Continuará, [Rogério] certamente, negando tudo, mas, ao contrário de outros suspeitos, não ofereceu, até agora, elementos que pudessem induzir a sua inocência”.

Essas páginas foram escritas em junho de 1969 e como foi analisado houve uma forte predominância do discurso do aparato policial. Algumas notícias de jornal

²¹⁹ Relatório da Comissão Judiciária de Inquérito publicado na íntegra no Jornal do Commercio, no dia 03/07/1969, no primeiro e segundo caderno, págs. 12 e 13 na notícia intitulada “Relatório aponta Rogério como provável matador”. ²²⁰ Relatório da Comissão Judiciária de Inquérito publicado na íntegra no Jornal do

Commercio, no dia 03/07/1069, no primeiro e segundo caderno, págs. 12 e 13 na notícia intitulada “Relatório aponta Rogério como provável matador”.

mostraram que essa predominância não impediu que houvesse conflitos entre esses poderes. Mas no final, se sobressaiu o mais forte. Em alguns trechos, o relatório parece até ter sido escrito pela própria polícia, como na defesa que se faz do agente Henrique Pereira X-9, policial civil da SSP conhecido por ser um dos torturadores do regime militar. O relatório conta ainda com um último item, muito breve, sobre a motivação do crime no qual o juiz Aluísio Xavier afirma não ter tido subsídios para descobrir a motivação do assassinato e que isso caberia, daí em diante, à polícia descobrir.

Paulo Cavalcanti faz algumas considerações a respeito do relatório em seu livro de memórias que vale a pena ser citado. Para ele,

A grave e comprometedora revelação de que a Rural verde pertencia à polícia, tendo sido abastecida na garagem da Secretaria de Segurança Pública à noite do homicídio – não mereceu sequer uma linha no extenso relatório do juiz Xavier.

Outros indivíduos, como o investigador Luiz Cavalcanti Cerqueira, acusado de haver ficado com os documentos pessoais do padre e não os ter encaminhado às autoridades incumbidas de desvendar o crime, não tem o seu nome citado no documento da comissão.

O tira Humberto de tal, que declarou ao advogado Teóclito Guerreiro “que o responsável pela morte do padre Henrique é a polícia”, passou incólume pelos autos do inquérito.

O relatório da comissão judiciária perde-se em exaustiva consideração sobre a perícia tanatoscópica, exame do local do crime, perícia balística, apuração da personalidade da vítima, silenciando lamentavelmente sobre as suspeitas e os indícios do comprometimento da polícia civil e do CCC no caso. É incrível que o problema da utilização da Rural, por exemplo, ficasse sem o menor registro no documento conclusivo das investigações. Tampouco o inter-relacionamento de tiras e alcagüetes com a gang da bolinha e a máfia do Comando de Caça aos Comunistas [...] Outro equívoco do juiz Aluísio Xavier e do promotor Rorinildo foi o de isolar a morte do padre do atentado à vida de Cândido Pinto de Melo, nos quais os personagens são quase os mesmos, até a Rural verde é a mesma, mediando entre um e outro delito cerca de um mês, apenas.

- Se havia alusão no inquérito ao CCC, porque a comissão judiciária não diligenciou no sentido de identificar seus integrantes?

- Por que não se procedeu o exame pericial na camioneta Rural para comprovar a existência ou não de vestígio de barro em seu interior?

- Por que não insistiu a comissão judiciária em ouvir o depoimento de dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, conformando-se em sublinhar que não o fez pela razão, insubsistente e pueril aliás, de que, “segundo foi informada, o prelado não dispunha de elementos objetivos sobre o fato delituoso”

- Que comissão é essa que recusa informes, indícios, dados esparsos, suspeitas, conjecturas, especulações, para arrimar-se tão somente em “dados objetivos”?

Alongando-se em pormenorizar o resultado dos laudos tanatoscópicos das perícias balísticas, da personalidade da vítima, do ambiente em que vivia e que atuava como missionário, a comissão judiciária contribuiu pouco para penetrar no âmago dos fatos, apegando-se ao lado mais fácil das investigações, fazendo recair a suspeita da autoria sobre a máfia ou a gang dos toxicômanos, o que era menos polêmico [...] Optou, assim,

a comissão pelo caminho mais curto, encerrando abruptamente seus trabalhos um mês depois de iniciado, quando havia muito ainda a apurar, muitas contradições a dirimir,²²¹ muito caminho a percorrer, com todos os riscos inerentes a um trabalho desse porte.

Em setembro de 1972, o Diário de Pernambuco publicou na íntegra o relatório do juiz Nildo Nery dos Santos onde ele pronuncia o estudante Rogério Matos do Nascimento. Nesse mesmo relatório, Pedro Jorge Bezerra Leite, Michel Maurice Och e Jorge Tavares da Silva, também presos como suspeitos, são impronunciados por falta de provas.

O relatório do Juiz Nildo Nery dos Santos é bem menor do que o da CJI, abrangendo aproximadamente nove páginas. Nelas, o juiz, em seis pontos, se propõe mostrar os indícios que o levaram a pronunciar o suspeito do crime. É preciso, antes de mais nada, chamar atenção para um ponto fundamental. Enquanto o relatório da CJI fazia a ligação de Rogério Matos com os usuários de drogas procurando de todas as formas afastar a hipótese de crime político, o relatório do juiz Nildo Nery dos Santos interpreta o crime de outra forma: para ele, o fato do estudante Rogério Matos estar seriamente implicado no crime, é a prova que ele teria sido político, uma vez que Rogério já havia sido informante da Secretaria de Segurança Pública.²²²

Naquele período, os crimes políticos tinham que ser julgados pela Justiça Federal. Nesse sentido, o juiz Nildo Nery dos Santos declarou a incompetência da justiça local para o julgamento, pedindo que o crime fosse investigado pela Justiça Federal, conforme dizia a lei. O seu pedido foi negado pelo Tribunal de Justiça e o processo retornou para as suas mãos.

Dessa forma, já no início do relatório o juiz Nildo Nery dos Santos afirma,

Na primeira fase das investigações as suspeitas recaíam, sobretudo, na área dos viciados em entorpecentes, surgindo em cena a figura do toxicômano Rogério Matos do Nascimento. Porém, em determinado momento da instrução criminal, ficou estabelecida de forma mais positiva, ter partido a autoria do crime de integrantes de um grupo radical que usava a sigla CCC, havendo indícios veementes, conforme salientou o eminente Des. Agamenon Duarte Lima, ao relatar o Recurso Crime de Incompetência – às fls. 2292, de que elementos da Polícia da época cooperaram com

²²¹ CAVALCANTI, Paulo. *Op. Cit.* Págs. 298 e 299.

²²² Rogério Matos foi informante da Secretaria de Segurança Pública no período em que era dirigida por Álvaro da Costa Lima. Este teria disponibilizado para Rogério uma carteirinha da instituição e uma arma.

o crime na sua preparação, bem como ocorrem indícios da utilização de viaturas
oficiais.²²³

Partindo desse princípio, é que o juiz absolve os demais suspeitos, ao contrário do que acontece com Rogério Matos:

Firmada esta última versão, os denunciados Pedro Jorge Bezerra Leite, Michel Maurice Och e Jorge Caldas Tavares da Silva ficaram livres de suspeitas em decorrência dos contra-indícios existentes. O mesmo não acontecendo, entretanto, com o denunciado Rogério Matos do Nascimento, não só por sua vinculação com a Polícia, na qualidade de informante, mas, também, porque são muitas as circunstâncias probantes que formam o elo da autoria imputada ao denunciado.²²⁴

Para o juiz, na primeira fase das investigações “surgiu em cena” a figura de Rogério Matos, uma vez que se suspeitava dos usuários de drogas. É interessante perceber que também nesse relatório não se explica de que forma a polícia teria chegado a Rogério Matos. Que indícios ou provas teriam levados até ele. Isso pode ser observado na forma como Nildo Nery dos Santos se refere à prisão de Rogério: “surgiu em cena”, como se ele tivesse aparecido do nada. Juntamente com Rogério teriam surgido, na primeira fase das investigações o estudante Pedro Jorge Bezerra Leite, o pintor Jorge Caldas Tavares da Silva e o professor Michel Maurice Och.

Nessa segunda fase das investigações, Rogério continuava sendo o suspeito, não mais porque era um usuário de drogas, mas porque ele tinha uma ligação com a polícia. Na interpretação do juiz Nildo Néri dos Santos, existiam dois grupos: o dos drogados e o da polícia. Quando as suspeitas do crime passou para o segundo grupo, os outros suspeitos foram liberados, o mesmo não acontecendo com Rogério.

Com relação aos argumentos utilizados pelo juiz para comprovar a participação de Rogério Matos, eles podem ser divididos em seis. O primeiro deles, considerado pelo juiz o “mais grave”, é o depoimento da namorada de Rogério Matos, Elisabete Ribeiro. Nesse depoimento, que é preciso se dizer que foi negado por ela, Elisabete teria afirmado que na noite do crime, cerca de uma hora da madrugada, Rogério a teria acordado. Com os braços arranhados e os sapatos sujos de terra ele teria lhe dito que havia matado o padre Henrique. Esse teria sido o depoimento de Elisabete, segundo o

²²³ Relatório de pronúncia de Rogério Matos do Nascimento escrito pelo juiz Nildo Nery dos Santos e

publicado na íntegra no Diário de Pernambuco no dia 05 de setembro de 1972.

²²⁴ Relatório de pronúncia de Rogério Matos do Nascimento escrito pelo juiz Nildo Nery dos Santos e publicado na íntegra no Diário de Pernambuco no dia 05 de setembro de 1972.

relatório. Não pode deixar de chamar atenção nessa notícia o fato de alguém denunciar o próprio parceiro a polícia. No entanto, o mais grave é que esse depoimento foi tomado como uma prova, mesmo quando Elisabete afirmou que não deu esse depoimento. Segundo ela, teria existido um diálogo parecido com esse um dia após o enterro do sacerdote. Segundo ela, Rogério teria lhe perguntado, após o enterro, se ela tinha sabido o que fizeram com o padre Henrique. Ao responder que não, ele teria lhe dito que o haviam matado.

O segundo argumento utilizado pelo juiz no relatório teria sido o fato de Rogério ir até a casa do padre Henrique oferecer ajuda à mãe do sacerdote. Isso partindo de Rogério, que segundo o juiz “era um homem de vida isolada, de poucos amigos, de absoluta conduta anti-social, sem amor ou consideração aos seus familiares, sem qualquer chamado ou apelo” seria um forte indício da sua participação visto que

é por demais conhecido nos anais da Justiça o truque do delinqüente em aproximar-se não só da família, como também da própria polícia para ajudar a esclarecer um homicídio misterioso. Esse truque já não alcança o efeito desejado pelo criminoso. Aliás, o verdadeiro criminoso, na ânsia de querer esconder a sua culpa, é quem se trai, vez que é quem mais aparece, quem mais lamenta o fato, finalmente, é quem mais trabalha para prender o possível implicado no delito (fls. 2048);²²⁵

O terceiro e o quarto argumento do juiz é o depoimento de duas testemunhas: Ives José Siqueira e Luiz Ferreira do Nascimento. Durante os anos que se seguiram à morte do padre Henrique, os jornais apresentaram versões de várias testemunhas que diziam saber de alguma coisa e que logo em seguida desapareciam. Um exemplo foi o caso de um servente que trabalhava no sítio de Jorge Tavares. Em setembro de 1969, ele e sua família teriam dito para a polícia que haviam escutado Pedro Jorge Bezerra Leite falar que havia matado o padre Henrique. Essa versão foi sustentada cerca de três meses, até que em dezembro, outro servente, também do sítio de Jorge Tavares chamado Samuel Sena Ferreira, afirmou que havia inventado as acusações contra Pedro Jorge Bezerra Leite porque fora ameaçado pela polícia. Segundo o jornal,

O impetrante [o advogado de Pedro Jorge, Túlio Ponzi] anexou aos autos uma carta da testemunha Samuel Sena, a mesma que disse ter levado a uma lavadeira roupas sujas de sangue e barro, que pertenciam a Pedro Jorge. A carta é dirigida ao próprio acusado e nela a testemunha desmente tal afirmativa, alegando que fora

²²⁵ Relatório de pronúncia de Rogério Matos do Nascimento escrito pelo juiz Nildo Nery dos Santos e publicado na íntegra no Diário de Pernambuco no dia 05 de setembro de 1972.

coagida pela polícia, através de ameaças, a assinar um documento, sem saber sequer o que lá haviam escrito.²²⁶

A transcrição da carta do servente para o próprio acusado é importante para lançar uma luz sobre as práticas da repressão no período:

Venho por meio desta, de livre vontade, sem portanto, estar coagido, nem mais amedrontado, desfazer qualquer dúvida com respeito ao meu depoimento prestado na polícia, quando fui preso, depois de terem prendido a minha mãe por muitas horas e prometendo-lhe pauladas, se eu não aparecesse.

Não há quem não fique com medo, quando uma pessoa como eu é forçada a ir a presença do doutor Trindade [Henriques, diretor da Secretaria de Segurança Pública], levado por um bocado de investigadores e todos a me ameaçar e querendo que eu dissesse o que eu não sabia e não podia inventar.

O que tenho a dizer e sustentarei na presença do juiz é que nunca levei roupa nenhuma do senhor, suja de sangue para a mãe do “Dai” lavar, nem sei dessa história. Se por acaso assinei algum documento que diz isto é porque eu tinha que assinar e não pude ler o que me deram para assinar.

Agora, eu preciso da proteção da Justiça para não ir pagar pelo que estou escrevendo, que é a pura verdade e, por isso, peço, desde já, que o senhor se comunique com o doutor juiz pedindo garantias para que nada aconteça mais comigo nem com minha mãe, por eu ter cumprido o meu dever, dizendo a verdade. Sem mais, ao dispor.²²⁷

Quando entrevistei o juiz Nildo Nery dos Santos, ele lembrou do caso acima citado, afirmando que era apenas uma das várias falsas testemunhas que se criava:

“Dai”, se eu não me engano, se a minha memória não falha, “Dai” a dizer que ouvira uma conversa do Jorge Tavares com o Bezerra Leite envolvendo Rogério, àquela coisa toda... Eles teriam comentado que teriam sido os autores desse crime. Mas depois ficou bem evidenciado que esse “Dai” era o que se chamava na época de “testemunha de viveiro”, ou seja, era uma testemunha que fora preparada para desvirtuar a investigação. Então, isso veio desde essa fase preliminar, feita pela polícia onde se procurou destinar a verdade para outro rumo... Tirar a direção certa das investigações desviando para... Totalmente para outra direção.²²⁸

Uma dessas versões foi a das testemunhas Ives José Siqueira e Luiz Ferreira do Nascimento. Segundo elas, na noite do assassinato do padre Henrique, elas estavam dirigindo quando viram uma Rural verde e branca no bairro Parnamirim. Por algum motivo, que eles não dizem qual é, acharam aquele veículo suspeito. Tendo seguido o

²²⁶ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Testemunha nega em carta as acusações que teria feito na polícia contra Pedro Jorge*. 11/12/1969, Caderno I, pág. 8.

²²⁷ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Testemunha nega em carta as acusações que teria feito na polícia contra Pedro Jorge*. 11/12/1969, Caderno I, pág. 8.

²²⁸ Entrevista realizada com Nildo Nery dos Santos na Universidade Católica de Pernambuco, no dia 25 de setembro de 2006.

carro, as testemunhas afirmam que quando passaram por uma área iluminada, viram que quem se encontrava dentro da Rural era Rogério Matos do Nascimento. As testemunhas não teriam visto os outros ocupantes da Rural, mas, segundo seu depoimento, viram bem que um deles era Rogério Matos, que, além do mais, empunhava uma arma de fogo. Não se sabe se essas testemunhas foram criadas pela polícia ou se realmente existiram, mas, como já aconteceu com outros “indícios” somos levados de imediato a uma série de questões como, por exemplo, o que teria levado essa dupla de amigos a seguir um carro qualquer no meio da noite ou ainda o porque de uma pessoa que estivesse planejando assassinar um padre andaria pela cidade empunhando uma arma. Outra questão pertinente seria porque as testemunhas esperarem três meses para fazer essa denúncia na polícia.²²⁹

Finalmente, o quarto e o quinto item do relatório do juiz Nildo Nery dos Santos se baseiam em outros dois depoimentos para reforçar o envolvimento de Rogério Matos. O primeiro deles, é o depoimento do vigia Sérgio Miranda da Silva que afirmava ter sido ameaçado diretamente por Rogério Matos. O segundo, por sua vez, é do investigador Raimundo Ferreira, que afirmava ter prendido Rogério Matos na noite do crime com arranhões no braço e o tênis sujo de lama.

Esses seis itens expostos no relatório deram sustentação para a pronúncia de Rogério Matos do Nascimento em setembro de 1972. O que é importante perceber é que já existe uma significativa mudança com relação à Comissão Judiciária de Inquérito. Em primeiro lugar, houve a tentativa por parte do juiz Nildo Nery de transferir o processo para a justiça federal visto que era claro o motivo político do crime. Recusado o pedido de incompetência da justiça local para a investigação, o foco é transferido completamente dos viciados para a polícia. O que permanece é apenas o elo de ligação. O suspeito Rogério Matos, no primeiro momento, foi um elo que ligou o crime aos usuários de drogas. Nesse segundo momento das investigações, o suspeito Rogério continuou sendo o elo que fez a ligação do crime não mais com os usuários de drogas, mas com a polícia.

²²⁹ Essas duas testemunhas foram procurar a polícia em fins de setembro de 1969. Ives José Siqueira era um enfermeiro e Luiz Ferreira do Nascimento, um instrutor de trânsito.

O terceiro relatório a ser analisado nesse capítulo é do desembargador Augusto Duque, escrito em setembro de 1973, um ano após o relatório do Juiz Nildo Nery dos Santos e quatro anos após o da Comissão Judiciária de Inquérito. O desembargador Augusto Duque deu liberdade a Rogério Matos do Nascimento impronunciando-o. Nesse relatório, de aproximadamente dezenove páginas, o desembargador expõe os argumentos que o levou a despronunciar o ex-estudante.

O relatório se inicia com algumas reflexões filosóficas. O relator faz algumas considerações a respeito do trabalho dos juizes e promotores e cita obras como *O Processo* de Franz Kafka e *Crime e Castigo* de Dostoiévski. Em seguida, discorre cerca de quatro páginas a respeito da definição de indícios citando juristas como Manuel Carlos, Pimenta Bueno, Orosimbo Nonato, José Frederico Marques e Ari de Azevedo Franco. O argumento do relator, desembargador Augusto Duque, é que para que seja feita qualquer tipo de denúncia é preciso que haja indícios concretos e objetivos, que beiram a certeza com relação à culpabilidade do réu. E afirma que, o que existe contra o estudante Rogério Matos, são “indícios de indícios”. Segundo ele,

No caso em julgamento, verificamos logo que todos os indícios acolhidos contra o recorrente foram reunidos em prova testemunhal, chamada já, irreverentemente, de “a prostituta das provas”. Disso ressalta a validade que, para a sua análise, em preliminar, tem os ensinamentos dos mestres que fizeram a “crítica do testemunho”. No presente, até mesmo os indícios que seriam objetivos foram trazidos por testemunhos verbais, jamais por prova objetiva direta. E, também, os chamados indícios psicológicos [...] Até que isso seja resolvido não são indícios mesmo, e sim indícios da existência de indícios [...] Impõe-se, assim, a conclusão de que não se trata de verdadeiro indício, e sim, exatamente de indícios da existência de indício. E indício de indício pouco vale, enquanto não houver a convicção de que o indício mesmo, de que representa na verdade um indício.²³⁰

No restante do relatório, Augusto Duque desconstrói, passo a passo e de forma detalhada esses indícios que levaram à pronúncia de Rogério Matos. São seis: as declarações de Elizabeth Ribeiro, namorada de Rogério; as declarações de Luiz Ferreira do Nascimento, reconhecendo o acusado no veículo que teria levado a vítima, quando foi visto pela última vez; as declarações de Ives José Siqueira Maia, no mesmo sentido; as declarações de Sérgio Miranda da Silva, que teria reconhecido o acusado como a pessoa que o ameaçou depois de visitar o local do crime; as declarações de Raimundo Ferreira da Silva, de ter visto, dois dias após o crime, barro nos sapatos do acusado,

²³⁰ Relatório do desembargador Augusto Duque sobre a impronúncia de Rogério Matos, publicado no Diário de Pernambuco no dia 20 de setembro de 1973.

parecido com o barro existente no local do crime; e, finalmente, as declarações de dona Isaíras Pereira da Silva, mãe da vítima, de que o acusado se ofereceu para descobrir os criminosos e vingar o crime, o que seria modo de encobrir a sua responsabilidade.

Analisemos cada item. O primeiro deles, diz respeito ao depoimento de Elizabete Ribeiro. Segundo o relatório do juiz Nildo Nery dos Santos, analisado anteriormente, um forte indício que pesaria contra Rogério, teria sido a declaração dada pela sua namorada, afirmando que Rogério a teria acordado na noite do crime para dizer que tinham matado o padre Henrique. Augusto Duque, em cerca de duas páginas, afirma que o que houve foi um equívoco, pois, como a própria testemunha teria afirmado, o seu namorado teria informado sobre o assassinato depois do enterro. Segundo o desembargador, houve uma confusão com relação ao dia da declaração. Fora isso, era humanamente impossível Rogério dar o recado do assassinato a uma hora da madrugada, horário em que o crime estava ocorrendo. Finalmente, Rogério teria dado a sua namorada informações falsas que foram difundidas posteriormente, o que prova que a informação que ele deu a sua namorada não poderia ter sido poucas horas após o crime, pois se não, ele não teria passado essas informações. O desembargador ainda menciona a truculência da polícia que teria prendido Elizabete Ribeiro durante quatro dias na Colônia Penal Feminina, sem acusação e sem advogado e conclui:

Em conclusão: no meu entender, o indício que resultaria das discutidas declarações de Elizabete Ribeiro do Nascimento, retificadas e esclarecidas posteriormente, tomadas sem vigilância de advogado de defesa, foi mero equívoco de expressão, não chegou a ser indício.²³¹

O segundo e o terceiro indício analisado pelo desembargador Augusto Duque foram as declarações prestadas por Luiz Ferreira do Nascimento e por Ives José Siqueira Maia. O primeiro, foi ouvido pela polícia no dia cinco de julho de 1969, e em Juízo, em dois de setembro de 1969. O segundo também foi ouvido duas vezes pela polícia e uma em Juízo. O desembargador afirma,

Não dou a menor credibilidade às declarações dessas testemunhas. Elas estão em visceral contradição, no que diz respeito a detalhes e detalhes certos, devidamente apurados. E cada uma as contradiga com as anteriores prestadas pelo mesmo depoente, em detalhes. E suas declarações se apresentam até de ridículo como forma de prova, quer se fazer acreditar, suspeitíssimas pelo momento em que as apresentam

²³¹ Relatório do desembargador Augusto Duque sobre a impronúncia de Rogério Matos, publicado no Diário de Pernambuco no dia 20 de setembro de 1973.

inicialmente, tardiamente, do conhecimento público dos fatos [...] Muitos detalhes estão em contradição nesses dois depoimentos suspeitíssimos, em relação aos seus propósitos, contradições entre si e nas vezes que se manifestaram e com elementos certos colhidos em outras provas, contradições não encontradas em depoimentos certos e verdadeiros [...] Li, mais de uma vez, tais depoimentos. Confrontei-os entre si e com outros do processo. Com os meus trinta anos de experiência forense, recuso tranquilamente dar crença à identificação que essas fizeram do recorrente, no episódio em que a vítima foi vista viva pela última vez, pelos que depuseram no

²³²
processo.

Com relação a esses depoimentos, Augusto Duque, além de algumas contradições encontradas ao cruzar esses depoimentos com outros, faz alguns questionamentos como, por exemplo, o fato de alguém andar num carro a caminho de um assassinato empunhando uma arma se, no momento do seqüestro não houve qualquer tipo de coação.

O quarto item diz respeito às declarações do vigia Sérgio Miranda da Silva. Este teria afirmado que Rogério teria ido ameaçá-lo após o crime, usando um paletó. Augusto Duque argumenta que, em primeiro lugar, o vigia, que contava na época com sessenta e dois anos de idade, estava com um nível tão avançado de catarata que não conseguia assinar o próprio nome. Além disso, o desembargador argumentava que Rogério só andava maltrapilho, possuindo uma calça e cinco camisetas e que portanto, seria pouco provável que Rogério Matos utilizasse um paletó para ir ameaçar o vigia.

O quinto item, fala da declaração do investigador Raimundo Ferreira, que afirmava que havia prendido Rogério com os sapatos sujos de lama. Para o desembargador, isso não representava absolutamente nada, pois nenhum exame havia sido feito na lama que estava no tênis de Rogério. Além do mais, argumentava o desembargador, não existia lama no local do crime, como pode ser visto pelas fotos. Ao contrário, existia muita lama na várzea, local em que morava Rogério Matos.

Finalmente, o desembargador analisa o último argumento utilizado no relatório anterior para incriminar Rogério Matos. O depoimento da mãe da vítima dona Isaíras Pereira. Segundo o juiz Nildo Nery dos Santos, o fato de Rogério ter ido a casa da vítima e se oferecido para ajudar na descoberta dos criminosos seria um forte indício da sua participação, pois, não tinha amigos e teria feito isso justamente para dissimular a sua participação. O desembargador Augusto Duque argumenta de forma contrária: justamente pelo fato de ter poucos amigos, Rogério Matos poderia sim ter sentido a

²³² Relatório do desembargador Augusto Duque sobre a impronúncia de Rogério Matos, publicado no

Diário de Pernambuco no dia 20 de setembro de 1973.

morte do padre Henrique, de quem já havia recebido ajuda, e, dessa forma, se oferecido para ajudar. De modo que esse oferecimento não podia ser considerado um indício.

Como se pode perceber, esse último relatório foi totalmente voltado para se contrapor ao anterior. Isso revela um certo conflito que existia dentro do poder Judiciário já que foi escrito apenas um ano após o do juiz Nildo Nery dos Santos. Por outro lado é interessante observar que Augusto Duque, apesar de afirmar a motivação política do crime, não aponta em seu relatório qualquer direcionamento que as investigações poderiam seguir a partir daquele momento. Não faz qualquer crítica mais dura à polícia, mas apenas rejeita peremptoriamente os argumentos do juiz Nildo Nery dos Santos. É importante observar, por outro lado, as mudanças por que passaram os relatórios: num primeiro momento, Rogério é apontado como o único acusado, por conta do seu relacionamento com os usuários de drogas. Três anos depois, Rogério continua no centro das atenções, mas dessa vez por ter sido informante da polícia. Nesse momento, já pode ser observado nos jornais as suspeitas recaindo em cima da polícia. Finalmente, um ano depois, todos os argumentos utilizados para denunciar Rogério são derrubados pela própria justiça, se reforça a motivação política do crime, assim como a participação da polícia, mas esta continua inatingível, sendo muito pouco citada no último relatório.

O capítulo final da dissertação é dedicado ao trabalho com uma outra documentação: as imagens que foram veiculadas sobre o assassinato ao longo dos anos. Analisaremos com elas formam uma fonte extremamente valiosa para os historiadores e suas pesquisas.

5

HISTÓRIA E IMAGEM: UMA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO VISUAL

Se você quiser entender... história... você deve observar cuidadosamente os retratos. Nas fisionomias das pessoas sempre existe alguma coisa sobre a história de suas épocas para ser lida, se soubermos como lê-las.

I

Durante muitos anos, graças a certa herança cartesiana, parte dos historiadores ignoraram ou desprezaram fontes que não fossem oriundas do Estado. Ou seja, era ali, nos documentos oficiais que se encontrava a famosa evidência, ponto de partida para a construção de um caminho seguro rumo à verdade científica. Com a quebra da hegemonia cartesiana, observada em várias frentes do saber, os historiadores passaram a expandir seus horizontes com relação às fontes que lhe poderiam trazer resultados tão, ou mais satisfatórios do que os documentos ditos oficiais. Foi assim que se passou a explorar a literatura como fonte histórica, depoimentos orais e documentos visuais, o que engloba fotografias, pinturas, cinema, entre outros. Portanto, depois de ter acessos a valiosas imagens da época do assassinato do padre Henrique, decidi dedicar um capítulo para a análise desse material.

Na perspectiva que adotamos neste trabalho, de verificar os conflitos que se seguiram ao assassinato do padre Henrique entre os diversos grupos a ele ligados, um aspecto peculiar se impôs desde o início da pesquisa: o de que diversas representações visuais participaram desde o começo das produções discursivas em torno do caso e, de certa forma, tiveram um papel central na elaboração dos modelos de compreensão e de rememoração do assassinato e de seus contextos.

De fato, o caso produziu, desde o início, uma grande quantidade de imagens, que povoam a cobertura dos jornais, as investigações dos órgãos de segurança, o inquérito e, inclusive, os álbuns de recordações de familiares e amigos do padre Henrique. Parte dessa documentação imagética está sendo publicada aqui pela primeira vez e provavelmente a sua totalidade nunca foi devidamente interpretada – situação que nos levou a considerar a pertinência de um capítulo que pudesse dar conta desse conjunto de discursos fotográficos que foram se acumulando ao longo do tempo.

Se a necessidade de tratamento interpretativo desse material visual se impôs quase naturalmente no quadro da nossa reflexão, sabe-se que os historiadores têm apresentado uma série de resistências ao tratamento das imagens. Digamos, para lançar o problema central, que a historiografia tem sido prudente ao associar as representações imagéticas e fatos sociais. O eixo central da desconfiança é que as imagens técnicas (fotografia, cinema, vídeo) são capazes de representar o real de forma extremamente convincente, mas não seriam verdadeiramente transparentes ao representar a realidade. A

possibilidade de manipulação, os recortes necessários para que a representação ocorra, o direcionamento do olhar do espectador que as imagens técnicas embutem parece, de fato, produzir uma série de procedimentos suspeitos que, para Maurice Mounier, pode ser resumida assim: as imagens técnicas, de um lado, capturam tecnicamente a realidade e, por outro lado, violam a realidade ao afastá-la de sua pretensa e utópica pureza.²³³

A historiografia parece ter incorporado aos poucos esta desconfiança com relação às imagens, a partir da impressão de que a complexidade da realidade seria inalcançável pelas imagens por conta das limitações próprias da representação visual. O princípio dessa atitude conservadora seria o de que as dinâmicas sociais seriam inatingíveis pela representação visual que opera a partir de uma série de reduções (enquadramentos, pontos de vista, etc.) e/ou de manipulações. Não compartilho dessa visão, sobretudo porque considero como ponto de partida das minhas reflexões a idéia da realidade como construção. No entanto, essa visão redutora do papel que podem assumir as imagens técnicas no trabalho do historiador vem, aos poucos, deixando de ser hegemônica. Nesse sentido é necessário retomar as reflexões de especialistas como Marc Ferro, em torno de quem, a partir dos anos 70, passou a se considerar as imagens positivamente, na forma de uma tríplice perspectiva:²³⁴

- . Imagens podem ser *agentes* da história (na medida em que as representações visuais protagonizam, muitas vezes, por elas mesmas, ações sociais e políticas que deixam marcas na história);

²³³ MOUNIER, Maurice. *Présentation In Comment vivre avec l'image*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989, pág. 10.

²³⁴ FERRO, Marc. *Film et Histoire*. Paris: Editions de l'EHESS, 1984, pág. 3 e 4.

- . Imagens podem ser *engrenagens* de um sistema interpretável de relações entre as representações técnicas e as sociedades que as produzem e consomem;
- . Finalmente, imagens podem ser espécies de *sintomas* do próprio movimento da história.

Assim, o que Ferro evoca com esta tríplice perspectiva é a necessidade óbvia de a história entender a importância de saber interpretar, por exemplo, os filmes de propaganda nazista, mas também do papel histórico de um filme de ficção ou de uma fotografia de um

álbum de família.

Bem mais recente, o trabalho de Peter Burke é ainda mais incisivo na crítica do preconceito dos historiadores contra representações visuais, apontando que muitas vezes as imagens são descartadas por serem muitos historiadores “analfabetos visuais” e que, quando não descartam simplesmente esse tipo de material, tratam-no como meras ilustrações.²³⁵ O autor propõe, como primeiro exercício para superar essa situação, que os historiadores deixem de considerar os documentos com os quais trabalha como “fontes” e passem a chamá-los de “indícios”:

O termo “indícios” refere-se a manuscritos, livros impressos, prédios, mobílias, paisagem (como modificada pela exploração humana), bem como a muitos tipos diferentes de imagens: pinturas, estátuas, gravuras, fotografias.²³⁶

Burke não esconde a dificuldade do trabalho com esses indícios visuais, por conta da evolução dos padrões de produção de imagens, o fato de que a nossa relação com elas muda com o tempo e, sobretudo, de que não existe “olhar inocente” por parte de nenhum produtor de imagens.

Nessa perspectiva, o nosso trabalho tenta considerar os traços visuais que se constituíram em torno do assassinato do padre Henrique e verificar em que medida essas imagens propõe também discursos complexos e conflitantes sobre o acontecimento. E, para tentar circunscrever estas imagens no quadro da nossa análise, cabe apontar primeiramente que, assim como os discursos verbais, as imagens se organizam em diferentes padrões discursivos.

²³⁵ BURKE, Peter. *Testemunha ocular. História e imagem*. Bauru, SP: Edusc, 2004. Pág. 12. ²³⁶ BURKE, Peter. *Op. Cit.* Pág. 16.

II

Durante os meses em que estivemos pesquisando, fomos percebendo como os diversos atores e instituições envolvidos no contexto do assassinato do padre Henrique produziram acervos imagéticos associados às diversas tentativas de explicar o acontecimento. Dentre estas, destacamos 29 imagens publicadas ao longo deste capítulo (outras 62 imagens estão em anexo), a partir dos seguintes critérios:

- a) Diversidade de fontes, no sentido de garantir a presença de imagens oriundas de arquivos pessoais, da mídia, do DOPS e do inquérito – e, assim, poder dar conta da pluralidade de intenções na representação do acontecimento;
- b) Diversidade de padrões de representação, compondo um grupo de imagens que reunisse o que estamos chamando aqui de “retrato”, de “cena” ou de “acontecimento”;²³⁷
- c) Diversidade de formatos técnicos, juntando desde imagens de páginas de jornais até fotografias originais, passando por imagens de páginas de inquérito.

No sentido de explicitar a diversidade de imagens que compõem o acervo, colocamos abaixo imagens que representam as diversas categorias e subcategorias:

- a) Segundo a fonte

²³⁷ Essa classificação atende aos interesses da nossa pesquisa e separam o acervo selecionado em três grupos distintos: chamamos “retratos” (numa tradução do francês “portrait”) as imagens que mostram planos aproximados dos diversos atores, basicamente dos seus rostos, em geral com intenção de identificar os personagens das notícias dos jornais ou nos inquéritos; classificamos como “cenas” as imagens que representam situações de rua (como missas ou passeatas) e que visam dar conta da paisagem sócio-histórica do contexto; finalmente, temos aquelas imagens que chamamos de “acontecimento” e que consistem nas imagens do assassinato em si. Como é possível perceber, a imagem que se define aqui como “acontecimento” poderia também estar incluída na categoria “cena”. No entanto, pela intensidade discursiva que propõem, resolvemos destacá-las num grupo a parte.

Fotografia 1 – Arquivo Pessoal – Ordenação do padre Henrique, 1965.



Fotografia 2 – Mídia – Desembargador Augusto Duque. Foto tirada do Diário de Pernambuco.



Fotografia 3 – Ficha Dops – Fotografia do arquivo do DOPS.



b) Segundo o padrão de representação:

Fotografia 4 – Retrato – D. Isaías no dia do enterro.



Fotografia 5 – Cena – Cortejo entre a Igreja do Espinheiro e o cemitério da Várzea.



Fotografia 6 – Acontecimento – Foto tirada do Diário de Pernambuco indicando o local onde o padre Henrique teria recebido os tiros.



c) Segundo formato técnico

Fotografia 7 – Foto Original – Missa de corpo presente, Igreja do Espinheiro.



Fotografia 8 – Página de Jornal – D. Isaíras. Foto tirada do jornal Diário de Pernambuco.



Fotografia 9 – Inquérito – Foto tirada do arquivo do Dops. As setas indicam os ferimentos das balas.



A partir dessa categorização, foi possível começar a perceber a complexa articulação entre os diversos níveis, apontando claramente para a produção de vários relatos visuais que vinham ora confirmar, ora contrapor, ora expandir, ora restringir os discursos verbais que se acumularam em torno do caso. É bom salientar que, no nosso entendimento, aquilo que chamamos de relatos visuais não são apenas padrões secundários, submetidos aos discursos verbais. Muitas vezes, ao contrário, as imagens parecem ser ainda mais efetivas do que aqueles na proposição de significados para o acontecimento.

Um exemplo claro da potência do discurso visual é a fotografia do artista plástico Jorge Tavares, desde cedo associado ao assassinato do padre Henrique. Como parte de uma das principais estratégias dos órgãos de repressão, a idéia de aproximar a figura do padre Henrique à parcela marginalizada da juventude do Recife dos anos 60 (sobretudo dos usuários de drogas), foi em parte associada à figura do pintor Jorge Tavares. Aqui, numa imagem bem posterior ao assassinato (1974), aparece Jorge Tavares debochando do fotógrafo que o enquadrava muito de perto. Cabelos longos e barba, algemado, estirando a língua, abanando as mãos, camisa entreaberta, a figura que surge na fotografia é muito mais incisiva do que as insinuações verbais que fazem parte do noticiário ou dos inquéritos sobre o caso.



Vale ainda salientar que, apesar da força visual, a fotografia do pintor Jorge Tavares é também um excelente exemplo para quebrar com uma possível dicotomia entre os discursos verbais e visuais. Como se percebe na reprodução acima, a foto foi publicada com uma legenda que explicita a estratégia assumida pela fonte: “Em 1974, o pintor modernista Jorge Tavares esteve implicado na morte do padre Henrique”. Esta legenda também ancora o princípio que surge da imagem fotográfica: “pintor modernista”, por exemplo, aponta tanto para o uso vulgar e deslocado do vocabulário das artes plásticas quanto para a intenção de associar o comportamento em geral contestador dos artistas com os riscos de atitudes fora da norma legal. “Esteve implicado”, por outro lado, evoca o uso de expressões dúbias e cuja função, fundamentalmente, é a de vincular negativamente ou pejorativamente pessoas e fatos. Desse modo, a fotografia permite compreender que não existe uma oposição entre os discursos verbais e os visuais, mas uma sinergia entre essas formas de exprimir e de representar.

Nesse mesmo padrão (o dos “retratos”), encontramos outros exemplos interessantes. Um deles é a fotografia de Elisabete Ribeiro, namorada do principal suspeito do crime, vinculada ao mesmo esquema de associar o assassinato do padre Henrique aos jovens marginais do Recife. Também aqui a imagem mostra a personagem numa pose explícita, tal como uma modelo. Também aqui as marcas são explícitas: olhar

insinuante e direto para a câmera, torso nu, jogo radical de luz e sombra – elementos que denotam um comportamento fora do padrão conservador da época.

Fotografia 11 – Elisabete Ribeiro, namorada do suspeito Rogério Matos, em foto tirada do Diário de Pernambuco.



Do mesmo modo, a legenda reitera a intenção da imagem: “Betty, na Guanabara, trocou a maconha pelo nu artístico. Em seu quarto a polícia apreendeu um calendário do festival da pornografia, realizado na Suécia”. Desde o uso do apelido (Betty), passando pela associação entre drogas e sexualidade, até insinuações (como a do calendário festival de pornografia na Suécia), a legenda junta-se à imagem para formar, na opinião do leitor, um perfil desqualificado da personagem.

Há, também, no caso das “cenas”, exemplos desse tipo de articulação entre a imagem e o discurso. No caso da imagem do depoimento de Rogério Matos do Nascimento, em 1969, a composição associa a figura do acusado, do seu advogado e dos policiais que faziam a sua guarda. Contrastando com o olhar tenso do advogado e com a

atitude típica dos policiais da Rádio Patrulha ao fundo, surge no centro da imagem o rosto de Rogério numa atitude comum a várias outras fotografias da época, geralmente retratado de baixo para cima, em momentos nos quais transparece certa arrogância do personagem.

Fotografia 12 – Rogério Matos ao lado do advogado Urbano Vitalino em foto tirada do jornal Diário de Pernambuco.



A legenda, ainda aqui, vem com termos que realçam a sintonia entre a imagem e o discurso: “se manteve na antiga posição de defesa”, “afirmando que nada sabe”, mas sobretudo “cercado de policiais” e “junto do advogado”. Trata-se, portanto, de reiterar o discurso da auto-suficiência, do voluntarismo e da frieza da figura de Rogério Matos.

Eu chamaria atenção para a fotografia seguinte, de número treze. Nela, Rogério Matos é fotografado atrás das grades. Ele olha de lado, com os lábios levemente cerrados. Muito mais do que arrogância, nessa fotografia Rogério também não parece demonstrar medo, mas seus olhos revelam certo ódio reprimido. Muito mais do que se colocar na defensiva, ele parece adotar uma corajosa postura de enfrentamento:



Esse padrão é verificável na maioria dos retratos do acusado, em que enquadramento, ponto de vista e iluminação perseguem uma determinada intenção. Como é possível verificar nestas três fotografias publicadas pelo Diário de Pernambuco (chamo atenção novamente para a postura e o olhar de Rogério Matos frente ao delegado na figura catorze):





Fotografia 16 – Rogério Matos do Nascimento





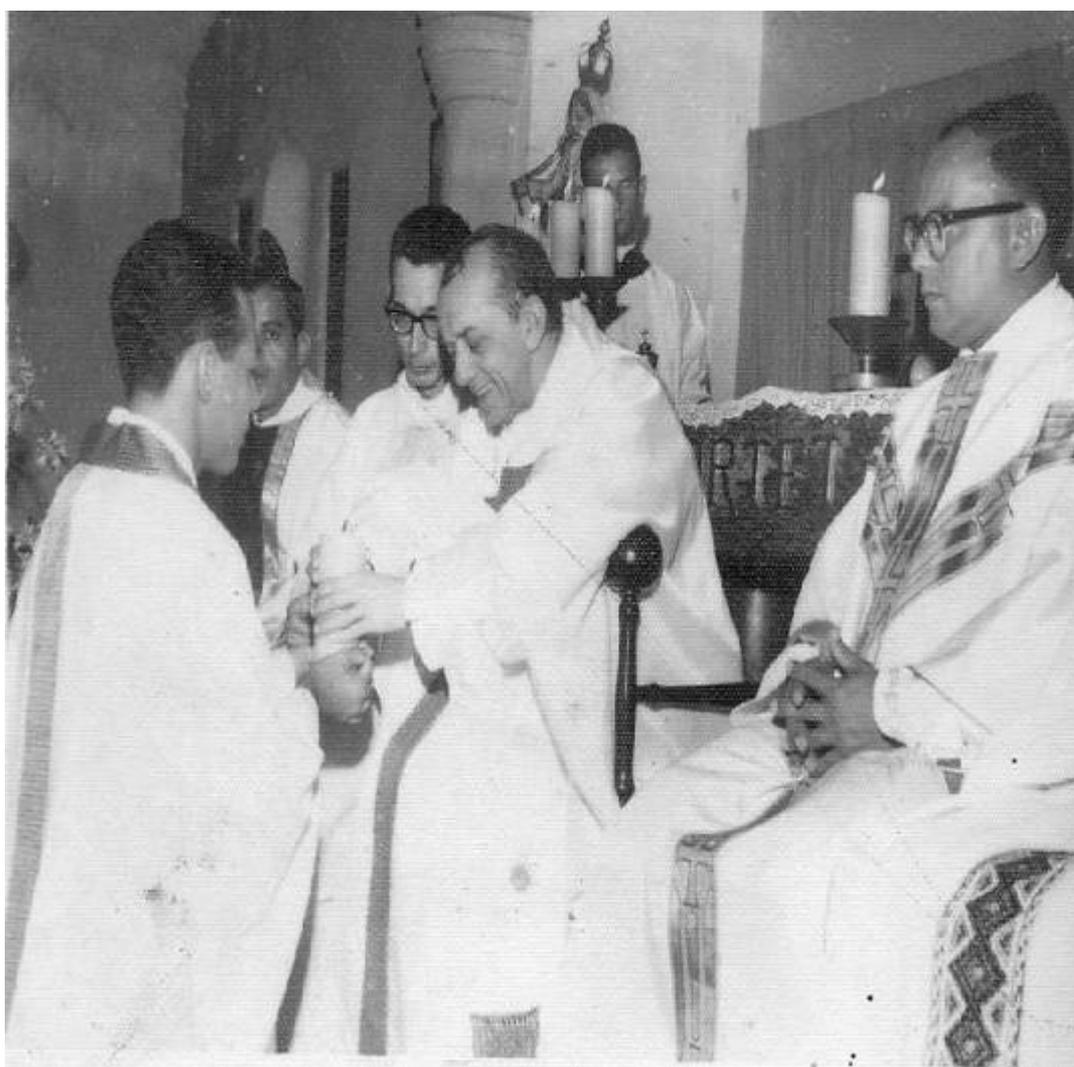
Em todas as circunstâncias, surge o personagem com seu penteado peculiar, a camisa branca, os gestos e o olhar firmes, sempre orientados para uma direção precisa. Nos textos, essa construção aparece como reflexo do distanciamento com relação ao crime e a permanente atitude de negar o envolvimento com o acontecimento.

As imagens contam outra história sempre que muda a fonte que as articula. Por exemplo, a constante fundamental do álbum da família Pereira é a preservação da memória do padre Henrique vivo, associado na formação e na ação a dom Hélder Câmara.



No primeiro caso, acima, o simples registro do padre Henrique ajoelhado, de olhos fechados, enquanto um padre cobre a sua cabeça com as mãos e reza, torna-se na versão

familiar um contraponto absoluto ao destino de sofrimento e morte que marcou o destino do religioso. A imagem se constrói evidentemente na perspectiva do silêncio, da oração, da brancura das vestes, da calma. Do mesmo modo, outra foto que opera na representação da família mostra um padre Henrique humilde, ajoelhado, aos pés de um dom Hélder Câmara evidentemente feliz e de outros membros da arquidiocese de Olinda e Recife.



Diante do altar, o jovem padre está diante daquele que a um só tempo inspiraria a sua trajetória na vida religiosa, mas também selaria o seu destino, na perspectiva da idéia de que o padre Henrique foi morto para que fosse indiretamente atingido o arcebispo. Fotografia 20 – Padre Henrique entre um grupo de religiosos, entre eles dom Hélder Câmara.



Com a mesma intensidade, também se destaca no álbum familiar a foto em que o padre Henrique avança, ao lado de dom Hélder, à frente de um grupo de religiosos numa cerimônia. Várias leituras surgem dessa imagem: o padre Henrique, levemente adiante dos demais, inclusive do arcebispo, avança com passos firmes; enquanto dom Hélder olha para baixo, o jovem padre mira adiante, decidido. A imagem pontua a proximidade dos dois, o arcebispo e o jovem padre, privilegiado ao participar do cortejo enquanto os demais esperam do lado de fora – e essa leitura aproxima a imagem da tese de que a verdadeira vítima do atentado que tirou a vida do padre Henrique seria, de fato, dom Hélder Câmara, aquele que destacou o jovem do seio dos iguais.

Outra mudança de perspectiva surge diante das imagens dos amigos, que cuidaram de documentar e de preservar para o futuro imagens até hoje não publicadas, do enterro do padre Henrique e da passeata que o antecedeu. Essas imagens podem ser todas associadas ao princípio do testemunho: revelar, sem palavras, a enorme tensão e repercussão que se seguiram ao assassinato. Em primeiro lugar, observe-se essa imagem da missa de corpo presente:

Fotografia 21 – Missa de corpo presente, Igreja do Espinheiro.



Merece comentário, na imagem acima, a relação entre o ponto de vista (a câmera em cima) e a cena. A imagem, produzida na Igreja do Espinheiro, se distancia para permitir a visão de conjunto, composto pelo caixão aberto com o corpo do padre Henrique, pelos familiares e amigos sentados nos bancos das primeiras filas, pelas religiosas que cuidam dos detalhes do serviço e, sobretudo, pela grande presença de pessoas que observam. Essa aglutinação de jovens, aliás, marca esse conjunto de imagens da missa e do enterro. Há pelo menos duas imagens muito importantes nesse acervo. A primeira delas mostra a grande passeada que acompanhou o corpo do padre Henrique entre a Igreja do Espinheiro e o cemitério da Várzea:



Na imagem acima é possível perceber pelo menos parte do impacto social que o assassinato teve entre a população do Recife. Ao lado da constatação de que uma grande multidão ousou enfrentar a proibição policial do acompanhamento a pé do cortejo até a

Várzea, a imagem antecipa signos e crises de um tempo que apenas se anunciava: no primeiro plano, dois jovens escondem o rosto para não ser fotografados (há depoimentos que dão conta da presença de policiais que fotografavam a missa, o cortejo e o enterro); outros jovens carregam faixas ou cartazes de protesto; um grupo intermediário é formado por senhoras de meia idade, apontando para a ocorrência de uma reação forte contra o crime entre famílias da classe média.

Numa outra fotografia da mesma série, abaixo, surge documentado o momento de maior tensão do cortejo que levou o corpo do padre Henrique da Igreja da Encruzilhada para o cemitério da Várzea. No bairro da Torre, a imagem mostra, no lado inferior, a vanguarda do cortejo parada. Depois de um largo intervalo de espaço, a parte superior da foto mostra uma viatura e dezenas de soldados da polícia, perfilados, na perspectiva de impedir que a passeata prosseguisse. Vale apontar ainda a calçada do lado direito, totalmente ocupada, muito provavelmente por moradores da área que, mesmo não participando do cortejo, estavam lá para reverenciar o padre Henrique ou, numa hipótese menos nobre, para constatar qual seria o desfecho daquele instante de tensão. No grupo de frente do cortejo, aparece ainda um pequeno cartaz e há que se destacar ainda a presença de algumas pessoas no território de intervalo entre a passeata e a polícia.

Fotografia 23 – Encontro do Cortejo com a polícia no bairro da Torre.



Finalmente, um conjunto final de imagens que se destaca, as que mostram o corpo morto e trucidado do padre Henrique. São as mais difíceis de tratar, é claro, mas ainda assim permitem verificar alguns detalhes das estratégias. Vale a advertência de que, desde

a eclosão do caso, imagens do corpo do padre Henrique foram fartamente publicadas nos jornais. Apenas para a contextualização, reproduzo aqui três imagens publicadas pelo Diário de Pernambuco:

Fotografia 24 – Foto tirada do jornal Diário de Pernambuco indicando onde o padre Henrique teria sido atingido.



Fotografia 26 - Foto tirada do jornal Diário de Pernambuco mostrando as marcas deixadas pelas cordas no pescoço do padre Henrique.



No pescoço e na face do sacerdote os cortes de faca

Assim, em todos os ângulos, se difundiram fotografias mostrando marcas evidentes de tiros, de enforcamento e de espancamento – num espetáculo em que a mídia não se furtou a distribuir imagens da brutalidade com os maiores detalhes possíveis. Essa precisão, inclusive, aponta para um tratamento do caso que se afastava do padrão jornalístico do período, que na maioria dos casos se contentava em mostrar a foto de um cadáver assassinato (o “presunto”, para usar o jargão das redações dos jornais) nas páginas policiais.

Mas o material sobre o acontecimento vai mais além. Numa primeira imagem que vem do arquivo do DOPS e mostra o corpo do padre Henrique de bruços, no meio do terreno no Engenho do Meio onde seu corpo foi encontrado.



posição em que estava o cadáver do
padre Antonio Henrique Pereira Neto.

O texto, escrito à mão abaixo da fotografia, afirma claramente: “posição em que estava o cadáver do padre Antonio Henrique Pereira Neto”. Muito escondido em meio à vegetação, vestindo camisa clara de mangas curtas, calça social escura, meias e sapatos

pretos, o corpo foi encontrado numa posição em que é quase impossível ver o rosto.

Curioso é que a fotografia abaixo, feita poucos minutos depois, pela imprensa, mostra uma cena bem diversa: o padre está virado para cima, o mato em torno está pisado (apenas uma touceira próxima dos pés da vítima permanente alta). Um policial militar, armado com um cassetete, olha para o corpo, assim como um grupo de jovens e crianças por detrás de uma cerca de arame farpado. Ao fundo, o cenário se estende num vasto capinzal que se fecha numa plantação de cana-de-açúcar.

Fotografia 28 – Arredores da Cidade Universitária, local onde o corpo foi achado.



Muito bem realizada tecnicamente, a fotografia é cheia de detalhes. No entanto, a sua principal peculiaridade parece ser a de levantar uma suspeita: a cena teria sido arranjada para a produção da imagem? Quem teria virado o corpo do padre Henrique? E porque há tantas diferenças entre essa imagem e a que consta do arquivo do DOPS?

Numa outra fotografia da série, cuja sobrevivência parece ter sido arriscada (como deixam imaginar as dobras amassadas do original), mostra o corpo do padre Henrique

igualmente virado para cima, no meio do mato já pisado, mas com um diferente grupo de curiosos em torno. Agora são mais os adultos que se aproximam, incluindo duas pessoas de terno (uma carrega uma pasta de documentos) e um homem com um guarda-chuva para proteger do sol. Mesmo sendo difícil de comprovar, esta imagem, abaixo, parece ser posterior a que mostra o policial militar: crianças foram afastadas, surgem os adultos; o sol está mais forte (por isso o guarda-chuva) e os homens de terno podem ser policiais (o que carrega a mala está sorrindo, apesar da brutalidade da cena).

Fotografia 29 - Arredores da Cidade Universitária, local onde o corpo foi achado.



Assim, com o corpo revirado, preparando para uma encenação que envolveu o aparato policial e a mídia, o acontecimento deixou seus registros visuais para produzir, com o tempo, um conjunto de discursos tão complexo quanto os verbais – e afinal associados a estes numa produção infinita de sentidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

**A incômoda memória da ditadura militar brasileira ou
a confortável construção do esquecimento**

Eu costumava pensar que a profissão do historiador, ao contrário, digamos, da de físico nuclear, não pudesse, pelo menos, produzir danos. Agora sei que pode. Nossos estudos podem se converter em fábricas de bombas, como os seminários nos quais o IRA aprendeu a transformar fertilizante químico em explosivos.

Eric Hobsbawm

É por considerar o termo Conclusão excessivo que a última parte desse trabalho toma o nome de Considerações Finais. Conclusão carrega a idéia de algo que se estanca, se interrompe, como se uma meta ideal tivesse sido atingida de maneira absoluta. Não é o caso, evidentemente. De um lado, o processo retratado nas páginas anteriores, iniciado já há alguns anos, está longe de ter se esgotado para o pesquisador e, imaginamos, para o leitor; de outro lado, num trabalho como esse, espalham-se novos canteiros de obra pelo caminho, que se constituem como sugestões para novas investigações. Esse é o espaço para um balanço do percurso.

Gostaríamos, portanto, de iniciar as considerações finais desse trabalho retomando algumas reflexões desenvolvidas na introdução. A abordagem do período do regime militar brasileiro como tema central da dissertação levanta uma série de dificuldades e desafios, dos quais gostaria de destacar pelo menos dois. O primeiro deles diz respeito ao âmbito acadêmico. Como foi mencionado na discussão historiográfica, existe uma vasta literatura sobre os mais diversos aspectos do período que vai de 1964 a 1985: a economia, a luta armada, a censura, o papel da oposição, etc. Entretanto, parte importante desses trabalhos foi feita a partir de memórias dos atores que viveram aqueles anos ou então tomando como base documental as crônicas políticas de jornalistas que escreviam durante o período. Além disso, as análises estão predominantemente centradas em circunstâncias ocorridas na região sudeste do país. A região nordeste, e mais especificamente o Estado de Pernambuco, salvo alguns livros memorialísticos e autobiográficos, dispõem de pouquíssimos trabalhos sobre o regime militar.²³⁸

Deriva dessa constatação um duplo desafio para o historiador, sendo o primeiro

deles relativamente óbvio: o de escrever essa história priorizando o Nordeste e o Estado de Pernambuco. Afinal de contas, nosso Estado ocupou um lugar de destaque nesses anos. O segundo deles é relativo à abertura dos mais variados arquivos sobre o período, inclusive àqueles da repressão. Ou seja, existe um vasto material que está vindo a público; material que precisa ser lido, estudado, analisado; uma história a ser escrita.

Ao optar por fazer uma dissertação de mestrado sobre o assassinato de um padre durante o período do regime civil-militar, ainda não estávamos ciente das dificuldades, dos desafios e da seriedade dessa empreitada. Tudo isso foi se configurando no decorrer da pesquisa, a partir de várias leituras, entrevistas e incansáveis horas nos arquivos. Chegamos inclusive a sentir na própria pele o problema da abertura dos arquivos e do que se pode chamar da “democratização da nossa memória coletiva” ao ser impedido de ter acesso ao processo do padre Henrique – mesmo com autorização da família e passado 36 anos do assassinato – por ser considerado “segredo de justiça”.

Nesse estudo, fizemos uma opção por utilizar diferentes escalas de análises. Como afirma Jacques Revel, “vidas minúsculas” também participam da “grande” história, dando a esta uma versão diferente, complexa, distinta. É totalmente possível que determinados fenômenos maciços relativos ao período do regime militar como a estrutura e o funcionamento do aparato repressivo, a relação entre a Igreja Católica e os militares, a censura à imprensa possam ser lidos de forma diferente, por intermédio de estratégias e trajetórias individuais e que não se tornam, por isso, menos importantes. São apenas ²³⁹construídos de maneiras diferentes.

Nos dois primeiros capítulos da dissertação, optamos como se percebeu por um estudo mais geral. No primeiro deles, intitulado *Entre a democracia e o totalitarismo: uma análise do Estado de Segurança Nacional*, buscamos explicar porque o Estado

²³⁸ O primeiro trabalho que se propõe a abordar o regime militar em Pernambuco de forma mais completa foi publicado recentemente por um ex-deputado: COELHO, Fernando. *Direita, volver! O golpe de 1964 em Pernambuco*. Ed. Bagaço: Recife, 2004. O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal possui poucos trabalhos a respeito do período.

²³⁹ REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. pág. 12-13.

implantado no Brasil após o golpe civil-militar de 1964, a partir de um modelo teórico desenvolvido na Escola Superior de Guerra trazia alguns elementos de tensão que poderiam contribuir para a sua desintegração a curto ou médio prazo. Ou seja, os ideólogos da ESG propunham um Estado forte para combater o “inimigo interno”, mas na

prática foi se estruturando como uma “revolução democrática” e com a conseqüente manutenção de alguns elementos de regimes democráticos. Isso permitiu a abertura de margens de atuação e a conseqüente necessidade de o Estado recorrer de forma cada vez mais freqüente à força e à coerção, criando uma defasagem entre a linguagem de legitimação através da democracia e a violência característica dos Estados autoritários que era exercida na prática. Os assassinatos de militantes políticos, de religiosos e de trabalhadores de alguma forma contribuíram para uma ampliação das forças de oposição ao regime.²⁴⁰

No segundo capítulo, *Igreja Católica e política no Brasil (1940-1969)*, o objetivo foi fazer uma trajetória da vida do padre Henrique, de forma articulada com o que acontecia no Brasil e em Pernambuco, tanto no âmbito político como no religioso. Durante os primeiros vinte anos da sua vida, o Brasil viveu um período bastante conturbado politicamente. Iniciou-se uma democracia, os trabalhadores começaram a conquistar mais cidadania, uma direita liberal insatisfeita atuou de forma enérgica, o que gerou uma conseqüente polarização de forças políticas na sociedade. Por outro lado, com relação à Igreja Católica, foi nesse momento que alguns religiosos passaram a questionar o modelo eclesiástico então vigente e a optar por diferentes formas de atuação, mais voltado para o social. Em Pernambuco, especificamente, um novo modelo eclesiástico só seria possível com a chegada de dom Hélder Câmara para o arcebispado de Olinda e Recife. Ainda nesse capítulo, foi analisado o gradual deterioramento da relação entre dom Hélder e alguns setores mais conservadores e a atuação pastoral do padre Henrique até o seu assassinato. O que se conhece do sacerdote assassinado diz respeito apenas ao crime em si e ao desenrolar do processo. Era necessário fazer algumas considerações, apesar dos poucos dados a respeito, sobre a vida e a atuação pastoral de Henrique.

A partir dessa análise, constatamos que, em primeiro lugar, o padre Henrique, apesar de haver começado a sua formação sacerdotal quando a Arquidiocese de Olinda e Recife era comandada pelo conservador dom Antonio de Almeida Morais Júnior, não

²⁴⁰ Cito novamente os exemplos dos assassinatos do padre Henrique, de Manoel Fiel Filho e de Vladimir Herzog, guardadas as devidas proporções.

parece, segundo os depoimentos, haver “herdado” qualquer influência deste arcebispo. Ele tinha uma profunda admiração por dom Hélder Câmara e uma atuação entre os jovens totalmente distinta daquilo que poderíamos chamar de conservadora.²⁴¹ Em segundo lugar, ele realizava um trabalho entre os jovens através de encontros semanais, baseados numa

metodologia estruturada em torno do debate de temas diversos. Portanto, não se tratava de um trabalho *político*, se pensarmos na lógica das reuniões político-partidárias de militantes de partidos de esquerda e de extrema-esquerda. Mas, por outro lado, o fato dele trabalhar conscientizando e esclarecendo adolescentes num regime de exceção se configurava - e essa era a visão defendida por dom Hélder - num trabalho político por excelência, que, de fato, incomodava determinados setores conservadores.

No terceiro e no quarto capítulo, intitulados *O assassinato do padre Henrique (1969-1985)* e *Os relatórios das investigações: uma análise dos conflitos entre a polícia e a justiça no Estado de Segurança Nacional*, fizemos uma redução da escala de análise, o que possibilitou uma abordagem diferente, cujo objetivo foi fazer aparecer estratégias desenvolvidas por indivíduos e grupos em função de suas posições e de seus interesses. Isso foi feito a partir da leitura dos jornais e dos Boletins Arquidiocesanos, onde foi analisada a forma que esses diferentes grupos construíram diferentes significados para o crime. O que acontece quando se reduz a escala de observação e se analisa especificamente uma situação-limite como um assassinato de um padre durante o regime militar brasileiro? Em primeiro lugar, evidencia-se que aquilo que chamamos de Estado (como se fosse uma instância monolítica e homogênea) é formado por grupos que estão constantemente em conflito. Essa correlação de forças pode variar a favor de um ou outro grupo em decorrência da conjuntura do momento. Observa-se, por exemplo, que a Arquidiocese de Olinda e Recife, longe de ser, ela também, um bloco progressista liderado por dom Hélder Câmara, também era formada, em sua grande parte, por religiosos que criticavam o trabalho do arcebispo e insistiam em reduzir a atuação dos padres à sacristia. Observa-se também como é vago falar de forma abstrata em “relação Igreja-Estado” ou “conflito Igreja-Estado”, sem mencionar de que forma e entre que grupos esses conflitos e essas relações se davam. Finalmente, a análise revelou como o assassinato do padre Henrique afetou a relação de dom Hélder e seu

²⁴¹ Ver depoimentos de Ivan Maurício, Isaíras Pereira e padre Rocha no segundo capítulo.

grupo com determinados setores militares, segmentos da classe política e mesmo religiosos no Estado em Pernambuco e em outras partes do Brasil.

O quarto capítulo, por sua vez, analisa os conflitos entre o poder judiciário e o aparato repressivo, formado, sobretudo, pela polícia civil e militar. O estudo foi feito a

partir de três relatórios judiciais: o da Comissão Judiciária de Inquérito, escrito no início de julho de 1969, apenas pouco mais de um mês após o assassinato; o do juiz Nildo Nery dos Santos, escrito em setembro de 1972, que consistia na pronúncia do estudante Rogério Matos do Nascimento como principal suspeito do assassinato; e, finalmente, o relatório do desembargador Augusto Duque, de agosto de 1973, que despronunciou Rogério Matos por falta de provas. Foi possível observar nesses relatórios uma inversão da predominância do poder do aparato repressivo sobre o poder do judiciário. Em 1969, no auge da repressão, os relatórios não indicavam grandes conflitos entre a polícia e a justiça (eles eram perceptíveis em outros documentos) e havia a predominância do discurso policial (ou seja, foi observado uma profunda equivalência entre o que os policiais da Secretaria de Segurança Pública diziam nos jornais e o relatório). Esse quadro vai se invertendo aos poucos e já no relatório do juiz Nildo Nery dos Santos o motivo político do crime, que no primeiro relatório é totalmente excluído, é apontado pelo próprio magistrado como uma possível motivação fazendo uma ligação entre o suspeito Rogério Matos do Nascimento e os policiais da Secretaria de Segurança Pública. Finalmente, no terceiro relatório, redigido pelo desembargador Augusto Duque, observamos uma rigorosa crítica das investigações e relatórios realizados até aquele momento. Esse documento é caracterizado pela liberação de Rogério Matos e aponta, de maneira ainda mais incisiva, para a dimensão política do crime. A partir desse momento, os policiais são citados com mais frequência como os principais suspeitos do homicídio.

As análises feitas nos capítulos três e quatro tiveram também o objetivo de revogar determinadas certezas e mostrar, a partir do jogo das estratégias individuais e grupais, e de suas interações, que longe da imagem consensual que temos de alguns aspectos do regime civil-militar brasileiro, tudo foi e continua sendo objeto de conflitos.

*

Como forma de contribuição para futuros trabalhos necessários para ampliar a compreensão do período, uma última reflexão. Atualmente, quase ninguém quer se identificar com a ditadura militar. O historiador Daniel Aarão Reis usou a expressão “arquitetura simplificada” para definir a forma como a memória da sociedade define hoje os anos que vão de 1964 a 1985: de um lado, as *trevas* da ditadura, e de outro, as *luzes* da democracia. A sociedade repudiou a ditadura como se ela a tivesse vivido como um

pesadelo. Essa atitude, segundo Aarão, tende a estabelecer uma ruptura entre o passado e o presente, quando não induz ao esquecimento do processo, mesmo ele sendo tão recente e tão importante.²⁴²

Existem numerosas continuidades de todas as ordens entre o período do regime militar e o período democrático que se instalou no Brasil após 1988 que não podem ser escamoteadas. Por mais difícil que seja para uma sociedade lembrar suas ditaduras, esse é um exercício fundamental, pois, usando ainda uma metáfora de Aarão, existem alguns nós que precisam ser desatados. Ou, ao menos, compreendidos.

Esse esforço tem que ser voltado contra a utilização do esquecimento como uma arma política, pois ele já foi utilizado nesse sentido e de forma eficiente. Como vimos, o período do regime militar brasileiro foi marcado por uma enorme violência por parte do Estado e pela supressão de várias liberdades. Hoje, quarenta e três anos após o golpe e 22 anos após a abertura política, a história ainda pede para ser escrita.

A nossa história recente merece uma reflexão aprofundada visando a minimizar a instrumentalização do esquecimento como arma política. As pesquisas sobre a história do regime civil-militar são fundamentais na luta contra esse esquecimento. No instante de suspender temporariamente essas reflexões, à espera que elas nos chamem de volta, vale evocar a cena de horror com a qual iniciamos a introdução. O corpo de um padre, ainda jovem, trucidado e abandonado na periferia da cidade. Acreditamos que os trabalhos que optarem por abordar esse período terão muito a contribuir principalmente com a construção do lugar da violência e do arbítrio na nossa história recente.

²⁴² REIS, Daniel Aarão. *Ibid.* págs. 9 e 10.

BIBLIOGRAFIA

1.1. Fontes Primárias

1.1.1. Boletins Arquidiocesanos (1969-1974)

1.1.2. Revista SEDOC (1969 – 1974)

1.1.3. Revista Eclesiástica Brasileira (REB) (1969-1974)

1.1.4. Discurso dos deputados na Assembléia Legislativa (1970 – 1985)

1.1.5. Jornais.

1.1.5.1. Correio do Povo

CORREIO DO POVO. *Bispos debatem o problema do desenvolvimento do comunismo.* 20/07/1955

_____. *Proposta a reaproximação entre a Igreja e o Estado.* 09/04/1959

1.1.5.2. Diário da Noite

DIÁRIO DA NOITE. *Polícia encerra “caso D. Fragoso”.* 26/11/1968.

_____. *Hélder chega e apóia os padres.* 09/12/1968.

1.1.5.3. Diário de Pernambuco

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *D. Jaime adverte os fiéis contra a ameaça comunista.* 15/07/1956.

_____. *Repercute no Rio pronunciamento de dom Antonio.* 25/04/1958.

_____. *Bispo sugere uma campanha anti-comunista.* 03/10/1959.

_____. *Perigo Vermelho: bispo no Rio faz novo alerta.* 09/10/1959.

_____. *Programa comunista para eliminar a religião do mundo.* 11/10/1959.

_____. *Subversivos sem direito a foro especial.* 03/01/1967, capa.

_____. *Igreja não é indiferente nem revolucionária.* 08/01/1967, Primeiro Caderno, pág.2.

_____. *Bispo condena a lei de imprensa.* 03/02/1967, capa.

_____. *Papa condena a falsa modernização da Igreja.* 03/02/1967, Primeiro Caderno, pág.2.

_____. *Hélder de volta: idéias reformistas saíram fortalecidas de Medelin*; 10/09/1968.

_____. *Olímpio diz que D. Hélder Câmara é um violador da ética* 17/09/1968.

_____. *Cardeal Agnelo Rossi recusa a Ordem do Mérito Nacional*. 04/10/1968.

_____. *Hélder diz que recusa do cardeal Rossi reflete encontro de Medelin*. 04/10/1968.

_____. *Confinamento de Hélder é negado, mas repercute intensamente no Recife*. 09/10/1968.

_____. *Afonso denuncia os padres e bispos da “esquerda festiva”*. 16/10/1968.

_____. *Hélder diz que não se intimida ou se apavora com atos de terrorismo*. 27/10/1968.

_____. *Hélder diz que se dom Fragofo for preso quarenta bispos irão ao cárcere com ele*. 21/11/1968.

_____. *Dom Hélder: prisão de dom Fragofo levaria 40 bispos ao cárcere*. 23/11/1968.

_____. *Polícia de Fortaleza faz inquérito mas diz que nada existe contra dom Fragofo*. 28/11/1968.

_____. *Padres confessaram que ensinavam em M.Gerais táticas de guerrilhas*. 05/12/1968.

_____. *Padres confessam: 40 mil homens já treinados para guerrilha em Pernambuco*. 06/12/1968.

_____. *Exército nega mas Igreja receia novas prisões de sacerdotes em todo país*. 07/12/1968.

_____. *Exército propõe acordo com Igreja para evitar novas prisões de padres*. 08/12/1968.

_____. *Wandenkolk volta aos ataques ao arcebispo D. Hélder Câmara*. 08/12/1968.

_____. *Exército não permitirá que padres perturbem a paz no Estado*. 22/12/1968.

_____. *Padre é assassinado na Cidade Universitária*. 28/05/1969, Primeiro Caderno, pág. 12.

_____. *Dez mil pessoas conduziram padre Henrique ao cemitério da Várzea*. 29/05/1969, capa.

_____. *Genitores do padre Henrique não têm qualquer idéia sobre motivos do crime*. 30/05/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Emissário da Conferência Nacional reuniu-se com bispos: condolências*. 30/05/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Autor da morte do sacerdote pode ser descoberto a qualquer momento*. 30/05/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Juiz para presidir inquérito sobre o assassinato do padre*. 31/05/1969.

_____. *Governador quer juiz para presidir inquérito sobre a morte do sacerdote*. 31/05/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Abade que é médico fará relatório sobre autópsia para autoridades eclesiásticas*. 30/05/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Chilenos oram nas missas por alma do padre*

Henrique. 30/05/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Diligências em Parnamirim para apurar quem teria visto o padre na rural*. 30/05/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Perícia do local do crime é esperada com ansiedade*. 30/05/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Rapazes fornecem informações que podem elucidar trucidamento do padre*. 01/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Delegado admite que toxicômanos teriam assassinado o padre Henrique*. 03/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Dez viciados em psicotrópicos estão presos e submetidos a interrogatório*. 03/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Missas em todas as Igrejas do Recife serão celebradas por alma do padre*. 03/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Secretário apela para que manifestações religiosas de hoje não sejam perturbadas*. 03/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Juiz indicado pelo TJ promete elucidar assassinato que foi vítima o sacerdote*. 03/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Papa envia pêsames ao arcebispo pela morte do sacerdote*. 04/06/1969, capa.

_____. *Missas por padre Henrique foram celebradas em todas as Igrejas do Recife*. 04/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 3.

_____. *“Gang da bolinha” teria assassinado o sacerdote*. 04/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Juiz que vai apurar morte do sacerdote aguarda nomeação*. 04/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Quatro pistas para elucidar o crime são investigadas*. 04/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Sacerdote recebeu tiro de misericórdia ajoelhado*. 04/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Polícia não conseguiu nada no depoimento de dez pessoas*. 04/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Agentes chegam a admitir que não foram 4 os autores*. 04/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Genitores do padre acreditam que crime tem origem política*. 05/06/1969, capa.

_____. *Dona Isaíras escreve cartas à noite para o filho morto*. 05/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *“Na rural que o meu filho tomou tinha um Judas”*. 05/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Governador nomeia juiz que vai presidir o inquérito*. 05/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Concluído o relatório para ser entregue ao magistrado*. 05/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Sacerdote mineiro informa-se sobre a morte de Henrique*. 05/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Marcas de pneus e corda são as principais pistas*. 05/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *A família do sacerdote não crê na quadrilha da “bolina”*. 05/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Carro apreendido ontem pode esclarecer crime do padre.* 05/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Perícia prova que sacerdote travou luta corporal antes de ser executado.* 06/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Morte do padre investigada agora sob ângulo político.* 06/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Políciais crêem que crime é obra de grupo organizado.* 06/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Agentes prenderam suspeitos que são mantidos em sigilo.* 06/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Polícia entregou rural apreendida no Espinheiro.* 06/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Promotor diz que nada teme para elucidar assassinato.* 06/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Diligências se estendem até Olinda.* 06/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Comissão instala-se e traça normas para apurar massacre.* 07/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Advogados trabalharão de graça para desvendar crime.* 07/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Família aguarda descoberta do assassinato.* 07/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Informações erradas vêm contrariando autoridades.* 07/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Delegado diz que onda de boatos prejudica trabalhos.* 07/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Cardeal Eugênio Sales regressa a Salvador: serão rezadas missas.* 07/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Comissão ouvirá depoimento dos amigos íntimos do padre.* 07/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Primaz da Inglaterra apresenta condolências a dom Hélder Câmara.* 07/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Agente libera mundana que DOPS deteve sob muito sigilo.* 07/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Políciais admitem que morte do padre não será esclarecida.* 08/06/1969, capa.

_____. *Treze dias de buscas inúteis: mistério ronda a morte do padre.* 08/06/1969, Primeira Caderno, pág.8.

_____. *Universitária pode apontar os assassinos do padre Henrique.* 10/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Juiz tem fé em Deus de que será bem sucedido nas investigações.* 10/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Agentes federais poderão trabalhar nas investigações.* 10/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8

_____. *Magistrado volta a afirmar que autores da morte do padre serão punidos.* 11/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Depoimento da universitária não esclareceu quase nada.* 11/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Apreensão da rural não é do conhecimento da*

Comissão. 11/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *“Vida do padre Henrique era limpa e ilibada”*.
11/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *É possível que ainda esta semana seja esclarecida
morte do padre*. 12//06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Homem de cor presta depoimento que pode oferecer
uma pista valiosa*. 12//06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Plano de segurança foi esquematizado para
proteção de todas testemunhas*. 12//06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Secretário de Segurança admite que viciados tenham
eliminado sacerdote*. 13/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Comissão recebeu exame tanatoscópico do padre e
elogia sua objetividade*. 12//06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Dois investigadores foram requisitados pela
Comissão*. 14/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Polícia prende pintor no curso das diligências sobre
a morte do padre*. 17/06/1969, capa.

_____. *Comissão detém pintor Jorge Tavares nas
diligências sobre a morte do padre*. 17/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Familiares do artista foram entrevistar-se com Nilo*.
17/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Três toxicômanos detidos são interrogados em sigilo*.
17/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Segurança leva comissão a ouvir pessoas em
segredo*. 17/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Agente crê que logo será descoberto o assassino*.
17/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Pintor ouvido sobre trucidamento do padre já está
em liberdade*. 18/06/1969, capa.

_____. *São três os suspeitos do trucidamento do sacerdote e
um deles já se acha detido*. 18/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Familiares não crêem que criminosos sejam
viciados*. 18/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Sofrimento da mãe transparece no diálogo com a
eternidade*. 18/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Depoimento de dona Isaíras foi de grande
importância*. 18/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Juiz prestou informações sobre prisão do artista*.
18/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Advogado destaca laudo como peça de valor para
inquérito*. 18/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Vários padres e freiras já foram ouvidos*.
18/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Estudante também foi interrogado*. 18/06/1969,
Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Rogério teria matado padre: Comissão já pediu
preventiva*. 19/06/1969, capa.

_____. *Rogério apontado matador do sacerdote*.
19/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Corda usada no crime pertencia ao fugitivo.* 19/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Rural verde e branca ainda não localizada.* 19/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Pais de Henrique foram visitados ontem à noite pelo juiz e promotor.* 19/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Objetos de Henrique desaparecidos no dia do crime ainda não foram encontrados.* 19/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Pedido “habeas-corpus” para o principal suspeito; avô do pintor contesta juiz.* 19/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Ao ser preso pela primeira vez tinha arranhões nos braços e sapatos sujos.* 19/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Depoimento de um irmão Marista levou sindicâncias aos viciados na “bolinha”.* 19/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Mãe do sacerdote diz que filho conheceu a até ajudou Rogério.* 20/06/1969, capa.

_____. *Padre Henrique conheceu e ajudou Rogério.* 20/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Juiz decide hoje se decreta ou não a prisão preventiva.* 20/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *“Lá da mansão dos justos ele pedirá a Deus por nós duas”.* 20/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Autoridades policiais não se pronunciaram sobre crime.* 20/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Comissão arma esquema para proteger vida de suspeito.* 20/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Todos os viciados que foram presos são da “gang do Parque”.* 20/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Justiça pediu informações sobre prisão do suspeito.* 20/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Rogério foi recolhido à Casa de Detenção mas antes agrediu advogado.* 21/06/1969, capa.

_____. *Foi pago para matar.* 21/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Condenava União da filha com Rogério.* 21/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Rogério na detenção: além de acusado do trucidamento do padre, esbofeteou advogado.* 21/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Presidente da Comissão Judiciária crê que são três ou mais os criminosos.* 21/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Admitida possibilidade de existência de um autor intelectual no assassinio.* 21/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Tentou justificar agressão e jura estar inocente.* 21/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Novo habeas-corpus será pedido segunda-feira.* 21/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Antes do presídio, último recado dirigido à mãe.* 21/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Magistrado esteve na Cúria para relatar ao*

arcebispo resultado da investigação. 21/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. "Gang do entorpecente" está ameaçando de morte amante de Rogério Matos. 22/06/1969, capa.

_____. CJI tenta capturar outros suspeitos do crime. 22/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. Até o dia 1º diligências estarão concluídas, afirma o juiz Xavier. 22/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. Rogério teve crise nervosa e amanhã ganhará farda e número na Detenção. 22/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. Sob a ação de entorpecentes espancava os mendigos e brutalizava mulheres. 22/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. Trabalhos da Comissão vê recebendo elogios em todas as camadas sociais. 22/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. Advogados do acusado explicam a agressão praticada no Dérbi. 22/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. Fernando Tasso compreende que se trata de personalidade violenta. 22/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. Traumatizada e de cama, a mãe do criminoso recebe os jornalistas. 22/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. "Diário" reproduz todo depoimento de Elizabete. 22/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. Conheceu o amante numa reunião de maconheiros. 22/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. Aconselhada pelo juiz a deixar mundo do vício. 22/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. Suspeito capturado em Natal nega participação no massacre do padre. 24/06/1969, capa.

_____. "Índio" foi capturado mas nega crime. 24/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. Laço no pescoço da vítima poderia ser meio de confundir investigação. 24/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. Mania do "segundo homem" é brincar de enforcar com uma correia ou corda. 24/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. Mais de dez pessoas serão ouvidas a partir de amanhã no QG do Dérbi. 24/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. Provável motivo político também será objeto de novas sindicâncias. 24/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. Juiz não desprezará colaboração e investigará todos os indícios. 24/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. Funcionária do Dom Vital poderá oferecer pista importante à CJI. 24/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. Rogério Matos já tem seu número no presídio onde recebeu visitas. 24/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. Família de Henrique está inquieta: viu desconhecido no telhado da casa. 24/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. Não revelou em depoimento curras de mulheres e sevícia de mendigos. 24/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. Inquérito sobre morte do padre CJI espera encerrar segunda-feira. 26/06/1969, capa.

_____. *CJI espera concluir inquérito segunda-feira.* 26/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Juiz ouvirá o policial que prendeu Rogério 24 horas depois do homicídio.* 26/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Tribunal de Justiça pede informações sobre a situação jurídica de Rogério.* 26/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Comissão tenta estabelecer no juvenato roteiro dos últimos dias do sacerdote.* 26/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Cúria Metropolitana elaborará homilia especial para a missa de trigésimo dia.* 26/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Advogado fala sobre denúncia de que marido traído fora o autor do crime.* 26/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Família de Henrique admite a hipótese de que houve um autor intelectual.* 26/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *CJI reforça sigilo e avalia provas colhidas no curso da investigação.* 27/06/1969, capa.

_____. *Advogado-coronel da PM crê no crime passional.* 27/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Mulher loura seria Elisabete Bezerra, a amante do acusado Rogério Matos.* 27/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Comissão Judiciária apurou denúncia e nada desabona conduta do padre.* 27/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *A partir das 19 horas de hoje, missas de 30º dia em igrejas do Recife e Olinda.* 27/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Proibido o acesso de jornalistas ao QG do Déربي onde se vem reunindo a Comissão.* 27/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Testemunha chave teria sido ouvida ontem fornecendo valiosos subsídios.* 27/06/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Rogério é suspeito número um e investigações atingem mais 2 Estados.* 28/06/1969, capa.

_____. *Juiz veemente: Rogério é o maior suspeito.* 28/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Diligências policiais estendem-se agora a dois Estados: homem alto é procurado.* 28/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Investigador contou como e porque prendeu Rogério Matos 48 horas depois do crime.* 28/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Departamento de Investigações procura pacientemente a camioneta rural verde.* 28/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Não desejam ver o advogado mas sim a estudante que denunciou padre Henrique.* 28/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Ex-delegado auxiliar Álvaro da Costa Lima diz que se convidado deporá perante CJI.* 28/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Vandenkolk diz que se tivesse de matar jamais seria por intermédio de terceiros.* 28/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Hoje e amanhã presidente do inquérito redigirá relatório à Vara de Homicídios.* 28/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Missas fúnebres celebradas ontem em várias igrejas do Recife e de Olinda.* 28/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Inquérito judicial sobre morte de Henrique só*

terminará na terça-feira. 29/06/1969, capa.
_____. *Só terça-feira na justiça o relatório do crime.*
29/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Reunidas nas últimas investigações mais provas
contra o maconheiro Rogério Matos.* 29/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Comissão utilizou modernos processos científicos
durante os seus trabalhos.* 29/06/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Juiz entregará hoje relatório sobre o assassinio do
padre.* 01/07/1969, capa.
_____. *Relatório confirma: Rogério é o principal suspeito.*
01/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 10.
_____. *Desprezados indícios que poderiam reforçar
acusação.* 01/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 10.
_____. *Prisioneiro da cela no. 13 não fez amigos na
Detenção.* 01/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 10.
_____. *Provas são suficientes para condenar Rogério.*
01/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 10.
_____. *Tarso: com mais dez dias crime seria desvendado.*
01/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 10.
_____. *Relatório deverá indicar nomes dos autores da
chacina.* 01/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 10.
_____. *Universitária deu pista nova para descobrir
assassinos.* 01/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 10.
_____. *Não há o menor vestígio do processo desaparecido.*
01/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 10.
_____. *Elisabete nega que amante lhe contou o crime.*
01/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 10.
_____. *Irmão de padre Henrique será incorporado à PM.*
01/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 10.
_____. *Inquérito judiciário terminou com novas provas
contra Rogério.* 02/07/1969, capa.
_____. *Relatório do crime hoje com o governador.*
02/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Juiz de Homicídios não recebeu o documento na
tarde de ontem.* 02/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Padre marcara encontro com os maconheiros na
noite fatídica.* 02/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Rogério é homem de pedra e está decidido a tudo
negar.* 02/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Orgia de entorpecentes no Recife impressionou
membros da Comissão.* 02/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Advogados esperam o relatório para impetrar
"habeas-corpus".* 02/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Interesse do Governo causaria o prosseguimento das
investigações.* 02/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Provas do crime estão sendo procuradas na casa de
Rogério Matos.* 03/07/1969, capa.
_____. *Esperado amanhã novo habeas para Rogério.*
03/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Na próxima semana, parecer sobre o crime.* 04/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Advogado de Henrique só se pronunciará sobre o inquérito após emitido o parecer.* 04/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Polícia técnica não obteve êxito nas escavações na casa de Rogério Matos.* 04/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Dona Isaíras Pereira acha que um IPM poderia esclarecer morte de seu filho.* 04/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Padre não era sectário nem agitador e o crime não pode ter motivo política.* 04/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *DCT investiga o sumiço do processo e advogado requer certidão negativa.* 04/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Delegacia de Costumes dá batida contra os maconheiros no Parque Treze de Maio.* 04/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Rogério perde habeas corpus e responde a processos criminais.* 05/07/1969, capa.

_____. *Rogério permanecerá preso na Casa de Detenção.* 05/07/1969, Primeiro Caderno, pág.5.

_____. *Dois depoimentos permitem juiz restaurar o processo desaparecido contra o viciado.* 05/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Testemunha viu Rogério dentro da Rural.* 06/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Mais um inquérito contra o suspeito está paralisado na polícia de Jaboatão.* 06/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Novo pedido de “habeas-corpus” entrou na Justiça: prisão não tem justa causa.* 06/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Polícia empenhada agora em capturar outro dos assassinos de Henrique.* 08/07/1969, capa.

_____. *Polícia caçando o segundo bandido da rural.* 08/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Comissário procura na Jaqueira uma pista para chegar aos quadrilheiros.* 06/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Rogério Matos pede e obtém licença para treinar pugilismo na Detenção.* 06/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Jovem foi preso à tarde mas provou não ter nada com o bando de viciados.* 06/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Sesta-feira deporá na Justiça; advogados pedirão novo “habeas”.* 06/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Enfermeiro reconhece em Rogério pessoa que rondava padre Henrique.* 09/07/1969, capa.

_____. *3-9-4 são números da placa da rural.* 09/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Testemunha reconheceu Rogério na prisão.* 09/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Desembargador determina prazo para resposta.* 09/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Advogados impetram novo “habeas-corpus”.* 09/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Professora teme grupo de desconhecidos.* 09/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Diretor do DOPS nega ter conhecido Ives.* 09/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Promotor denunciou Rogério; testemunhas são ameaçadas de morte.* 10/07/1969, capa.

_____. *Testemunhas julgadas importantes são ameaçadas de morte e pedem garantias.* 10/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Promotor denuncia Rogério pela morte do padre.* 10/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Juiz ouvirá Rogério esta tarde.* 11/07/1969, capa.

_____. *Interrogatório de Rogério marcado para 14 horas.* 11/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Juiz recebeu ontem inquérito mas ainda não despachou os autos.* 11/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Delegado reafirma que “gang do entorpecente” cometeu o crime.* 11/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Enfermeiro e inspetor fora à Casa de Detenção reconhecer Rogério Matos.* 11/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Vigiado por 40 policiais e parecendo uma fera Rogério foi interrogado.* 12/07/1969, capa.

_____. *Multidão foi ao fórum ver chegada de Rogério.* 12/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Juiz diz a desembargador que advogados falaram pela metade.* 12/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Reencontro com Elisabete foi apenas um aceno e um sorriso.* 12/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Despacho do juiz pode imprimir novo rumo ao caso do padre Henrique.* 13/07/1969, capa.

_____. *Paradas sindicâncias sobre morte do padre.* 13/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Rogério conversa pouco mas passeia e treina box na Casa de Detenção.* 13/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Juiz recebeu ontem a denúncia do promotor contra Rogério Matos.* 15/07/1969, capa.

_____. *Sampaio interrogará Rogério depois do dia 21.* 15/07/1969, Primeiro Caderno, pág.7.

_____. *Advogados restauram processo contra suspeito-criminoso.* 15/07/1969, Primeiro Caderno, pág.7.

_____. *Defesa prévia da “fera domada” já se encontra em cartório.* 15/07/1969, Primeiro Caderno, pág.7.

_____. *Elisabete negou ter levado maconha para amante preso.* 15/07/1969, Primeiro Caderno, pág.7.

_____. *Lauda atesta periculosidade do acusado.* 16/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Advogado se defende de calúnias com petição entregue à 3ª Vara.* 16/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Desembargador recebe informações sobre a prisão de Rogério Matos.* 16/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Juiz Sá Sampaio é quem marcará a data do interrogatório na Sexta Vara.* 16/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Subprocurador emite parecer no habeas em favor do toxicômano.* 16/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Subprocurador é a favor da prisão de Rogério.* 18/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 10.

_____. *Processo desaparecido teve restauração iniciada ontem.* 18/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 10.

_____. *Interrogatório de Rogério pode ser na 3ª. Feira.* 19/07/1969, Primeiro Caderno, pág.10.

_____. *Rogério será interrogado quinta-feira às 14 horas.* 22/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Adiado interrogatório de Rogério para sexta-feira.* 24/07/1969, Primeiro Caderno, pág.10.

_____. *Rogério Matos só será interrogado dia trinta.* 25/07/1969, Primeiro Caderno, pág.10.

_____. *Juiz e promotor confirmam agressão a Tasso.* 26/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Laudo confirma: Rogério é insano mental.* 27/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Médico não teria atestado doença de Rogério, diz advogado de acusação.* 29/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Rogério depõe hoje sobre morte do padre.* 30/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Médico diz não haver dado atestado gracioso.* 30/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Rogério imperturbável e audacioso nega que matou padre Henrique.* 31/07/1969, capa.

_____. *Rogério afirma que homicídio foi político.* 31/07/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Advogado lamenta injúria do réu.* 30/07/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Relator é contra habeas-corpus de Rogério.* 01/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Escrivão e oficial confirmam agressão a Fernando Tasso.* 01/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Irmão do padre entre testemunhas de defesa.* 02/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Processos contra Rogério prosseguem dia 13.* 06/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Romanceiro popular escreve folheto sobre trucidamento.* 06/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *TJ julga hoje habeas-corpus de Rogério.* 07/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Denegados habeas-corpus em favor de Rogério.* 08/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Citado a prestar depoimento na restauração do processo.* 08/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Ameaças de prisão ao filho leva dona Isaíras à Polícia.* 08/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Testemunhas vão depor contra Rogério no dia 21.*

09/08/1969, Caderno Primeiro, pág. 8.

_____. *Remorso já começa a tomar conta de Rogério.*
10/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Pai de Rogério não quis depor em sua defesa.*
14/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Viciado deve ir responder hoje sobre crime de estupro.* 14/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Rogério nega que tenha sido autor da sedução.*
15/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Juiz decide que Rogério pode praticar esportes.*
19/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Já saiu notificação para quem vai depor no processo.* 19/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Mãe do padre Henrique depõe hoje no processo a que responde Rogério Matos.* 21/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Enfermeiro reafirma que viu Rogério na rural.*
22/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Zilda confirmou ter sido seduzida pelo toxicômano.*
22/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Pai de Rogério falta outra vez à audiência.*
23/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Depoimento do pintor por carta pode ser indeferido.*
26/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Testemunhas serão arroladas no processo contra Rogério.* 27/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Rogério Matos tentou assassinar ontem dois presidiários na Detenção.* 28/08/1969, capa.

_____. *Rogério tenta matar dois companheiros de cela.*
28/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Advogado pede garantia de vida para Rogério Matos.* 29/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Testemunhas de defesa de Rogério vão depor amanhã.* 31/08/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Mãe do padre Henrique será interrogada hoje.*
02/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Nova testemunha aponta Rogério à Justiça como o matador de Henrique.* 03/09/1969, capa.

_____. *Rogério ameaçou vigia três dias após o crime.*
03/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Audiência foi conturbada e houve atrito no Tribunal.*
03/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Irmão marista admitiu que o assassinio foi político.*
03/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Preso outro suspeito na morte do sacerdote.*
06/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Advogado acha uma "farsa" processo contra Rogério.* 06/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Polícia prendeu ontem mais um suspeito no crime do padre Henrique.* 09/09/1969, capa.

_____. *Preso outro suspeito do assassinato do padre.*
09/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Denunciados à polícia dezenas de viciados em entorpecentes.* 09/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Poderá ser julgado dia 21 processo contra Rogério.*
09/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Testemunha negou confissão de Pedro Jorge.*
10/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Agentes encontram carta que “Bete” fez ao amante.*
10/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Novo grupo de toxicômanos foi preso ontem no Recife.* 10/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Enfermeiro ameaçado de morte viaja para o Sul.*
10/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Testemunhas substituídas no crime sobre agressão.*
10/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Pedro Jorge nega mas é preso como provável assassino do sacerdote.* 11/09/1969, capa.

_____. *Pedro Jorge nega mas está preso incomunicável.*
11/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Servente do engenho “Muribara”, autor das denúncias, teria pedido garantias de vida.* 11/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Padre Henrique temia represálias de grupo de viciados que o perseguia.* 11/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Mãe do sacerdote e amante de Rogério prestarão depoimento hoje na Justiça.* 11/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *“Lourdinha” é acusada de aliciar menores para a “gang”.* 11/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Rogério ganha um novo processo dando show de pornografia no Tribunal.* 12/09/1969, capa.

_____. *Novas testemunhas acusam Pedro Jorge.*
12/09/1969, Primeiro Caderno, pág.7.

_____. *Rogério enquadrado na Lei de Segurança:*
desacatou juizes e promotores no Tribunal. 12/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Elisabete negou tudo e disse que foi coagida ao depor na Comissão Judiciária.* 12/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Dona Marina mentiu para salvar o filho ameaçado por Rogério.* 13/09/1969, capa.

_____. *Na justiça militar inquérito contra Rogério.*
13/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Injuriado, Fernando Tasso requer reunião extra de desagravo da Ordem dos Advogados.* 13/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Terras do “muribara” serão revolvidas: objetos do padre podem estar enterrados.* 13/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Mãe mentiu em Juízo para proteger o filho ameaçado de morte pelo viciado.* 13/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Por força de habeas-corpus “Ratinho” e Pedro*

Jorge foram liberados ontem. 16/09/1969, capa.
_____. *Rogério denunciado ontem à Justiça Militar.*
16/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Fernando Tasso reitera o pedido para esclarecer
autoria da carta de Bete.* 16/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Tenta-se desvendar processo militar de Rogério.*
17/09/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.
_____. *Carta de Elisabete pede retificação mas não houve
equivocos da reportagem.* 17/09/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.
_____. *Negada tese de incompetência da Justiça Militar.*
18/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Testemunhas confirmam na Auditoria os insultos do
viciado ao promotor Massilon.* 18/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *PoliciaI explica porque prendeu Rogério poucas
horas depois do trucidamento.* 18/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Advogado tentou confundir testemunha, mas não
pode e magistrado o advertiu.* 18/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Concluído inquérito sobre crime praticado há 3
anos.* 18/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Pai de Rogério reagiu.* 19/09/1969, capa.
_____. *Pai de Rogério ficou preso duas horas na SSP.*
19/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Advogado já pediu condenação do viciado no crime
de estupro.* 19/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Testemunhas de Rogério depõem na Auditoria.*
23/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Advogado junta ao processo documentos que
provam sua condição de defensor.* 23/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Juiz nega provimento à apelação contra sentença
restauradora de processo.* 23/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Primeira condenação de Rogério por crime saiu
ontem: 5 anos de prisão.* 24/09/1969, capa.
_____. *Rogério condenado a cinco anos por sedução.*
24/09/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.
_____. *Transferida audiência do viciado para amanhã na
Auditoria Militar.* 24/09/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.
_____. *Promotor apela da sentença que condenou o
toxicômano.* 25/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Será hoje na Auditoria depoimento das testemunhas.*
25/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Testemunhas de Rogério depõem e procurador
oferecerá alegações.* 26/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Viciado será intimado hoje na Detenção sobre o
crime de sedução que praticou.* 26/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Promotor apela da sentença de Rogério.* 27/09/1969,
Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Procurador Militar pede condenação de Rogério.*
30/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Promotor quer diligências sobre as declarações do*

serviçal João Batista. 30/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Dona Isaíras diz que polícia não mostra interesse em descobrir matadores do padre.* 30/09/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Diretor Gibson se diz caluniado por D. Isaíras.* 01/10/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Advogado defende autor da prisão de Rogério.* 05/10/1969, Primeiro Caderno, pág.10.
_____. *Tasso pede informações da última briga de Rogério.* 07/10/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Viciado será julgado dia 21 na Auditoria Militar.* 07/10/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Novas testemunhas depõem hoje sobre crime do padre.* 09/10/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Irmão do padre Henrique também acusou Rogério.* 10/10/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Delegado e investigador depõem no crime do padre.* 16/10/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Diretor da Casa de Detenção confirma briga de Rogério.* 17/10/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Investigador Rivel Rocha diz nada ter com a morte do sacerdote.* 17/10/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Família do padre contesta acusação.* 19/10/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Justiça do Exército julga Rogério esta manhã.* 21/10/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Adiado julgamento de Rogério na Auditoria da 7ª Região.* 22/10/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Promotor apóia parecer do defensor do Toxicômano.* 22/10/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Ausência do promotor adia audiência de Rogério.* Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Desconhecido volta a ser visto na casa do sacerdote.* 26/10/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Rogério volta a julgamento.* 30/10/1969, capa.
_____. *Habeas-corpus negado: Rogério vai à júri dia 5.* 30/10/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.
_____. *Promotor não continua no processo de Rogério.* 31/10/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Rogério será julgado hoje pelo Conselho de Justiça do Exército.* 05/11/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Terminada instrução testemunhal sobre a chacina do padre Henrique.* 05/11/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Dona Isaíras denuncia manobra visando a inocentar matadores do padre Henrique.* 05/11/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Testemunha presta depoimento sobre a morte de Pe. Henrique.* 18/11/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Procurador pede confirmação da pena para Rogério Matos.* 19/11/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Recurso do toxicômano já se acha com*

desembargador. 19/11/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Acusado da morte do padre volta à “solitária” na CDR*. 19/11/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Testemunha em favor de Rogério não foi achada*. 22/11/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Toxicômano comparsa de Rogério teria confessado assassinio do pe. Henrique*. 28/11/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Polícia volta a investigar crime do padre*. 29/11/1969, Primeiro Caderno, pág.7.

_____. *D. Isaías faz dramático apelo a Muricy*. 30/11/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Pai de padre Henrique denuncia vizinho à autoridade policial*. 30/11/1969, Primeiro Caderno, pág. 8.

_____. *Polícia aponta à Justiça outro dos assassinos do padre Henrique Pereira*. 03/12/1969, capa.

_____. *Trindade aponta à Justiça comparsa de Rogério*. 03/12/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Advogado pode processar acusado por falsa acusação*. 03/12/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Defende-se o sr. Pedro Jorge Bezerra Leite*. 04/12/1969, capa.

_____. *Trindade reafirma que Pedro Jorge é assassino*. 04/12/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Trindade não vacila em afirmar que Pedro Jorge matou o padre Henrique*. 04/12/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Agora são quatro os denunciados pela morte do padre Henrique*. 10/12/1969, capa.

_____. *Acusados mais três suspeitos da morte do padre*. 10/12/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Promotor requer diligências contra os novos acusados*. 10/12/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Juiz interrogará suspeitos matadores do padre*. 11/12/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Testemunha nega em carta acusações que teria feito na polícia contra Pedro Jorge*. 11/12/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Testemunhas pedem garantias contra Pedro Jorge*. 12/12/1969, Primeiro Caderno I, pág.8.

_____. *“Mu” alega coação e torturas da polícia*. 13/12/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Advogado acha frágeis as denúncias contra o suíço*. 13/12/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Habeas-corpus para Pedro Jorge somente será julgado em janeiro*. 18/12/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Negada permissão para que Rogério deixe a Detenção*. 20/12/1969, Primeiro Caderno, pág.8.

_____. *Rogério poderá ser morto*. 24/12/1969, capa.

_____. *Diretor da Detenção pediu transferência de Rogério*.

24/12/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Vida de Rogério Matos corre perigo na Casa de Detenção.* 24/12/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Advogado é contrário a transferência de Rogério.* 27/12/1969, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Quem matou o padre Henrique?* 01/01/1970, Caderno Especial, pág.6.

_____. *Pedro Jorge e Michel Och serão ouvidos terça-feira.* 11/01/1970, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Hoje o depoimento de Jorge Tavares* 16/01/1970, Primeiro Caderno, pág. 8.
_____. *Pintor depõe e suíço apresenta defesa prévia.* 17/01/1970, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Testemunhas de acusação no crime do padre serão interrogadas dia 30.* 23/01/1970, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Outro habeas-corpus negado em favor de Pedro Jorge.* 30/01/1970, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *“Dai” volta a acusar Pedro Jorge durante depoimento.* 31/01/1970, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Testemunha implica suíço na morte do padre.* 13/02/1970, Primeiro Caderno, pág. 8.
_____. *Trindade Henriques afastado do cargo que exercia na SSP.* 18/02/1970, Primeiro Caderno, pág.8.
_____. *Rogério está bem guardado na Detenção.* 06/03/1970, capa.
_____. *Rogério queixa-se de atentado que a Casa de Detenção nega ter ele sofrido.* 06/03/1970, Segundo Caderno, pág.12.
_____. *Mais um ano de prisão para Rogério.* 11/03/1970, capa.
_____. *Comerciária quer garantias contra amante do toxicômano.* 11/03/1970, Segundo Caderno, pág.12.
_____. *Testemunhas de defesa inquiridas dia 18.* 11/03/1970, Segundo Caderno, pág.12.
_____. *O pintor Jorge Tavares ainda não se apresentou à Polícia.* 29/03/1970, Segundo Caderno, pág.12.
_____. *Para adquirir psicotrópicos pintor Jorge Tavares subornou vigia do DSP.* 31/03/1970, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Advogado de Pedro Jorge solicita à Justiça acareação.* 01/04/1970, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Complica-se situação do pintor na morte do padre.* 03/04/1970, Segundo Caderno, pág.12.
_____. *Pintor Jorge Tavares pode ter fugido de barco temendo ser condenado.* 05/04/1970, Segundo Caderno, pág.16.
_____. *Polícia pode prender Jorge Tavares e Pedro Jorge: saiu prisão preventiva.* 09/04/1970, Segundo Caderno, pág.12.
_____. *Matadores do padre fugiram de Pernambuco.* 10/04/1970, capa.
_____. *Fugiram dois acusados da morte do padre Henrique.* 10/04/1970, Segundo Caderno, pág.12.

_____. *Familiares do pintor ingressam na Justiça com “habeas-corpus”*. 11/04/1970, Segundo Caderno, pág.12.

_____. *Familiares de Jorge Tavares tentam derrubar preventiva*. 13/04/1970, Segundo Caderno, pág.12.

_____. *Juiz informa sobre motivos da decretação da prisão do pintor*. 15/04/1970, Segundo Caderno, pág.12.

_____. *Negado habeas-corpus em favor de Jorge Tavares* 23/04/1970, Segundo Caderno, pág.12.

_____. *Promotor é contrário ao relaxamento da prisão de Pedro Jorge*. 30/04/1970, Segundo Caderno, pág.12. _____.

_____. *Justiça cassa prisão preventiva decretada contra Jorge Tavares*. 01/05/1970, Segundo Caderno, pág.12. _____.

_____. *Mãe de Padre Henrique denuncia trama para afastar advogado do processo*. 14/05/1970, Segundo Caderno, pág.12.

_____. *Familiares do padre Henrique voltam a depor em juízo e acusam polícia*. 21/05/1970, Segundo Caderno, pág.12.

_____. *Juiz decidirá em dois meses a sorte dos acusados na morte de pe. Henrique*. 22/05/1970, Segundo Caderno, pág.12.

_____. *Estudante na Justiça nega ameaças dirigidas à família do padre Henrique*. 22/05/1970, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Investigador nega em juízo que polícia matou o padre*. 05/06/1970, Segundo Caderno, pág. 12. _____.

_____. *Testemunha na morte de pe. Henrique foi detida no interior*. 06/06/1970, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Testemunha afirma que mentiu na SSP temendo coação do agente de Costumes*. 09/06/1970, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Tenente será ouvido hoje sobre o crime que vitimou o padre*. 12/06/1970, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Prova testemunhal foi encerrada sobre crime que vitimou o padre*. 17/06/1970, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Promotor é favorável à concessão de “habeas corpus” para Pedro Jorge*. 20/06/1970, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Superior Tribunal Militar negou provimento à apelação de Rogério*. 02/07/1970, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Hélder é Fidel de batina*. 08/10/1970, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Padre a serviço do P.C*. 15/12/1970, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Promotor pede pronúncia para principal suspeito no trucidamento do padre*. 15/12/1970, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Tasso refuta acusações do promotor ao padre Henrique*. 19/12/1970, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Rogério Matos tentou matar inimigo na CDR*. 01/01/1971, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Advogado quer processar Rogério*. 03/01/1971, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Advogado inocenta Jorge Tavares no massacre do padre Antonio Henrique*. 16/01/1971, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Defesa de Rogério com Juiz*. 19/01/1971, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Advogado pede impronúncia para Rogério,*

19/01/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Processo penal é como uma flor e só quem deve tocá-lo é o juiz.* 19/01/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Rogério gostava do sacerdote e freqüentava a sua casa.* 19/01/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Restou a morte violenta do pastor atingindo a sensibilidade humana.* 19/01/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Juiz remeteu à Justiça Federal o processo de Rogério.* 20/01/1971, capa.
_____. *Juiz julga-se incompetente no processo de Rogério Matos.* 20/01/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Justiça Estadual incompetente para julgar delitos políticos.* 20/01/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Advogados de Rogério apelam para Tribunal.* 27/01/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Não existe crime sem lei anterior que o defina.*
27/01/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Advogados do pintor recorrem de decisão.*
31/01/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Conselho de Sentença escolhe 21 jurados.*
31/01/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Rogério processado por agressão dentro da Casa de Detenção.* 04/02/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Promotor reafirma que crime do padre compete à Justiça comum.* 16/02/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Gibson deixa SSP pelo Ministério.* 20/02/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Rogério denunciado por mais um crime de lesão corporal.* 03/03/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Habeas adia inquirição de Rogério.* 15/03/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *“Bolinha” leva amante de Rogério à loucura.* 31/03/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Denúncia contra “X-9” é apreciada pela Justiça.* 15/05/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Câmara Criminal aumenta pena do suspeito da morte do padre.* 09/06/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Só juiz poderá revogar confinamento de Rogério.* 17/06/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Rogério continuará em cela longe dos presos.* 18/06/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Juiz envia à procuradoria ação contra investigador.* 03/07/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Coronel condenado por agressão requereu benefício do “sursis”.* 03/09/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Juiz obriga coronel a se afastar da função.*

11/09/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Negado habeas-corpus a suspeito do assassinato do padre Henrique.* 05/11/1971, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Rogério Matos do Nascimento é absolvido do crime de estupro.* 20/01/1972, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Mãe do padre Henrique atribui a bandoleiros a morte do seu esposo.* 27/02/1972, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Dona Isaíras acusa seu vizinho de provocar a morte do esposo.* 27/02/1972, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Procurador acha que Rogério deverá ser julgado pelo Júri.* 04/05/1972, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Processo contra Rogério será redistribuído a novo relator.* 05/05/1972, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Supostos matadores do padre enfrentarão Justiça comum.* 08/06/1972, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Ex-amante de Rogério novamente presa acusada de fumar maconha.* 30/06/1972, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Rogério recorre à Justiça.* 17/08/1972, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Boris impetra habeas-corpus para soltar Rogério Matos.* 17/08/1972, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Matador do padre sentará no banco dos réus.* 05/09/1972, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Defensores de Rogério querem anular sentença de pronúncia.* 09/09/1972, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Rogério Matos confirma agressão contra colega de cela na penitenciária.* 13/09/1972, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *João da Bronca é condenado a 6 anos de prisão.* 18/08/1973, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Desembargador quer liberdade para Rogério.* 23/08/1973, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Desembargador não vê culpa em Rogério Matos.* 23/08/1973, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Sustentação oral.* 23/08/1973, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Testemunha importante.* 23/08/1973, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Matador do padre poderá ser libertado hoje.* 29/08/1973, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Rogério Matos poderá ser liberado ainda hoje.* 29/08/1973, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Julgamento de Rogério sofre novo adiamento.* 30/08/1973, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Justiça pode libertar Rogério ainda hoje.* 05/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *“X-9” refuta acusações do ex-estudante.* 05/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.
_____. *Sorte de Rogério depende Augusto Duque.* 06/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Duarte Lima diz que pronúncia é um erro.*
06/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Tensão após voto de Gabriel.* 06/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Desembargador analisa o processo,* 06/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Duque diz hoje se Rogério será libertado.*
12/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Augusto Duque despronúncia Rogério Matos.*
20/09/1973, Primeiro Caderno, pág.7.

_____. *Rogério Matos garante que não sairá do Recife.*
20/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Caso Rogério ainda pode ir ao STF mas ele está tranquilo.* 21/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Rogério passa dia agitado e visita amigo.*
21/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Ex-estudante acusa X-9.* 21/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Procuradoria poderá recorrer.* 21/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Mensagem do ex-acusado ao DP.* 21/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Raimundo Ferreira defende-se das acusações feitas por Rogério Matos.* 22/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Bacharéis não farão a defesa de X-9.* 22/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Perdão para Rogério.* 25/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Justiça poderá decretar nova prisão.* 25/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Mãe do padre Henrique pede perdão para ex estudante.* 25/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Rogério diz que Raimundo Ferreira é inocente.*
28/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Guerreiro defenderá o ex-estudante.* 28/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Juiz notifica acusador de policial.* 28/09/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Processo contra Rogério não será visto por Rossini.*
19/10/1973, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Rogério agride lavador de carros mas diz que está sofrendo perseguição.* 19/01/1974, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Rogério outra vez na polícia.* 08/02/1974, Segundo Caderno, pág. 12.

_____. *Mãe de padre Henrique apela para Geisel.*
26/05/1974, Primeiro Caderno, pág. 31.

_____. *Caso padre Henrique volta a exame judicial.*
29/06/1974, capa.

_____. *Caso do padre Henrique reencaminhado à Justiça.*

29/06/1974, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Problema dos jovens preocupavam sacerdote.*

29/06/1974, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Morte violenta à margem da BR-101.* 29/06/1974,
Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Mãe do religioso diz que não havia maconha.*

29/06/1974, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Voto de Augusto Duque liberta Rogério Matos.*

29/06/1974, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Advogado quer DPF elucidando morte do padre.*

30/06/1974, Primeiro Caderno, pág.31.
_____. *Exame do caso do padre não chegou à Justiça.*

02/07/1974, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Promotor diz que nenhum crime pode ficar impune.*

02/07/1974, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Mãe do sacerdote estranha problema não ter
solução.* 02/07/1974, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Rogério Matos quer indenização do Estado.*

05/07/1974, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Estudante não receia as novas diligências.*

02/07/1974, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Diretor Moacir Sales notifica mãe do padre.*

02/07/1974, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Justiça recebe carta da mãe do padre Henrique.*

09/07/1974, capa.
_____. *Ministro entrega caso do padre ao procurador.*

09/07/1974, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Promotor cobra diligências da DH.* 09/07/1974,
Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Isaíras apontará matadores do padre Henrique.*

28/01/1975, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *D. Isaíras aponta novos implicados.* 29/01/1975,
capa.
_____. *Mãe do padre Henrique culpa diretor do DOPS.*

29/01/1975, Primeiro Caderno, pág.11.
_____. *Boris e Urbano também implicados no crime.*

29/01/1975, Primeiro Caderno, pág.11.
_____. *O que não foi dito antes.* 29/01/1975, Primeiro
Caderno, pág.11.
_____. *Moacir Sales aguarda tranqüilo o resultado.*

30/01/1975, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *“X-9” interpela e requer exame mental para Isaíras.*

30/01/1975, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Delegado procura promotor.* 30/01/1975, Primeiro
Caderno, pág.12.
_____. *Preventiva para implicados na morte do padre.*

31/01/1975, Primeiro Caderno, pág. 12.
_____. *Moacir Sales quer depôs no “caso do padre”.*

06/03/1975, Primeiro Caderno, pág.12.

_____. *Professor apontará hoje matadores do padre.*
12/03/1975, Primeiro Caderno, pág. 12.

_____. *Moacir Sales depõe sobre o homicídio.* 12/03/1975,
Primeiro Caderno, pág. 12.

_____. *Dom Hélder vai depor sobre o padre Henrique.*
13/03/1975, capa.

_____. *Professor não sabe quem matou o sacerdote Antonio
Henrique.* 13/03/1975, Primeiro Caderno, pág.12.

_____. *Moacir Sales esclarece equívoco.* 13/03/1975,
Primeiro Caderno, pág.12.

_____. *Arcebispo vai depor na polícia.* 13/03/1975,
Primeiro Caderno, pág.12.

_____. *Rogério Matos na polícia: caso padre Henrique.*
30/04/1975, Primeiro Caderno, pág.12.

_____. *Rogério depõe sobre a morte do padre Henrique.*
03/05/1975, Primeiro Caderno, pág.12.

_____. *Interrogatório objetivo.* 03/05/1975, Primeiro
Caderno, pág.12.

_____. *Advogado protesta em vão.* 03/05/1975, Primeiro
Caderno, pág.12.

_____. *Pedido reinício de ação no caso “padre Henrique”.*
20/08/1975, Primeiro Caderno, pág.12.

_____. *Desconhecidos ameaçam mãe do padre Henrique*
28/10/1975, Primeiro Caderno, pág.12.

_____. *Mãe do padre Henrique intimada a depor na DH.*
30/10/1975, Primeiro Caderno, pág.12.

_____. *Mãe do padre Henrique depõe hoje em Homicídios.*
04/11/1975, Primeiro Caderno, pág.12.

_____. *Pe. Henrique: mãe aponta 5 dos envolvidos.*
05/11/1975, capa.

_____. *D. Isaíras aponta os matadores do padre Henrique.*
05/11/1975, Primeiro Caderno, pág.12.

_____. *Caminhos sinuosos da SSP.* 05/11/1975, Primeiro
Caderno, pág.12.

_____. *Os interessados e a verdade.* 05/11/1975, Primeiro
Caderno, pág.12.

_____. *Cartas revelam pistas.* 05/11/1975, Primeiro
Caderno, pág.12.

_____. *Caso padre Henrique volta à justiça sem solução.*
08/11/1975, Primeiro Caderno, pág.12.

_____. *Funcionário é ameaçado.* 08/11/1975, Primeiro
Caderno, pág.12.

_____. *Rogério Nascimento poderá ser liberado.*
25/11/1975, Primeiro Caderno, pág. 12.

_____. *Rogério Nascimento libertado novamente.*
28/11/1975, Primeiro Caderno, pág.12.

_____. *Ex-estudante desabafa.* 28/11/1975, Primeiro
Caderno, pág.12.

_____. *Ex-estudante acusa polícia de persegui-lo.*

29/11/1975, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Vítima de Rogério está em coma na Restauração.*
24/12/1975, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Mulher acusa ex-estudante.* 24/12/1975, Primeiro
Caderno, pág.12.
_____. *Rogério é acusado de ter atirado em viatura policial.*
28/12/1975, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Mãe do sacerdote é tocaiada por menor.* 20/01/1976,
Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Caso padre Henrique reaberto novamente*
30/01/1976, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Dona Isaíras vê o filho inocente e acusa polícia.*
26/05/1976, capa.
_____. *D. Isaíras diz que filho é inocente e relembra o*
assassinio do sacerdote. 26/05/1976, Primeiro Caderno, pág.14.
_____. *Rogério Matos é condenado mais uma vez.*
26/06/1976, capa.
_____. *Rogério é condenado por transporte de maconha.*
26/06/1976, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Wandenkolk: dom Hélder devia estar preso.*
29/04/1977, Primeiro Caderno, pág. A-3.
_____. *Caso do padre Henrique tem novo promotor e*
policial é apontado como envolvido. 28/03/1978, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Mãe de padre mantém pedido de revisão dos*
processos. 29/03/1978, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Rogério Matos é solto e continua dizendo-se*
inocente de homicídio. 30/03/1978, Primeiro Caderno, pág.12.
_____. *Mãe do padre Henrique reza com “Cajá”.*
18/05/1978, Caderno A, pág.4
_____. *Polícia só tem um depoimento sobre morte de*
Tavares. 25/05/1978, capa.
_____. *Proprietária de bar que Jorge freqüentava não viu*
assassinio. 25/05/1978, Caderno A, pág.19.
_____. *Testemunhas apontam hoje assassino de pintor em*
Piedade. 26/05/1978, Caderno A, pág.15.
_____. *Mãe do padre Henrique afirma que está marcada*
para morrer. 29/05/1978, Caderno A, pág.9.
_____. *Escultor reconhece quem atirou em Jorge Tavares.*
30/05/1978, Caderno A, pág.18.
_____. *Promotor reabre caso pe. Henrique.* 30/12/1978,
capa.
_____. *Mãe do padre Henrique volta a acusar a polícia.*
09/01/1979, Caderno A, pág. 15.
_____. *Processo movimentado outra vez.* 09/01/1979,
Caderno A, pág. 15.
_____. *Devolvido à Polícia processo sobre morte do padre*
Henrique 10/01/1979, Caderno A, pág. 15.
_____. *Inquérito sobre a morte do padre Henrique será*
reaberto segunda-feira. 20/01/1979, Caderno A, pág.15.

_____. *Agente diz que crime de pe. Henrique não teve caráter político.* 30/01/1979, Caderno A, pág. 15.

_____. *Agente aposentado ratifica depoimento.* 30/01/1979, Caderno A, pág. 15.

_____. *Mãe do padre Henrique denuncia ameaças.* 08/04/1979, Caderno A, pág. 23.

_____. *Chefe da SSP será ouvido sobre morte do padre Henrique.* 19/05/1979, Caderno A, pág. 15.

_____. *Assassínio do pe. Henrique é lembrado com novas acusações.* 17/05/1979, capa.

_____. *Há 10 anos, era encontrado o cadáver do pe. Henrique.* 27/05/1979, Caderno A, pág. 26.

_____. *D. Hélder ora por padre Henrique e visita seu túmulo.* 28/05/1979, capa.

_____. *Gibson: polícia não matou padre.* 29/05/1979, Caderno A, pág. 17.

_____. *Gibson é chamado a depor.* 06/06/1979, capa.

_____. *Ameaçada mãe do Pe. Henrique.* 06/06/1979, Caderno A, pág. 17.

_____. *Promotor vai depor sobre morte de padre.* 07/06/1979, Caderno A, pág. 17.

_____. *Morte do padre tem reexame.* 09/06/1979, Caderno A, pág. 17.

_____. *Bartolomeu Gibson contestado pela mãe do padre Henrique.* 10/06/1979, Caderno A, pág. 27.

_____. *Higino: tudo está sendo feito para apurar a morte do padre Henrique.* 14/06/1979, Caderno A, pág. 19.

_____. *Delegado marca dia de corregedor depor após estudar autos.* 20/06/1979, Caderno A, pág. 17.

_____. *Segurança convoca Gibson para depor.* 24/07/1979, Caderno A, pág. 17.

_____. *Rogério Matos é procurado pela polícia.* 25/01/1980, Caderno A, capa.

_____. *Polícia intima Rogério a prestar depoimento.* 26/01/1980, Caderno A, pág. 15.

_____. *Rogério depõe segunda-feira sobre morte de advogado.* 27/01/1980, Caderno A, pág. 23.

_____. *Rogério culpa os médicos.* 28/01/1980, Caderno A, capa.

_____. *Rogério: não me escondo, evito as perseguições.* 28/01/1980, Caderno A, pág. 11.

_____. *Rogério quer ser ouvido pela polícia.* 29/01/1980, Caderno A, pág. 19.

_____. *Viúva afirma que Mário Guerra sempre foi um homem de fé.* 30/01/1980, Caderno A, pág. 19.

_____. *Homicídios só quer ouvir Rogério Matos na próxima semana.* 31/01/1980, Caderno A, pág. 19.

_____. *Advogado anuncia testemunha da morte de colega.* 05/02/1980, Caderno A, pág. 17.

_____. *Rogério depõe sobre morte de Mário Guerra.* 06/02/1980, Caderno A, pág.15.

_____. *DH convoca novas testemunhas sobre caso se advogado.* 07/02/1980, Caderno A, pág.18.

_____. *Diretor da Interlândia depõe sobre homicídio.* 11/02/1980, Caderno A, pág. 11.

_____. *Delegacia conclui inquérito sobre morte de advogado.* 06/04/1980, Caderno A, pág. 27.

_____. *Investigações se arrastam desde 69.* 09/07/1981.

_____. *Justiça Federal pode apurar morte do padre Henrique.* 09/07/1981.

_____. *Delegado recebe autos do processo do pe. Henrique.* 15/04/1986.

_____. *Promotor reiniciará interrogatório sobre a morte do pe. Henrique.* 27/05/1986.

1.1.5.4. Folha do Povo

FOLHA DO POVO. *A Igreja fará intensa aproximação com as massas.* 28/07/1955.

_____. *Advertência do Cardeal (contra o comunismo) na mensagem de ano novo.* 04/01/1959.

1.1.5.5. Jornal do Brasil

JORNAL DO BRASIL. *Padre é assassinado no Recife.* 28/05/1969, capa.

_____. *Assistente da Arquidiocese do Recife é assassinado e pendurado em uma árvore.* 28/05/1969, pág.14.

_____. *Polícia tem testemunha que pode identificar assassinos do sacerdote pernambucano.* 31/05/1969, pág.16.

_____. *Polícia protege informante que depôs sobre pe. Henrique.* 04/06/1969, pág.14.

_____. *D. Jaime celebra missa por pe. Henrique na presença de 50 sacerdotes e 500 fiéis.* 05/06/1969, pág.16.

_____. *Comissão Judiciária que vai apurar morte do padre Henrique começa seus trabalhos.* 07/06/1969, pág.16.

_____. *Morte do padre ainda é mistério.* 11/06/1969, pág. 14.

_____. *Suspeito de matar padre está preso.* 20/06/1969, pág.18.

_____. *Comissão Judiciária acha que padre Henrique foi morto por motivo político.* 24/06/1969, pág.18.

1.1.5.6. Jornal do Commercio

JORNAL DO COMMERCIO. *Não luta “contra” comunismo, mas “a favor” do operariado.* 14/11/1957.

_____. *O cardeal seria comunista.* 21/08/1958.

_____. *Proclamação do arcebispo D. Antonio ao eleitorado de Pernambuco.* 25/09/1958.

_____. *Monsenhor deseja tirar a batina porque com batina padre vira homem marcado*. 09/07/1959.

_____. *O arcebispo prega, em Vitória, a união contra a ideologia comunista*. 21/10/1959.

_____. *Hélder vê no humanismo ateu pontos positivos*. 10/02/1967, Caderno I, pág. 2.

_____. *Vereador vê foice na cruz*. 05/09/1968.

_____. *Wandenkolk descobre a foice e o martelo num Congresso Eucarístico*. 05/09/1968.

_____. *Padre Crespo vê crítica de Wandenkolk à emblema como “vazia de conteúdo”*. 06/09/1968.

_____. *Wandenkolk reabre luta contra Hélder*. 11/09/1968.

_____. *Hélder é solidário a Rossi*. 04/10/1968.

_____. *Hélder diz que atentados não o atemorizam*. 27/10/1968.

_____. *Hélder diz que seu movimento passará agora à fase de ação*. 02/11/1968.

_____. *Federais investigam atividades do bispo em sigilo*. 27/11/1968.

_____. *Sacerdotes implicados em subversão começaram ontem a depor em IPM*. 03/12/1968.

_____. *Vaticano apóia padres presos em Minas Gerais*. 10/12/1968.

_____. *Exército esclarece prisão de padres*. 22/12/1968.

JORNAL DO COMMERCIO. *Polícia quer apurar morte de sacerdote*. 28/05/1969, Caderno I, pág. 8.

_____. *Sepultamento do padre Henrique teve cortejo do Espinheiro à Várzea*. 29/05/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Comissário anuncia pista segura dos matadores do sacerdote em 24 horas*. 30/05/1969, capa.

_____. *Polícia espera pista dentro de 24 horas*. 30/05/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Autópsia do padre explicada a bispos*. 30/05/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Era filho de modesto e religioso casal*. 30/05/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Bispo traz condolências da Confederação*. 30/05/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Última ação foi aula dada a pais e filhos*. 30/05/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Colégios guardam boas lembranças do mestre*. 30/05/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Dom Hélder informou desenlace à família*. 30/05/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Comissariado comunicou o achado do cadáver*. 30/05/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Dops não diz se deputado continua preso*. 30/05/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Juiz preside inquérito do sacerdote*. 31/05/1969, capa.

_____. *Juiz vai apurar morte do padre a pedido do governo.*
31/05/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Ação Operária acha que morte foi uma consequência.*
31/05/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Surge primeira pista no caso do vigário.* 31/05/1969,
Caderno I, pág. 10.

_____. *Matadores incorrem na pena de excomunhão.*
31/05/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Arcebispo recebe mensagens de toda parte.* 31/05/1969,
Caderno I, pág. 10.

_____. *Dom Lorscheider retornou ao Sul do país.* 31/05/1969,
Caderno I, pág. 10.

_____. *A portas fechadas polícia investiga crime.* 01/06/1969,
Caderno I, pág. 16.

_____. *De dom Sardinha ao padre Henrique.* 01/06/1969,
Caderno III, pág. 18.

_____. *Juiz que dirige inquérito do padre promete que tudo fará
para elucidar crime.* 03/06/1969, capa.

_____. *Juiz Aluísio Xavier presidirá inquérito do padre.*
03/06/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Tiros e não asfixia mataram Antônio Henrique.*
03/06/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *150 homens da polícia nada conseguiram ainda.*
03/06/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Segurança recomenda ordem após missas.* 03/06/1969,
Caderno I, pág. 12.

_____. *Sinos convidam fiéis para as exéquias.* 03/06/1969,
Caderno I, pág. 12.

_____. *Vereador queria Câmara representada.* 03/06/1969,
Caderno I, pág. 12.

_____. *Dom Hélder celebrou na Sé de Olinda missa pela alma
do padre Henrique.* 04/06/1969, capa.

_____. *Igreja rezou missa pelo padre Henrique com homilia
especial.* 04/06/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Família assistiu ato fúnebre no Cordeiro.* 04/06/1969,
Caderno I, pág. 10.

_____. *Nilo nomeia em Garanhuns juiz e comissão.* 04/06/1969,
Caderno I, pág. 10.

_____. *Local do crime foi na Cidade Universitária.* 04/06/1969,
Caderno I, pág. 10.

_____. *Constituída comissão que apurará morte do padre.*
05/06/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Instituto técnico explica os métodos usados.* 05/05/1969,
Caderno I, pág. 12.

_____. *Rural abandonada pode ser pista para polícia.*
05/06/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Família repudia boatos sobre Henrique.* 05/06/1969,
Caderno I, pág. 12.

_____. *Cardeal primaz veio ao Recife solidarizar-se com dom*

Hélder Câmara. 06/06/1969, capa.
_____. *Cardeal primaz traz solidariedade a dom Hélder*.
06/06/69, Caderno I, pág. 3.
_____. *Dom Scherer reza missa pelo padre Henrique*. 06/06/69,
Caderno I, pág. 3.
_____. *Solenidade marca início de trabalhos da justiça*.
06/06/69, Caderno I, pág. 3.
_____. *Polícia ouve mais gente porém não revela quem*.
06/06/69, Caderno I, pág. 3.
_____. *Rural tem dono e não estava abandonada*. 06/06/69,
Caderno I, pág. 3.
_____. *Comissão inicia inquérito sobre assassino do padre*.
07/06/1969, capa.
_____. *Juiz que vai apurar morte do padre começa trabalhos*.
07/06/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Polícia detém mulher da história do “Volks”*. 07/06/1969,
Caderno I, pág. 10.
_____. *Bahia fará exéquias pelo padre Henrique*. 07/06/1969,
Caderno I, pág. 10.
_____. *Juiz com elementos que podem levar aos matadores do
padre*. 07/06/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Aluísio com dados que podem levar aos criminosos*.
08/06/1969, Caderno I, pág. 14.
_____. *Mãe de sacerdote recebeu informações e foi ao juiz*.
08/06/1969, Caderno I, pág. 14.
_____. *Promotor já tem provas que polícia conseguiu*.
08/06/1969, Caderno I, pág. 14.
_____. *Comissão levanta os passos do padre*. 10/06/1969,
Caderno I, pág. 3.
_____. *Afastada a hipótese de que “gang da bolinha” seja a
matadora do padre*. 11/06/1969, capa.
_____. *Exército quer elucidar morte do padre, diz Muricy*.
11/06/1969, Caderno I, pág. 3.
_____. *Comissão elimina pista que levaria a viciado*. 11/06/1969,
Caderno I, pág. 3.
_____. *Perícia traz reviravolta ao caso padre Henrique*.
13/06/1969, Caderno I, pág. 3.
_____. *Interrogatórios param e Comissão tem pista sobre a
morte do padre*. 14/06/1969, Caderno I, pág. 3.
_____. *Cardeal de Porto Alegre relembra padre Henrique*.
15/06/1969, Caderno I, pág. 3.
_____. *Diligências sobre morte do padre estarão melhor
delineadas em 48 horas*. 18/06/1969, capa.
_____. *Inquérito da morte do padre vai hoje para a Vara de
Homicídios*. 18/06/1969, Caderno I, pág. 3.
_____. *Pedida preventiva para suspeito do assassinio do padre
Antonio Henrique*. 19/06/1969, capa.
_____. *Juiz pede prisão de suspeito da morte do padre*.
19/06/1969, Caderno I, pág.12.

_____ . *Mãe de Rogério reza e vê seu filho inocente.* 19/06/1969, Caderno I, pág.12.

_____ . *Busca-se 2º suspeito do trucidamento.* 20/06/1969, capa.

_____ . *Juiz de Homicídios vê a prisão de Rogério ilegal.* 20/06/1969, Caderno I, pág. 10.

_____ . *Aguardada prisão do 2º suspeito no assassinio.* 20/06/1969, Caderno I, pág. 10.

_____ . *Fortes suspeitas levaram Comissão a pedir preventiva.* 20/06/1969, Caderno I, pág. 10.

_____ . *Pedido de habeas-corpus só será julgado dia 1º.* 20/06/1969, Caderno I, pág. 10.

_____ . *Juiz afirma que não é responsável pela prisão.* 20/06/1969, Caderno I, pág. 10.

_____ . *Não foi aceito ao voltar à Católica.* 20/06/1969, Caderno I, pág. 10.

_____ . *Dom Hélder tem fé na Comissão.* 20/06/1969, Caderno I, pág. 10.

_____ . *Preventiva leva Rogério à Detenção.* 21/06/1969, Caderno I, capa.

_____ . *Preventiva justifica prisão do primeiro suspeito.* 21/06/1969, Caderno I, pág. 10.

_____ . *Recesso do Tribunal não impede hábeas.* 21/06/1969, Caderno I, pág. 10.

_____ . *Ninguém da Cúria viu Rogério procurar padre.* 21/06/1969, Caderno I, pág. 10.

_____ . *Rádio Patrulha acompanhou o acusado até à Detenção.* 21/06/1969, Caderno I, pág. 10.

_____ . *Rogério agride e insulta advogado Fernando Tasso.* 21/06/1969, Caderno I, pág. 10.

_____ . *Mãe de Henrique e dom Hélder serão ouvidos* 21/06/1969, Caderno I, pág. 10.

_____ . *Toma outro rumo inquérito sobre a morte do padre.* 22/06/1969, capa.

_____ . *Comissão investiga acusações feitas por Rogério.* 22/06/1969, Caderno I, pág. 14.

_____ . *Elizabete foi buscar pertences no antigo lar.* 22/06/1969, Caderno I, pág. 14.

_____ . *Juiz ouve religiosos no Colégio Marista.* 22/06/1969, Caderno I, pág. 14.

_____ . *Irmão Orlando prefere falar sobre Henrique.* 22/06/1969, Caderno I, pág. 14.

_____ . *Rogério já fora preso por fumar maconha mas nada consta na polícia.* 22/06/1969, Caderno I, pág. 15.

_____ . *Advogado diz que prisão não tem suporte legal.* 22/06/1969, Caderno I, pág. 15.

_____ . *Rogério com dores baixou à enfermaria.* 22/06/1969, Caderno I, pág. 15.

_____ . *Comissão para hoje, diz Fernando Tasso.* 22/06/1969, Caderno I, pág. 15.

_____. *Dom Hélder não é ouvido e nem vê razão de o ser.*
22/06/1969, Caderno I, pág. 15.

_____. *Rogério é disciplinado e não está incomunicável.*
24/06/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Exéquias marcam o 30º dia do assassinato.* 24/06/1969,
Caderno I, pág. 12.

_____. *Na casa de Bete há uma família com terror.* 24/06/1969,
Caderno I, pág. 12.

_____. *Residência do suspeito é suja e maltratada.* 24/06/1969,
Caderno I, pág. 12.

_____. *Advogado esclarece as declarações de Tasso.* 24/06/1969,
Caderno I, pág. 12.

_____. *Comissão investiga origem política do trucidamento.*
26/06/1969, capa.

_____. *Comissão vê agora possibilidade de crime político.*
26/06/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Dom Lamartine novamente é ouvido pela Comissão.*
26/06/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Advogados impetrarão novo habeas em favor de Rogério.*
26/06/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Rogério vive seus dias tranqüilos na Detenção.*
26/06/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Funcionárias do Juvenato nada viram e nada sabem.*
26/06/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Arcebispo celebra missa de 30º por Henrique.* 26/06/1969,
Caderno I, pág. 12.

_____. *Policiais depõem sobre trucidamento.* 27/06/1969, capa.

_____. *Nilo pode prorrogar prazo para a Comissão continuar
investigando trucidamento.* 28/06/1969, capa.

_____. *Prazo termina 2ª feira mas pode haver adiamento.*
28/06/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Comissão ainda tem em Rogério um forte suspeito.*
28/06/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Preso já conversa com companheiros e nega crime.*
28/06/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Sob luz de vela foi lido o Ato dos Apóstolos.* 28/06/1969,
Caderno I, pág. 10.

_____. *Advogado diz ter provas da inocência de Rogério.*
28/06/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Ouvida a moça que foi às casas de Cândido e do padre nos
dias dos crimes.* 29/06/1969, capa.

_____. *Comissão ouve moça que estava na casa de Cândido.*
29/06/1969, Caderno I, pág. 14.

_____. *Dom Hélder não fala sobre Wandenkolk.* 29/06/1969,
Caderno I, pág. 14.

_____. *Secretaria de Justiça nada sabe sobre a Comissão.*
29/06/1969, Caderno I, pág. 14.

_____. *Comissão entrega amanhã autos do inquérito.* 29/06/1969,
Caderno I, pág. 14.

_____. *Remessa dos autos encerra os trabalhos amanhã.*
29/06/1969, Caderno I, pág. 14.

_____. *Álvaro Costa Lima foi ouvido ontem pela manhã.*
29/06/1969, Caderno I, pág. 14.

_____. *Comissão entrega hoje o relatório sobre trucidamento.*
01/07/1969, capa.

_____. *Comissão conclui trabalhos sem nada ter apurado.*
01/07/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Elisabete nega ter prestado outro depoimento.* 01/07/1969,
Caderno I, pág. 12.

_____. *Pacote que Rogério enterrou no quintal pode ser nova pista.* 02/07/1969, capa.

_____. *Polícia busca pista decisiva na casa de Rogério.*
02/07/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Oficialmente Nilo não recebeu o relatório.* 02/07/1969,
Caderno I, pág. 10.

_____. *Juíz entregou ontem autos e relatório.* 02/07/1969,
Caderno I, pág. 10.

_____. *Documento consta de 25 folhas e só aponta um.*
02/07/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Delegado tenta achar a Rural utilizada no crime.*
02/07/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Rogério está tranqüilo na Casa de Detenção.* 02/07/1969,
Caderno I, pág. 10.

_____. *Suspeito poderá passar mais duas semanas preso.*
02/07/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Inquérito ainda é um “espinho na garganta”.* 02/07/1969,
Caderno I, pág. 10.

_____. *Desconhecido procura Comissão para falar.* 02/07/1969,
Caderno I, pág. 10.

_____. *Neste crime o castigo é o mistério.* 02/07/1969, Caderno II,
pág. 1.

_____. *Governador cala sobre relatório.* 03/07/1969, capa.

_____. *Relatório aponta Rogério como provável matador.*
03/07/1969, Caderno I e II, pág. 12/1.

_____. *Escavações na casa de Rogério nada de positivo revelam.*
04/07/1969, capa.

_____. *Denúncia contra Rogério tem prazo findo 3ª feira.*
04/07/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Escavações nada mostram na casa do suspeito.*
04/07/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Juristas acham que CJI não tem prazo prefixado.*
04/07/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Moça revela que alcança graça rezando ao padre.*
04/07/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Direita não é responsável pelo crime, diz Wandenkolk.*
04/07/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Denegação unânime ao pedido de habeas para Rogério Matos.* 05/07/1969, capa.

_____. *Justiça nega habeas a Rogério.* 05/07/1969, Caderno I, pág.12.

_____. *Pais de Henrique foram tratar da saúde no Rio.* 05/07/1969, Caderno I, pág.12.

_____. *Juiz tem elementos para restaurar processo antigo.* 05/07/1969, Caderno I, pág.12.

_____. *Promotor pede reforço policial no interrogatório.* 05/07/1969, Caderno I, pág.12.

_____. *Vereador quer que Nilo prorogue prazo da CJI.* 05/07/1969, Caderno I, pág.12.

_____. *Delegacia de Homicídios não continua investigação.* 05/07/1969, Caderno I, pág.12.

_____. *Advogados voltam à justiça pela liberdade de Rogério.* 06/07/1969, Caderno I, pág. 14.

_____. *Polícia prossegue trabalhos para elucidar crime.* 06/07/1969, Caderno I, pág. 15.

_____. *Promotor fica com processo até 6ª feira.* 06/07/1969, Caderno I, pág. 15.

_____. *Wandenkolk diz que não é dono de prostíbulos.* 06/07/1969, Caderno I, pág. 15.

_____. *Rogério sai da detenção para prestar depoimento.* 08/07/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Correio nada soube sobre o processo desaparecido.* 08/07/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Desembargador Clodoaldo Oliveira julga o habeas.* 08/07/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Juiz considera a nova testemunha importante.* 08/07/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Promotor não foi à Vara porque estuda inquérito.* 08/07/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Advogados querem sustar interrogatório de Rogério.* 09/07/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Informe sobre o processo desaparecido já na 8ª Vara.* 09/07/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Sexta-feira é dia decisivo para Rogério Matos.* 09/07/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Promotor Massilon Tenório ainda estuda o caso.* 09/07/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Promotor denuncia Rogério.* 10/07/1969, capa.

_____. *Promotor denuncia Rogério por assassinato.* 10/07/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Justiça nega sustar o interrogatório de Rogério.* 11/07/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Réu deverá depor perante o juiz Otílio Neiva.* 11/07/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Advogado adredido não comparece ao julgamento.* 11/07/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Denúncia do promotor já recebida na 6ª Vara.* 11/07/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Autoridades desconhecem ameaças a Ives Siqueira.*
11/07/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Tasso quer processar Rogério por calúnia.* 12/07/1969,
Caderno I, pág. 8.

_____. *Rogério diz que perdeu cabeça ao agredir advogado.*
12/07/1969, Caderno I, pág. 8.

_____. *Depoimento relembrou todos os detalhes do acidente.*
12/07/1969, Caderno I, pág. 8.

_____. *Detento não é bem visto pelos colegas na prisão.*
12/07/1969, Caderno I, pág. 8.

_____. *Juiz prestou informações ao desembargador ontem.*
12/07/1969, Caderno I, pág. 8.

_____. *Tasso nega ter feito ofensas pessoais a Rogério.*
13/07/1969, Caderno I, pág. 15.

_____. *Promotor recebeu farto dossiê quanto ao estupro.*
13/07/1969, Caderno I, pág. 15.

_____. *Zilda informou do estupro à CJI no dia 23 de junho.*
13/07/1969, Caderno I, pág. 15.

_____. *Advogado dá vasão a rancor que sente.* 13/07/1969,
Caderno I, pág. 15.

_____. *Justiça marca data para julgar Rogério.* 15/07/1969,
Caderno I, pág. 12.

_____. *Presa sem justa causa, Elisabete já foi solta.* 15/07/1969,
Caderno I, pág. 12.

_____. *Processo de agressão tem defesa prévia.* 15/07/1969,
Caderno I, pág. 12.

_____. *Boris diz que acusações não incluem assassinio.*
15/07/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Tasso não funciona no processo de estupro.* 15/07/1969,
Caderno I, pág. 12.

_____. *Rogério se diz inocente.* 16/07/1969, capa.

_____. *Rogério diz na prisão que o padre era seu amigo.*
16/07/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Julgamento pela agressão será na próxima 5ª feira.*
16/07/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Relator já de posse das informações para o habeas.*
16/07/1969, Caderno I, pág. 12.

_____. *Parecer contrário ao “habeas-corpus” para Rogério
Matos.* 18/07/1969, Caderno I, pág.3.

_____. *Sustentação oral.* 18/07/1969, Caderno I, pág.3.

_____. *Processo por estupro.* 18/07/1969, Caderno I, pág.3.

_____. *Entrevista com Rogério.* 18/07/1969, Caderno I, pág.3.

_____. *Habeas será julgado 5ª feira.* 18/07/1969, Caderno I,
pág.3.

_____. *Código Penal favorece a Rogério no caso da agressão, diz
advogado.* 19/07/1969, Caderno I, pág.3.

_____. *Interrogatório de Rogério marcado para quinta-feira.*
22/07/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Rogério falará amanhã sobre o crime do padre.*

23/07/1969, Caderno I, pág.8.
_____. *Segurança Pública envia antecedentes do suspeito.*
23/07/1969, Caderno I, pág.8.
_____. *Tasso diz porque integrou Comissão.* 23/07/1969, Caderno I, pág.8.
_____. *Rogério com bronquite não falará.* 24/07/1969, capa.
_____. *Doença impede Rogério.* 24/07/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Outro advogado vai acusar o suspeito.* 24/07/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Defensores justificam o pedido de Habeas-corpus.* 24/07/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Juiz interrogará Rogério no dia 30.* 25/07/1969, Caderno I, pág. 8.
_____. *Adiado julgamento do habeas-corpus.* 25/07/1969, Caderno I, pág. 8.
_____. *Magistrado permite ausência do suspeito.* 25/07/1969, Caderno I, pág. 8.
_____. *Promotor e juiz falam de Rogério.* 26/07/1969, capa.
_____. *Juiz e promotor acusam Rogério na agressão a Fernando Tasso.* 26/07/1969, Caderno I, pág. 8.
_____. *Rorinildo também não ouviu ofensa.* 26/07/1969, Caderno I, pág. 8.
_____. *Acusação tem laudo de sanidade mental de Rogério.* 27/07/1969, Caderno I, pág. 15.
_____. *Rogério nega praticar exercícios no presídio.* 27/07/1969, Caderno I, pág. 13.
_____. *Acusado nega fuga a matadores do padre.* 29/07/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Suspeito do assassinio vai à Justiça amanhã.* 29/07/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Advogado requer suspensão dos exercícios de Rogério.* 29/07/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Rogério vai depôs hoje sobre o crime do padre Henrique.* 30/07/1969, Caderno I, pág.8.
_____. *Rogério Matos afirma que morte do padre Henrique teve motivos políticos.* 31/07/1969, capa.
_____. *Rogério vê origem política na morte do padre.* 31/07/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Suspeito visto das janelas.* 31/07/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Novo habeas corpus para anular prisão.* 31/07/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Testemunhas contam como Rogério Matos agrediu o advogado Fernando Tasso.* 01/08/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Defesa Prévia.* 01/08/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Sumário de culpa de Rogério Matos começa no dia 21.* 09/08/1969, Caderno I, pág. 8.
_____. *Sumário de Rogério prosseguirá hoje sem a sua presença.* 13/08/1969, Caderno I, 10.
_____. *Rogério nega agora haver infelicitado a antiga namorada.*

15/08/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Mãe do padre Henrique notificada para depor.*
15/08/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Rogério recebe castigo em cela acorrentada no Raio Leste do Presídio.* 28/08/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Garantias de vida para Rogério são pedidas pelo pai de padre Henrique.* 29/08/1969, capa.
_____. *Solicita garantia para Rogério na Detenção.* 29/08/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Castigo vai durar até colaborar com dirigentes.* 29/08/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Processo sobre morte do padre Henrique continua terça-feira.* 30/08/1969, Caderno I, pág.10.
_____. *Testemunhas acusam Rogério no processo sobre assassinio.* 03/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Wandenkolk aceita luta contra os terroristas.* 06/09/1969, Caderno I, pág. 3.
_____. *Irmão explica o que disse sobre assassinio do padre.* 07/09/1969, Caderno II, pág.11.
_____. *Agricultor aponta jovem como co-autor da morte do padre Antônio Henrique.* 09/09/1969, capa.
_____. *Agricultor aponta implicado no homicídio do padre.* 09/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Juiz vê dúvidas no processo de sedução.* 09/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Polícia chega antes da amante de Rogério receber entorpecentes.* 09/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Moça fornece relação de viciados em entorpecentes.* 09/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Polícia crê que Pedro confessou.* 10/09/1969, capa.
_____. *Aumenta culpa dos suspeitos na morte do padre.* 10/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Elisabete revela término de romance com Rogério.* 10/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Sumário de culpa prossegue amanhã.* 10/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Segundo suspeito da morte do padre Henrique diz que nem conhecia o sacerdote.* 11/09/1969, capa.
_____. *Acusado de crime diz que nunca viu o padre.* 11/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Testemunhas depõem hoje sobre morte do sacerdote.* 11/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Rogério incurso na Lei de Segurança Nacional.* 12/09/1969, capa.
_____. *Rogério Matos enquadrado na Lei de Segurança.* 12/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Testemunhas condenam desrespeito à Justiça.* 12/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Aumenta a culpa do suspeito no. 2.* 12/09/1969, Caderno I,

pág. 10.
_____. *Somente Elisabete prestou depoimento.* 12/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Procurador Militar vai julgar Rogério pela Lei de Segurança Nacional.* 13/09/1969, capa.
_____. *Suspeito na morte do padre vai rezar 15 dias.* 13/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Flagrante chega à Auditoria Militar.* 13/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Testemunha revela ameaça de morte contra o filho.* 13/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Novo processo contra Rogério começa amanhã.* 16/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Últimas testemunhas de acusação.* 16/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Solicitada dispensa do acusado.* 16/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Tasso quer saber tudo a respeito da carta.* 16/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Defensores de Rogério argüem incompetência da Auditoria para julgá-lo.* 17/09/1969, capa.
_____. *Defesa não quer Rogério na Justiça Militar.* 17/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Restaurado processo do crime de estupro.* 17/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Policiais sem receio das cartas anônimas.* 17/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Habeas-corpus para Rogério no Supremo Tribunal.* 18/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Acusado chega na hora marcada.* 18/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Investigador viu provas.* 18/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Lembrada condenação de Rogério.* 19/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Pai do acusado preso por faltar às sessões.* 19/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Juiz adota mais cinco providências a respeito do assassinio do padre.* 20/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Criminalista interpõe recurso de apelação.* 20/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Rogério tem recurso denegado na 8ª Vara.* 23/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Testemunhas vão depor na Auditoria Militar.* 23/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Advogado faz nova defesa de Rogério.* 25/09/1969, Caderno I, pág. 10.
_____. *Rogério Matos nega ofensa ao Poder Judiciário.* 26/09/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Promotor apela para aumentar a sentença de Rogério Nascimento.* 27/09/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Recebeu recurso como apelação.* 27/09/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Procurador Militar pede a condenação de Rogério por tumultuar a Justiça.* 30/09/1969, capa.

_____. *Procurador Militar pede condenação de Rogério.* 30/09/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Mãe do sacerdote tem outra versão.* 30/09/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Gibson trabalha para a elucidação do crime.* 30/09/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Advogado ingressa com recurso de apelação.* 30/09/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Gibson quer processar a mãe do padre Henrique por crime de calúnia.* 01/10/1969, capa.

_____. *Autoridade quer processar mãe do padre Henrique.* 01/10/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Peritos vão responder quesitos sobre carta.* 01/10/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Sumário de Rogério continua no dia 9.* 01/10/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Advogado vê insubsistência na denúncia contra Rogério.* 04/10/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Testemunha informa o que criminalista queria saber.* 04/10/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Testemunhas de Rogério depõem na Justiça sobre o assassinio do padre.* 09/10/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Irmão do padre Henrique faz acusações a Rogério.* 10/10/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Advogado pede reforma da sentença de Rogério.* 11/10/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Sentença de Rogério pode ser reformada.* 22/10/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Amante de Rogério recusa fazer exame grafoscópico.* 24/10/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Moças não reconhecem Rogério como o homem que esteve no Juvenato.* 05/11/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Julgamento hoje na Auditoria Militar.* 05/11/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Jovem nega participação no assassinio do padre.* 02/12/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Outro jovem é acusado da morte do padre Henrique.* 03/12/1969, capa.

_____. *Polícia aponta Pedro Jorge como matador do padre* 03/12/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *O crime do padre Henrique.* 03/12/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Prisão de novo suspeito do assassinio do padre não surpreende Rogério.* 04/12/1969, capa.

_____. *Acareação pode revelar quem matou o sacerdote.* 04/12/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Rogério é informado e aparenta tranqüilidade.* 04/12/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Rogério promove novas desordens.* 05/12/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Testemunha do crime do padre pede garantia a juiz.* 11/12/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Morte ronda testemunhas do assassinio do padre.* 12/12/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Pedro não é reconhecido.* 12/12/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Suíço nega implicações.* 12/12/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Advogado pede mudança de prisão para Rogério.* 13/12/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Promotor é contrário a transferência de prisão para Rogério.* 20/12/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Juiz dá parecer sobre requerimento de acusado.* 20/12/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Rogério fez mil inimigos sem seis meses de prisão.* 21/12/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Guarda mantém vigília à porta da cela de Rogério.* 23/12/1969, Caderno I, pág.10.

_____. *Rogério passa festas na cela e não recebe o presente que pediu.* 27/12/1969, Caderno I, pág. 10.

_____. *Confirmou tudo o que disse em 1980.* 20/01/1984.

_____. *Detetive aponta matadores do padre.* 20/01/1984.

_____. *Pedida a preventiva dos matadores do pe. Henrique.* 24/08/1985.

_____. *Procurador vai desengavetar processo.* 23/08/1985.

_____. *Caso do padre Henrique será desengavetado.* 23/08/1985.

_____. *Mãe do padre Henrique quer desaforar o processo.* 24/08/1985.

_____. *Delegado tem pauta sobre morte do padre Henrique.* 19/12/1985

_____. *Justiça não sabe como anda o caso do padre Henrique.* 31/01/1986.

_____. *Promotor espera elucidar a morte do padre Henrique.* 27/04/1986.

1.2. Memórias, autobiografias, biografias

ABREU, Hugo. *O Outro Lado do Poder.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.

- BEZERRA, Gregório. *Memórias*. 2v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi. Memórias políticas*. Recife: Ed. Guararapes LTDA, 1980.
- CAMARGO, José Maria de Toledo. *A Espada Virgem: os Passos de um Soldado*. São Paulo, Ícone 1995.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.3v.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- MELLO, Jaime Portella. *A revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.
- NETO, Lira. *Castello. A marcha para a ditadura*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- PASSARINHO, Jarbas. *Um híbrido fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.
- PILETTI, Nelson e PRAXEDES, Walter. *Dom Hélder Câmara. Entre a Profecia e o poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1997.
- VIANNA FILHO, Luis. *Castello Branco. Testemunhos de uma época*. Brasília: UnB, 1986.
- _____. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- _____. *O momento político*. Brasília: Senado Federal, 1977.

1.3. Fontes teóricas e metodológicas

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *Mennocchio e Riviére: criminosos da palavra*,

- poetas do silêncio. Resgate, Campinas, v. 2, p. 48-55, 1990.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *O fim da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- ARABYAN, Marc. *Lire l'image. Emission, réception, interprétation de messages visuels*. Paris : L'Harmattan, 2000.
- ARON, Raymond. *Démocratie et totalitarisme*. Paris : Éditions Gallimard, 1965.
- AUMONT, Jacques. *A imagem*. São Paulo : Papirus Editora, 2005.
- BERGSON, Henri. *Matière et mémoire*. France: Presses Universitaires de France, 2004.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política de A a J*. São Paulo: Ed. Da UnB, 2004.
- _____. *Dicionário de Política de L a Z*. São Paulo: Ed. Da UnB, 2004.
- _____. *A teoria das formas de governo*. Brasília: Ed. Da UnB, 1997.
- BODEI, Remo. *A história tem um sentido?* São Paulo: Edusc, 2001.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de Velhos*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2004.
- BOURDÉ, G.; MARTIN, H. *As escolas históricas*. Lisboa: PEA, s/d.
- BUNGE, Mario. *Teoria e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Unesp, 1992.
- _____. *A escrita da história*. São Paulo: Ed. Da Unesp, 1992.
- _____. *Testemunha Ocular*. São Paulo: Edusc, 2004.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação. A ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Editora Cultrix, 1982.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- _____. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. São Paulo, Edusc, 2005.
- CARR, E.H. *O que é história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASSIRER, E. *A filosofia do iluminismo*. Campinas: Unicamp, 1994.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Éditions Gallimard, 1975.

- CHALMERS, A.F. *O que é ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas.* São Paulo: Cortez, 2006.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábua rasa do passado?* São Paulo: Ática, 1995.
- CHRÉTIEN, Claude. *A ciência em ação: mitos e limites.* São Paulo: Papyrus, 1994.
- COLLIGWOOD, B.G. *A idéia da história.* Portugal: Ed. Presença/Martins Fontes, 1978.
- CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna.* São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo.* São Paulo: Editora 34, 2004.
- _____. *Foucault.* Paris: Les Éditions de Minuit, 1986.
- _____. *Conversações.* São Paulo: Ed. 34, 2000.
- DOSSE, François. *A história.* São Paulo, Edusc, 2003.
- _____. *História do estruturalismo.* São Paulo: Editora Ensaio, 1992.
- _____. *História em migalhas.* São Paulo: Ensaio; Campinas, São Paulo: Unesp, 1992.
- ELSTEER, Jon. *Marx hoje.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- ERIBON, Didier. *Michel Foucault.* Paris: Flammarion, 1989.
- DRAY, Wiliam. *Filosofia da história.* Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- FLEISCHER, Helmut. *Concepção marxista da história.* São Paulo: Martins Fontes, 1968.
- FONTANA, Josep. *A história dos Homens.* São Paulo, Edusc, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Histoire de la folie à l'âge classique.* Paris: Éditions Gallimard, 1972.
- _____. *Les mots et les choses. Une archéologie des sciences humaines.* Paris : Éditions Gallimard, 1966.
- _____. *L'archéologie du savoir.* Paris: Éditions Gallimard, 1969.
- _____. *Vigiar e Punir.* Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- _____. *Qui sui-je?* Paris: La manufacture, 1986.
- _____. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: graal, 2002.
- _____. *Ditos e escritos I. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise.* Rio de Janeiro: Forense universitária, 2002.
- _____. *Ditos e escritos II. Arqueologia das ciências e história dos*

- sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *Ditos e escritos III. Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- _____. *Ditos e escritos IV. Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. *Ditos e escritos V. Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- GARDINER, Patrick. *Teorias da história*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unes, 1991.
- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1992.
- _____. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo : Cia. Das Letras, 2002
- HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1964.
- _____. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris : Félix Alcan, 1925.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- JAMESON, Fredric. *Pós-mordenismo. Ou a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2002.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.
- JOLY, Martine. *A imagem e sua interpretação*. Portugal: Edições 70, 2002.
- KAPLAN, E. Ann (org.). *O mal-estar no pós-mordenismo: teorias, práticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1990.
- LYOTARD, Jean-François. *La condition postmoderne*. Paris : Les Éditions de Minuit, 1979.
- MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- _____. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- _____. *Nietzsche e a verdade*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- MALERBA, Jurandir. *A velha história*. Campinas: Papyrus, 1996.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: Edusc, 2004.

- MONTENEGRO, Antonio. *História oral e memória. A cultura popular revisitada*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- _____. *Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo*. Estudos Ibero-Americanos, São Leopoldo, v. XXXIII, n. 11, p. 37-62, 2006.
- _____. *Oralidade, memória e história: Cuestiones metodológicas*. Voces Recobradas, v. 20, p. 32-45, 2005.
- NORA, Pierre. *Entre a memória e a história. A problemática dos lugares*. Projeto História, n. 10, p. 7-28, dez.1993
- REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. *História e teoria*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- _____. *Nouvelle Histoire e o tempo histórico. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. *Escola dos Annales. A inovação em história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RICOEUR, Paul. *Temps et récit. Tome I*. Paris, aux Éditions du Seuil, 1983.
- _____. *Temps et récit II. La configuration du temps dans le récit de fiction*. Paris, aux Éditions du Seuil, 1984.
- _____. *Temps et récit III. Le temps raconté*. Paris, aux Éditions du Seuil, 1985.
- _____. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris, Éditions du Seuil, 2000.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- SILVA, Rogério Forastieri. *História da historiografia*. São Paulo: Edusc, 2001.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Ed. Da UnB, 1998.
- _____. *Foucault revoluciona a história*. Brasília: Ed. Da UnB, 1998.
- VATTIMO, Gianni. *Introdução a Nietzsche*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso. Ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001.

WRIGHT, Eric Olin (org.). *Reconstituindo o marxismo. Ensaio sobre a explicação e teoria da história*. Petrópolis: Vozes, 1993.

1.4. Obras Gerais

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)*. São Paulo, EDUSC, 2005.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. São Paulo: Edusc, 1999.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

ASSIS, Denise. *Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe: 1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad/ Faperj, 2001.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. *Báculos no meio dos caminhos: modelos eclesiais em conflito na Regional Nordeste II (1965-1990)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *O coronel rompe o silêncio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

COELHO, Fernando. *Direita, Volver. O Golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife, Ed. Bargaço, 2004.

DREIFUSS, René Armand. *1964. A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 2006.

FERREIRA, Jorge. *A democracia no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Atual, 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano 3. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *O Brasil republicano 4. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO Carlos. *Como eles Agiam. Os Subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2001.

- _____. *Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda: os Pilares Básicos da Repressão* in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O Tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.
- _____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.
- _____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2003.
- _____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2004.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, São Paulo, Ed. Ática, 2003.
- GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (1965-1979)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2004.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.
- KURLANSKY, Mark. 1968. *O ano que abalou o mundo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- LEITE, Ronildo Maia. *As fomalhas de março. História das eleições no Recife 1*. Recife: Edições Bagaço, 2002.
- _____. *Os vulcões de abril. História das eleições no Recife 2*. Recife: Edições Bagaço, 2002.
- LÖWY, Michel. *A Guerra dos Deuses. Religião e Política na América Latina*. Ed. Vozes, Petrópolis, 2000.
- MARIN, Richard. *Dom Hélder Câmara: Les puissants et lês pauvres*. Paris: Les Éditions de L'Atelier, 1995.
- MAIWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 2004.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964.. Projeto História, São Paulo, v. 02, n. 02, p. 391-416, 2004.*
- _____. *Historia de la Iglesia Católica en el nordeste de Brasil (1960-1990)*. HISTORIAS 59, Mexico, v. 01, n. 01, p. 89-108, 2004.
- _____. *Labirinto do Medo: O Comunismo (1950 - 1964)*. CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), v. 22, p. 215-235, 2004.
- _____. *Padres e Artesãos: narradores itinerantes.. História*

- Oral (Rio de Janeiro), São Paulo, v. 4, p. 39-54, 2001.
- MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia. Os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve. O Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- REIS, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1990.
- _____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2005.
- REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2003.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo, Unesp, 2003.
- ROLLEMBERG, Denise. *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o Treinamento Guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- SAID, Edward. *Orientalismo*. Cia. Das Letras, São Paulo, 2001.
- SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra: Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura*. São Paulo, Cia. das Letras, 2001.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política no Brasil, 1974-1985* in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano 4. O Tempo da Ditadura. Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.
- SILVA, Severino Vicente da. *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do Progressismo na Arquidiocese de Olinda e Recife (1950-1990)*. Tese de doutorado. UFPE, 2003.
- _____. Dom Hélder: um sopro progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife. REB - Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis RJ, v. 62, n. 245, p. 133-149, 2002.
- _____. Os católicos diante das eleições (1958-1986) Estudo sobre a Arquidiocese de Olinda e Recife. revista Eclesiástica Brasileira - REB, p. 340 - 370, 01 jun. 1989.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.

APÊNDICE: Relação dos Entrevistados

FRANCISCO OLIVEIRA ROCHA – Nasceu em Fortaleza, no dia 1 de abril de abril de 1937. Reside na Rua Salgueiro Branco, 70, Jardim Atlântico, Olinda. Foi professor da Universidade Católica de Pernambuco, da Universidade de Pernambuco, da Faculdade de Direito e atualmente leciona na Fundação de Ensino Superior de Olinda. Concedeu o seu depoimento no dia 2 de dezembro de 2006 no Centro de Educação Cristã. Em 1969 era padre e atuava na paróquia de Jardim São Paulo.

ISAÍRAS PEREIRA PADOVAN – Nasceu em Recife, no dia 20 de julho de 1946. Reside na Rua Carlos de Oliveira Filho, 223, Prado. Concedeu sua entrevista na Universidade Federal de Pernambuco, no dia 28 de outubro de 2003 na Universidade Federal de Pernambuco e, por escrito, em 15 de fevereiro de 2007. Em 1969 era estudante de biologia na UFPE.

IVAN MAURÍCIO MONTEIRO DOS SANTOS – Nasceu em Recife, no dia 19 de junho de 1961. Reside na Rua Francisco Farias Filho, 130/411, Guararapes, Fortaleza. Atualmente, trabalha como jornalista e publicitário. Concedeu sua entrevista no dia 1 de novembro de 2003 no Hotel Quatro Rodas, em Olinda. Em 1969, era estudante do curso Torres. **JOMARD MUNIZ DE BRITTO** – Nasceu em Recife, no dia 8 de abril de 1937. Reside na Rua João Fernandes Vieira, 367/406, Bloco A, Boa Vista. Concedeu sua entrevista no dia 18 de junho de 2006. Em 1969, proibido de ensinar na Universidade Federal de Pernambuco e na Universidade Federal da Paraíba, dava cursos de cinema e

comunicação.

PADRE JOSÉ AUGUSTO – Concedeu sua entrevista no dia três de janeiro de 2007 na Igreja Matriz de São José.

PADRE JOSÉ EDWALDO GOMES – Nasceu em Rio Bonito, interior de Pernambuco no dia 8 de setembro de 1931. Reside na Praça de Casa Forte, 388. Concedeu seu depoimento em sua residência no dia 22 de fevereiro de 2007. Em 1969 era padre da Arquidiocese de Olinda e Recife.

LAURO DE OLIVEIRA – Nasceu em Timbaúba no dia 18 de março de 1925. Reside na Avenida Boa Viagem, n. 2436, ap. 801. Concedeu sua entrevista em seu apartamento no dia 12 de setembro de 2006. Em 1969 era funcionário do Banco do Brasil.

NILDO NERY DOS SANTOS – Concedeu seu depoimento na Universidade Católica de Pernambuco no dia 12 de setembro de 2006. Em 1969 era Juiz e atuou no caso do padre Henrique.

ROBERTO MOTA – Nasceu no Recife no dia 14 de setembro de 1940. Atualmente é professor da Universidade Federal de Pernambuco. Concedeu seu depoimento em seu apartamento no dia 6 de setembro de 2006 às 16 horas. Em 1969 era professor da Universidade Católica de Pernambuco e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco.

RONILDO MAIA LEITE – Jornalista, nasceu em Garanhuns no dia 30 de outubro de 1930. Reside na Rua Setúbal, 860/901, Boa Viagem. Concedeu sua entrevista no dia 27 de setembro de 2003 em seu apartamento.

SEVERINO VICENTE DA SILVA – Nasceu em Carpina no dia 17 de abril de 1950. Reside na Rua Joaquim Nabuco, 2527, Jatobá, Olinda. Atualmente, é professor da Universidade Federal de Pernambuco. Concedeu sua entrevista na Universidade Federal de Pernambuco no dia 14 de novembro de 2006. Em 1969 era aluno do ITER.

TERESA DUEIRE – Nasceu no Recife no dia 12 de julho de 1948. Reside na Rua Isaac Salazar, 45B/602. Atualmente, é Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Concedeu sua entrevista em seu local de trabalho no dia 11 de dezembro de 2006 as 9h30m. Em 1969, trabalhava como ativista da Operação Esperança, atuando na reforma agrária no Engenho Ipiranga.

ANEXOS

NOMENCLATURAS MILITARES*

1. Patentes São as seguintes as patentes dos oficiais das Forças Armadas:

MARECHAL (cinco estrelas)

Patente honorífica, extinta no governo Castello Branco.

Ao passarem para a reserva, os generais-de-exército eram promovidos ao marechalato.

Em 1975 eles eram 73.

GENERAL-DE-EXÉRCITO (quatro estrelas)

É a patente mais alta dos oficiais da ativa.

Em 1964 o Exército tinha catorze quatro-estrelas. Quatro em comandos de exércitos, um

na chefia do Estado-Maior e outros quatro na chefia dos departamentos administrativos. Juntos, formavam o Alto-Comando.

Um oficial pode ter quatro estrelas e ficar sem função, assim como pode ter função (o comando da Escola Superior de Guerra, por exemplo) e não pertencer ao Alto-Comando.

(Essa patente corresponde à de almirante-de-esquadra na Marinha e tenente-brigadeiro na Força Aérea).

GENERAL-DE-DIVISÃO (três estrelas)

Em 1964 eram 31. Em 1975, 42.

* Informações retiradas do livro de Elio Gaspari, *A Ditadura Envergonhada*.

Os três-estrelas comandam as divisões de tropas (a 1ª. Divisão de Infantaria, da Vila Militar, por exemplo). Ocupam as vice-chefias do Estado-Maior e dos departamentos. Também chefiam as Regiões Militares.

(Corresponde ao vice-almirante e ao major-brigadeiro.)

GENERAL-DE-BRIGADA (duas estrelas)

Em 1964 eram 73. Em 1975, 93.

Um general de duas estrelas pode comandar uma unidade importante, como a Brigada Para-Quedista, ou uma diretoria burocrática.

Em 1964 a idade média dos generais-de-brigada ficava em pouco menos de 54 anos.

(Corresponde ao contra-almirante e ao brigadeiro.)

Pela reforma de 1967, devida ao presidente Castello Branco, nenhum oficial pode permanecer mais de doze anos na ativa como general. Além disso, cada uma das patentes deve ter 25% de seu quadro renovado a cada ano. Essas normas vigoram até hoje.

CORONEL

Em 1964 o Exército tinha 340 coronéis em funções consideradas militares. Em 1975, 408.

Na tropa, o coronel comanda um regimento.

(Corresponde ao capitão-de-mar-e-guerra da Marinha)

Pela reforma de Castello nenhum coronel pode permanecer menos de sete e mais de nove anos na patente

TENENTE-CORONEL

Comanda um batalhão.

Patente em que se ficava em torno de cinco anos.

A etiqueta militar dá aos tenentes-coronéis o tratamento de “coronel”.

(Corresponde ao capitão-de-fragata da Marinha.)

MAJOR

Comanda um batalhão.

(Corresponde ao capitão-de-coveta da Marinha.)

CAPITÃO

Comanda uma companhia.

Em 1975 o Exército tinha cerca de 2 mil capitães.

TENENTE

Comanda um pelotão. Na média, da cada cem tenentes, seis chegam a general.

2. Estrutura

No exército convivem duas estruturas. Uma, diretamente relacionada com as tropas de combate, é bastante simples. Outra, na qual está a burocracia, é mais complexa. É a seguinte a estrutura de uma tropa de combate, vista de baixo para cima:

PELOTÃO

Tem um efetivo que pode variar entre trinta e cinquenta homens. É comandado por um tenente.

COMPANHIA

Três pelotões formam uma companhia. Tem de 100 a 150 homens. É comandada por um capitão.

BATALHÃO

Três companhias formam um batalhão. Seu efetivo oscila de trezentos a 450 homens, comandados por um major ou tenente-coronel.

REGIMENTO

Três batalhões formam um regimento. Tem entre 1000 e 1500 homens e é comandado por um coronel.

BRIGADA

É uma unidade de composição mista, sempre comandada por um general de duas estrelas. Seu efetivo pode variar entre 5 mil e 10 mil homens.

DIVISÃO

Um número variável de brigadas e regimentos agrupam-se numa divisão.

Essa é a principal unidade combatente. Reúne tropas das diferentes Armas. Nelas, as tropas de infantaria e de artilharia ficavam sob o comando de generais numa Infantaria Divisionária (ID) e numa Artilharia Divisionária (AD).

EXÉRCITO

Conhecido como “grande comando”, agrupa todas as tropas de uma determinada região geográfica.

As tropas terrestres estavam assim divididas:

I Exército, com jurisdição sobre as tropas do Rio (onde ficava seu comando), Minas Gerais e Espírito Santo;

II Exército, incluindo São Paulo (sede do comando) e Mato Grosso;

III Exército, incluindo o Rio Grande do Sul (sede do comando, em Porto Alegre), Santa

Catarina e Paraná e

IV Exército, com sede no Recife, englobando todos os estados do Nordeste.

Além desses grandes comandos ocupados por quatro-estrelas, havia dois outros, sob as ordens de generais-de-divisão:

Comando Militar da Amazônia, com sede em Manaus, e

Comando Militar do Planalto, com sede em Brasília e jurisdição sobre o Distrito Federal e Goiás.

Existiam também onze Regiões Militares, comandadas por generais-de-divisão.

A região cuida essencialmente do apoio logístico ao Exército em cuja área se situa.

Eram as seguintes as Regiões Militares:

1ª RM, com sede no Rio de Janeiro;

2ª RM, com sede em São Paulo; 3ª RM, com sede em Porto Alegre; 4ª RM, com sede em Juiz de Fora; 5ª RM, com sede em Curitiba; 6ª RM, com sede em Salvador; 7ª RM, com sede no Recife; 8ª RM, com sede em Belém; 9ª RM, com sede em Campo Grande; 10ª RM, com sede em Fortaleza, e 11ª RM, com sede em Brasília.

FOTOGRAFIAS

Fotografia 29 - D. Isaíras, padre Henrique e seu irmão Amaro Henrique.



Fotografia 30 – Turma do padre Henrique na frente do Seminário de Olinda. Ele é o segundo, da direita para a esquerda, da primeira fila.



Fotografia 31 – Padre Henrique nos Estados Unidos.



Fotografia 32 - Padre Henrique nos Estados Unidos



Fotografia 33 - Padre Henrique nos Estados Unidos



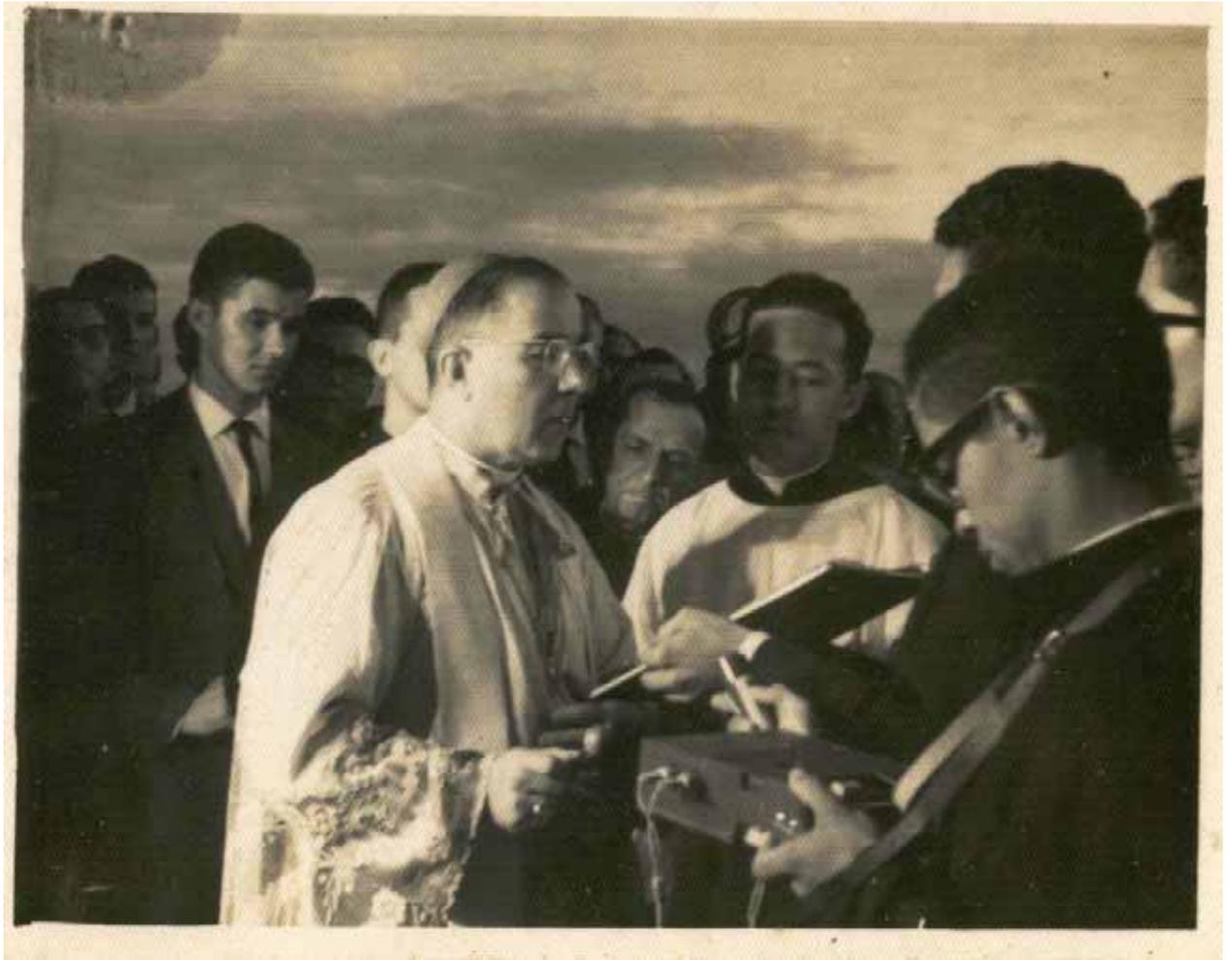
Fotografia 34 - Padre Henrique nos Estados Unidos



Fotografia 35 - Padre Henrique nos Estados Unidos



Fotografia 36 – Padre Henrique durante alguma cerimônia ao ar livre.

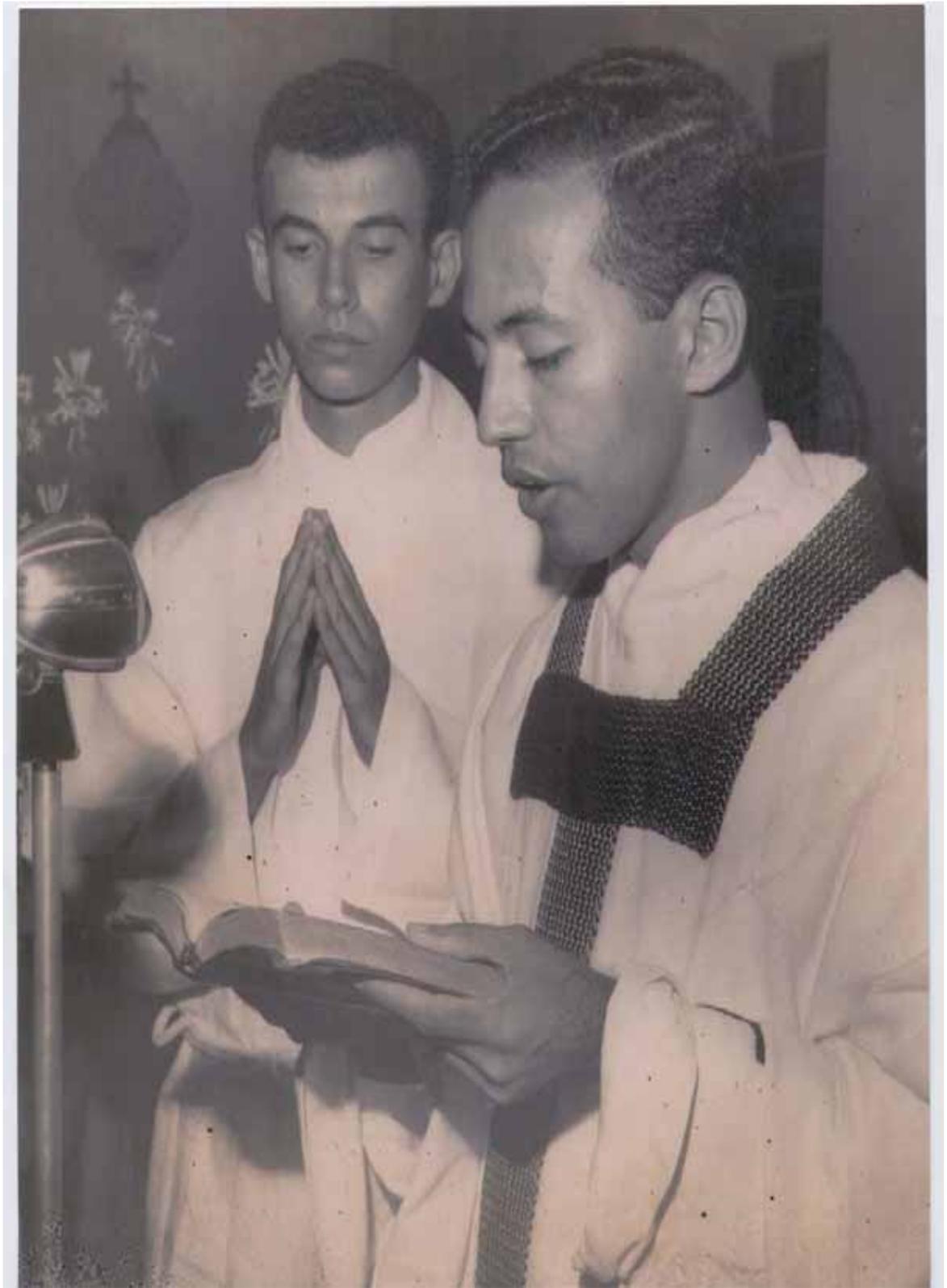


Fotografia 37 – Primeira missa celebrada pelo padre Henrique.



Fotografia 38 – Enterro do bispo dom Carlos Coelho. Padre Henrique ao lado do governador Paulo Guerra.

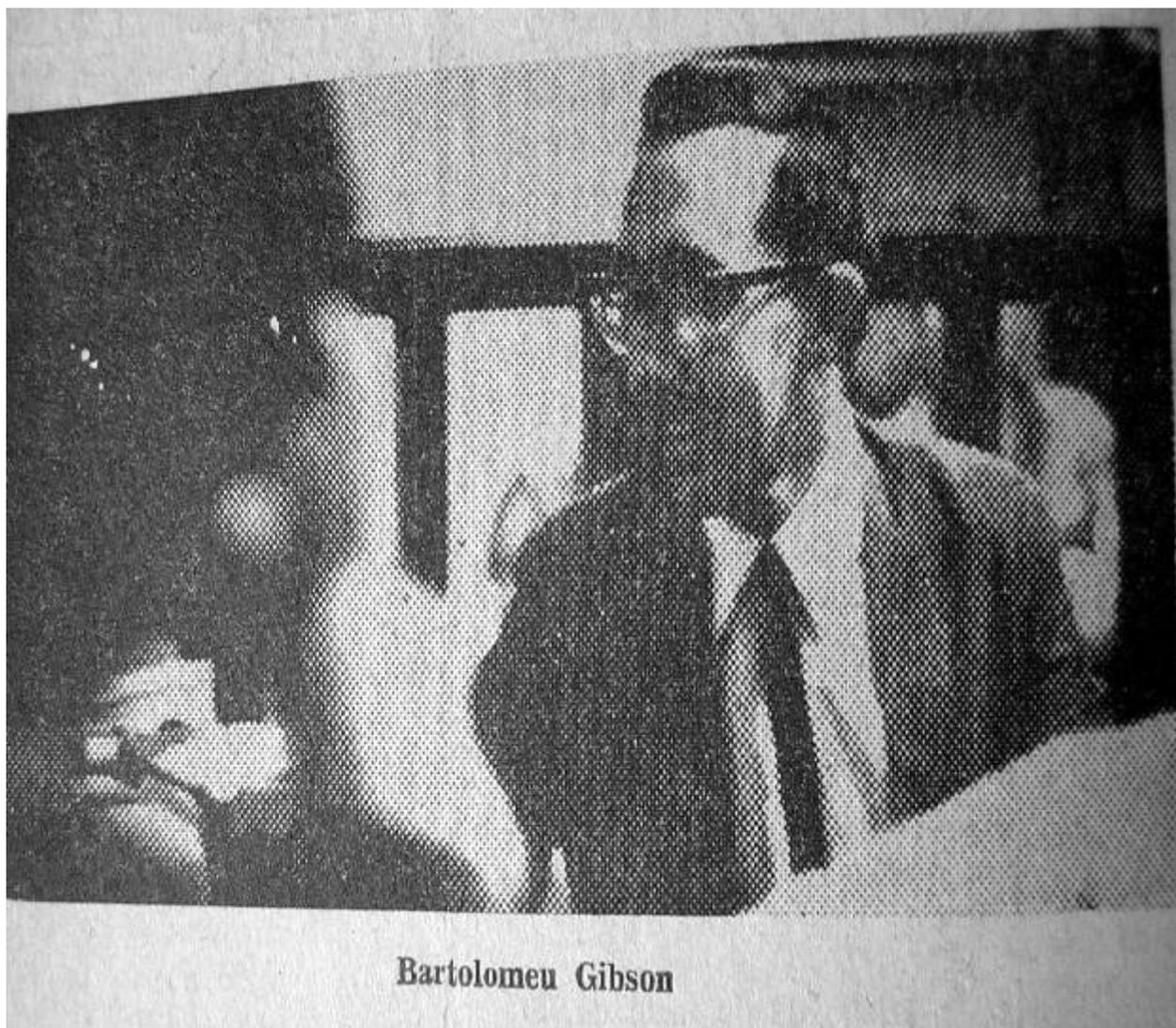




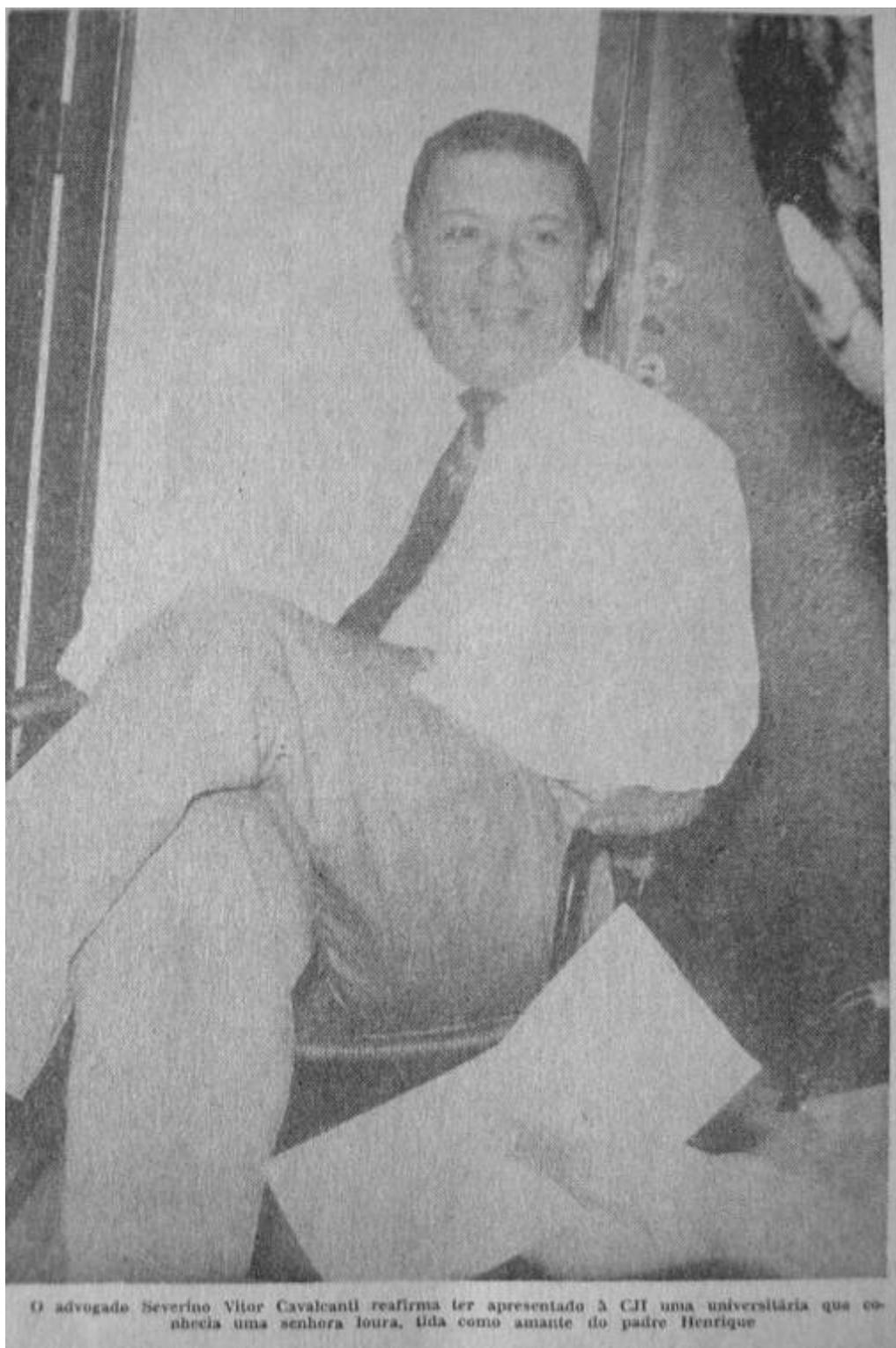


O professor Armando Samico dedica especial atenção ao problema dos incêndios nos canais

Fotografia 41 – Diretor da Secretaria de Segurança Pública Bartolomeu Gibson.



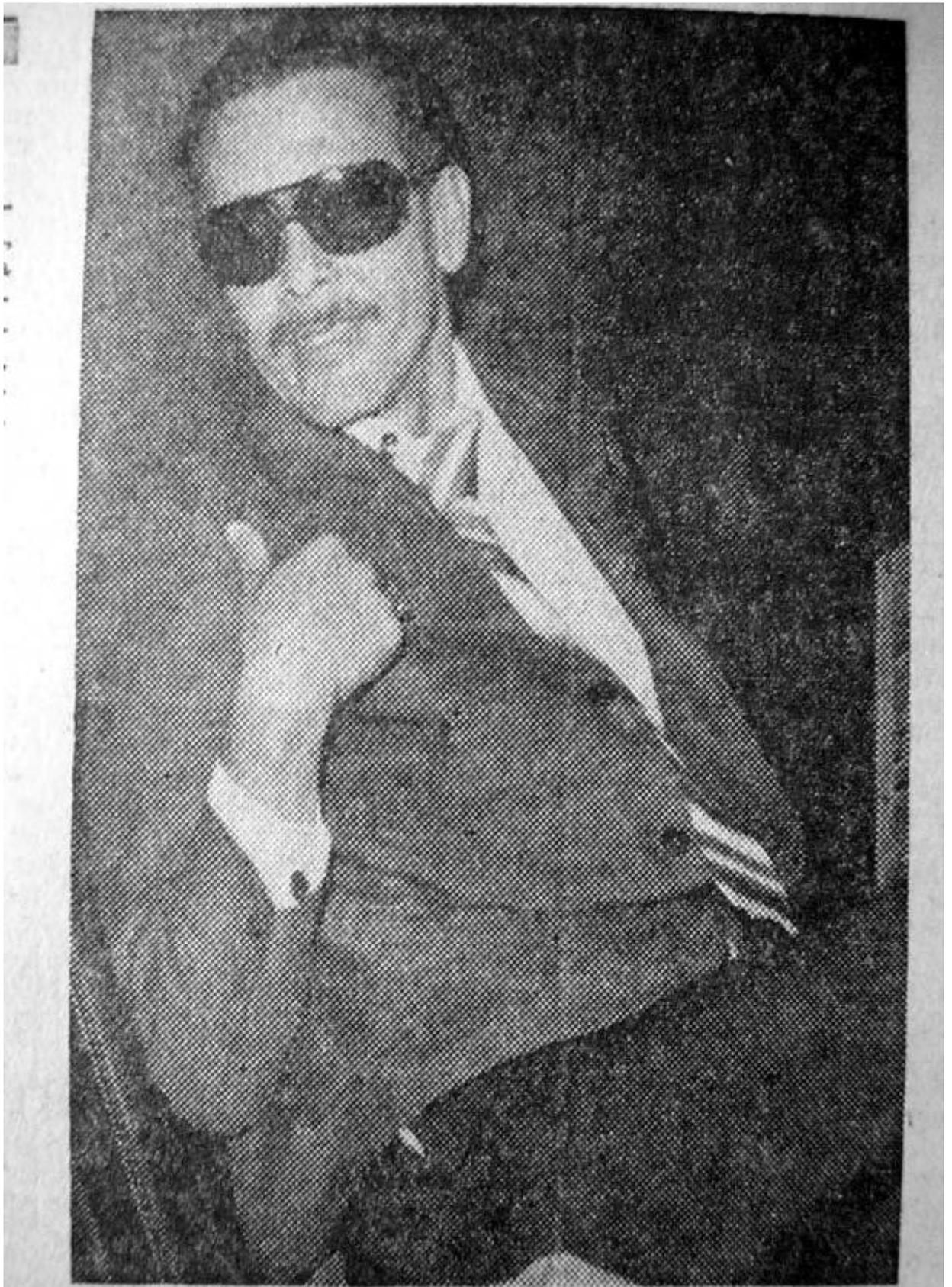
Fotografia 42 – Tenente-coronel da Polícia Militar Severino Cavalcanti. Em 1969 ele afirmou que o padre Henrique possuía amantes.



Fotografia 43 – O agente Henrique Pereira, conhecido como X-9. Alguns anos após o crime ele passou a ser um dos principais suspeitos.



O detetive Henrique Pereira, X-9, defende-se das acusações



"X-9" quer d. Isaías na Justiça outra vez

Fotografia 45 – Moacir Sales, diretor do Departamento de Ordem Política e Social

(DOPS).



s do filho. Moacir Sales também vai depor na Homicídios



A amante de Rogério, Elizabete Ribeiro, de volta à polícia

Fotografia 47 – Jerônimo Gibson, sobrinho de Bartolomeu Gibson, foi acusado de fazer

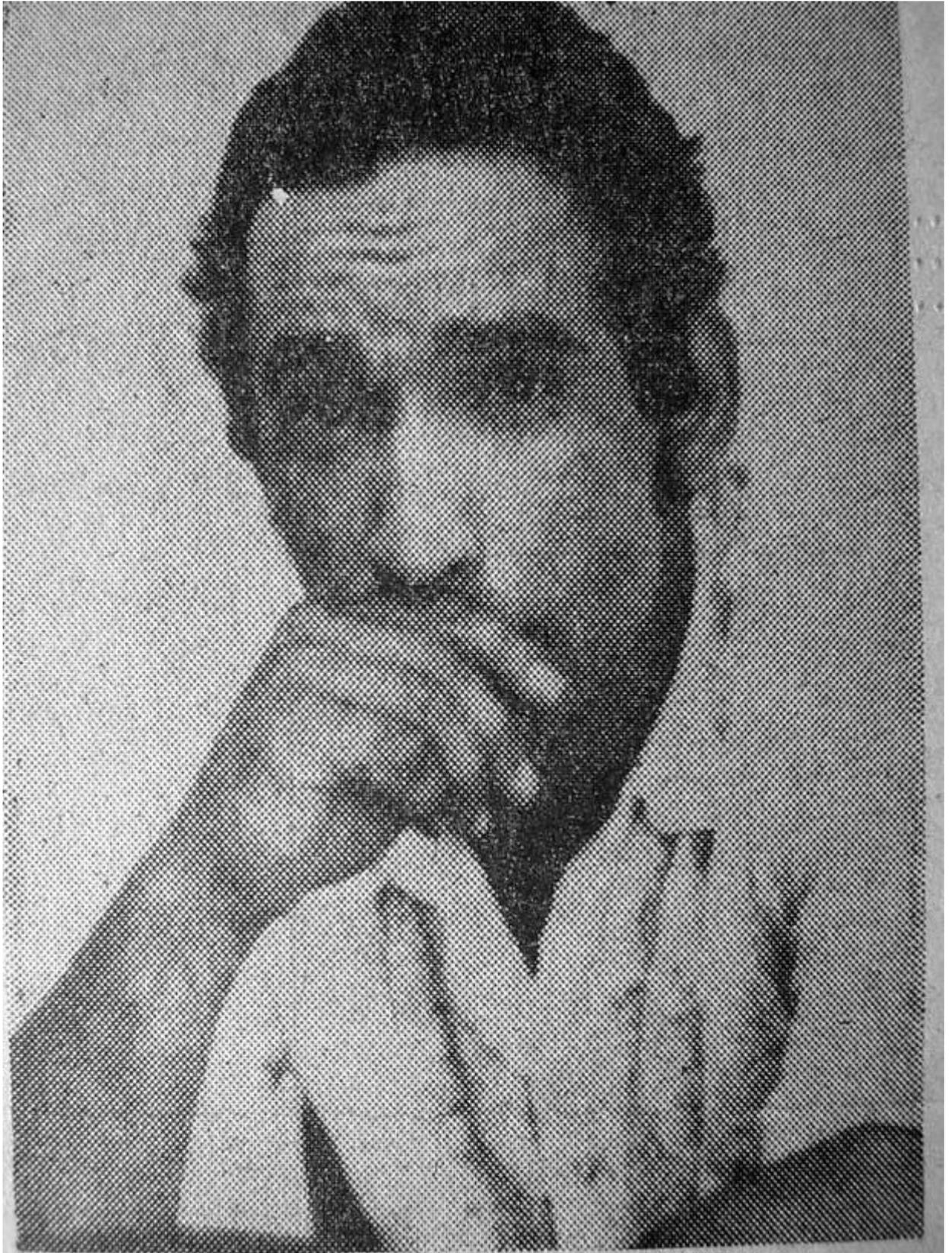
ameaças a D. Isáiras.



**Jerônimo Gibson negou tôdas as acusações
que lhe são feitas**



Paulo Jorge Torres, preso à disposição da Comissão Judiciária de Inquérito



Jorge Tavares



INCOMPETENTE

O juiz Nildo Néri deu-se por incompetente para julgar o processo sobre o crime do padre Henrique. Acha que o assassinato foi político e que só a Justiça Federal tem competência para processar e julgar tais delitos



Pedro Jorge



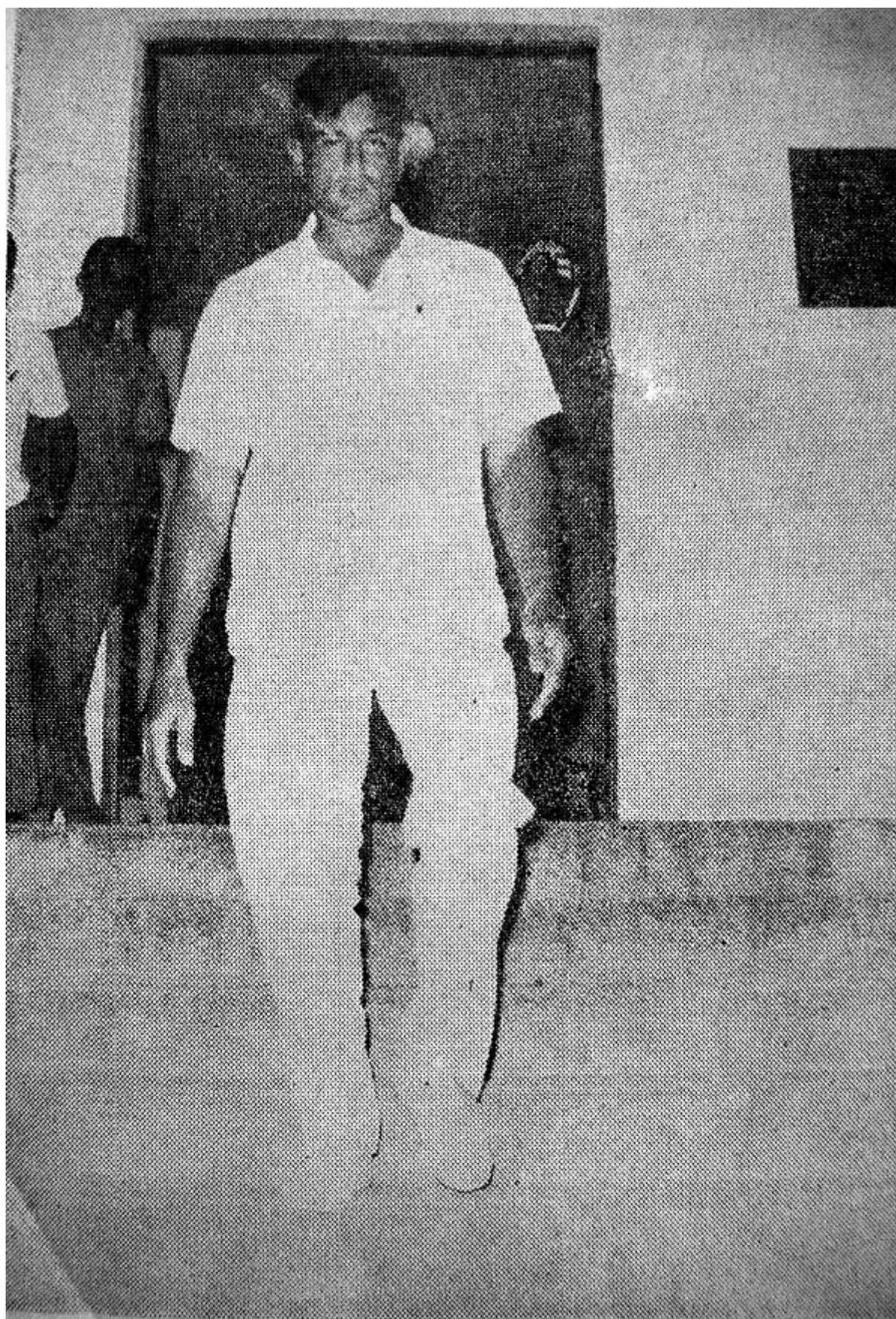
Rivel foi reinquirido devido às contradições anteriores



Rogério outra vez acusado na morte do padre Henrique



Agora, magro e abatido deixa a Tamarineira

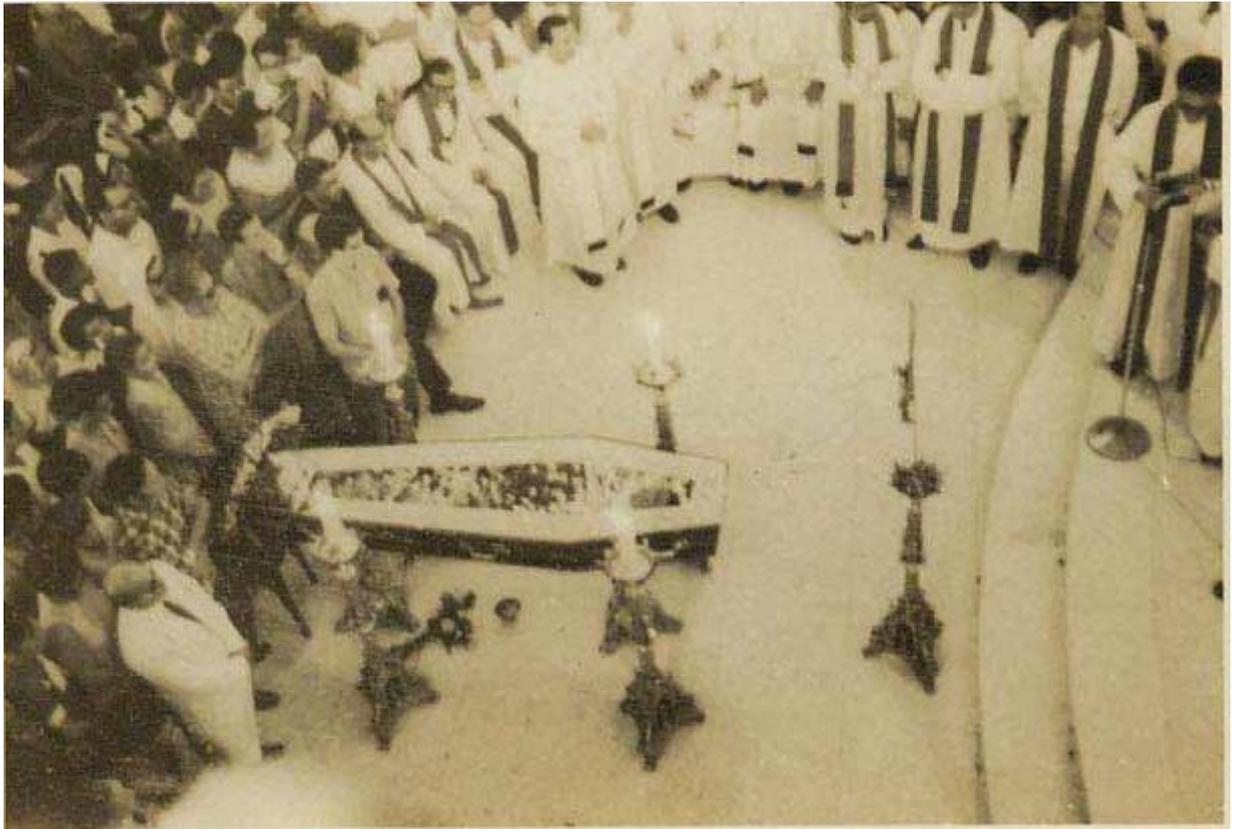


Rogério Gomes de Matos, deixa a penitenciária, após o voto do desembargador Augusto Duque.

Fotografia 56 – Padre Henrique participando de uma missa.



Fotografia 57 – Missa de corpo presente, Igreja do Espinheiro.

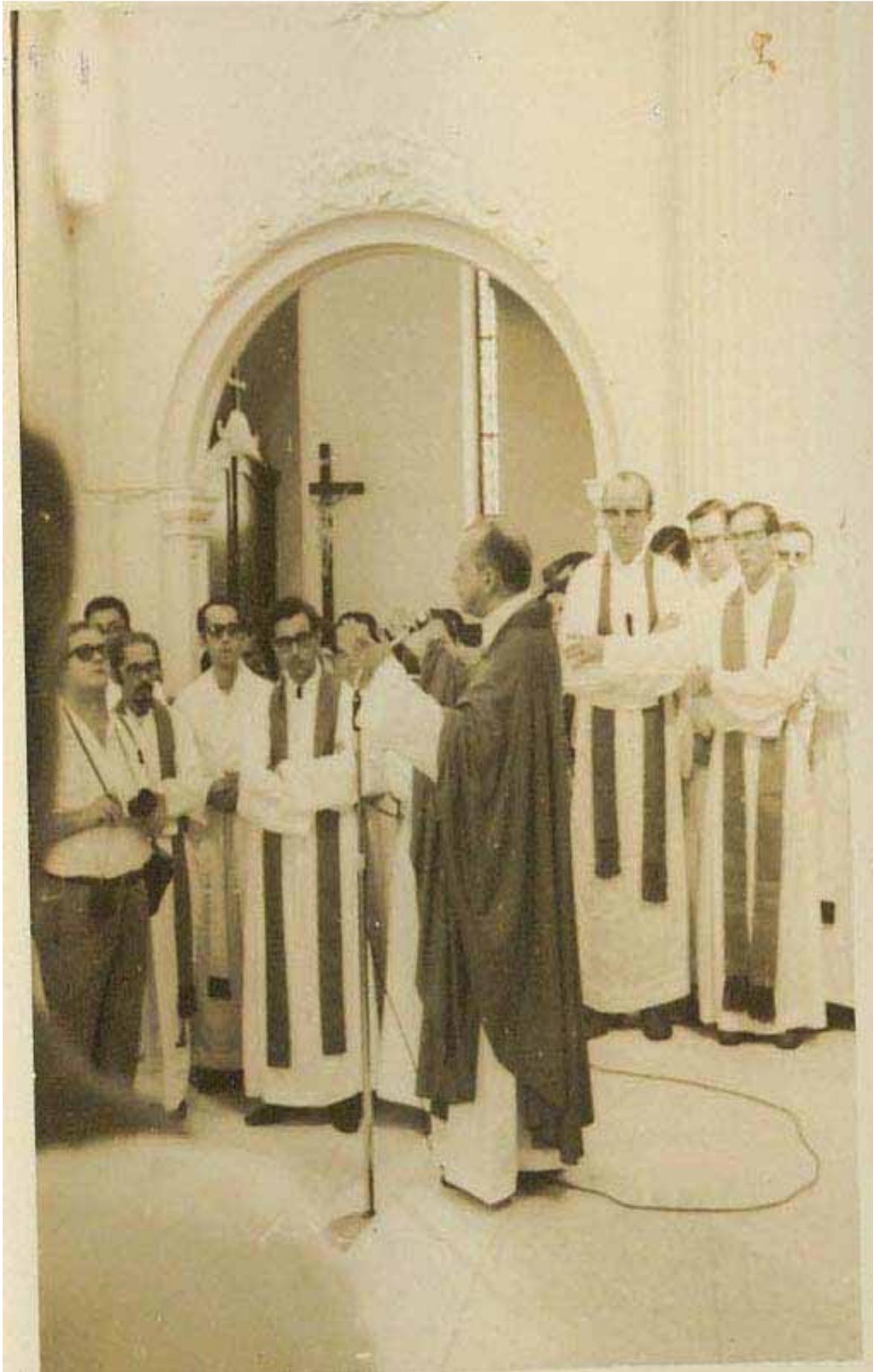


Fotografia 58 – Missa de corpo presente, Igreja do Espinheiro.



Fotografia 59 – Cortejo do padre Henrique entre a Igreja do Espinheiro e o cemitério da Várzea.





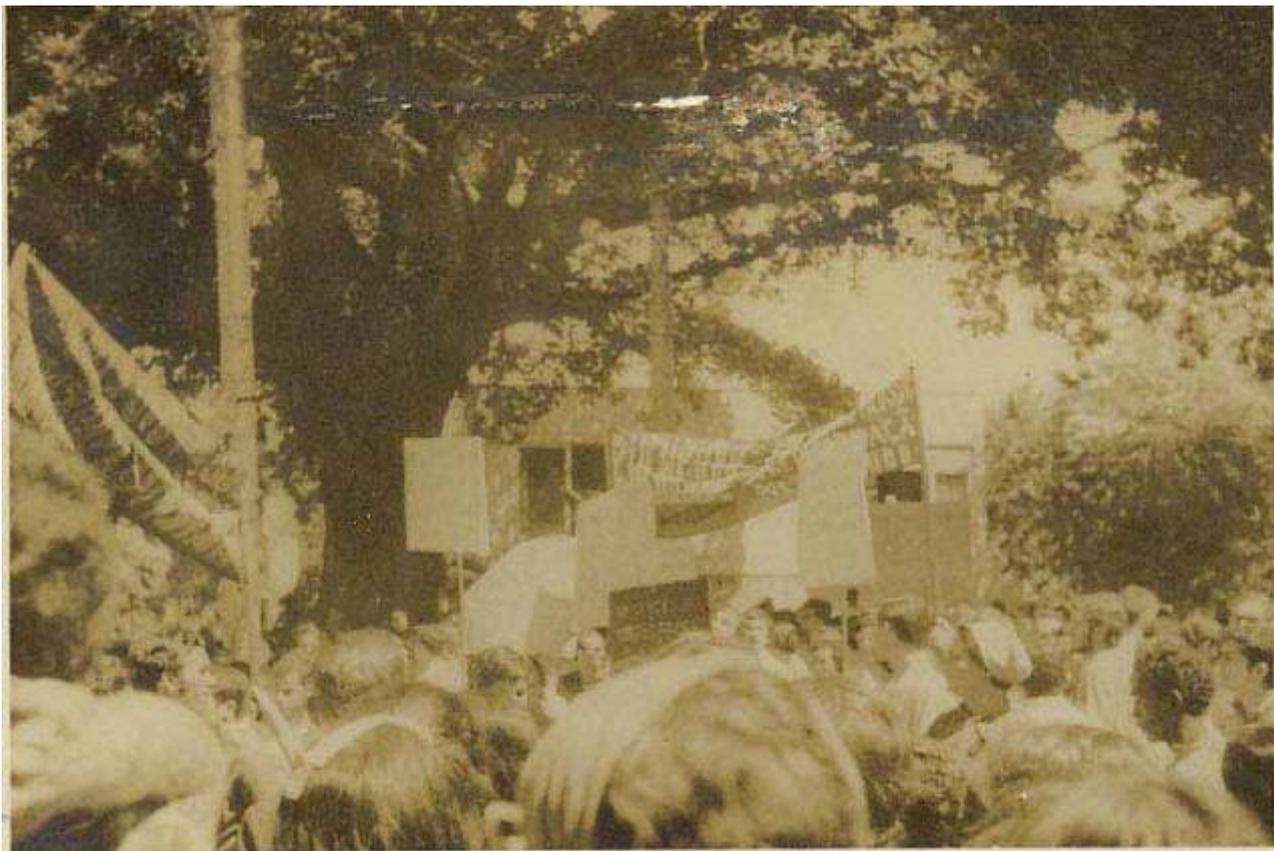
Fotografia 61 - Dom Hélder celebrando a missa de corpo presente.



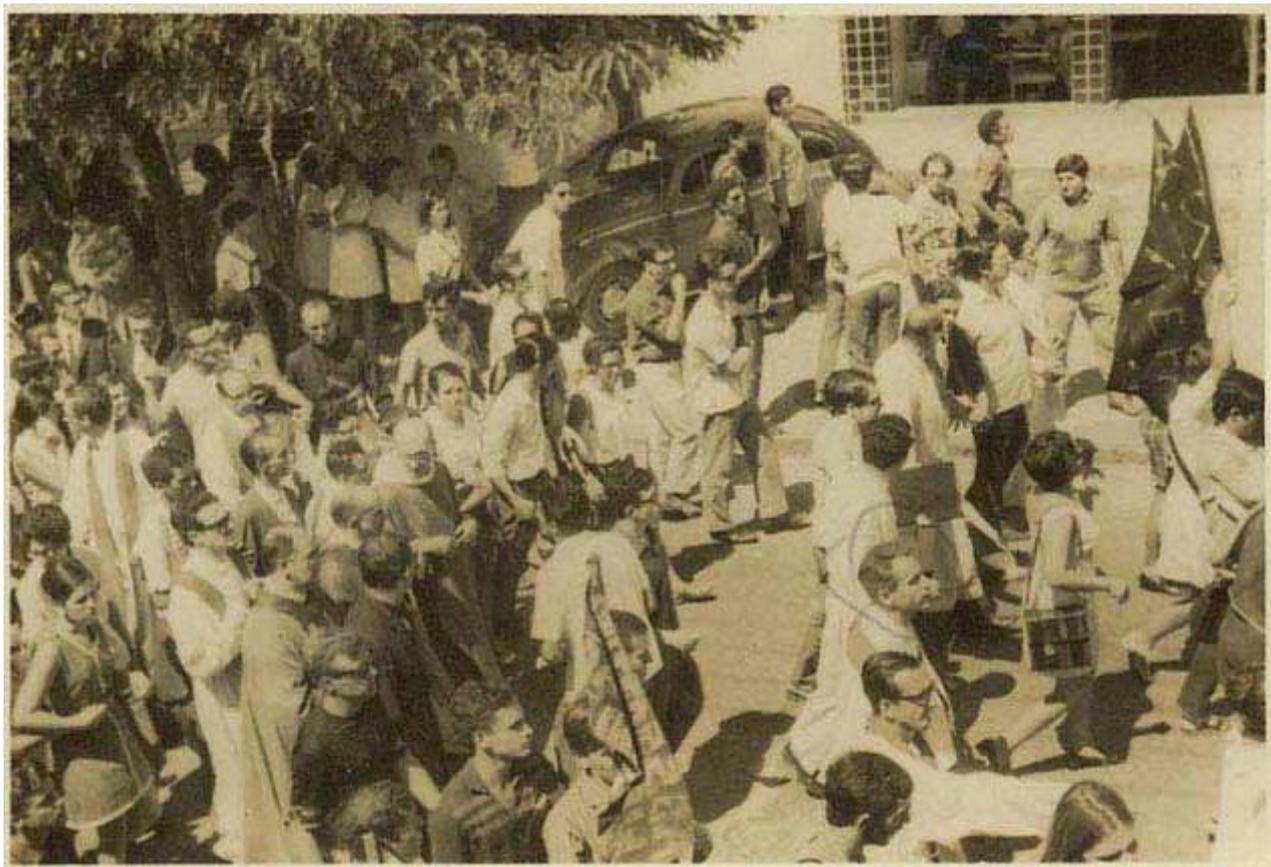
Fotografia 62 - Dom Hélder celebrando a missa de corpo presente.



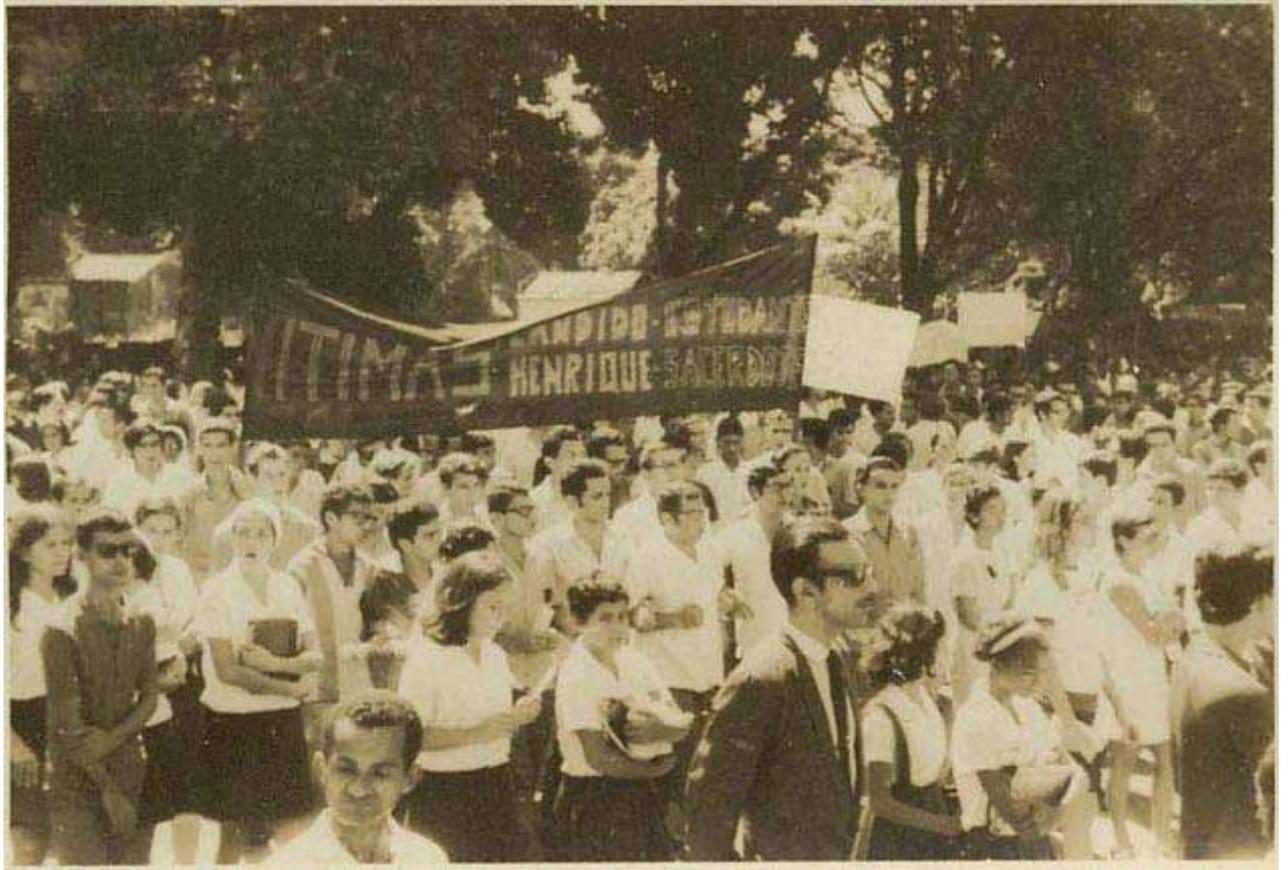
Fotografia 63 - Faixas presentes no cortejo do padre Henrique.



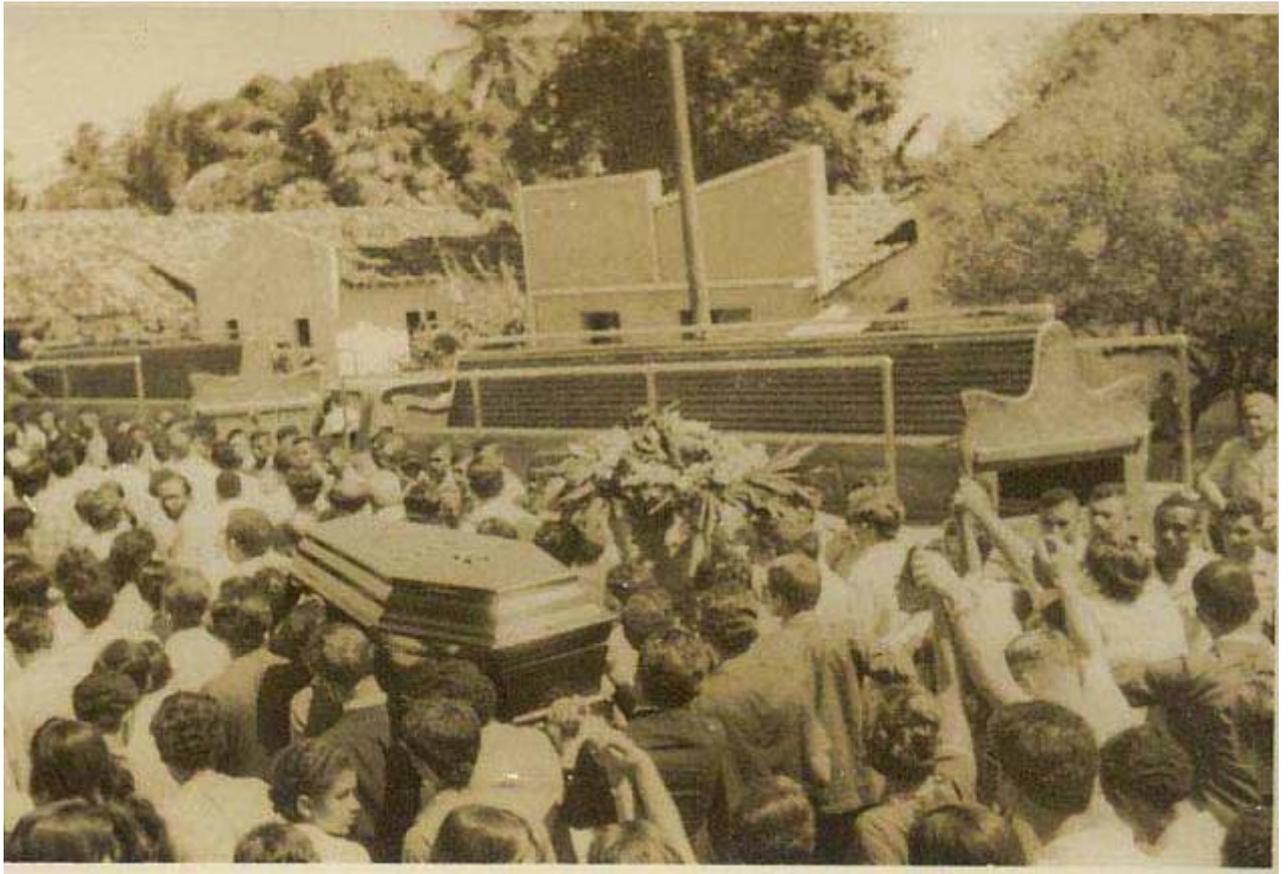
Fotografia 64 - Cortejo do padre Henrique.



Fotografia 65 – Cortejo do padre Henrique. Na faixa, lê-se: “Vítimas: Cândido-estudante – Henrique-sacerdote”.



Fotografia 66 – Cortejo do padre Henrique.



Fotografia 67 – Cortejo do padre Henrique.



Fotografia 68 - Cortejo do padre Henrique. Na faixa lê-se: “Os inimigos o povo e da Igreja mataram o padre Henrique”.



Fotografia 69 – Foto de dentro do carro da polícia durante o cortejo do padre Henrique.

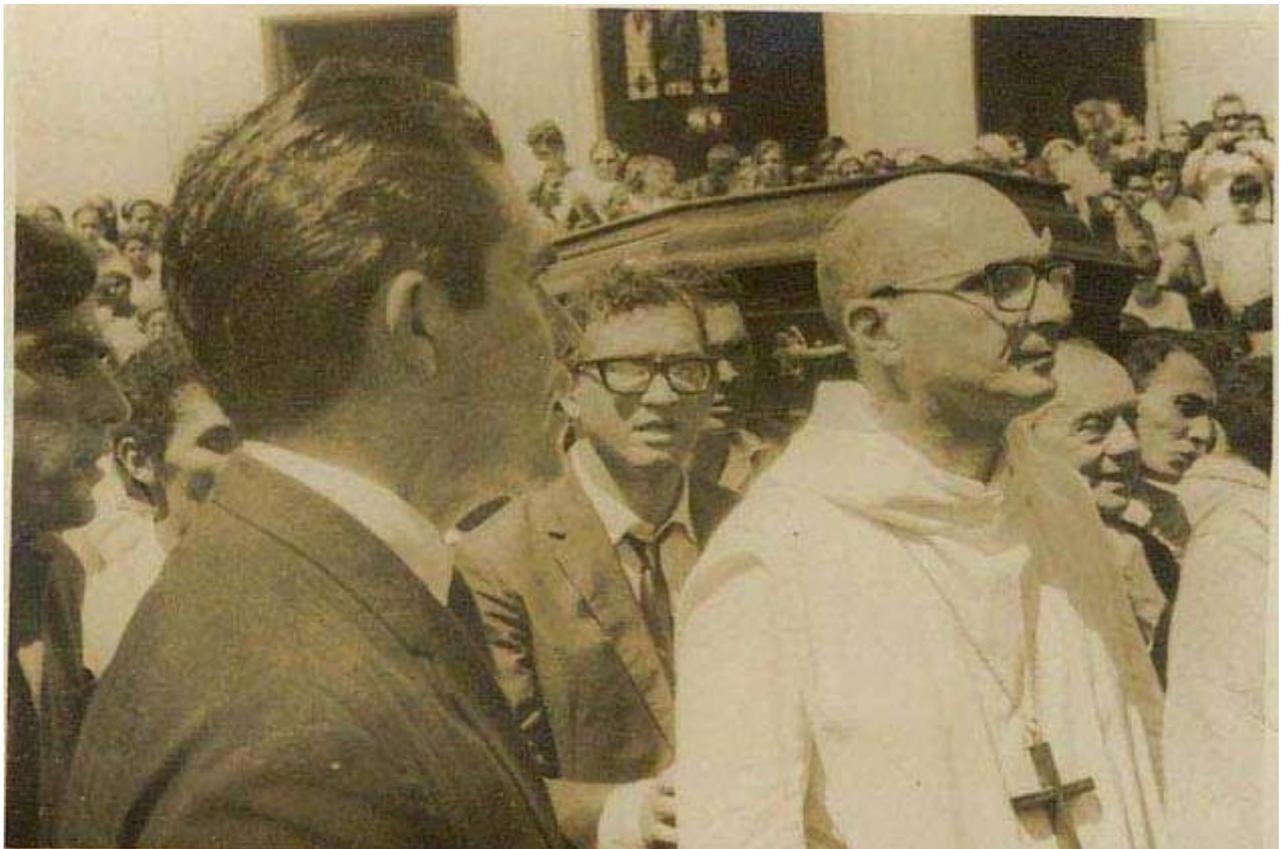


Fotografia 70 – Cortejo do padre Henrique.

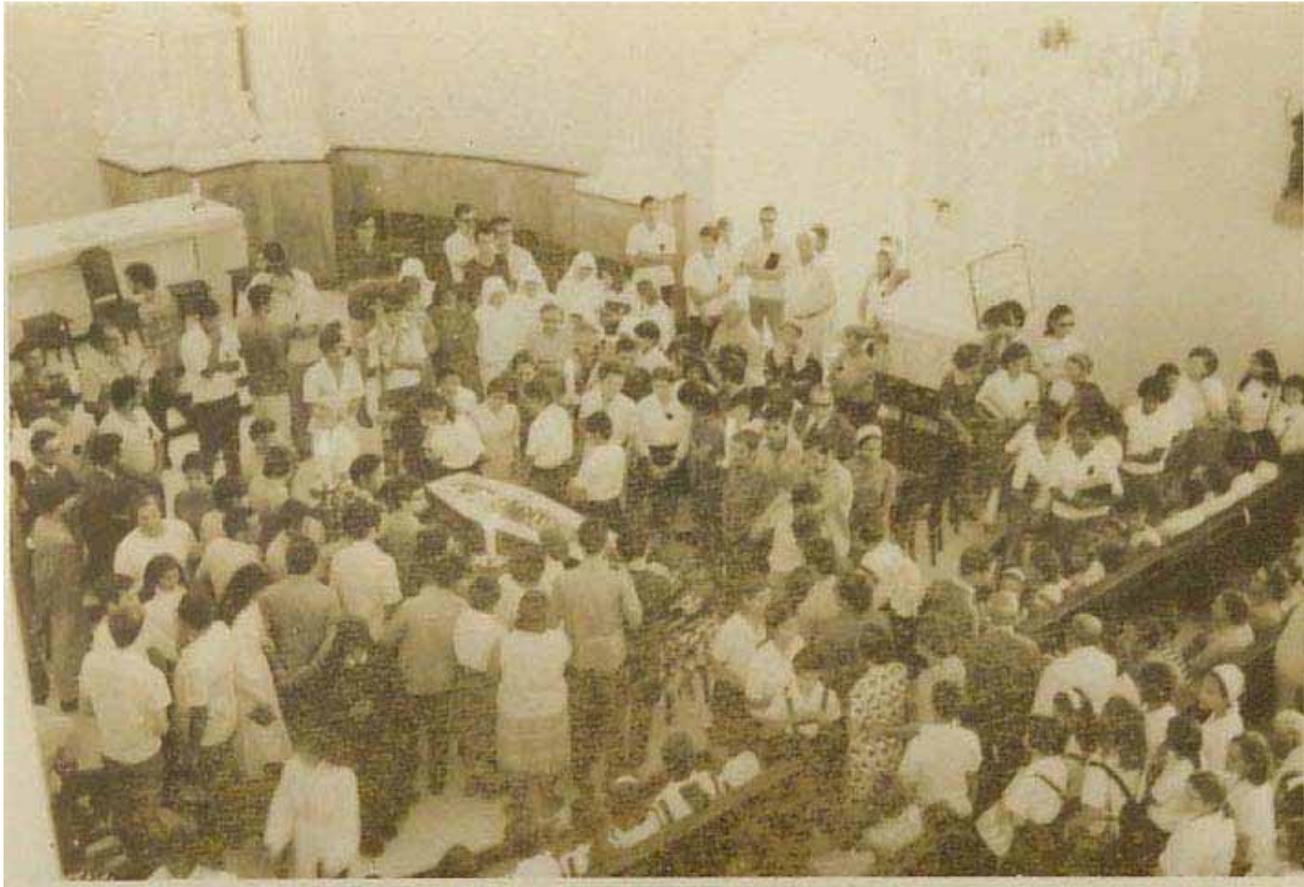




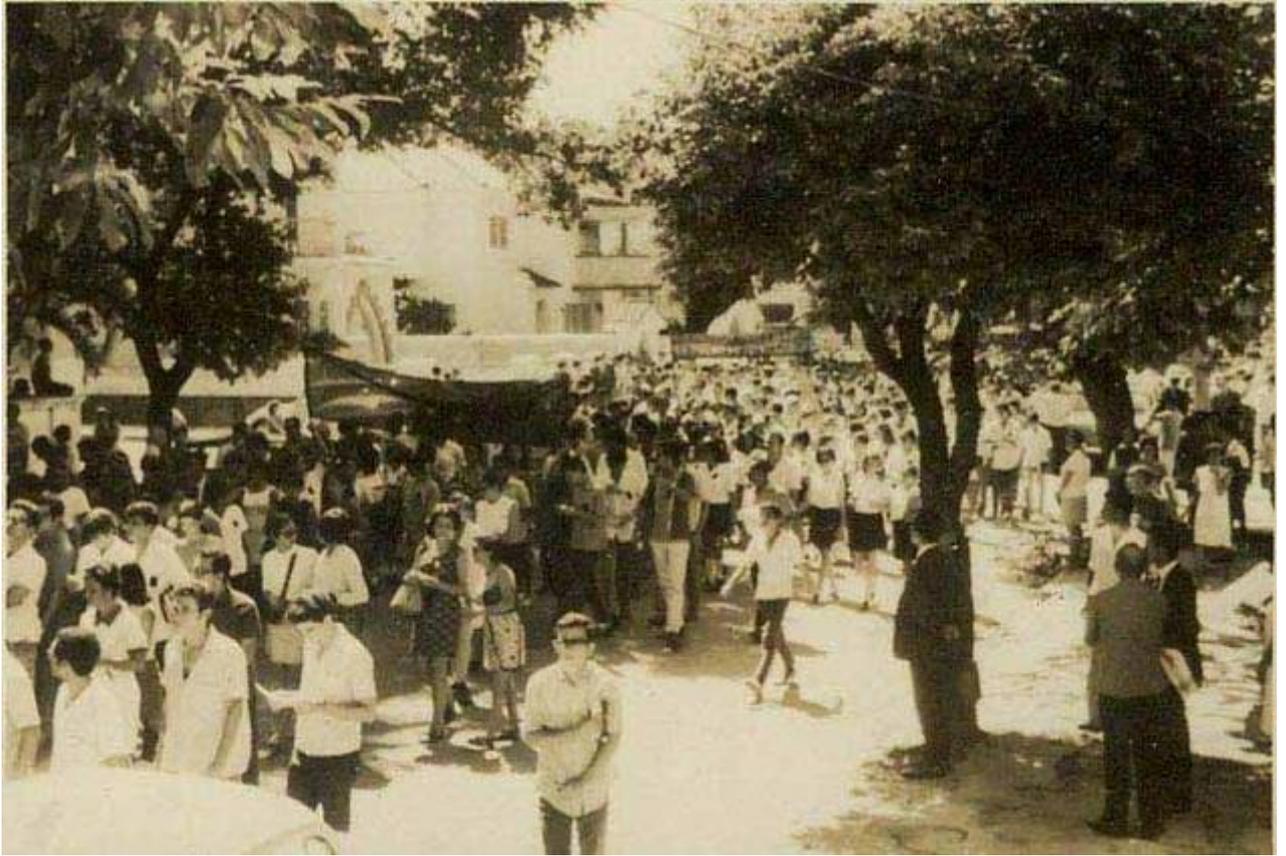
Fotografia 72 – Cortejo do padre Henrique.



Fotografia 73 – Missa de corpo presente.



Fotografia 74 – Cortejo do padre Henrique.



DOCUMENTOS

- 1. Panfleto apreendido pela Secretaria de Segurança Pública sobre o assassinato do padre Henrique.**

SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA
DELEGACIA DE POLICIA DO MUNICIPIO DE ITAIBA
ESTADO DE PERNAMBUCO

Cópia de Panfleto

" O PADRE HENRIQUE PERTENCE AO POVO *Heh.*

Faz um ano que mataram o Pe. Antônio Henrique.

O aniversário de um homem que foi tão fortemente sincero, corajoso, e plenamente vivo não pode ser só uma oportunidade de lamentações e lágrimas, mas sim o dia de renovar o nosso compromisso com a verdade, a justiça, a libertação do povo. Não temos o direito de celebrar o seu aniversário se não estivermos dispostos a nos comprometermos com a luta que levou a morte.

A MORTE DE HENRIQUE É A MORTE DO POVO.

O padre Henrique pertencia ao povo. Participava de seus sofrimentos, de suas aspirações e de seu combate por um mundo justo e livre. Morreu como tantos líderes; violentamente, sofrendo em um instante a dor física que os oprimidos sofrem diariamente.

Não foi assim que morreu Tiradentes e tantos outros?

Não foi assim que neste mês do aniversário da morte do / Pe. Henrique foi trucidado pela polícia o líder metalúrgico de São Paulo Olavo Hansen? Não tentaram matar bárbaramente o líder dos estudantes Cândido Pinto, que ficou paraplégico? Não são torturados / nas prisões tantos operários, camponeses, estudantes, sacerdotes, / enfim, tantos líderes do povo? Eles sofreram e sofrem estas violên-
cias porque estão ao lado dos explorados. Dos que sofrem e morrem / lentamente, dia a dia. Dos trabalhadores que nas fábricas e nas cons-
truções fabricam a riqueza e recebem em troca migalhas, privações e fome (a miséria). Dos camponeses que, como agora no Nordeste, são // obrigados a assaltar feiras e trens para comer o alimento que eles /
mesmos plantam e que lhes é negado. Dos milhões de criaturas que ^{não} têm terra, que não têm casa, que não têm trabalho, que não têm direito a estudar, a hospital, que não têm direito de viver. Só têm direito de morrer. São as mesmas forças, as mesmas mãos que todos os dias matam

o povo, de fome, de miséria, de humilhação; são as mesmas mãos e as mesmas forças que matam os que se levantam do meio do povo e são a voz do povo.

A LUTA DO PE.HENRIQUE É A LUTA DO POVO

A luta de Henrique era: dizer a verdade.

Denunciar a injustiça.

Participar com os outros na construção.

de um mundo diferente.

Esta é a luta de todos aqueles que querem ser um POVO DE HOMENS. quem mata o povo não pode aceitar a verdade, e logo a batiza de subversão. quem mata o ^{povo} não pode aceitar um mundo de justiça porque // vão perder os seus privilégios. quem mata o povo não pode aceitar que o povo pense, se organize, assuma responsabilidades, porque isto poria fim ao reinado da minoria. Nós, porém, que queremos ser um povo digno da vida e da morte de Henrique e de tantos outros, temos que continuar a gritar a verdade, é a primeira coragem na luta; temos que denunciar a mentira, a opressão do sistema em que vivemos; um povo que sabe já é um povo livre; temos que trabalhar para sermos os donos da nossa // vida e de nosso destino. O caminho é longo, urge pois, sem demora, // continuar a caminhada com coragem, determinação e esperança."

Está conforme original; dou fé. Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, nesta cidade de Itaba-Pernambuco. Voga entre-linha.

Ferreiro Mendonça Barbosa
Escrivão.

VISTO: em, 22/09/1972

Heitor Augusto de Sousa Nogueira
ass) Hildebrando de Sousa Nogueira
sgt. CRIPM-Delegado de polícia.

- 1 Documento do Ministério da Aeronáutica sobre a missa de sétimo dia do padre Henrique.
- 2 Relatório do Departamento da Polícia Federal sobre a missa de sétimo dia do padre Henrique.

- 3 **Panfleto encontrado no arquivo do DOPS, assinado pelas “As Ovelhas Esclarecidas” ironizando o arcebispo dom Hélder Câmara.**
- 4 **Panfleto sobre o assassinato do padre Henrique.**
- 5 **Panfleto sobre o assassinato do padre Henrique.**
- 6 **Carta de D. Isaías para o Coronel Bastos Gonçalves pedindo esclarecimentos sobre o pedido de reabertura do processo do padre Henrique.**
- 7 **Comprovante de envio de um telegrama de D. Isaías para Emílio Garrastazu Médici, na época Presidente da República, sobre o assassinato do seu filho.**
- 8 **Carta de D. Isaías aos membros da Cruz Vermelha Internacional pedindo que eles intervenham por ela junto ao Presidente Médici.**

No dia em que ocorreu o trucidamento do Padre Antônio Henrique, crime este que sensibilizou a opinião pública, a qual mesmo antes da divulgação dos órgãos de imprensa, foi distorcida, pois, um santo Padre coagido e humilde, tão humilde que deixou o seu palácio nuntioso onde morava, por um casebre, levantou a sua voz profética e disse tratar-se de um crime político, ligando-o ao de um estudante que antes sofrera um atentado.

Naturalmente este santo Padre desejava com isso acalmar suas ovelhas, evitando que elas agissem precipitadamente, provocando algum tumulto.

Este mesmo padre, com seus bons conselhos, fez com que suas ovelhas fossem ao enterro da vítima, munidas de seus rosários, e assim foi feito. A comoção era tamanha, as preces foram tantas, que ao passarem pelas ruas, os rosários daqueles fiéis ao tocarem nos muros, deixaram neles impressas as suas orações.

Mas, o tempo se encarregou de esclarecer a verdade. Agora ficou provado que aquele Padre humilde, o qual foge da imprensa, televisão, não tinha razão, estava mistificando. Ele estava mentindo, enganando clinicamente a opinião pública.

" Demos graças ao Senhor bom Deus por nos ter dado um padre como este."

Agora, provavelmente, ele estará pensando em dizer alguma nova profecia, e, tenham sempre certeza que sempre de cunho político, pois este sempre foi o seu fraco. Está faltando apenas que ele volte à imprensa para retratar-se das suas insinuações políticas, de sua farsa.

Esperamos agora que esse bondoso padre, volte à imprensa para retratar-se das suas afirmações de que o crime fora político. Entretanto, não esperem que ele volte para dizer isso, pois ele é tão modesto, tão humilde.....



Crime foi político, pois o padre era político.

Ass. As Ovelhas Esclarecidas.

O PADRE HENRIQUE PERTENCE AO POVO

Faz um ano que mataram o Pe. Antônio Henrique.

O aniversário de um homem que foi tão fortemente sincero, corajoso, e plenamente vivo não pode ser só uma oportunidade de lamentações e lágrimas, mas sim o dia de renovar o nosso compromisso com a verdade, a justiça, a libertação do povo.

Não temos o direito de celebrar o seu aniversário se não estivermos dispostos a nos comprometermos com a luta que o levou a morte.

A MORTE DE HENRIQUE É A MORTE DO POVO.

O padre Henrique pertencia ao povo. Participava de seus sofrimentos, de suas aspirações e de seu combate por um mundo justo e livre. Morreu como tantos líderes: violentamente, sofrendo em um instante a dor física que os oprimidos sofrem diariamente.

Não foi assim que morreu Tiradentes e tantos outros?

Não foi assim que neste mês do aniversário da morte do Pe. Henrique foi trucidado pela polícia o líder metalúrgico de São Paulo Olavo Hansen?

Não tentaram matar barbaramente o líder dos estudantes Cândido Pinto, que ficou paralítico?

Não são torturados nas prisões tantos operários, camponeses, estudantes, sacerdotes, enfim, tantos líderes do povo?

Eles sofreram e sofrem estas violências porque estão ao lado dos explorados.

Dos que sofrem e morrem lentamente, dia a dia.

Dos trabalhadores que nas fábricas e nas construções fabricam a riqueza e recebem em troca migalhas, privações e fome (a miséria).

Dos camponeses que, como agora no Nordeste, são obrigados a assaltar feiras e trens para comer o alimento que eles mesmos plantam e que lhes é negado.

Dos milhões de criaturas que não têm terra, que não têm casa, que não têm trabalho, que não têm direito a estudar, a hospital que não têm direito de viver. Só têm direito de morrer.

São as mesmas forças, as mesmas mãos que todos os dias matam o povo, de fome, de miséria, de humilhação; são as mesmas mãos e as mesmas forças que matam os que se levantam do meio do povo e são a voz do povo.

A LUTA DO PE. HENRIQUE É A LUTA DO POVO

A luta de Henrique era:

Dizer a verdade.

Denunciar a injustiça.

Participar com os outros na cons

trução de um mundo diferente.

Esta é a luta de todos aqueles que querem ser um Povo de Homens.

Quem mata o povo não pode aceitar a verdade, e logo a b

tiza de subversão. Quem mata o povo não pode aceitar um mundo de justiça por que vão perder os seus privilégios.

Quem mata o povo não pode aceitar que o povo pense, se organize, assuma responsabilidades, porque isto poria fim ao reinado da minoria.

Nós, porém, que queremos ser um Povo digno da vida e da morte de Henrique e de tantos outros, temos que continuar a gritar a verdade, e a primeira coragem na luta; temos que denunciar a mentira, a opressão do sistema em que vivemos: um povo que sabe já é um povo livre; temos que trabalhar para sermos os donos da nossa vida e de nosso destino.

O caminho é longo, urge pois, sem demora, continuar a caminhada com coragem, determinação e esperança.

74.001
MATARAM PADRE ANTÔNIO HENRIQUE
ABAFARAM MAIS UMA VOZ PORTADORA DO EVANGELHO
NA SUA PESSOA TENTARAM ABAFAR A VOZ DE DOM HÉLDER
O GRITO DOS ESTUDANTES
O CLAMOR DOS OPRIMIDOS
MAS O SEU SANGUE GRITA MAIS ALTO DO QUE O ESTAMPIDO DAS
BALAS ASSASSINAS !

MEU IRMÃO,

Você sabia o que foi que fizeram com Jesus depois de morto, depois de enterrado, na madrugada do domingo da ressurreição? -- Os guardas foram contar aos judeus o que tinha sucedido. A solução mais rápida num momento de desespero foi comprar os guardas, para que eles dissessem ao povo que os amigos de Jesus tinham vindo de noite e roubado o corpo. E diz o Evangelho que os judeus ainda prometeram que se responsabilizariam por eles diante do governador, Pilatos.

Pois, meu caro, o mesmo estão fazendo com o Padre -- Antônio Henrique. Seu entêrro já foi uma ressurreição. -- Nunca se viu tanta gente num entêrro, percorrer légua e meia a pé, num sol quente de 10 para 14 horas, cantando animadamente, corajosamente. "Prova de amor maior não há -- que doar a vida pelo irmão". Era a vitória da Cruz de -- Cristo que se cantava, para todo o mundo ouvir, do Espinho até a Várzea. O triunfo do morto que vivia era -- grande demais. Seus inimigos nunca puderam imaginar tanta fé e tanta coragem nos jovens, nos Bispos, nos padres, no Povo. Então começaram logo a "comprar os guardas," para -- que eles fossem dizendo por aí uns boatos bem inventados, a fim de sujar com toda a lama possível a glória do morto que vivia.

Mas como o anúncio da Ressurreição de Jesus faz que se dois mil anos que percorre o mundo, assim também a boa notícia desta nova vitória do Evangelho chegará até os -- confins da terra.

Seja você, meu Irmão, um portador a mais da verdade a seus amigos e conhecidos.

Obrigado.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
 RECIBO DO TELEGRAMA ABAIXO DISCRIMINADO

DESTINO	Espaço reservado a autenticação mecânica
Será preenchida pelo expedidor	272579 ISAIRAS PEREIRA DA SILVA

ECT	Espaço reservado a autenticação mecânica
HORA DA TRANSMISSÃO	
21,30/P	
INICIAIS DO VENDEDOR	

INDICAÇÕES DE SERVIÇOS TAXADOS	51
--------------------------------	----

DESTINATÁRIO: CEL. BOMFIM BASTOS GONCALVES SECRETARIO DE SEGURAN
CA PUBLICA RUA DA HORA 892 ESPINHEIRO (SOB DEVERAH SER ENTRI
GUE EM MAOS - C O N F I D E N C I A L) (Baixo)
 CIDADE: RECIFE ESTADO: PE
(ou nome da estação móvel, no radiograma) (ou nome da estação terrestre, no radiograma)

COMO NAO TIVE RESPOSTA TELEGRAMA TRINTA SETEMBRO VG
 INSETO PEDIR VOSSA EXCELENCIA RESPOSTA PROMETIDA CASO CRI
 ME PADRE HENRIQUE PT TENHO FATOS QUE MOTIVARAO REABERTURA
 PROCESSO ATENCIOSAMENTE

ISAIRAS PEREIRA DA SILVA

TEXTO E ASSINATURA — ENDEREÇO

ISAIRAS PEREIRA DA SILVA	272579
<small>Nome Expedidor</small>	<small>TELEFONE</small>
RUA PE ANTONIO FERNANDES 109 CORDEIRO	13147
<small>Rua</small>	<small>Cidade</small>

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SERVICO REGISTRADO

N.º 017074 ESPÉCIE AC
SR. EMILIO GARRASTAZU
MÉDICO - PALACIO DA ALVORADA
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CORREIO DE DESTINO



7530 - 006 - 0139

[Signature] 140
ASSINATURA DO EMPREGADO

74 x 105 mm.

Pernambuco, 26 de setembro de 1973.

Aos Senhores Membros da Cruz Vermelha
Internacional.

Em primeiro lugar permitam que me apresente: meu nome é Isairas Pereira da Silva. Sou a mãe do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto que foi trucidado na cidade de Recife, estado de Pernambuco - Brasil, aos 26 de maio de 1969. Peço por intermédio dos dignísimos senhores seja encaminhada ao senhor Presidente do Brasil, Emílio Garrastazu Médici, a carta anexa. Como / está explicado na carta endereçada ao presidente, as anteriores não chegaram ao destinatário.

Na certeza de ser atendida, atenciosamente subscrevo-me.

Isairas Pereira da Silva.

End. Rua Padre Antônio Fernandes, 109
Cordeiro - Recife - Pernambuco - Brasil.

10. Carta de D. Isairas ao Presidente da República Emílio Garrastazu Médici.

Fernambuco, 26 de setembro de 1973.

Exmo. Sr. Presidente da República Brasileira
Emílio Garrastazu Médica.

Não creia, nunca mais, quando lhe contarem estórias de brasileiros que costumam "lavar a roupa suja" lá fora. O que realmente acontece caro senhor, é que um grande número de brasileiros clamam por justiça, e, as vezes desses brasileiros injustiçados nunca chegam aos ouvidos de S. Excia. porque maldosamente interceptam seus apelos. Comigo mesmo isso vem acontecendo. Escrevi a S. Excia. mais / de uma vez e não obtive a mínima resposta. Resolvi tentar outra vez.

O que eu desejo é simplesmente que se faça justiça no bárbaro trucidamento de que foi vítima o meu filho, o padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto. Não será preciso muito esforço / para resolver o caso.

Resumindo o caso para S. Excia.: meu filho, o padre Antônio Henrique, foi sequestrado por uma rural da Secretaria de Segurança Pública aos 26 de maio de 1969, barbaramente torturado e depois assassinado com tiros na cabeça. Segundo o depoimento do garagista da Secretaria de Segurança Pública, usavam a referida rural, na época do crime, os investigadores Rival Rocha vulgo Cabe Rocha, Benedito pistoleiro e Humberto Amaro, com chapa fria do carro de um dos chefes.

Depois desse acontecimento, minha família jamais teve paz. Tentaram sequestrar o menor dos meus filhos, outras mães foram presas, ameaçaram-me de morte através de recados e telefonemas/anônimos e por último, meu esposo faleceu, vítima de úlcera gástrica.

Em nome de Deus Todo Poderoso, Senhor Presidente ajude-me. Resolva meu caso e ser-lhe-ei eternamente grata.

Isaias Pereira da Silva.
End. Rua Padre Antônio Fernandes, 109
Cordeiro - Recife - Pernambuco - Brasil.